

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CÍCERA PATRÍCIA ALCÂNTARA BEZERRA

**UM CELEIRO DE (RE)ENCENAÇÕES: cartografias e arquiteturas de
um Cariri folclórico no sul cearense (1950-1970)**

**Recife
2017**

CÍCERA PATRÍCIA ALCÂNTARA BEZERRA

**UM CELEIRO DE (RE)ENCENAÇÕES: cartografias e arquiteturas de um Cariri
folclórico no sul cearense (1950-1970)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE como pré-requisito para obtenção do grau de Doutor em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Martins Guillen.

**Recife
2017**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

B574c Bezerra, Cícera Patrícia Alcântara.
Um celeiro de (re)encenações : cartografias e arquiteturas de um Cariri folclórico no sul cearense (1950-1970) / Cícera Patrícia Alcântara Bezerra. – 2017.
226 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Martins Guillen.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2017.
Inclui Referências, apêndices e anexos.

1. História. 2. Folclore. 3. Folclore – Encenações. 4. Cultura popular. 5. Arquivos de folclore. 6. Movimento folclórico brasileiro. I. Guillen, Isabel Cristina Martins (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-152)

Cícera Patrícia Alcântara Bezerra

“Um celeiro de (re) encenações: cartografias e arquiteturas de um Cariri folclórico no sul cearense (1950-1970)”

Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História**.

Aprovada em: **17/02/2017**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Martins Guillen
Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Carlos Sandroni
Membro Titular Externo (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof.^a Dr.^a Maria Ângela de Faria Grillo
Membro Titular Externo (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

Prof. Dr. Humberto Silva Miranda
Membro Titular Externo (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

AGRADECIMENTOS

Sempre imaginei que deveria começar a escrever meus agradecimentos no primeiro dia do doutorado. Não, bem antes disso. Há muita “água salgada” entre essas letras, cujo tempo de fabricação se fez adverso das minhas expectativas iniciais. Há também muitas mãos envolvidas nessa tecelagem, mãos de tanta gente que a gente vai encontrando pela frente e que nos acompanham até alguma parada, por mais alguns metros, por milhares de quilômetros. Por uma vida toda. Todos esses personagens irão aparecer aqui entre uma página e outra escrita pelas madrugadas da vida.

Sonhei muitos dias e noites com esse momento. Dormindo e acordada, imaginando a sensação de chegar até aqui. De tentar dar um ponto final teimoso, inconsequente, indeciso, nesse que é um trabalho inacabado por natureza. Mas, por obra do tempo, já tão escasso, esse momento enfim chegou. Chegou a hora de dizer para os outros que terminei, ainda que a sensação não seja essa. Não mesmo. Inútil essa vontade de fazer o tempo se estender um pouco mais. Inútil.

Diante de tudo isso, a sensação mais forte que sinto agora é a de que esses quatro, ops, cinco anos passaram muito rápido, muito mesmo. Tanta coisa acontece e a vida "real" vai nos levando para outras paradas, para outros lugares. Nunca imaginei que pudesse, como afirmo agora, ver esse texto ser escrito em tantas e diferentes estradas da vida. Foram inúmeras. Ao mesmo tempo em que me debruçava sobre geografia ou invenção geográfica de certo Cariri cearense, a vida foi me levando a trilhar muitos e muitos caminhos. De muitos recortes imaginários e reais, essa escrita vem falar de invenção, de invenção territorial e também de invenção de si.

Sobre os meus agradecimentos, vou tentar sistematizá-los aqui. O primeiro e o mais importante, principalmente nesses últimos dias cansados e angustiados de escrita, se faz para os benditos espíritos de luz. Se existem mãos que trabalharam quase sozinhas nos últimos tempos, foram as mãos cuidadosas e curadoras desses companheiros silenciosos. Muito obrigada por todo amor e paciência a mim depositados. Muito obrigada por terem concluído comigo este trabalho. Sem vocês eu não teria conseguido chegar até o final. Não mesmo.

No plano físico (pessoal e profissional) há muitos nomes a serem lembrados aqui. Vou tentar eleger alguns protagonistas e cometer o “crime” de esquecer outros que também participaram desse processo.

Primeiramente agradeço à professora Isabel Guillen, que me acompanhou desde as primeiras escritas de mestrado (aliás, bem antes) e que é admirável pela competência e humanidade. Obrigada por ter aceitado adentrar o universo complexo da escritas folclóricas. Seu olhar “cirúrgico” sobre a História e a cultura fez toda a diferença no decorrer da fabricação desse texto. Agradeço também aos membros da banca (Antônio Paulo Rezende, Ângela Grillo, Humberto Miranda, Flávio Weinstein e Carlos Sandroni) que se dispuseram a ler um trabalho entregue nas “pressas”, cheio de reticências e pontos de interrogação.

Nos espaços de sustentação à construção da minha pesquisa, há um nome que eu não poderia esquecer: Dora, meu anjo da guarda que esteve ao meu lado durante os seis meses de investigações no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP. Foi você, com sua conhecida paciência e organização, que aguentou todos os meus questionamentos, aperreios e que se tornou uma amiga maravilhosa, entre um e outro café no Catete e nos passeios de domingo na praia, no shopping, no rio.

Preciso agradecer também aos encontros que o Programa de Pós-Graduação em História - PPGH me proporcionou. Desde o mestrado até esses últimos dias de tese, esses companheiros irão morar para sempre no meu coração. Augusto (de tantas madrugadas angustiadas), Gabriel, Zé Brito, Fernanda Carolina, Helder, Rose, Marcelo, Bianca, Lydiane, Iris, Rose, Dimas: vocês fizeram, entre uma leitura e outra, minha vida mais feliz em terras pernambucanas.

Da mesma forma sou muito feliz pelos amigos do Cariri que estiveram “republicados” no Recife durante os anos de estudo: Amanda, Aldeni, Poliana, Flávia, Wanderleya, Rosilda, Thiago, Eveline, Samuel, Cícero, Samara e tantos outros com que compartilhei muitos sonhos, muitos objetivos. Assim como eu, vocês deixaram o Recife para sonhar em outras paradas. Esse ponto final também é de vocês.

Agradeço à minha família que há um bom tempo aprendeu a conviver com a minha ausência, em especial a “clarinha”, minha pequena irmã, que veio ao mundo no início do meu mestrado e que agora, aos oito anos de idade, já se mostra uma menina esperta, inteligente e “palhaça”. No entanto, não há como não pensar e

agradecer à minha mãe querida, que com sua coragem vai conduzindo a vida cotidiana com sabedoria e paciência que lhe são características e necessárias. Você vai ser sempre o meu maior orgulho e minha maior inspiração. Da mesma forma, agradeço à maravilhosa família que a espiritualidade maior me proporcionou: Mary, Rodrigo, Vanessa, Rafael e Emanuel e minha querida e amada sogra Dona Irene. Todo amor que houver nessa vida por/para vocês.

Meu muito obrigada também aos NMCR's (Amanda, Lucas, Jucieldo, Sávio, Ítalo, Priscilla e Simone) divertidos companheiros de jornada virtual e real. Sempre comentei que precisaríamos imprimir nossas conversas cotidianas, de lá saíram muitas e muitas teses. Vocês foram as melhores companhias que tive nesses últimos anos de aperreio. Foram as risadas sinceras de dias e madrugadas angustiadas. Aos "trancos e barrancos" estamos todos chegando ao fim desse "suplício". E seremos Doutores, todos nós.

Há muito o que agradecer também a amiga/irmã Thais, que é minha companheira há mais de 13 anos e que veio "correndo" ficar ao meu lado durante a defesa. Nosso amor é, sem dúvidas, de outra vida. Da mesma forma e com a mesma intensidade preciso agradecer, especialmente e com gosto de abraço fraterno ao meu querido padrinho Gerônimo, o melhor ser humano que conheci na vida. O melhor. Você foi a voz acolhedora e sincera nesses últimos dias de escrita, a morada segura para dias tão dolorosos. Só Deus para te recompensar.

E finalmente a Lucas, pelo que as palavras não traduzem, mas os abraços cotidianos conhecem muito bem em dias de sol e de chuva. Você, há quase doze anos, me emprestou seu super computador de 8 megas ou gigas (não me lembro bem) para fazer meu projeto de mestrado e foi me emprestando sua vida para que eu pudesse (e sim, eu encontrei) a tradução exata do que é felicidade. Para nós aquele dia de chuva e lua linda subindo as ladeiras do Seminário. Nada mais, nada menos. Te amo sempre.

No que concerne ao financiamento da minha pesquisa não posso esquecer de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela bolsa concedida durante os quatro anos de doutoramento, bem como a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco - FACEPE pelo auxílio financeiro dado durante os seis meses em que estive no Rio de Janeiro. Sem a ajuda dessas duas agências de pesquisa nosso trabalho estaria completamente comprometido.

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é analisar as representações da região do Cariri cearense dentro do movimento folclórico brasileiro a partir do diálogo entre as comissões nacional e cearense de folclore e o Instituto Cultural do Cariri - ICC entre as décadas de 1950 e 1970, e a partir da constituição de diferentes espaços. Tendo como base nossa análise documental, foi possível dividir esse processo em três momentos, a respeito dos quais incide a divisão dos capítulos de nossa tese. O primeiro deles acompanha a fundação das comissões nacional e cearense de folclore e o certo “silenciamento” delas com relação à existência de elementos folclóricos importantes no extremo sul cearense. Silenciamento esse interrompido pelas primeiras correspondências enviadas pelo intelectual caririense J. de Figueiredo para os secretários gerais dessas duas instituições, em que este propagava ser aquela região muito rica culturalmente falando. No segundo momento, encontramos esse intelectual tentando "gravar" um lugar privilegiado para o extremo sul cearense por meio do incentivo à participação de uma determinada Banda Cabaçal cratense no circuito de eventos, principalmente os organizados pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – CDFB e pelo Instituto Cultural do Cariri - ICC. No terceiro e último momento, analisaremos a consolidação de tal vínculo a partir da inserção dessa região nos boletins bibliográficos e noticiosos da comissão nacional de folclore, bem como por meio da publicação da principal obra de Figueiredo Filho nessa temática: *O Folclore no Cariri*, de 1962. Neste sentido e tendo como base todo o conjunto de questões analisadas no decorrer de nossa narrativa, é possível concluir que esse diálogo só se fez possível alicerçado nesses diferentes espaços de compartilhamento e na preocupação comum com os chamados “Folguedos Populares”, elementos básicos no discurso de Identidade Nacional produzido pelo movimento folclórico brasileiro.

Palavras-chave: Cariri. Folclore. Movimento Folclórico Brasileiro.

ABSTRACT

The main purpose of this work is to analyze the representations of Cariri of Ceará inside the Brazilian Folklore Movement from the dialogue between the Folklore National Commission, the Commission of Folklore of Ceará and the Cultural Institute of Cariri - CIC between the decades of 1950 and 1970 and from the configurations of different spaces. Based on our documental analysis, it is possible to divide this process in three moments, about which focuses the division of the chapters of our thesis. First of them follows the foundation of Brazil and Ceará's commissions of folklore and a certain "stillness" of theirs about the existence of important folkloric elements in the extreme south of Ceará. This stillness was broken by the first correspondences sent by J. Figueiredo to the general secretaries of these two institutions, in which he diffused that region as being very culturally rich. At the second moment, we found the scholar from Crato trying "to engrave" a privileged place to this region by encouraging participation of a certain Banda Cabaçal from Crato in a circuit of events, mainly the ones organized by the Campaign of Defense of Brazilian Folklore and by the Cultural Institute of Cariri. At the third and last moment we will analyze the consolidation of this bond from the insertion of this region on the bibliographic bulletins and news of the Folklore National Commission as well as from the publication of the main work by Figueiredo Filho on this theme: *O Folclore do Cariri*, in 1961. Based on the entire questions that were analyzed, it is possible to conclude that this dialogue was made possible only by being built on these different spaces of sharing and in the common concern about the so called *Popular Disports*, a basic element on the National Identity discourse produced by the brazilian folkloric movement.

Keywords: Folklore. Cariri. Brazilian Folkloric Movement.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O MOVIMENTO FOLCLÓRICO NO CEARÁ: INTELECTUAIS, DISCURSOS E COSTURAS CULTURAIS	27
2.1	Sobre excepcionalidades e silêncios	27
2.2	Um movimento em gestão: a criação das Comissões Nacional e Cearense de Folclore	32
2.3	Enredos de um campo em construção	48
2.4	O Cariri rascunhado nas páginas da CNFL e da CCFL	57
2.5	O Cariri e o IV Centenário de São Paulo: uma presença ausente	66
3	ENTRE UM FESTEJO E OUTRO: A BANDA CABAÇAL DO CRATO E O MOVIMENTO FOLCLÓRICO NO CARIRI CEARENSE	78
3.1	Do tecido de uma eleição	78
3.2	Sobre negociações de uma presença ausente	82
3.3	O Centenário do Crato e a “divulgação” nacional das bandas cabaçais	99
3.4	O V Congresso Brasileiro de Folclore e a participação do Zabumba do Cariri.	115
4	DOS RETALHOS E COSTURAS: ENUNCIADOS E ESCRITAS FOLCLÓRICA DE UM CARIRI IMPRESSO	132
4.1	Sobre enunciados que costuram redes	132
4.2	Fragmentos caririenses nos boletins bibliográficos e noticiosos da Comissão Nacional de Folclore.....	136
4.3	Juazeiro não é (ainda) o Cariri	160
4.4	Enquadrado e pedagogizado: O Folclore no Cariri	172
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
	REFERÊNCIAS	195
	APÊNDICE A – DOCUMENTAÇÃO	207
	APÊNDICE B – SITES CONSULTADOS	210
	ANEXOS	211

1 INTRODUÇÃO

“Oásis do Sertão”. Esse termo, utilizado por muitos narradores do século XX enquanto signo definidor do extremo sul cearense, ao mesmo tempo em que propaga a existência de determinadas memórias coletivas, é também objeto de debate nos diferentes espaços de sua ressonância. Tal enunciação não privilegia apenas a variedade e “beleza” dos aspectos naturais, mas também a multiplicidade de práticas simbólicas vividas nos espaços rurais e urbanos desse traçado geográfico, (re) lapidado enquanto um recorte regional.

Assim como o nosso título exemplifica, o termo celeiro é utilizado nos discursos das políticas culturais contemporâneas para justificar e/ou (re)afirmar a existência de uma complexa diversidade cultural submetida a esse espaço geográfico. O exagero que se esconde por trás da afirmativa de que o Cariri cearense¹ é o “celeiro da cultura popular nordestina”² atravessa o trabalho complexo de muitas mãos, de processos seletivos, mas também de um processo quase invisível e renegado de exclusões, que, em parte, nós tentaremos estudar aqui.

Partimos da premissa que essa memória “regionalizadora” em torno do recorte geográfico Cariri cearense foi se tornando possível ao longo de mais ou menos um século, arquitetada por um conjunto complexo de narrativas/narradores que se estendem desde os relatos de naturalistas que estiveram no Cariri em meados do século XIX, atravessando debates e concepções sobre a necessidade de independência política desse território no início do século XX, avançando pelos escritos de intelectuais que em meados do século XX se voltaram para os aspectos

¹ A região do Cariri cearense é composta atualmente por 27 municípios: Abaiara, Araripe, Aurora, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Juazeiro do Norte, Milagres, Tarrafas, Altaneira, Antonina do Norte, Assaré, Barbalha, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Mauriti, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre e Santana do Cariri. Os limites territoriais dessa região se dão entre os estados de Pernambuco, Paraíba e Piauí. A partir da conurbação entre os municípios de Crato, Juazeiro e Barbalha, também chamado de Triângulo Crajubar, foi se formando a chamada Região Metropolitana do Cariri - RMC, então sancionada pela Lei complementar estadual nº 78 de 29 de junho de 2009. Além das três cidades citadas, foram também incluídas na RMC alguns municípios limítrofes como Caririaçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda, Santana do Cariri.

² É possível perceber a (re)produção desse enunciado quando analisamos, por exemplo, a I Feira de Cultura e Turismo dos municípios do Cariri, ocorrida em julho de 2014, durante a qual a Secretária de Cultura da cidade do Crato, Dane de Jane, em entrevista ao jornal *O Diário do Nordeste*, afirma ser o Cariri cearense o “celeiro da tradição popular”. Na continuação de sua fala, a secretária declara: “São poucas as regiões com esse formato e patrimônio existente aqui, que agrega todas as diversidades da cultura”. A matéria referente a essa entrevista foi publicada naquele jornal em vinte de julho de 2004. Ver: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/suplementos/cariri-regional/feira-promove-cultura-da-regiao-1.1061209>.

da identidade cultural dessa região, até a constituição de políticas públicas que a partir do final da década de 1970 vão contribuir para fortalecer muitos desses signos de distinção geográfica.

Atravessando essa atuação intelectual de meados do século XX, o maior interesse de nossa tese é o de entender como vai se arquitetando a produção do que no seu decorrer chamaremos de “Cariri folclórico” entre as décadas de 1950 e 1970, a partir do papel que algumas instituições/atores terão para a constituição de um campo de estudos e fomento da cultura popular caririense nesse período. O trabalho executado por essas instituições/atores terá como pano de fundo a configuração do chamado movimento folclórico brasileiro³, no qual o Cariri cearense irá participar a partir de algumas ações/discursos. Nossa tese atravessa esses caminhos na tentativa de entender de que maneira tal participação foi se fazendo possível. Dentre estas instituições, irão se destacar aqui as comissões nacional e cearense de folclore, bem como o Instituto Cultural do Cariri – ICC. No entanto, o personagem mais proeminente dessa narrativa, principalmente por conseguir costurar o vínculo entre esses diferentes espaços, é o intelectual cratense J. de Figueiredo Filho.

Feita de diferentes escritas, práticas e negociações, a produção desse “Cariri Folclórico” é um espaço escorregadio. A opção por esse recorte, para além de toda

³ Tendo como foco central a institucionalização dos estudos de folclore no Brasil, o chamado “movimento folclórico brasileiro” foi o principal responsável pela constituição de uma rede de folcloristas que compartilhavam o ideal de fortalecimento desses estudos em todo território brasileiro. Esse movimento teve o seu apogeu entre os anos de 1945 e 1964, proporcionado principalmente pela atuação da Comissão Nacional de Folclore – (CNFL). Esse órgão paraestatal foi uma das comissões temáticas do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura - (IBECC), organizada no Ministério das Relações Exteriores para ser a representante brasileira da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. De acordo com o antropólogo Rodolfo Vilhena (1997), a partir de várias ações, principalmente por meio de congressos nacionais ocorridos em diferentes estados, intelectuais do Brasil inteiro se empenhavam em pesquisar e divulgar manifestações culturais apresentadas como representantes das identidades territoriais de onde esses intelectuais advinham. Assim como veremos, o “movimento folclórico brasileiro” teve seu auge com a criação em 1958 da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, quando o estado, por intermédio do Ministério de Educação e Cultura, assume a responsabilidade sobre o estudo e a difusão do folclore nacional. Muitas ações importantes foram executadas por intermédio do trabalho intenso dos intelectuais pertencentes a tal Campanha, principalmente Renato Almeida e Edison Carneiro, como veremos. Com o decorrer do tempo, o movimento se viu enfraquecido por ocasião das mudanças no cenário político nacional, bem como pela impossibilidade de o Folclore se constituir enquanto um campo autônomo. Rodolfo Vilhena nos alerta ainda que o uso do termo foi propagado pelos seus próprios integrantes e diante da necessidade de separar a ciência folclórica de qualquer dimensão estática. A Campanha de Defesa do Folclore brasileiro se transformou, em 1976 em Instituto Nacional do Folclore, ligado à Fundação Nacional de Arte – (FUNARTE), e em 1997 no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, inicialmente ligado à FUNARTE e, a partir de 2003, vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

a “violência” de um procedimento organizador/instaurador de marcos temporais, vincula-se à observação de um conjunto de ações que a esse período foram tornando possível a configuração de determinado campo discursivo. Entrecortado de contornos e arestas que vão fazendo sentido no decorrer do confronto entre fontes documentais, historiografia e construções teóricas, esse enredo não se pretende multiplicador de lugares comuns sobre o extremo sul cearense, ainda que essa não seja uma tarefa das mais fáceis.

Neste sentido, a escolha do recorte temporal se deu por esse permitir problematizar ações que acreditamos indispensáveis no processo de institucionalização de um discurso “folclorizador” para o Cariri cearense. No entanto, tentaremos realizar aqui um movimento que busca ultrapassar as bordas mais estreitas do tempo e do espaço proposto, buscando as redes que deram sustentação a um projeto que contemporaneamente parece bastante naturalizado.

Tendo ciência que há um leque de possibilidades analíticas, decidimos adentrar a construção desse lugar de distinção a partir dos discursos e ações orquestrados por personagens que nesse tempo se dedicaram a atuar no tão prolixo campo conceitual do Folclore⁴. Para tanto, vamos percorrer aqui o itinerário dessas

⁴ Oficialmente, o termo “Folclore” teria sido utilizado pela primeira vez pelo estudioso inglês William John Thoms, em carta à revista londrina *The Atheneum*, em agosto de 1846, sendo originário do neologismo de língua inglesa folk-lore (saber que vem do povo) o que de acordo com Maria Laura Cavalcanti (2002) denomina um campo de estudos até então identificado como “antiguidades populares” ou “literatura popular”, que herdava dos estudos de antiquários e românticos muitos dos seus interesses investigativos. De acordo com Catenacci (2001, p. 28) citando Vilhena (1997, p. 24) entre o final do século XVIII e início do século XIX, momento em que teria ocorrido uma repressão maior sobre a cultura popular europeia, os intelectuais românticos diante de seu interesse pelo que lhes pareceria bizarro, foram “responsáveis pela fabricação de um popular ingênuo, anônimo, espelho da alma nacional, [sendo] os folcloristas seus continuadores”. No que concerne à sua história conceitual e metodológica, o campo de estudos folclóricos sempre esteve entremeado por divergências e (re)enquadramentos relacionados à constituição das identidades coletivas, principalmente no surgimento dos Estados Nacionais Europeus. No campo conceitual há uma evidente dificuldade de estabelecer fronteiras e relações entre seu território e de conceitos como o de *Tradição* e de *Cultura Popular*, por exemplo, surgindo interpretações que equivalem e que separam parcial ou totalmente esses conceitos. Outro ponto que envolve um enorme trabalho de discussão diz respeito aos limites da cultura material dentro do campo de abrangência dos estudos folclóricos. Questão que será bastante discutida na *Carta do Folclore Brasileiro*, de 1951. Por último, podemos elencar também a dificuldade de estabelecer a abrangência de conceitos como o de “povo” e de “popular” dentro dessa configuração. Historicamente, estes debates ajudam a (re)cartografar procedimentos metodológicos e o próprio lugar dos estudos folclóricos nesse contexto. No Brasil, o Folclore iniciou seu processo de constituição enquanto um campo específico nas últimas décadas do século XIX, também tendo, assim como na Europa, um forte vínculo com a construção dos sentidos de nacionalidade. Nesse processo de construção teórico-metodológica, a *Carta de Folclore Brasileiro*, resultado do I Congresso Brasileiro de Folclore em 1951, se constituiu como uma das primeiras, se não a primeira ação coletiva em busca da sistematização de parâmetros de entendimento do que poderia ser considerado *folclore* no contexto brasileiro. Nesse documento o estudo folclórico foi considerado como pertencente às ciências antropológicas e culturais, além de haver uma condenação da perspectiva que apenas considerava folclórico o chamado fato espiritual, o aspecto

ações, recortando suas trilhas a partir de uma expressiva documentação histórica constituída, em grande medida, de registros oficiais produzidos e organizados por esses atores.

Neste sentido, na tentativa de encontrar as peças "corretas" desse jogo, chegamos à documentação das comissões nacional e cearense de folclore. Nossa intenção, a priori, era a de encontrar periódicos que pudessem proporcionar uma visão mais detalhada das tramas que deram visibilidade a esse conjunto de signos "folclorizadores" do Cariri cearense. No entanto, como em todo processo de pesquisa, "cartografado" pelo acaso e pelos desvios, nos vimos diante de uma documentação burocrática da qual inicialmente achávamos que não haveria nada que efetivamente interessasse aos nossos objetivos iniciais. Foi neste contexto que tecemos um encontro com a diversidade documental do Centro Nacional de Folclore Cultura Popular - CNFCP⁵ referente às instituições e aos sujeitos participantes do já apresentado movimento folclórico brasileiro. Documentação essa bastante extensa e cuja forma como estava distribuída dificultou muito a construção de um panorama inicial para os nossos objetivos.

Neste sentido, tornou-se necessário dar certa "organizabilidade" a esse conjunto caótico que durante seis meses tivemos contato e que compreendia desde as inúmeras correspondências entre a Comissão Nacional de Folclore e suas agências estaduais, passando por textos informativos sobre a organização e execução de congressos e semanas de folclore em todo território nacional, atas de reuniões, ensaios sobre temáticas diversas, matérias de jornais, revistas, fotografias,

material, a partir de então, também deveria ser levado em consideração. Nessa nova perspectiva o elemento tradicional não é preponderante, bastando que seja considerado o aspecto da aceitação coletiva, seja anônimo ou não, e a essencialidade do aspecto popular. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, é fundamental a utilização dos métodos históricos e culturais *no exame e análise do Folclore*" (BRANDÃO, 1982, p. 32). Nesses aspectos, estariam às especificidades do chamado "Fato Folclórico". Com o decorrer do tempo e principalmente com a emergência das ciências antropológicas e sociológicas, o termo Folclore passou por um processo de desgaste, que o vinculava à produção de um conhecimento diletante e atrasado, havendo uma progressiva negação de sua legitimidade, mesmo que muitos dos seus objetos, procedimentos e interpretações continuassem pujantes para os estudos da antropologia e para a historiografia. Ver bibliografia.

⁵ Atualmente o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – (CNFCP) está instalado em quatro prédios que integram parte do conjunto arquitetônico do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Os trabalhos do centro agregam eixos ligados aos programas e projetos de pesquisa, documentação e difusão da cultura popular brasileira. Além do Museu de Folclore Edison Carneiro, o CNFCP conta com a Biblioteca Amadeu Amaral e um setor de pesquisa e difusão. As exposições da sala Mestre Vitalino e da Sala do Artista Popular se configuram como importantes espaços para a apresentação de obras resultantes de pesquisas realizadas diretamente pelo centro. Ver: <http://www.cnfcp.gov.br/>

livros e, por fim, os boletins bibliográficos e noticiosos produzidos mensalmente pela Comissão Nacional de Folclore e a Revista Brasileira de Folclore. Esses últimos importantes instrumentos de periodização dos discursos desta comissão e da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, respectivamente.

A significativa quantidade de referências encontradas que tratavam do tema da cultura popular caririense nos levou a decidir enveredar por essas construções institucionais e pelas tramas que elegeram/excluíram territorialidades. Porém, essa diversidade documental não estava distribuída de forma “equilibrada” dentro do recorte temporal escolhido, o que contribuiria para (re)organizar o modo como iríamos trabalhar em nossa tese a fabricação desse lugar de distinção.

Torna-se necessário afirmar que a ausência de referências ao Cariri cearense nos primeiros anos dessa documentação institucional nos gerou certa angústia. Isso porque ia a contrapelo do que habitualmente estávamos acostumados a trabalhar e do que se escrevia sobre tal região. No entanto, no decorrer da pesquisa e no confronto com algumas questões, tornou-se possível sair de certa “zona de conforto” e adentrar em um espaço aberto a diversas problematizações. Esse espaço novo trouxe para o primeiro plano o terreno da produção intelectual, o que se configurou como um grande desafio.

Em meio a todo esse conjunto documental, fomos em busca de pistas que pudessem nos levar a encontrar o Cariri cearense nesses diversos registros. Só a partir de então é que conseguimos organizar as centenas de documentos encontrados, os dividindo por ano e assunto, para logo em seguida tentar encontrar, documento após documento, os possíveis lugares de invenção dessa regionalidade folclórica. Como já colocado, em princípio o que encontramos foi uma diversidade de fragmentos que não dialogavam entre si. Que não pareciam ter sentido algum pensados conjuntamente.

No meio desse conjunto de fragmentos tornou-se necessário entender as relações que existiam entre o aparecimento dessa região nos arquivos do CNFCP e a possibilidade de pensá-la dentro do movimento folclórico brasileiro. A construção desse “mapa documental” nos demandou muito tempo e a necessidade de tentar encontrar os traçados que deram sustentabilidade a tal participação. Do modo “disperso” em que essa documentação se apresentava, alguns elementos foram ganhando lógica à medida em que conseguimos relacioná-los com as questões que o diálogo historiográfico nos fomentou. Torna-se necessário afirmar que parte

considerável da documentação que aqui utilizamos é de natureza inédita, isto é, ainda não foi explorada em outros trabalhos acadêmicos.

No processo de busca e problematização desse conjunto documental, centralizamos nosso objetivo maior em pensar a rede que foi sendo organizada por entre esses discursos e suas capilaridades. Neste sentido, a nossa problemática central concentra-se em torno de pensar de quais maneiras se desenhou a travessia do Cariri cearense dentro do movimento folclórico brasileiro. Como há pouco colocado, parte desses documentos oficiais relacionados à Comissão Nacional de Folclore nunca tinham sido explorados em um trabalho acadêmico, o que sob alguns aspectos é algo positivo, já que primeiramente abre uma vereda interpretativa (dentre várias) para ampliarmos os ângulos por onde esse movimento, assim como o Cariri cearense, podiam ser percebidos. Por outro lado, a abertura de novas possibilidades proporcionou certa angustia diante do inevitável deslocamento de determinadas “zonas de conforto” que estávamos acostumados a nos agarrar.

Porém, a documentação presente no CNFCP não é o único espaço de onde objetivamos resolver a nossa problemática central. Mesmo sendo o mais importante. Em torno da produção intelectual do Instituto Cultural do Cariri - ICC, principalmente por meio de sua revista, *Itaytera*, encontramos a possibilidade de perceber o diálogo estabelecido entre esta instituição e o movimento folclórico brasileiro. Da mesma forma, tivemos contato com um conjunto de periódicos no quais foram noticiados momentos importantes da participação dos grupos culturais caririenses no roteiro de tal movimento. Esses periódicos também se configuraram enquanto espaços privilegiados para Figueiredo Filho divulgar suas ações em tal campo.

Neste sentido, foi por intermédio do acervo da Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj, localizada na cidade de Recife, que tivemos acesso à maior parte dos números da *Revista Itaytera*, além de entrarmos em contato com importantes obras sobre a temática folclórica que dialogavam com a construção regional do Cariri cearense. Nos arquivos da Fundaj foi possível também termos acesso à *Revista Brasil Açucareiro*, periódico ligado ao Ministério do Açúcar e do Alcool, espaço em que o folclorista cratense Figueiredo Filho publicou parte de seus artigos sobre a relação entre folclore e cana de açúcar. Infelizmente, por consequência do acaso, uma significativa parcela dos números pesquisados dessa revista foi perdida.

Tendo como base o conjunto documental analisado e a partir das argumentações elaboradas no decorrer dos nossos três capítulos, entendemos que a entrada e a

certa permanência do Cariri cearense dentro do movimento folclórico brasileiro se deu principalmente pelo valor dado pelos diferentes atores aqui envolvidos, a ocorrência dos chamados “Folguedos Populares”⁶ dessa região. Neste sentido, é em torno da busca pela ocorrência desses elementos que as primeiras comunicações entre a comissão nacional e cearense de folclore irão se estabelecer e fomentar ações conjuntas.

O roteiro de construção dessa rede se inicia com a instituição no início da década de 1940 das comissões nacional e cearense de folclore, mas ganhará força e organicidade com a instalação do Instituto Cultural do Cariri - ICC e da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro - CDFB, em 1953 e 1958, respectivamente. Iremos explorar aqui algumas narrativas que tornam mais evidente as tessituras dessa teia e seus desdobramentos em favor das (re)construções autor-representativas do extremo sul cearense.

Para tanto, algumas perguntas irão nortear nossa travessia: de que maneira foi se estabelecendo um diálogo institucional entre os intelectuais da comissão nacional e cearense de folclore e o Instituto Cultural do Cariri? A partir de que instrumentos esta ação foi se tornando possível? De que modo elas ajudaram a produzir certa representatividade cultural para o Cariri cearense? Ao produzir um trabalho historiográfico preocupado com essa irrupção, com essa dinâmica, muitas incertezas vêm à tona. Incertezas, que, avisamos de antemão, não serão respondidas de modo satisfatório no decorrer dessa tese.

⁶ Assim como iremos acompanhar no decorrer de todo o nosso trabalho, vai se costurando ao longo dos anos, dentro do movimento folclórico brasileiro, um discurso de busca por conhecimento e valorização dos chamados “Folguedos Populares” enquanto objetos essenciais de conhecimento da diversidade cultural brasileira. Essa terminologia, que a priori se vinculava prioritariamente aos chamados “altos populares” foi, ao longo do tempo, agregando um conjunto maior de elementos, principalmente no que concerne aos grupos culturais vinculados a essas festividades periódicas. A consagração dos “folguedos” populares enquanto signos oficiais do movimento folclórico brasileiro se deu no II Congresso Brasileiro de Folclore ocorrido em Curitiba no ano de 1953. De acordo com Rodolfo Vilhena (1997, p. 147), o folclorista baiano Edison Carneiro é um dos principais “orquestradores” da construção conceitual e metodológica dos folguedos populares enquanto elementos representativos da Identidade Nacional. Para tanto, Edison Carneiro convoca, em seus escritos, o folclorista Amadeu Amaral como o precursor dessa preocupação na medida em que este último interpreta o folclore enquanto um sistema integrado, cuja dinamicidade não se desvincula da vida cotidiana e se reflete em crenças, costumes e performances diversas. Neste sentido, para Amadeu Amaral os folguedos representam um corpo, um todo coerente, cuja dramaticidade recorda elementos memorialísticos da Identidade Brasileira. Tornava-se necessário fazê-los “renascer”. Essa ideia será recorrente nas correspondências enviadas por Renato Almeida aos componentes das comissões estaduais de folclore e nos discursos de folcloristas de todas as partes do Brasil, que assim como iremos demonstrar, buscarão incessantemente expressar o que eram possuidores de elementos dignos de conhecimento e de difusão. Ver: VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão: O movimento folclórico brasileiro (1947 – 1964)**. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997. pág. 147.

No entanto, diante da diversidade de caminhos possíveis, decidimos em nosso primeiro capítulo, “*O movimento folclórico no Ceará: intelectuais, discursos e tessituras culturais*”, percorrer os signos que contribuíram para a instalação do movimento folclórico nesse estado e que nos anunciam sobre a ausência do Cariri cearense num panorama inicial de preocupações. Para tanto, optamos por trabalhar com um conjunto documental que atravessa prioritariamente a constituição das comissões nacional e cearense de folclore e que dá conta das negociações e de um emaranhado de códigos elaborados no processo a que se submeterem os folcloristas desse movimento para fundarem núcleos em cada unidade federativa.

No entremeio de assuntos burocráticos, essas correspondências e boletins bibliográficos vão se mostrando elementos profícuos para o entendimento mais aprofundado da relação que acreditávamos existir entre a atuação de alguns intelectuais e o processo de redefinição do espaço ocupado pelo Cariri cearense no panorama dos estudos de folclore nacional, principalmente a partir de meados da década de 1950. No que concerne ao conjunto maior da documentação, uma de nossas maiores dificuldades foi traçar, diante de tão diferentes narrativas, pontos frágeis de intersecções. Entre centenas de boletins bibliográficos e noticiosos produzidos pela Comissão Nacional de Folclore e correspondências trocadas entre a ela e as subcomissões estaduais, encontrar a trajetória dos estudos de folclore cearense não foi uma tarefa das mais fáceis. Essa arquitetura foi difícil de desenhar não apenas pela quantidade de documentação encontrada, mas, principalmente pela complexidade das redes ali dispostas.

Especialmente no que concerne às correspondências, nos vimos diante da periodicidade com que a comunicação entre a Comissão Nacional e suas subcomissões estaduais foi se estabelecendo, ao tempo em que também fomos acompanhando a configuração de determinadas zonas de interesse. No entanto, pela impossibilidade de estabelecer contato com todas as correspondências trocadas entre esses intelectuais, tornou-se necessário tentar decifrar seus diálogos por intermédio da ligação com outros enunciados que davam conta da “germinação” daquele projeto nacional.

Especificamente no que diz respeito ao contexto cearense, ao adentrarmos as correspondências trocadas entre Renato Almeida e a primeira secretária-geral da comissão cearense de folclore, Henriqueta Galeno, verificamos que a referência ao Cariri cearense praticamente inexistente até meados da década de cinquenta. Ao falar

do folclore cearense os intelectuais representantes dessa comissão estadual referem-se às práticas culturais existentes na capital, Fortaleza, ou em cidades isoladas. O recorte geográfico “Cariri” não encontra espaço nessa delimitação. Esse panorama vai sofrer modificações a partir de meados da década de cinquenta com a concretização de importantes mudanças na política institucional do movimento folclórico, assim como pelo (re) ordenamento desse campo na própria região sul cearense, principalmente a partir da atuação do Instituto Cultural do Cariri (ICC), por meio do já apresentado farmacêutico José de Figueiredo Filho que se tornará correspondente da comissão cearense de folclore.

Desse silêncio inicial, atravessando as primeiras investidas de Figueiredo Filho rumo à sua inserção dentro do movimento folclórico brasileiro, nosso primeiro capítulo objetiva entender como foram se constituindo os espaços iniciais de negociação entre a comissão nacional e a comissão cearense de folclore, e de que maneira, entre uma coisa e outra, o Cariri cearense vai aparecer ainda que timidamente.

No entanto, a dinâmica de tal processo no impulsionou a formular possíveis caminhos para atendermos a constituição dessa inserção do Cariri cearense no panorama nacional. Foi assim que chegamos ao objetivo central o nosso segundo capítulo que é o de compreender certa “circulação” dessa região a partir das tramas que se desenrolam em torno de alguns eventos promotores e divulgados do movimento folclore brasileiro.

Neste sentido, os congressos de folclore, organizados já pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro - CDFB, entram em cena aqui na condição de “vitrines” de sua política institucional mais ativa: o conhecimento, a valorização e a divulgação dos “folguedos populares”. Neste sentido, foi por intermédio de alguns festivais, integrantes da programação de tais congressos, que um elemento discursivamente caririense, a Banda Cabaçal, surgirá contribuindo para que entendamos alguns dos caminhos por onde o Cariri cearense entrará em certo roteiro nacional. Sua dimensão performática, de manifestação tão presente em festejos religiosos tradicionais da região, chamaria a atenção do público em geral, ao tempo em que seus elementos “característicos” ajudariam os folcloristas a (re)pensar elementos de constituição da identidade brasileira.

Uma questão importante que precisa ser evidenciada aqui é que a representação das Bandas Cabaçais enquanto folguedos tipicamente caririenses, se

tornou um aspecto importante para entendermos como o movimento folclórico brasileiro foi responsável por ampliar a compreensão desse espaço. A quantidade de enunciados que se utilizam de tal denominação também exemplifica como os correspondentes de todo o Brasil (assim como fez Figueiredo Filho) irão se apropriar desse espaço para se fazerem visíveis. É justamente esse processo (que não é o único) de inserção discursiva que nos interessa problematizar no nosso segundo capítulo: *“Entre um festejo e outro: a banda cabaçal do Crato e o movimento folclórico no Cariri cearense”*.

Neste sentido, ao atravessarmos as primeiras correspondências trocadas entre as comissões nacional e cearense de folclore e os membros do Instituto Cultural do Cariri, chegamos ao convite e a ausência de uma determinada Banda Cabaçal cratense durante o I Congresso Internacional de Folclore, que fazia parte das festividades ao IV aniversário da cidade de São Paulo, em 1954. Essa ausência poderia não nos gerar nenhum interesse a priori, no entanto, isso se modifica quando conseguimos costurar esse acontecimento a uma série de outros surgidos posteriormente, e que vão se entremear pela visibilidade que décadas depois um grupo específico terá enquanto patrimônio cearense: os Irmãos Aniceto⁷. Pensando nessa dinâmica, faz sentido tentar elaborar uma “arqueologia” das políticas preservacionistas que giraram em torno desse elemento cultural e que vão proporcionar grande visibilidade ao Cariri cearense com o decorrer do tempo.

Neste contexto, entre inúmeras Bandas Cabaçais existentes nessa região, uma específica foi eleita por Figueiredo Filho para participar de determinados

⁷ Composta por quatro irmãos, a Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto ganhou visibilidade no contexto nacional e mesmo internacional (ela já se apresentou na França, Portugal e Espanha) nos últimos anos, principalmente em decorrência da especificidade de suas performances. Essa visibilidade atravessa o interesse do poder público, da mídia e desagua na ocorrência de diversos trabalhos acadêmicos. De acordo com o pesquisador Gilmar de Carvalho (2005) o que diferencia os Irmãos Aniceto de outras bandas cabaçais caririenses é, dentre outros aspectos, o encontro entre música e performance, bem como a quebra com determinadas dicotomias como popular e erudito, tradição e experimentação. Neste sentido, os aspectos da tradição oral regional podem ser observados, por exemplo, em performances que se utilizam de imagens em que animais como sapos, galos, gaviões, acauás, corujas e cachorros se fazem constantemente presentes. Esses sujeitos se apresentam não apenas em festas públicas da região, mas também em palcos de teatros de todo Brasil. Informações retiradas do site do governo do estado do Ceará declaram possuir o grupo mais de 200 anos de existência, o que nos leva a estabelecer uma possível relação entre ele e os grupos sobre os quais nos reportaremos no decorrer de nossa narrativa. O líder dos Aniceto, Raimundo Aniceto, ganhou em 2004 o título de “Mestre da Cultura” pelo estado do Ceará. Esta banda também recebeu em 2015 o título de Patrimônio Municipal Imaterial do Crato. Ver: CARVALHO, Gilmar de. **Artes da tradição: mestres do povo**. Fortaleza: Expressão Gráfica/Laboratório de Estudos da Oralidade UFC/UECE, 2005.

eventos culturais analisados em nosso segundo capítulo. Anônimo durante algum tempo, esse conjunto musical tão presente nas festividades religiosas e cívicas do Crato, recebeu durante o festival promovido pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1963, a denominação de “Zabumba do Cariri”, título que contribuiu para regionalizar e personificar a experiência daquele grupo. No entanto, os critérios de eleição de tal manifestação ficam mais evidentes quando observamos, a partir de diversos registros, o panorama do ano anterior ao IV aniversário de São Paulo.

Em 1953 esses sujeitos foram escolhidos para participarem da programação “folclórica” do aniversário da cidade do Crato, festividades que adquiriram projeção nacional, principalmente em decorrência da atuação do recém-inaugurado Instituto Cultural do Cariri - ICC. Foi neste sentido que se tornou interessante realizarmos essa “volta” para discutirmos a amplitude de tais eventos festivos que contaram com a participação de figuras públicas como Café Filho e Humberto Castelo Branco e que se viram bastante divulgados na imprensa nordestina, chegando aos “ouvidos” da Comissão Nacional de Folclore por intermédio, como veremos no nosso próximo capítulo, da publicação de artigos sobre o tema nos boletins bibliográficos e noticiosos daquela comissão.

Afastando-nos dos bastidores dos eventos ocorridos respectivamente em São Paulo e no Crato, adentramos no que, para nós, representa a consolidação dos diálogos entre as comissões de folclore e o Instituto Cultural do Cariri, bem como o fortalecimento da presença do agora chamado “Zabumba do Cariri” em alguns festivais folclóricos organizados por aquele movimento. O V Congresso Brasileiro de Folclore, ocorrido na capital cearense em 1963, representa uma aproximação efetiva entre este movimento, o poder público e a Universidade do Ceará, então tornado evidente com a instalação, em 1958, da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro - CDFB, que surge da necessidade de institucionalização de uma agência governamental que coordenasse a preocupação com a pesquisa e a preservação do folclore brasileiro. Com essas redefinições, o diálogo entre o Crato e o Rio de Janeiro se fez de modo mais eficiente e direto.

Para trabalharmos com esses espaços e suas vozes ressonantes, nossa constelação documental se ampliou bastante em relação ao primeiro capítulo. Nesse processo, se fez necessária a utilização dos documentos produzidos pelo Instituto Cultural do Cariri - ICC (principalmente suas atas de reuniões e a *Revista Itaytera*) que dão conta dos primeiros diálogos entre a instituição cratense e o movimento

folclórico brasileiro e foram fundamentais também na construção da problemática de nosso terceiro e último capítulo. Outros artefatos documentais importantes para a construção de nossa análise foram as matérias de jornais publicadas no período de nossa análise e que dão conta da repercussão da participação do Cariri cearense nos eventos aqui relatados.

Voltando à documentação do ICC, fomos percebendo que com o decorrer do tempo se organizou um diálogo entre o Instituto Cultural do Cariri e a Comissão Nacional de Folclore/Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro que ultrapassava a promoção de determinados eventos e se estabelecia em torno da preocupação em construir um terreno periódico de difusão dos enunciados de valorização do folclore regional. Esse diálogo, que ia muito além da presença do “Zabumba do Cariri”, contemplava um conjunto diverso porém “harmônico” de discursos, todos esses congregados em torno da valorização dessa regionalidade cultural.

Assim como viemos acompanhando, essa inserção também possuía como marco temporal o ano de 1953, quando os primeiros textos sobre o Cariri cearense são divulgados nos boletins bibliográficos e noticiosos da Comissão Nacional de Folclore e se estendem até o final da década de 1960, quando encontramos os últimos registros sobre essa região em tais periódicos. Atravessando esse cenário, o objetivo de nosso terceiro capítulo, “*Dos retalhos e costuras: enredos e escritas de um Cariri impresso*”, é tentar compreender a propagação do “Cariri folclórico” pelo intermédio da divulgação periódica da produção escrita sobre essa região nos boletins da Comissão Nacional de Folclore, bem como por ocasião da fabricação da principal obra sobre essa temática: *O Folclore no Cariri*, escrita por Figueiredo Filho e publicada em 1962.

Entendemos que a partir da construção desse capítulo é possível montar uma parte do painel de enunciados em que o Cariri cearense se fez visível dentro do movimento folclórico brasileiro, já que os boletins bibliográficos e noticiosos funcionavam como “vitrines” por onde foi possível, ainda que precariamente, mapear a circulação de determinadas ideias sobre essa região em contexto nacional. Neste sentido, esses boletins possuíam um importante papel para que se conseguisse que certos enunciados fossem compartilhados entre os mais distantes agentes do campo folclórico nacional e fortalecesse determinadas mensagens sobre aquela região. No processo investigativo, as escolhas/exclusões foram sendo traduzidas por meio da interconexão entre os fragmentos narrativos escolhidos e outros enunciados

encontrados pelo caminho, como por exemplo as correspondências trocadas entre esses intelectuais e os pronunciamentos oficiais, principalmente da Comissão Nacional de Folclore, por intermédio de suas "notas diversas" dentro desses mesmos boletins.

A escolha desses boletins como instrumentos de análise se deu por ocasião deles nos permitirem fazer um "acompanhamento" periódico do que estava sendo publicado a respeito do Cariri cearense em diferentes jornais e revistas de todo Brasil e principalmente porque os mesmos nos direcionam a pensar a "travessia" dessa região no movimento folclórico brasileiro. Neste sentido, e assim como iremos acompanhar, serão bastante recorrentes as referências a textos publicados anteriormente na *Revista Itaytera*. Nessas referências não aparecerá apenas à figura de José de Figueiredo Filho, mas teremos a presença também de outros estudiosos, alguns ligados a importantes comissões estaduais de folclore, o que nos levar a concluir que o interesse pelo Cariri cearense circulava para além da própria região do extremo sul cearense.

Como já colocado, não assumimos aqui o entendimento que de que essas referências eram apenas reproduções do que vinha sendo publicado na imprensa em geral. Elas incentivavam a existência de tais publicações, bem como possuíam um sentido dentro de cada boletim mensalmente publicado. Neste sentido, a palavra boletim que a priori nos parece algo meramente "informativo", foi se demonstrando um espaço frutífero de incentivo e divulgação de correspondentes locais. Dava mais desenvoltura àquele movimento.

No entanto, foi dando continuidade a essa preocupação em pensar a escrita como espaço de produção do "Cariri folclórico", que a obra *O Folclore no Cariri*, publicada em 1962, será aqui explorada enquanto "síntese" das investidas de Figueiredo Filho no campo folclórico nacional. Além disso, ela é aqui interpretada também como o resultado na sua busca por reconhecimento local. Neste sentido, a partir de elementos presentes no livro ou que se inscrevem no processo de sua fabricação e divulgação, buscamos estabelecer relações com a influência que este recebeu do movimento folclórico brasileiro. *O Folclore no Cariri* pode ser interpretado enquanto um "mapa cultural" daquela região, onde os diferentes traçados cartográficos publicados ao longo da trajetória de Figueiredo Filho se encontram e ganham sentido correlacionados à própria produção de uma memória histórica da região.

No que tange ao quadro analítico, alguns diálogos historiográficos se farão fundamentais durante toda a nossa narrativa. Neste sentido, no âmbito da historiografia caririense a dissertação do pesquisador Ítalo Bezerra, “*O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: Memória, escrita da história e representações da cidade*”, defendida em 2011, nos forneceu um painel bastante rico e diverso do processo de organização institucional do ICC e da sua relação com as festividades cívicas de aniversário daquela cidade, em 1953. Além disso, a riqueza documental trazida por esse historiador nos ajudou a “completar” determinadas lacunas argumentativas.

Da mesma forma, o trabalho dissertativo da historiadora Otonite Cortez, *A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960)*, esta defendida no ano 2000, foi fundamental para que pudéssemos acompanhar a historicidade das disputas entre as cidades de Juazeiro do Norte e Crato e a consequente eleição desta última enquanto “Princesa do Cariri”. Assim como acompanharemos no decorrer do nosso trabalho e como demonstrado inúmeras vezes pela historiografia regional, as disputas entre essas duas cidades fazem parte da formação da identidade caririense. São assim elementos “essenciais” dentro do imaginário coletivo desta região.

A respeito da discussão sobre “territorialização” das práticas culturais, as análises produzidas pelo historiador Durval Muniz em a “*Invenção do Nordeste*” e a “*A feira dos mitos, a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste – 1920 – 1950)*”, obras publicadas em 1999 e 2013, respectivamente, fomentaram importantes elementos teórico-metodológicos para que pudéssemos pensar o papel da escrita intelectual na produção de espaços (geográficos e imagéticos) para a cultura popular e a repercussão dessas ações na própria solidificação de determinadas representações e divisões territoriais.

Ainda no espaço da historiografia dos estudos de folclore no Brasil, as discussões desenvolvidas pela historiadora Maria Laura Viveiros Cavalcanti na obra “*Reconhecimentos: antropologia, folclore e cultura popular*”, publicada em 2013, trouxe importantes argumentos para um aspecto que é central no nosso trabalho: distanciar as ações dos folcloristas de qualquer sentido estático e despolitizado. Neste trabalho, Maria Laura demonstra como esses homens buscavam legitimidade para seu campo de atuação ao tempo em que almejavam também construir laços com outros espaços institucionais e acadêmicos.

No mesmo caminho, e com uma contribuição que ultrapassa os limites de qualquer campo científico específico, nos encontramos com a mais importante obra sobre o movimento folclórico brasileiro e nossa mais evidente inspiração. *Projeto e Missão*, publicada em 1997 e escrita pelo antropólogo Luis Rodolfo Vilhena, traça com riqueza de detalhes e profundidade narrativa um panorama completo sobre o papel missionário desenvolvido por homens que se dispuseram a "regastar" o que entendiam por "patrimônio espiritual brasileiro". O trabalho cuidadoso realizado por esse antropólogo nos auxiliou na construção das mais importantes problemáticas aqui desenvolvidas. Neste sentido, Vilhena elaborou um desenho "didático" sobre a constituição organizacional das comissões nacional e estaduais de folclore, bem como sobre os meandros que forneceram terreno para a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e para a execução de suas ações, como os festivais folclóricos, por exemplo. O livro se encerra com a decadência do movimento folclórico, então representada pela saída de Edison Carneiro desta Campanha em abril de 1964, no entanto suas análises ultrapassam os limites estabelecidos pelo recorte temporal.

No terreno das questões teóricas, o conceito de Campo, minuciosamente apresentado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu em suas obras, tornou-se central para a constituição da nossa proposta analítica. De modo geral, Campo pressupõe um espaço multidimensional, configurado a partir das tensões entre seus diversos agentes, cujas ações lhe dão sentido e organização. Um questão importante colocada por esse sociólogo se refere à dimensão ao mesmo tempo estruturada e estruturante desse conceito. A primeira dimensão diz respeito à constituição de regras compartilhadas pelos seus agentes. Já a dimensão estruturante emerge por ocasião das disputas por legitimidade impulsionarem redefinições e deslocamentos nas regras estabelecidas.

Por vários momentos foi possível perceber esses elementos na constituição do campo folclórico brasileiro. Desde a construção de regras que deveriam ser adotadas por todas as subcomissões estaduais, passando pela escolha de um roteiro de interesses que congregariam à participação dos diversos agentes envolvidos, até mesmo nas disputas entre esses personagens no sentido de redefinição de algumas das suas regras básicas. No entanto, como trabalhamos prioritariamente com uma documentação oficial, foi difícil visualizar, no movimento folclórico, os chamados "agentes heterodoxos", aqueles que frequentemente estão a

contrapelo do discurso oficial, tencionando as mudanças no campo em que se inserem.

Acompanhando as questões aqui colocadas, é possível afirmar que o Cariri cearense surge nos documentos do movimento folclórico brasileiro como parte de suas regras estabelecidas. Neste sentido, as sistemáticas correspondências trocadas entre a Comissão Nacional de Folclore e as subcomissões estaduais que dão conta da necessidade de interiorização de suas ações, bem como a busca de Figueiredo Filho para se "adequar" às condições estabelecidas como importantes para aquele movimento, são exemplos claros da historicidade das regras e das condições de circularidade dentro do movimento folclórico brasileiro.

Ainda em torno das afirmativas do referido sociólogo francês e atravessando um aspecto que será recorrente no decorrer de nossa narrativa, em *O poder simbólico* (1989) o conceito de região é interpretado enquanto o resultado de tensões discursivas que produzem espaços (geográficos, mas também simbólicos) de compartilhamento de experiências sociais. Neste sentido, Bourdieu apresenta a dimensão "configurável" do processo de construção regional, feita de regras que buscam produzir verdades estabelecidas. Há para ele, na construção dessa territorialidade, um processo de racionalização e enquadramento de elementos que conjuntamente fornecem terreno à construção das identidades coletivas. Neste sentido, falar de região é falar da produção de autoridade e de distinção. E são esses dois elementos que o discurso folclórico se utiliza constantemente.

Na seara das discussões sobre história intelectual, os trabalhos desenvolvidos pelo historiador francês Roger Chartier dão conta da necessidade de "desencarnarmos" construções intelectuais, problematizando seus receptáculos materiais (os textos) no sentido de que esses devem ser contextualizados histórica, social e culturalmente. É desse modo que o conceito de representação nos ajuda a entender de que maneira os sujeitos históricos "produzem," por intermédio de práticas culturais diversas, espaços de (re) organização identitária. Pensando a escrita enquanto um desses espaços de produção de sentido, de "materialização" das tensões sociais, é que interpretamos as correspondências trocadas entre as comissões de folclore, as matérias jornalísticas publicadas sobre os congressos e semanas de folclore, bem como os enunciados presentes nos boletins bibliográficos e noticiosos da Comissão Nacional de Folclore, enquanto privilegiados tradutores da dinâmica do movimento folclórico brasileiro.

Ainda no terreno conceitual, o historiador francês Michel de Certeau em *Cultura no Plural* (2005), ao se utilizar do conceito de "beleza do morto", nos disponibiliza uma importante ferramenta para enfrentarmos alguns aspectos que nos deparamos no decorrer da análise documental. Neste sentido, esse processo classificatório ao qual Certeau se reporta pode ser observado, por exemplo, na prática de Figueiredo Filho quando este elabora, em torno das Bandas Cabaçais do Crato e do bumba meu boi juazeirense, certa diferenciação. As primeiras são apresentadas como tradicionais, autênticas, isto é, estão "mortas", enquadradas discursivamente. Já o segundo grupo, porque associado a um elemento desterritorializado (o romeiro), são descartadas de qualquer possibilidade "reducionista", estão vivas, neste sentido.

A respeito do título do nosso trabalho, celeiro é uma referência ao estado de produção sobre o qual nos debruçaremos. É esse um dos termos contemporâneos mais recorrentes quando se trata de representar o extremo sul cearense. Quando o relacionamos a ideia de (re) encenação, tentamos deslocar nosso olhar para os vários espaços (cenas) em que isso foi se fazendo possível dentro do contexto produzido pelo movimento folclórico brasileiro. Além disso, essa é uma referência também à dimensão "dramática" que os folguedos escolhidos enquanto representantes dessa região adquiriram. Mais adiante, arquiteturas e cartografias são referências ao trabalho costurado, principalmente por J. de Figueiredo Filho, que por intermédio de suas correspondências, escritas em jornais e revistas, publicações nos boletins da Comissão Nacional de Folclore e, finalmente na produção de *O Folclore no Cariri*, desenhou certa representatividade para seu "torrão natal".

Diante de tudo o que foi exposto, é necessário (re) afirmar que o Cariri cearense aparece aqui na sua indefinição. O discurso folclórico surge então como uma alternativa relativamente eficaz para se resolver esse problema, essa incerteza. Mais do que a ritualização aparentemente atemporal da memória, essa territorialidade se faz visível na nossa escritura por intermédio da mudança, da descontinuidade, do movimento. Do movimento folclórico. Neste sentido, o "Cariri folclórico" a que nos propomos trabalhar aqui não é o espaço do eterno retorno e do exótico como muito se propaga. Ele possui sua própria historicidade, a respeito da qual traçamos nossa narrativa.

2 O MOVIMENTO FOLCLÓRICO NO CEARÁ: INTELECTUAIS, DISCURSOS E COSTURAS CULTURAIS

2.1 Sobre excepcionalidades e silêncios

Região mítica, oásis ao sul do Ceará, que se estende por parte da Paraíba, Pernambuco e Piauí, o Cariri é um celeiro de tradições. Da herança indígena, passando pelos engenhos de cana e chegando ao Padre Cícero, veio gente de todo o Nordeste para lá. O resultado é essa explosão multicultural. O Cariri é onde os caminhos se encontram e onde se cruzam ofícios, saberes, fazeres, crenças e narrativas que transformam esta região marcada pela linha regular da Chapada do Araripe em um território único.⁸

Mestres da Cultura Popular no Cariri. Esse é o título do texto escrito pelo pesquisador cearense Gilmar de Carvalho e publicado em 2003 na revista pernambucana *Continente Multicultural*⁹. A dimensão mítica e plural confere o tom, bem como serve de justificativa para a beleza e exuberância de uma região que nessa escrita intelectual se expande para além dos limites oficiais e que é marcada ao longo de sua história por movimentos separatistas que nos anunciam sobre a complexidade do sentido de ser/ construir(se) enquanto caririense.

Mesmo não utilizando o já algum tempo desgastado e desacreditado conceito de Folclore, é perceptível, na sua escrita, uma forte influência de discursos e práticas que vão acompanhar a construção imagética dessa região há pelo menos meio século, apresentando a como um dos mais importantes “celeiro” da cultura popular nordestina. Título bastante caro e carregado de costuras difíceis de serem interpretadas, mas que clamam por uma desnaturalização necessária, ainda que naturalizadora de muitos outros lugares-memória. Interessa-nos aqui explorar algumas dessas possíveis veredas interpretativas.

⁸ _____ . Mestres da cultura popular no Cariri. **Revista Continente Multicultural**, Recife, v. 3, n. 27, p. 86, mar. 2003. Ver: <https://www.revistacontinente.com.br/>

⁹ A revista *Continente Multicultural* é uma publicação mensal, vinculada ao Governo do Estado de Pernambuco e editada pela Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, cujo primeiro número é de dezembro de 2000. Ao longo de suas edições mensais, esta revista tem privilegiado assuntos ligados à cultura em suas diversas manifestações, neste sentido, de acordo com Porto (2005) o conceito de cultura adotado na *Revista Continente Multicultural* é atravessado por dois outros conceitos; o de saber local e o de multiculturalismo. A autora ainda nos anuncia uma clara preocupação, por parte da revista, em explorar a diversidade cultural a partir de suas particularidades. Ver: PORTO, Ana Carolina Costa. **O jornalismo e o saber local: Análise da construção do conceito de cultura na revista Continente Multicultural.** Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, 2005. 74 folhas. (Monografia).

A proposta de iniciar nosso capítulo com um trecho que “exalta” essa excepcionalidade da região sul cearense terá como contraponto um texto em que reina sua ausência. Ou, pelo menos, a ausência de uma construção regionalizada de suas manifestações culturais. Neste sentido, o leitor não encontrará aqui o “Cariri Folclórico”, dimensão que tentaremos percorrer pelos próximos capítulos.

No entanto, esse exercício de (des)naturalização só é possível se expandirmos nossa análise para fora desse recorte geográfico, buscando os diferentes ingredientes que deram sentido a uma parte significativa dessa elaboração. E para que possamos entender de modo mais holístico todo esse processo, tornou-se necessário compreender também o trajeto desse campo de estudos e os percursos intelectuais a ele associados. Como já colocado parcialmente, o conjunto de representações que acompanham muitos desses percursos estão interligados à constituição e ao progressivo fortalecimento do campo de estudos “folclóricos”¹⁰, que no Brasil teve seu apogeu em meados do

¹⁰ No que concerne especificamente à constituição do campo de estudos folclóricos no Brasil, seu processo de organização se deu no final do século XIX, como já colocado, a partir de uma relação intensa/tensa com diferentes aspectos da Identidade Nacional, bem como com a preocupação em construir um “espírito científico” para seus estudos, substituindo a predominância até então de conhecimentos considerados diletantes e românticos em busca de legitimidade/legitimação. Esse espírito científico e essa preocupação com a identidade nacional traduzia-se pela utilização da metodologia da história natural e seus passos iam se estabelecendo entre a coleta do material, seu estudo e posterior comparação e construção teórica. Nesse limiar, Sívio Romero (1851 - 1914) um dos mais importantes folcloristas do seu tempo, vai ao encontro dessas preocupações dando ênfase aos aspectos culturais das três raças formadores dessa identidade e a abrangência de sua fundição (CATENACCI, 2001). Para tanto, este folclorista vai se amparar na teoria da seleção natural de Charles Darwin argumentando que pelo princípio da adaptação negros e índios estariam condenados ao desaparecimento enquanto o mestiço se configuraria como uma etapa para a constituição legítima raça brasileira: o branco puro. Esse raciocínio acompanharia a necessidade de muitos folcloristas dessa época em registrar as manifestações populares antes que estas fossem extintas pelo branqueamento civilizatório. No decorrer do século XX essa preocupação com os diferentes aspectos da Identidade Nacional acompanhou a trajetórias dos estudos folclóricos, havendo, porém, além da ampliação das temáticas, uma progressiva tentativa de tornar o Folclore uma disciplina autônoma, assim como as Ciências Sociais. O que acabou não se concretizando. De acordo com Maria Laura Viveiros (2012, p. 88), Mario de Andrade, na sua atuação junto ao Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, foi peça essencial nesse processo ao criar o curso de formação de folcloristas, então ministrado por Dinah Lévi-Strauss, “*que visava basicamente orientar o trabalho de campo desses estudiosos*”. Maria Laura Viveiros ressaltava dois fatores que se tornaram importantes para a transformação das pesquisas folclóricas nesse tempo: a criação de cursos superiores e a participação de professores e pesquisadores estrangeiros: “Da USP [Universidade de São Paulo], viria a influência francesa e a ênfase no estudo teórico, sendo possível destacar entre os estrangeiros, Lévi-Strauss e Roger Bastide (VIVEIROS, 2012, p. 88). Por intermédio da Escola Livre de Sociologia e Política, veio à influência americana. No que concerne aos elementos desse campo, a autora esclarece que a compreensão de folclore pelos estudos brasileiros divergia das compreensões norte-americana e europeia. A tendência norte-americana se inclinava a considerar apenas a cultura oral, o que divergia da compreensão brasileira, mais abrangente, porém, a posição brasileira não reconhecia o elemento tradicional como determinante do folclore, como interpretavam os europeus (VIVEIROS, 2012, p. 88). A dinâmica de institucionalização destes estudos se efetivou com o movimento folclórico brasileiro, um dos principais espaços por onde nossa trama historiografia transitou. Vivian Catenacci (2001, p.

século XX, sendo responsável nesse período por uma extensa rede de interlocutores distribuída por todo território nacional e que, como era de se esperar, teve tentáculos alcançados até a região do Cariri cearense. Mas não desde o início. Neste sentido, algumas das palavras utilizadas por Gilmar de Carvalho poderiam ser facilmente proferidas por muitos folcloristas que escreveram sobre essa região em meados do século XX e que, por intermédio de suas ações, cartografaram uma geografia baseada no que eles entendiam por tradicional, por autêntico, por popular.

No entanto, entre as afirmativas contemporâneas e as propagadas na década de 1950 e 1960, há um oceano de consensos e disputas, todas regidas pela preocupação com o processo de legitimação de determinados espaços de poder e que têm como foco central repensar a geografia simbólica da região sul cearense, tanto no que se refere à dinâmica com as regiões vizinhas como o envolvimento (ou não) de seus diversos municípios em favor de uma auto-representação eficiente e segura. Mas esse percurso também é atravessado pela preocupação com o repensar da geografia simbólica do Ceará. É ele, em determinados momentos, que conduziu a produção e seleção do que foi mais importante de se pesquisar/valorizar.

Essa auto - representação eficaz do Cariri cearense, tão presente nos discursos contemporâneos, se faz possível principalmente pela preocupação em diminuir as particularidades contextuais em favor da regionalização de determinadas práticas culturais. Neste sentido, os traçados dessa geografia simbólica vão se tornando “penetráveis” através de um exercício de (re)territorialização, sem a qual seria difícil pensar os processos de conformação de tal campo. Como já colocado anteriormente, a escrita de Gilmar de Carvalho chamou nossa atenção e optamos por utilizá-la no início desse capítulo por alguns signos que ela faz emergir e que nos ajudam a compor o cenário de uma engrenagem simbólica que vai ganhando corpo com o decorrer do tempo. *Mestres da Cultura* é uma referência ao título dado a um conjunto de grupos e personagens por determinada política estadual¹¹ do século

30) aponta outra tendência importante do século XX da qual participou Florestan Fernandes e que entende o Folclore como um “recurso das Ciências Sociais para entender e explicar a realidade, ou seja, as manifestações tradicionais”, tendo ele de ser trabalhado por intermédio de disciplinas como a Antropologia e Etnografia, por exemplo, já que entendido como um fato histórico-social, havendo aí uma negação de sua inteira autonomia. No processo de constituição do seu campo, ao contrário do que ocorreu nas Ciências Sociais, o Folclore não adentrou à academia enquanto uma disciplina universitária autônoma, como gostariam seus principais incentivadores, seu êxito maior se deu na constituição de comissões, museu, institutos e órgãos governamentais (CATENACCI, 2012, p. 75). Ver bibliografia.

¹¹ Tendo como parâmetro a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO, realizada no ano de 2003, a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará estabelece a partir da Lei nº

XXI, cujos maiores beneficiários são os chamados "brincantes" dos folguedos populares.

As ações em torno da preocupação com as danças e brincadeiras caririenses têm sua historicidade. Neste sentido, o decorrer da investigação documental nos conduziu a pensar que esse conjunto de ações ganhou uma forma organizada entre as décadas de 50 e 70 do século XX, elaborando a costura do que durante todo o nosso trabalho chamaremos de Cariri folclórico. Porém, a partir do distanciamento de certo “essencialismo”, bem como do intuito de encontrar ou fortalecer mitos fundadores, objetivamos, neste capítulo, tentar compreender de que modo vão se configurando, principalmente na década de 1950, as primeiras ações em torno da institucionalização de uma *política* “folclorizante” sobre/para essa região. Para tanto, tentaremos primeiramente acompanhar as regras de constituição do movimento folclórico no Ceará e o modo como este foi construindo uma política grávida de interesses que ultrapassaram os aspectos mais estabelecidos de sua identidade e que irão permear os labirintos de uma (re)cartografia cultural para o estado.

Esses aspectos “deságuam” em uma pergunta importante: como o Cariri cearense, que a partir da década de 1960 será apresentado por diferentes discursos como um dos mais importantes celeiros da cultura popular nordestina, criando-se a necessidade de estudar e divulgar seus grupos folclóricos, foi “esquecido” nas correspondências, relatórios e nos boletins produzidos pelas Comissões Nacional e Cearense de Folclore nos seus primeiros anos? Acreditamos que a possível resposta a esse questionamento permite que atravessemos o terreno por onde foi se tecendo ações efetivas em torno da fabricação¹² de diferentes territorialidades folclóricas no Ceará.

13.351 de 27 de agosto de 2003 uma política de incentivo aos promotores da Cultura Popular cearense a partir do registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular do referido estado. Essa iniciativa colocou esse estado como pioneiro na concretização das diretrizes estabelecidas em plano internacional. Neste sentido e assim como se recomendava a UNESCO, tal registro garantiria não apenas a preservação da diversidade cultural cearense, como também deveria haver o compromisso dos sujeitos contemplados de que suas manifestações culturais seriam transmitidas para as futuras gerações. Em 2006 houve a ampliação de tal lei, agora Lei 13. 842, também denominada de Lei dos “Tesouros Vivos da Cultura”, momento em que foram também incluídos os grupos. Há para os sujeitos e/ou grupos escolhidos um incentivo financeiro vitalício e o incentivo para que participem da programação cultural do governo do estado. Torna-se fundamental declarar a expressiva quantidade de mestres caririenses contemplados por essa política desde que foi efetivamente iniciada em 2004.

¹² ALBUQUERQUE JR, Duval Muniz. **A feira dos mitos**: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste – 1920 – 1950). São Paulo: Intermeios, 2013. pág. 28.

Essa ausência da referência à região sul cearense entre as questões privilegiadas pelos primeiros intelectuais da Comissão Cearense de Folclore, não significa, no entanto, que alguns de seus municípios fossem desprestigiados em discursos folclorizantes, produzidos anteriormente a este contexto. Ao lermos os escritos do folclorista Leonardo Mota, por exemplo, vemos que há muitas referências a manifestações culturais populares vivenciadas em diferentes municípios da região, mas a dimensão “caririense” dessas manifestações não aparece explicitada¹³, o que só aconteceu com a formação de um campo de estudos próprio em meados da década de 1950. Mas, para tanto, como já explicitado, torna-se imprescindível entender a formação das comissões nacional e cearense de folclore.

Como acompanharemos no decorrer desse capítulo, desde sua criação em 1948, a Comissão Cearense de Folclore – (CCF) foi se adequando a uma lógica ditada principalmente pela Comissão Nacional de Folclore (CNF), órgão criado em 1947 e que se transformou num divisor de águas desses estudos no Brasil. A instituição no Cariri cearense que se aproximou desta preocupação, o Instituto Cultural do Cariri (ICC), só foi fundada em 1953. O que significa também um ponto fundamental no decorrer desse processo.

Na busca das pistas que nos levem ao entendimento dessa teia, acreditamos que as periódicas correspondências trocadas entre os intelectuais das Comissões Nacional e Cearense de Folclore são importantes veículos para que acompanhemos a elaboração de diretrizes para a composição de um campo institucional destinado aos estudos folclóricos cearenses, que desde o final do século XIX fazia-se de modo fragmentário e amador e que a partir de 1948 vai ganhar força com a intensidade do diálogo com os intelectuais da CNFL. Novos elementos foram trazidos para a composição cartográfica-imaginária do Ceará.

Neste sentido, nossa proposta aqui é entender as interações entre as pretensões da Comissão Nacional de Folclore e os preceitos da composição cearense dessa instituição. Justificamos esse caminho como parte fundamental para entendermos a configuração pela qual a “vanguarda” sul cearense surgiu. Não há

¹³ Estamos nos referindo particularmente às obras *Sertão Alegre* (1928) e *Nos tempos de Lampião* (1930), como iremos tratar de modo mais sistematizado e aprofundado em outro momento. Usamos esses dois exemplos porque o estudioso Leonardo Motta, ao descrever elementos folclóricos do extremo sul cearense, se referia de modo particular a cada município visitado, não dando um aspecto regionalizado a essas práticas. Esse discurso de regionalidade só irá aparecer quando o autor tratar de temas de outra ordem, como a econômica e política por exemplo. Mesmo assim, seus escritos, bem como de outros folcloristas, se tornaram material básico de “aprendizagem” sobre signos culturais presentes no extremo sul cearense. Ver bibliografia.

como entender a emergência desse processo sem que compreendamos também seus silêncios, seleções, seus pontos de incongruência. Torna-se necessário afirmar que não é nosso intuito tentar impor qualquer tipo de determinação macro a esse processo, o que pretendemos é enxergar essa dinâmica a partir de diferentes prismas, das suas diversas possibilidades interpretativas.

2.2 Um movimento em gestão: a criação das Comissões Nacional¹⁴ e Cearense¹⁵ de Folclore

¹⁴ A Comissão Nacional de Folclore surge em 1947 como o marco inicial da trajetória do movimento folclórico brasileiro, estabelecendo-se enquanto órgão paraestatal vinculado ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, então representante da UNESCO no Brasil. Ao analisarmos o relatório apresentado à diretoria do IBECC pelo presidente da Comissão Nacional de Folclore, Renato Almeida, e endereçada a Levi Carneiro, o então presidente desta instituição, encontramos o “Plano Geral” de atividades da CNFL. Desde a apresentação dos membros formadores, em que surgem nomes como o de Gilberto Freyre, Luiz da Câmara Cascudo e Gustavo Barroso, nesse plano se encontra também um panorama dos objetivos institucionais desta comissão. Dentre eles estão o “*Levantamento da bibliografia brasileira sobre folclore, com indicação das condições de acesso às publicações*” bem como a “*Organização de manuais de pesquisa folclórica*”; além da “*Organização de um calendário folclórico brasileiro*” e a “*Realização de cursos, conferências e festivais folclóricos, com a revivescência de festas tradicionais*”. O texto relata também a necessidade de comunicação periódica com as comissões estaduais para a formação de um banco de dados sobre o patrimônio folclórico brasileiro. Neste mesmo documento, a respeito de tais comissões, Renato Almeida além de elogiar o apoio que elas tinham recebido dos governos estaduais e dos grupos culturais interessados, evidencia “que muitas delas já estão criando uma rede de correspondentes municipais, o que alarga beneficentemente as suas atividades”. Questão que no decorrer do tempo também encontrou muitas dificuldades para se efetivar. O mesmo documento tenta colocar em pauta a necessidade de uma discussão aprofundada sobre os processos de classificação do folclore brasileiro, cabendo às subcomissões colaborarem com tal debate. Foi percorrendo essas pretensões que se realizou em 1951 o 1º Congresso Brasileiro de Folclore que, a partir de então, norteou as principais diretrizes desse movimento folclórico. O relatório descreve também a necessidade de realização de “um recenseamento das existências folclóricas”, que abriria espaço posteriormente para o que ele chama de “inquiritos especializados”. Como já colocado e como podemos visualizar, muitos desses objetivos aqui relatados foram cumpridos, outros foram interrompidos, adiados ou modificados em decorrência das conjecturas políticas e econômicas pelas quais a instituição se viu inserida no decorrer do tempo.

¹⁵ Fundada em 1948, a Comissão Cearense de Folclore teve como sua primeira Secretária Geral, Henriqueta Galeno, então indicada pelo folclorista cearense Gustavo Barroso. De acordo com a historiadora Ana Lorym Soares (2012, p. 44), mesmo não tendo grande projeção intelectual, seu nome se destacava por ser ela diretora da Casa de Juvenal Galeno, herdando de seu pai o gosto pelos assuntos relacionados ao Folclore: “Ao ser instalada a referida entidade, juntaram-se à Henriqueta Galeno, os letrados Mário Baratta, Gastão Justa, Florival Seraine, Cruz Filho, Albano Amora, Eduardo Campos, José de Figueiredo Filho, Jôsa Magalhaes, Francisco Alves de Andrade e Castro, Valdelice Girão, dentro outros”. Estes passariam, ainda de acordo com Lorym, a compor esse organismo a partir das décadas de 1950 e 1960. Porém, como iremos acompanhar no decorrer desse capítulo, a figura central dessa comissão, no que se refere à articulação institucional com a CNFL, foi o folclorista Florival Seraine. As reuniões da CCF ocorriam na própria Casa de Juvenal Galeno, importante espaço de agrupamento dos intelectuais fortalezenses. Falecida em 1964, Henriqueta é substituída na direção da CCF por Florival Seraine, que, por sua vez, foi substituído por Cândida Galeno. Em 1989, com o falecimento de Cândida Galeno, houve uma interrupção das atividades desta instituição, que só voltaria a funcionar em 1992 e com uma “nova” configuração intelectual. Muitas foram as ideias e projetos produzidos pela CCF, assim como coloca Ana Lorym Soares (2012, p. 44) citando a própria fala de Seraine (1952, p. 13) a respeito dos elementos de um plano de ação “(...) pode-se salientar uma publicação periódica intitulada Revista Cultura Popular, planejada para

A criação da Comissão Nacional de Folclore é resultado de inúmeros empreendimentos realizados desde o final do século XIX no Brasil e que ganharam, a partir de 1947, uma dimensão institucionalizada, ainda que não estatal, pelo menos até 1958. Na construção dessa lógica, se fazia necessária a criação de códigos, regras e linguagens que dialogassem diretamente com a perspectiva de um campo intelectual estabelecido ou em vias de estabelecimento. A busca por uma compreensão mais sistematizada e capilarizada a respeito da identidade nacional a partir do conhecimento das singularidades regionais ganha, no campo do Folclore, um espaço fértil, profícuo, porém, entrecortado pelas dificuldades próprias vivenciadas em cada contexto particular em que esse processo de institucionalização ia se estabelecendo.

No campo internacional, no final da década de 1940, o mundo ainda vivia os abalos do Pós-Segunda Guerra Mundial e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO iniciava suas atividades em torno do discurso de integração mundial por intermédio de seus três principais eixos, sendo considerado o Brasil, sobre vários aspectos, uma democracia cultural a ser seguida. Antecipando esse processo, já na criação da Organização das Nações Unidas - ONU, em 1945, colocou em pauta a necessidade de estabelecimento de fóruns de debate e de interação entre as diferentes nações-membro. Esses fóruns se constituíram como importantes canais para cooperação mútua, fortalecendo principalmente as demandas da ONU em torno da paz mundial: “Na convenção internacional que criou a UNESCO propunha-se que cada país membro deveria criar organismos nacionais que lhes permitissem representação, naquele órgão”¹⁶. Nesse

ser o órgão específico da CCF; elaboração do Atlas Folclórico do Estado; constituição de um programa de artes manuais e artesanato; instalação de um museu específico ou uma seção no Museu Histórico e Antropológico do Ceará para o folclore; introdução do Folclore nos currículos escolares; gravação em discos de autos populares; e remuneração para detentores de saberes tradicionais populares”. A dificuldade de diálogo sistêmico entre a CCF e o poder público estadual é pauta constante nas correspondências dos folcloristas cearenses, mesmo assim, muitas das ideias e projetos elaborados por esta comissão foram absorvidos por algumas políticas culturais executadas décadas depois pelo estado. O que a autora identifica como tendo relação, em grande medida, com a participação de muitos desses folcloristas em cargos administrativos do governo cearense. Neste sentido, entre o final da década de 1940 até a construção de outros órgãos do estado no decorrer dos anos 1960, como, por exemplo, o Conselho Estadual de Cultura (1961) e a Secretaria de Cultura do Estado (1966), era a CCF o carro-chefe de muitas ações em prol do estudo e divulgação das manifestações culturais do estado. Ver: SOARES, Ana Lorym. **Comissão Cearense de Folclore: folclore, identidade e políticas culturais no Ceará entre as décadas 1950 e 1970**. 2012. (Monografia) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

¹⁶ FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Comissão Fluminense de Folclore: reflexão intelectual e projetos políticos no Estado do Rio de Janeiro, na década de 1950. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Associação Nacional de História, 2003.

processo, o Brasil foi pioneiro ao criar em junho de 1946, junto ao Ministério das Relações Exteriores, o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – (IBECC)¹⁷. Órgão este que foi o passo inicial para a criação da já apresentada Comissão Nacional de Folclore - CNFL.

No contexto do pós-guerra, a preocupação com o folclore enquadrava-se na atuação da Unesco em prol da paz mundial. O folclore era visto como um instrumento de compreensão entre os povos, compreensão esta que, na visão brasileira, bem ao gosto de Mário de Andrade, correspondia a uma ênfase nas particularidades culturais, permitindo a construção de identidades diferenciadas entre os povos. O Brasil de então se orgulhava de ser o primeiro país a atender a recomendação da Unesco no sentido da criação de uma comissão para tratar do assunto.¹⁸

Segundo Abrantes¹⁹, a política do IBECC de exaltação do folclore nacional, executada entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950, se alinhava com as políticas anteriores de estado “(...) desta vez, contudo, sob um regime democrático.” Dando prosseguimento, o autor afirma que Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde do Estado Novo entre 1939 e 1945, fez valer, à sua

Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.616.pdf>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

¹⁷Fundado em 1946, enquanto uma comissão nacional da UNESCO, e sediado no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura - (IBECC) teve suas ações e projetos constituídos em consonância com o entendimento da UNESCO sobre o papel que a educação, a ciência e a cultura tinham na promoção do desenvolvimento e da integração regional. O primeiro presidente do IBECC foi o jurista Levi Carneiro, sendo substituído em 1952 por Lourenço Filho. Renato Almeida, chefe do Serviço de Informações do Ministério das Relações Exteriores, foi escolhido a priori como subsecretário geral do IBECC. Essa composição teria sido determinada pelo então presidente da república, Eurico Gaspar Dutra. No que concerne ao seu estatuto, o IBECC previa um amplo e variado conjunto de ações, que foram sustentadas com recursos provenientes do Ministério das Relações Exteriores e pela UNESCO, e que se posicionavam em favor de uma relação de cumplicidade entre os interesses nacionais e internacionais. Neste sentido, além de ações que estimulavam a constante comunicação entre estes órgãos, estava prevista uma série de ações educativas que objetivavam um conhecimento mais sistematizado da cultura brasileira. Porém, uma das ações mais importantes, no nosso ponto de vista, relaciona-se à coordenação e favorecimento da ação de institutos culturais ou de fins congêneres, além do apoio ao desenvolvimento das relações culturais entre Brasil e essas nações amigas. É neste ponto que acreditamos estar inserido a fundação da Comissão Nacional de Folclore. Além desta, existiram outras comissões como a Comissão de Educação Popular, por exemplo. Foram instaladas algumas comissões estaduais do IBECC, mas não temos nenhuma referência à existência de alguma destas no Ceará. Para fins de divulgação de suas atividades e eventos, era publicado o *Boletim do IBECC*, de periodicidade irregular. Tendo sido, inclusive, interrompida na época em que Lourenço Filho esteve à frente da instituição. Renato Almeida foi presidente do IBECC entre 1965 e 1968. Ver: VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão: O movimento folclórico brasileiro (1947 – 1964)**. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997, pág. 95.

¹⁸CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. (Org.). **Reconhecimentos: antropologia, folclore e cultura popular**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012, pág. 104

¹⁹ABRANTES, Antônio Carlos Souza de. **Ciência, Educação e Sociedade: o caso do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e da Fundação Brasileira de Ensino de Ciências (FUNBEC)**. 2008 (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008, pág. 95).

época, uma política governamental que colocava a cultura, e nesse processo também o Folclore, como parte fundamental da construção da alma nacional. Essa política se fez possível por meio da “recuperação, preservação e organização do patrimônio artístico e cultural do País, com a colaboração de intelectuais como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Alceu de Amoroso Lima e Rodrigo de Mello Franco [...]”. Neste sentido, o discurso de unidade cultural trabalhava em prol do fortalecimento do estado nacional.

O processo de fortalecimento do IBECC, presente nos seus próprios estatutos, atravessava a necessidade de que este deveria ter em sua composição comissões permanentes, irradiando-se em todos os estados da federação: “A primeira comissão criada foi a de folclore, em dezembro de 1947, que ficou a cargo de Renato Almeida²⁰, musicólogo e alto funcionário de carreira do Itamaraty”.²¹ Indo por este caminho, a CNFL também precisaria expandir seus territórios por intermédio da atuação de estudiosos cuja discussão sobre folclore já vinham realizando há algum tempo. Esses folcloristas tentariam fazer dialogar seus estudos particulares com a construção de um mapa interpretativo da experiência cultural brasileira

²⁰ Nascido em 1895 em Santo Antônio de Jesus, no interior baiano, e falecido na cidade do Rio de Janeiro em 1981, para onde mudou-se em 1907, Renato Almeida é um dos mais importantes folcloristas e musicólogos brasileiros do século XX. Formado em Direito, exerceu durante algum tempo as funções de jornalista e advogado, atuando nos jornais *Monitor Mercantil* e na *América Brasileira*, no qual chegou a ocupar a função de redator-chefe. Em 1926, foi nomeado diretor do Lycée Français do Rio de Janeiro, tendo a esse tempo ingressado no Ministério das Relações Exteriores, onde chefiou o Serviço de Informações e posteriormente o Serviço de Documentação do Itamaraty. Durante os anos de 1965 e 1968, Renato Almeida exerceu a função de presidente do IBECC. O vínculo com o Itamaraty foi fundamental para lhe tornar um dos grandes promotores da relação da UNESCO com o governo brasileiro na constituição de uma política de pesquisa e de divulgação das manifestações folclóricas nacionais. Neste sentido, junto com Édison Carneiro, Renato Almeida é o grande divulgador do movimento folclórico brasileiro. Sua personalidade diplomática foi fundamental para o processo de formação das comissões estaduais de folclore, questão verificada pela impressionante quantidade de correspondências trocadas entre o secretário-geral da CNFL e os representantes de cada subcomissão estadual. Seu interesse sobre os aspectos folclóricos dialoga com sua atuação intelectual no âmbito da musicologia, tendo a primeira edição do livro: *A História da Música Brasileira*, de 1926, sido considerada, de acordo com Carla Blomberg (2011), o segundo trabalho de história da música produzido no Brasil, arrastando, em torno de suas preocupações, a questão da identidade nacional por intermédio do popular e do folclórico dentro do universo musical. É marcante a influência que Mário de Andrade tem sobre a obra e o pensamento de Renato Almeida, tanto no que concerne ao debate modernista sobre a musicalidade e autoconstrução nacional, bem como em relação à preocupação em construir espaços institucionais de estudo e divulgação das manifestações folclóricas do Brasil. Objetivo realizado por intermédio da atuação à frente do MFB. Ver: BLOMBERG, Carla. **Histórias da Música no Brasil e Musicologia**: uma Leitura Preliminar. Projeto História n. 43. Dezembro de 2011.

²¹FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Comissão Fluminense de Folclore: reflexão intelectual e projetos políticos no Estado do Rio de Janeiro, na década de 1950. In: Simpósio Nacional de História, 22., 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Associação Nacional de História, 2003. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.616.pdf>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

orquestrada pela criação de uma instituição que se colocaria como responsável por essa função e herdando muito da preocupação unificadora vista nas propostas de Capanema, durante o Estado Novo.

No entanto, tornava-se difícil a construção de regras rígidas e homogêneas que dessem conta da multiplicidade de investigações que já há algum tempo vinham se debruçando sobre contextos regionais diferentes e que foram construindo verdadeiras fábricas interpretativas da identidade local. Como já colocado, mesmo diante desse cenário confuso, uma das primeiras providências tomadas pela Comissão Nacional de Folclore foi convocar esses estudiosos para comporem uma rede de subcomissões estaduais diretamente vinculadas aos preceitos do IBECC e conseqüentemente, da UNESCO.

No ano seguinte à inauguração da CNFL, a Comissão Cearense de Folclore inicia oficialmente suas atividades. Ao entrarmos em contato com a diversidade de correspondências trocadas entre essas duas comissões durante o período escolhido, várias questões foram sendo levantadas, colocando dúvidas sobre os traçados desse processo. Dentre estas questões estão: quais os pontos de congruência e de distanciamento existentes entre os interesses dos intelectuais da CNFL e da CCFL nesse período? De que modo vai surgindo, a partir desse diálogo, um olhar novo (ou que se colocava como) sobre a diversidade de manifestações culturais existentes no Ceará? Quais práticas são escolhidas/excluídas desse campo? Algumas dessas perguntas tentaremos responder aqui. Outras ficarão, infelizmente, sem respostas concretas.

Mesmo a Comissão Cearense de Folclore não sendo, de acordo com alguns autores, uma das mais atuantes,²² a quantidade de correspondências trocadas entre Renato Almeida, secretário-geral da CNFL, e os folcloristas desta comissão²³ nos leva a pensar que existia, principalmente por parte do primeiro, uma preocupação em não perder de vista o que vinha se arquitetando nas terras de Gustavo Barroso.

²² De acordo com Rui Aniceto Fernandes (2003, p. 2) as comissões estaduais que tiveram maior visibilidade entre 1947 e 1964 foram as de Santa Catarina, Espírito Santo e São Paulo. Ainda para o autor, as outras foram projetos que não se efetivaram da maneira esperada. Ver: FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Comissão Fluminense de Folclore: reflexão intelectual e projetos políticos no Estado do Rio de Janeiro, na década de 1950. Anais do XXII Simpósio Nacional de História - João Pessoa, 2003. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.616.pdf>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

²³ A primeira correspondência enviada por Renato Almeida a Henriqueta Galeno data do dia 03 de março de 1948. Dalí em diante foi possível contabilizar cerca de trinta correspondências trocadas diretamente entre essas duas comissões até meados da década de 1950.

E mais do que isso, a preocupação maior deste folclorista parece ser a de que tal subcomissão inicie e dê continuidade aos seus trabalhos, paramentada nas diretrizes arquitetadas pela CNFL e, conseqüentemente, pelo IBECC, ou em consonância com as experiências bem sucedidas de comissões consideradas mais atuantes, como pareciam ser as Comissões Fluminense e Paulista de Folclore, por exemplo.

Em correspondência de 31 de março de 1948, escrita por Renato Almeida, e endereçada à filha de Juvenal Galeno²⁴, vislumbramos as primeiras ações em torno da configuração desse espaço de estudos institucionalizado no Ceará.

Minha senhora,

Tenho a satisfação de comunicar-lhe a organização nesta capital da Comissão Nacional de Folclore, do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) Órgão nacional da UNESCO, destinada a promover e incentivar os estudos folclóricos brasileiros e a representar, como entidade nacional, as instituições e folcloristas do país, nas suas relações com o estrangeiro, desenvolvendo o intercâmbio com os centros de estudos e pesquisas folclóricas internacionais. Desejosa de cumprir seu programa de ação, aprovado na sessão de 8 de janeiro último, de que lhe envio cópia, deliberou a CNFL organizar nos Estados sub-comitês, sem o que lhe será impossível cumprir sua tarefa. 2. Apraz-me, pois, por indicação de nosso preclaro companheiro, Dr. Gustavo Barroso, e apelando para sua dedicação, competência e esforço demonstrados nos estudos e pesquisas folclóricas no Brasil, em particular nesse Estado, convidá-la, em nome da Comissão Nacional, a organizar, no Ceará, a sub-comissão, que ficará sob sua Direção, na qualidade de sua Secretária Geral. (...) Peço-lhe indicar-me

²⁴ Juvenal Galeno (1836 - 1931) foi um dos mais importantes intelectuais cearenses no final do século XIX e primeira metade do século XX, tendo participado ativamente de instituições como Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (Instituto do Ceará) e da Sociedade Cearense de Geografia e História. Seu destaque no mundo intelectual cearense foi tanto que sua residência em Fortaleza foi transformada em um importante espaço da sociabilidade cultural, que resistiu ao seu falecimento em 1931 e onde se instalaria a CCF. De acordo com Antônio Cesar Aguiar (2011), a primeira obra de Juvenal Galeno foi "*Prelúdios Poéticos*," publicada em 1859. Porém, informações contidas no site Casa de Juvenal Galeno dão conta de que a publicação deste livro teria ocorrido em 1856, durante o período em que Galeno ainda residia na cidade do Rio de Janeiro. "*Prelúdios Poéticos*" é considerado por muitos como o primeiro livro de literatura cearense, o marco inicial do romantismo no estado. No entanto, outros pesquisadores consideram como sendo a grande obra do autor: *Lendas e Canções populares* (1865), também considerado o primeiro livro de contos publicado em território cearense. Sílvio Romero se contrapôs ao entendimento de que sua obra tinha um caráter folclórico. Essa negação relaciona-se ao fato de Romero defender o aspecto objetivo do trabalho de coleta e a reprodução "fiel" da poesia popular coletada. Tal afirmativa vai a contrapelo de autores que chegam a atribuir a Galeno também o pioneirismo nesses estudos no Nordeste. Indo nesse caminho, Renato Almeida vê a poesia de Juvenal Galeno como algo que consegue atravessar a "alma popular" sem, contudo, se misturar completamente a ela. Esta admiração pelo trabalho do folclorista cearense, no seu modo de proceder com as tradições locais, pode ter dado bastante credibilidade à aliança que estava se estabelecendo entre a CNFL e Henriqueta Galeno, filha de Juvenal Galeno, a partir de 1948. Há certo consenso em torno do pioneirismo de sua obra em relação aos estudos de folclore no nordeste, mesmo que Juvenal Galeno nunca tenha assumido essa identidade regionalizada. Ver: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A feira dos mitos**: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste – 1920 – 1950). São Paulo: Intermeios, 2013, pág. 21.

os nomes e endereços das personalidades que a devem compor, podendo também dela participar entidades ou grupos culturais interessados em folclore, mediante representante devidamente aceitado. Constituída pela Comissão Nacional, a Sub-Comissão cearense iniciará os seus trabalhos, com plena e inteira autonomia, devendo, porém, comunicar à Comissão Nacional todas as suas iniciativas e resultados obtidos, bem assim, realizar no Estado, as incumbências que lhe venha dar a mesma. Por outro lado, é dever precípua, da sub-Comissão cooperar para a realização do Plano de Trabalhos da Comissão Nacional. A Sub-Comissão cearense manterá sempre contato com os folcloristas do interior do Estado, orientando e estimulando seus trabalhos. 3. Receberei com o maior prazer quaisquer sugestões que entenda de enviar-me e espero, com a possível brevidade, a indicação dos nomes dos folcloristas e sociedades folclóricas que constituirão a Sub-Comissão cearense, bem assim o seu plano de atividades [...]²⁵

Esta correspondência resume bem as pretensões da Comissão Nacional para suas representantes estaduais. Resume o modelo de instituição que deveria ser criada. Neste sentido, por entre as linhas de uma correspondência institucional, se confrontavam questões burocráticas relacionadas aos primeiros passos administrativos desses espaços nascentes, como por exemplo, despesas com a organização de pesquisas e congressos, mas também se colocavam em pauta questões teórico-metodológicas e impasses políticos, financeiros e ideológicos vivenciados a esse tempo por tais folcloristas. Nesse momento, tão importante quanto à propagação imediata dos estudos de Folclore no Brasil, parecia ser latente também na escrita desses sujeitos, principalmente os da Comissão Nacional, a necessidade de fortalecimento de certa configuração burocrático-administrativa, que assegurasse a legitimidade desses estudos que até então vinham se realizando de modo bastante descentralizado. As ações a que Renato Almeida se refere nesta correspondência se sintonizavam com os caminhos necessários para o fortalecimento desse campo discursivo.

A constituição inicial dessas comissões estaduais trafegava entre certa liberdade de atuação de seus componentes e a elaboração de planos de atividades que estivessem sintonizadas com os preceitos da CNFL, que, por sua vez, costurava um diálogo intenso, e por vezes conflituoso, com o que vinha se configurando no campo internacional. Nesse processo, a “plena e inteira autonomia”, que Renato Almeida diz oferecer às comissões estaduais e que é relatada nessa

²⁵ ALMEIDA, Renato. [Carta] 31 mar. 1948 para GALENO, Henriqueta. Pasta: Comissão Nacional de Folclore\Assuntos Gerais\expedidas - 1947 a 1959 [3]. Série **correspondências** - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/ IPHAN).

correspondência, é confrontada à medida que esse conjunto de missivas vai sendo analisada e vai se percebendo que tais instituições “[...] devendo, porém, comunicar à Comissão Nacional todas as suas iniciativas e resultados obtidos” vão se inserindo num campo entremeado de regras e de convenções. O secretário-geral da CNFL ainda sugere, nesse comunicado, que a CCFL “manterá sempre contato com os folcloristas do interior do Estado, orientando e estimulando seus trabalhos” o que se tornou uma questão delicada e central em nosso capítulo.

Assim como acompanharemos nas próximas linhas, os trabalhos das comissões estaduais ganhavam certo relevo nacional quando foram incluídos nos boletins bibliográficos mensais publicados pela CNFL e quando foram se inserindo progressivamente num circuito de eventos pensados e organizados para dinamizar e divulgar as ações desse movimento. No que concerne especificamente ao boletim, era por seu intermédio que as produções de diferentes grupos poderiam circular para além de seus estados, ocorrendo um “intercâmbio” entre essas produções. É por seu intermédio que também acompanhamos as progressivas mudanças nas temáticas escolhidas, bem como a introdução de determinados estudiosos/correspondentes nesse circuito nacional. É o que ocorreu com o Cariri cearense e com J. de Figueiredo Filho²⁶ na segunda metade da década de 1950.

²⁶ Filho de Emília Viana de Figueiredo e José Alves de Figueiredo, José de Figueiredo Filho nasceu em 4 de julho de 1904, na cidade de Crato/Ceará. Além de farmacêutico, seu pai foi prefeito desta cidade na década de 1920, o que muito influenciou seu prestígio junto aos espaços intelectuais da região caririense. Entre idas e vindas do Crato à Fortaleza durante seus estudos, Figueiredo Filho formou-se em 1925 na Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, voltando ao Cariri logo em seguida para iniciar sua trajetória de farmacêutico e a paixão pelo jornalismo, pelos estudos históricos e folclóricos. Seu primeiro livro foi o romance *Renovação*, publicado em 1937 pela Livraria Editora Odeon, de São Paulo. Em 1953, como parte das comemorações da elevação do Crato à categoria de Cidade e em parceria com o médico Irineu Pinheiro, ele escreve *A cidade do Crato*, obra publicada pelo Serviço de Documentação e Cultura do Ministério da Educação. Já em 1958, Figueiredo Filho publica *Engenhos de Rapadura do Cariri*, importante obra de estudo agroindustrial da região. No âmbito dos estudos de Folclore, além do *O Folclore no Cariri* (1962), Figueiredo Filho também publicou *Folgedos Infantis Caririenses* (1966) e uma série de artigos em diferentes periódicos brasileiros, produção que iremos explorar de modo sistematizado em nosso estudo, já que representam espaço fundamental no processo de folclorização da região do Cariri cearense. Em 1954 ele assume a direção do ICC e a coordenação da *Revista Itaytera* até o seu falecimento em 1973. Enquanto Professor e Diretor da Faculdade de Filosofia do Crato, esta então vinculada à Universidade Federal do Ceará, José de Figueiredo Filho empreende várias ações em torno da valorização de uma História Regional do Cariri, tendo, inclusive, entre os anos de 1964 e 1968, escrito quatro volumes da coletânea *História do Cariri*, obra entremeada de uma pedagogia elitista da narrativa histórica da região. Ver: VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: Memória, escrita da história e representações da cidade**. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

Por mais que as comissões estaduais assumissem uma dimensão burocratizada e tentassem construir certa identidade homogênea entre seus componentes, elas não possuíam uma estrutura tão fortalecida e contínua como a CNFL pretendia. Além da natural dificuldade de estabelecer uma continuidade em suas ações institucionais e de possuir uma comunicação bastante precária com o Rio de Janeiro, grande parte dos intelectuais que se associavam a estas comissões faziam parte de outros grupos letrados, havendo algumas divergências entre seus modos de interpretar a cultura e os parâmetros que iam sistematicamente se insurgindo pela institucionalização das comissões de folclore. Era basicamente por intermédio das correspondências que essa comunicação se fazia possível. Outra questão que iremos trabalhar posteriormente e que emerge com as correspondências diz respeito à precariedade da relação entre o poder público e as intenções desses folcloristas: a solidão em que viviam esses estudiosos em meio à eminência de seu ostracismo e a busca quase desesperada para ocupar um espaço importante no campo intelectual brasileiro.

No decorrer da missiva há pouco citada, Renato Almeida pede que Henriqueta indique o nome e o endereço dos componentes da subcomissão cearense, questão que ela elucidou nas correspondências seguintes. Na continuação de sua narrativa, ele sugere a possibilidade de participação de entidades e grupos culturais nesta comissão. No entanto, as missivas a que tivemos acesso não explicitam a resolução desse pedido. Não há indicação de grupo nem do litoral, nem do interior do estado. Assim também não nos foi possível acompanhar os critérios de seleção dos primeiros componentes da CCF. Só conhecemos, e ainda parcialmente, o resultado desse processo e ações que lhe acompanharam.

Outro importante aspecto sinalizado por Renato Almeida, e que incide diretamente sobre nossa preocupação aqui, relaciona-se à prerrogativa de que os intelectuais da subcomissão cearense mantivessem “sempre contato com os folcloristas do interior do Estado, orientando e estimulando seus trabalhos”. No entanto, a análise minuciosa da documentação não nos permite ver, durante esses primeiros anos da subcomissão cearense, uma preocupação em tornar possível essa ação, pelo menos não em relação ao extremo sul do estado, que só adentrará às páginas dessas comissões em meados da década de 1950 e a partir, principalmente, da atuação dos chamados intelectuais “da terra”, infiltrados no próprio corpo da CCF.

Além da referência implícita a Juvenal Galeno, outro folclorista cearense que ganha destaque em uma das primeiras correspondências entre Renato Almeida e Henriqueta Galeno é Gustavo Barroso²⁷, que pertencia à Comissão Nacional de Folclore por ser uma personalidade do IBECC “a título pessoal ou representativo.”²⁸ Encontramos vários artigos do autor nos boletins bibliográficos da CNFL, o que nos permite interpretar que havia uma sintonia entre o modo de proceder desse intelectual sobre o folclore e as propostas elaboradas pela CNFL nos seus primeiros anos. Essa sintonia se manifesta pelo envaidecimento de Henriqueta Galeno por ter sido indicada por ele.²⁹

Pelo que ela afirma na correspondência referida, reuniam-se na casa de Juvenal Galeno, “os que no Ceará se dedicam nos estudos folclóricos” até aquele momento, não se privilegiando intelectuais que, em outros espaços, poderiam estar

²⁷ A trajetória do intelectual fortalezense Gustavo Barroso (188 - 1959) é atravessada pelo trânsito em vários espaços letrados do seu tempo. Além de folclorista, advogado e professor, Gustavo Barroso atuou ainda como contista, cronista, ensaísta, romancista e museólogo. Elegendo-se Deputado Federal pelo partido Republicano Conservador do Ceará, exerceu tal função entre os anos de 1915 e 1918, tendo sido um dos principais líderes da chamada “Ação Integralista Brasileira”. Participou de diversas instituições culturais no Brasil e no exterior, como, por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia de Ciências de Lisboa, a Sociedade de História Argentina e a Academia Brasileira de Letras, sendo que nesta última ele desempenhou a função de presidente nos anos de 1931, 1932 e 1950. Uma das funções que ganhou maior visibilidade foi o de diretor do Museu Histórico Nacional, desde sua instalação em 1922, até 1959, quando faleceu. Há uma interrupção desta sua função entre os anos de 1930 e 1932, em decorrência de configurações políticas que vão desaguar com a tomada de poder por parte de Getúlio Vargas. O saudosismo e o temor pelo progresso vão contribuir sobremaneira para uma construção romantizada da sua distante terra natal. Neste sentido, a primeira obra de Gustavo Barroso foi *Terra de Sol*, então publicada em 1912, na qual o autor explorou diferentes elementos do que entendia como identidade cearense, incluindo aí as lendas formadoras deste estado. A busca pelo conhecimento das memórias nacionais contribuiu para que ele ajudasse a criar a Inspetoria de Monumentos Nacionais, departamento este que funcionou no Museu Histórico Nacional de 1934 a 1937 e que foi enfraquecido quando da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. De acordo com Durval Muniz (2013, p.42), Barroso é um dos mais importantes representantes da construção intelectual sobre a cultura nordestina. O historiador afirma ainda que, na introdução de sua obra “*Ao Som da Viola*”, o intelectual cearense define folclore como a manifestação cultural que nasceria da ausência da prática da leitura e da escrita. Mesmo colaborando com seus escritos para a CNFL e influenciando na configuração de seus componentes, Gustavo Barroso não pertencia oficialmente à Comissão Cearense de Folclore. Ver: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste – 1920 – 1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

²⁸ Essa referência foi encontrada em um relatório enviado por Renato Almeida à Diretoria do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – (IBECC), cuja data não pode ser identificada. No entanto, tendo como base a organização documental realizada pelos funcionários do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP é possível concluir que tal documento pertence à pasta do ano de 1948.

²⁹ GALENO, Henriqueta. **[Carta]** 07 mai. 1948 para ALMEIDA, Renato. Pasta: Comissões Estaduais de Folclore/Ceará/recebidas - 1948 a 1952 [6]. Série **correspondências** – expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP – IPHAN).

também discutindo questões do campo folclórico cearense, mas que não circulavam nos espaços letrados de Fortaleza. Fortaleza é o centro de onde se irradiam os estudos mais legítimos. A fala de Henriqueta parece deixar clara também sua participação direta na escolha desses atores. Ainda na mesma correspondência, a folclorista legitima a pretensão de que existia um plano amparado nas sugestões elaboradas por cada um dos componentes e que seria posteriormente enviado para CNFL para devida aprovação.

Nesta correspondência, recebida pela Comissão Nacional de Folclore em 7 de maio de 1948, tem-se conta da constituição inicial da Comissão Cearense de Folclore. Além de Henriqueta Galeno como Secretária Geral, tal comissão contava com os folcloristas Florival Seraine³⁰, Cruz Filho, Eduardo Campos e Mário Barata que “até o momento completam a sub-comissão cearense”. Como já colocado, esses intelectuais tinham um trânsito corriqueiro pelos diferentes espaços letrados existentes principalmente na capital do estado, o que naquele período ainda lhes autorizava a falar sobre a cultura popular cearense, já que o processo de institucionalização profissional do folclorista ainda dava seus primeiros passos. Com relação principalmente a Florival Seraine, a juventude e a versatilidade, demonstradas pelo trânsito em vários espaços intelectuais contribuíram para criar um cenário de visibilidade ao trabalho desta comissão.

³⁰ Nascido em 1910 na cidade de Viseu, no atual estado do Pará, Florival Alves Seraine faleceu na capital cearense em 1999. Mesmo tendo como formação a Medicina, este intelectual esteve presente em importantes debates e ações do mundo letrado e cultural cearense, tendo sido um dos mais importantes folcloristas do MFB neste estado. O Folclore, a Linguística, a Crítica Literária e a Antropologia Cultural foram espaços privilegiados de sua atuação intelectual. Neste percurso, foi professor de Antropologia Cultural na Escola de Serviço Social, no Instituto de Antropologia e na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará. Lecionou curso de Folclore na Faculdade Católica de Filosofia do Ceará e de Linguística na Faculdade de Filosofia do Crato. Esta última função, no nosso entendimento, acabou contribuindo para seu interesse sobre aspectos da cultura caririense. Florival Seraine ainda fez parte enquanto sócio, de instituições como o Instituto do Ceará, da Associação Brasileira de Antropologia e da Associação Cearense de Linguística, tendo sido também correspondente de diversas instituições em nível nacional e internacional. A partir de 1965 ingressou na Academia Cearense de Letras, ocupando a vaga que antes pertencia a Henriqueta Galeno, cujo patrono era o poeta Juvenal Galeno. Dentro da sua importante produção intelectual destacamos aqui a obra *Antologia do Folclore Cearense*, cuja primeira edição é de 1968 e reúne diferentes estudos e interpretações que, de acordo com Ana Amélia Rodrigues (2012, p. 3), nos permite perceber que, desde o século XIX, havia uma tentativa, por parte de alguns intelectuais cearenses, de classificar o popular e conseqüentemente a identidade cearense. Entre os folcloristas presentes nessa obra estava o cratense José de Figueiredo Filho. Ver: OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. A Antologia do folclore cearense e a construção de representações sobre o Ceará. Simpósio Nacional de História Cultural: escritas da História: ver-sentir, 6, 2012, Teresina. **Anais...** Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2012.

Esses intelectuais se reuniam na Casa de Juvenal Galeno³¹, localizada na capital cearense. Na correspondência já introduzida, Henriqueta Galeno estabelece que a partir das demandas apresentadas pelos cinco componentes da subcomissão cearense, se estabelecería um plano definitivo de estudos a ser enviado à CNFL assim que concluído, para que se desse a sua aprovação. “Precisamos, no entanto, de informes mais detalhados dessa comissão para de maneira mais segura nos orientarmos”, continuava ela. Esse fragmento só demonstra a preocupação da CCF em costurar uma postura cuja “autonomia” estivesse, no entanto, delimitada por certo roteiro elaborado em terras cariocas. Demonstra também a dificuldade que esta comissão tinha em compreender qual o seu papel dentro da nova configuração do campo folclórico brasileiro. Papel que vai se desenhando à medida que se intensifica o diálogo institucional.

A nossa opção em priorizar, nesse capítulo, o trabalho com as correspondências entre as comissões nacional e cearense de folclore, bem como com os boletins bibliográficos e relatórios de atividades produzidos a partir dessa relação, se justifica pelo papel que estes tiveram no processo de institucionalização dos estudos folclóricos cearenses em meados do século XX. Essas missivas são grávidas de disputas de poder/saber, da preocupação em entender/explicar a identidade nacional e regional, de (re) construir territorialidades delimitando suas fronteiras afetivas.

Para além do aspecto formal, as temáticas tratadas dão outro tom à organização dessas missivas, já que fazem movimentar questões que interferem no modo com que estes escreventes apresentam suas territorialidades. Neste sentido, o que nos interessa aqui é entender quais são as regras que fazem parte do processo de constituição dessas instituições culturais, e como elas ganham importância para a normatização de discursos e práticas sobre o folclore cearense.

³¹ Em 27 de setembro de 1919 é fundado o Salão Juvenal Galeno, localizado no mesmo endereço residencial que o poeta viveria por mais de cinquenta anos. O salão, nos moldes franceses, então frequentado por intelectuais, escritores, poetas e artistas como, por exemplo, Raquel de Queiroz e o poeta Patativa do Assaré, era reconhecido como um espaço de compartilhamento de experiências letradas. Juvenal Galeno era uma presença importante nesses eventos. Em 1936 é inaugurado o salão nobre desta instituição, que a partir de então passou a se chamar Casa de Juvenal Galeno. Desde sua fundação, em 1948, que as reuniões da Comissão Cearense de Folclore se realizam nesse espaço. Além de tal Comissão, este espaço, que hoje é um equipamento vinculado à Secretaria de Cultura do Ceará, hospedando diversas entidades preocupadas na propagação de determinados aspectos da cultura e da memória cearense, como, por exemplo, o Centro Cultural dos Cordelistas - CECORDEL, a Cooperativa de Cultura do Ceará - COOPECULTURA, Associação dos Escritores Cearenses – ACE, dentre outras. Ver: <http://www.casadejuvenalgaleno.com.br/>

Em carta de 15 de junho de 1948³², uma das primeiras correspondências trocadas entre as comissões nacional e cearense de folclore, Florival Seraine escreve a Renato Almeida dando conta dos trabalhos realizados pelo grupo de folcloristas cearenses.

Junto a este segue uma comunicação por mim enviada à CNFL, a qual realizo atendendo a um compromisso que assumi com a Sub - Comissão regional, qual seja o de relacionar os trabalhos sobre Folclore e Etnografia, contidos nas revistas e outras publicações cearenses. Iniciei a pesquisa por duas das mais antigas revistas culturais do meu Estado. Mas pretendo estendê-la a publicações como o “Almanaque do Ceará”, a “Revista da Sociedade Cearense de Geografia e História” e mais algumas.

A escrita de Florival Seraine destacava um conjunto de publicações reconhecidas pela tentativa de compreender etnograficamente o Ceará. Essa aproximação entre o campo folclórico e a etnografia explicita a intenção de Florival e das próprias CNFL e CCF em se distanciarem do “amadorismo” daqueles que lhe antecederam. Esse fragmento parece deixar clara também a busca por publicações vinculadas a entidades/sociedades oficiais, que ganhavam, desde o século XIX, espaços de destaque no cenário cearense, o que destoava de narrativas e narradores que se tornavam cada dia mais marginalizados do eixo litorâneo e da institucionalização de espaços de distinção.

As publicações citadas por Seraine foram posteriormente catalogadas por ele próprio como referência para o campo de estudos folclóricos. Porém, nesta correspondência não é destrinchado quais seriam essas duas “antigas revistas culturais” com as quais o folclorista iniciava sua pesquisa. Florival chega apenas a citar o *Almanaque do Ceará*³³ e a *Revista da Sociedade Cearense de Geografia e*

³² SERAINE, Florival. [Carta] 15 jun. 1948 para ALMEIDA, Renato. Pasta: Comissões Estaduais de Folclore\Ceará\recebidas [6]. Série **correspondências** - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/ IPHAN).

³³ Publicados anualmente, os chamados *Almanaques do Ceará*, apresentavam-se, desde a sua criação na segunda metade do século XIX, pela confluência de diversas temáticas em cada uma de suas edições. A historiadora Débora Macambira (2010), que estuda esse gênero no Ceará entre os anos de 1870 e 1908, identifica como questões recorrentes dessas publicações: diferentes aspectos da vida civil e religiosa, descrição de festividades religiosas e laicas, horóscopo, cronologia e efemérides dos principais eventos cearenses, dentre outros assuntos que versam sobre aspectos do cotidiano. As informações contidas nesses almanaques eram enviadas por colaboradores de vários municípios cearenses ou buscadas em diferentes publicações e diziam respeito ao conjunto de bens existentes em cada um desses municípios. Dentre os vários leitores/colaboradores desse gênero no Ceará, Macambira (2010, p. 203) identifica a significativa presença do pai do cratense Figueiredo Filho, José Alves de Figueiredo. O farmacêutico, jornalista, que também exerceu a função de prefeito da cidade de Crato durante a década de 1920, ganhou fama pela prática do charadismo. O próprio

*História*³⁴ como futuras pretensões de pesquisa. Esses dois exemplos evidenciam, como já colocado, que era nos órgãos oficiais e em suas publicações onde a Comissão Cearense de Folclore vai buscar seu maior referencial, nesses primeiros anos, para entender e explicar a cultura popular desse Estado³⁵. Nenhuma referência a órgão ou periódico existente no sul cearense ou mesmo em outra região do estado foi encontrada nas missivas analisadas.

A preocupação em citar duas publicações que fazem referência, seja implícita ou explicitamente, às questões geográficas e territoriais, é um auxílio nessa busca por construir um mapeamento cultural do estado, uma forma de entender e dar sentido a uma geografia que vai aparecer com muita frequência borrada e recortada unicamente pelo binômio litoral-sertão, não apenas na documentação do CCF, mas na produção escritas de muitos outros intelectuais. Nessa correspondência, Florival Seraine não deixa claro o recorte temporal da bibliografia escolhida. O que nos leva a entender que ele buscava investigar todos os números existentes.

Figueiredo Filho relata, em suas narrativas de infância, a relação de seu pai com almanaques-memória. Á determinada altura, José Alves torna-se anunciante no *Almanaque dos Municípios*, divulgando sua farmácia e seus escritos jornalísticos e literários. De modo geral, a referida autora apresenta José Alves de Figueiredo como um “tipo exemplar” de sujeito consumidor desses aparatos. Ver: MACAMBIRA, Débora Dias. **Impressões do tempo: os Almanques no Ceará (1870-1908)**. 2010. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

³⁴ De acordo com Mendes (2012, p. 53), a sociedade Cearense de Geografia e História foi fundada em 1935, por intelectuais que se empenhavam na valorização científica dessas áreas no Ceará, tornando-se também uma alternativa para os que almejam, mas não conseguiram um lugar no Instituto do Ceará. Assim como ocorria com outras instituições, a Sociedade Cearense de Geografia e História tinha como principal missão a escrita de uma história local e a produção de uma identidade geográfica para esse estado. Dentro da sua estrutura organizacional, existiam os sócios efetivos, sócios correspondentes, honorários e beneméritos. - Florival Seraine e Henriqueta Galeno estão entre os fundadores desta sociedade (2012, p. 53). Com relação à sua revista de circulação trimestral, Mendes afirma que esta possuía artigos “provenientes dos sócios, correspondentes e colaboradores externos de reconhecida competência, segundo os artigos 16 e 17 do estatuto” (2012, p. 79). Atualmente esta sociedade funciona na Academia Cearense de Letras. Ver: MENDES, Eluziane Gonzaga. **História da formação do pensamento geográfico cearense: Entre o Saber, o conhecimento científico e a docência (1887-1947)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.

³⁵ No comunicado de 18 de agosto daquele ano, Florival Seraine publicou pelo *Almanaque do Ceará* o que chama de “Matéria de Folclore e Etnografia”. Nessa publicação encontramos a referência a alguns trabalhos que aparentam discutir, no sentido mais global, a cultura popular cearense. Dentre eles, destacamos *Do Sertão do Ceará* publicado em 1919 por Leotta (pseudônimo de Leonardo Mota), *O Falar Cearense* de Antônio Sales, publicado em 1927, *Folk-lore cearense* por José Carvalho, escrito ou publicado em 1928, e *Etnografia indígena cearense*, do mesmo autor e publicado em 1932. *Ainda a palavra Ceará*, de Raimundo Girão, publicado em 1943. Há ainda o texto “*O padre Cícero e os romeiros*” escrito por João Nogueira e publicado no segundo ano da *Revista “Ceará Ilustrado”*, nº 68. Tal revista era então dirigida por Demócrito Rocha, porém, a ilegibilidade da documentação não nos permite ver com exatidão o ano de criação desta. Na nossa avaliação, o ano foi 1914. Dentre as publicações editadas no Ceará, encontramos um folheto que faz apenas uma referência “implícita” ao Cariri “*Contribuição para o estudo das afinidades do Kariri*” escrito por Th. Pompeu Sobrinho publicado em 1928 pela tipografia Gadelha.

Dois dias depois, Renato Almeida escreve a Florival Seraine³⁶ agradecendo pelo envio da correspondência anterior e da relação dos trabalhos folclóricos e etnográficos que foram publicados pela *Revista do Instituto do Ceará*³⁷. O interesse do intelectual baiano por aquele material parece ser tão grande que ele diz ter mandado mimeografa-lo e distribuí-lo. Mas para quem? Não há resposta. O Secretário-Geral da Comissão Nacional ainda lhe agradecerá pela indicação e esclarecimento de alguns desses importantes trabalhos. Nos mesmos moldes do que vínhamos discutindo há pouco, um olhar mais apurado sobre o pensamento filosófico do Instituto do Ceará nos conduzirá a perceber a recorrência da preocupação histórico-geográfica em suas ações e publicações. História e Geografia participam, ora mais próximas ora mais independentes, de uma engrenagem interpretativa da identidade cultural que parte da validação espaço-temporal³⁸.

³⁶ ALMEIDA, Renato. [Carta] 17 jun. 1948 para SERAINE, Florival. Série **correspondências** - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

³⁷ Criado em 1887, o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, mais conhecido como Instituto do Ceará - IC, surge como uma das instituições mais importantes nos estudos e pesquisas sobre o Ceará. Em meio à proliferação de entidades culturais, científicas e literárias influenciadas pela atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, fundado em 1938, o IC acolheu, assim como outros espaços letrados cearenses como o Clube literário (1886) e a Academia Cearense de Letras (1894), intelectuais que no final do século XIX se aglomeravam na capital cearense por conta do seu crescimento urbano e pela instalação de diversos espaços educacionais. Dentre os intelectuais participantes do IC, se destacam Guilherme Studart (o Barão de Studart), Thomaz Pompeu (o filho e o sobrinho), Rodolfo Teófilo e os já citados Juvenal Galeno, Florival Seraine. Sobre a composição letrada desta instituição, Mendes (2012, p. 87) afirma que “a quantidade de sócios efetivos permaneceu em doze integrantes vitalícios, que só poderiam ser substituídos após falecimento”. Em contrapartida, há uma indefinição a respeito das vagas de “sócios beneméritos e correspondentes, eram vinte as vagas de sócios honorários de acordo com o estatuto 4 de 20 de dezembro de 1944”. Posteriormente o número de membros efetivos passou de doze para vinte, sendo que o restante permaneceu com o mesmo número. Sua revista, cujas publicações iniciaram também em 1987, acompanha essa preocupação em destrinchar e reorganizar o cenário acadêmico e cultural cearense e é uma das mais importantes fontes da história intelectual do Ceará. Ver: MENDES, Eluziane Gonzaga. **História da formação do pensamento geográfico cearense: Entre o Saber, o conhecimento científico e a docência (1887-1947)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.

³⁸ Tendo como base as questões apresentadas por Eluziane Mendes (2012), entendemos a relação intensa entre o conhecimento histórico e o geográfico como um dos aspectos mais importantes no processo de configuração dos estudos e ações do Instituto do Ceará. No entanto, há, ainda de acordo com esta autora (2012, p. 105), uma clara predominância da História como ciência em detrimento da Geografia, então interpretada como uma ferramenta, o que não invalidava a influência do conhecimento geográfico sobre a constituição do conhecimento histórico e de uma história-memória do Ceará. Essa preocupação histórico-geográfica estará presente nas várias publicações da *Revista do Instituto do Ceará* e na conseqüente preocupação de seus membros em entender e explicar as delimitações cartográficas, históricas e culturais desse estado. Ver: MENDES, Eluziane Gonzaga. **História da formação do pensamento geográfico cearense: Entre o Saber, o conhecimento científico e a docência (1887-1947)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.

Em 09 de agosto de 1948, Renato Almeida escreve a Henriqueta Galeno,³⁹ contando-a sobre a promoção de uma *Semana Folclórica*, que iria realizar-se de 22 a 28 daquele ano. A execução dessa semana e suas conseqüentes repercussões seria um forte apelo para chamar atenção da população em geral sobre os trabalhos e estudos folclóricos que eles desejavam implementar “por todas as formas”. Para tanto, Henriqueta Galeno teria que divulgar na imprensa tal iniciativa. O Secretário-Geral da CNFL lhe pediria também que no dia 22 daquele mês, “aniversário da introdução palavra FOLK LORE”, fossem publicados nos jornais, artigos de sua autoria e de outros folcloristas sobre tal temática. Existia ainda a pretensão de se cooptar, por intermédio de Henriqueta Galeno, a colaboração das rádios locais nessa empreitada. A respeito de não ter conectado as comissões estaduais antes, Renato Almeida se justifica afirmando que não pretendia “molesta-las neste período inicial de organização”.

Essa primeira ação seria também a primeira demonstração de caráter público dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Nacional de Folclore e uma espécie de “experimentação” para os trabalhos futuros que seriam realizados conjuntamente com essas subcomissões: “[...] Estou certo de que, através das dificuldades, cuja importância não quero aumentar nem subestimar, estamos num esforço patriótico pela revivescência das artes e tradições populares e que marcará a cultura brasileira.” Nas palavras do folclorista, essa empreitada se fazia necessária em favor da “legítima expressão da alma nacional”, que esses intelectuais buscavam/acreditavam resgatar.

Em carta de 24 de agosto de 1948⁴⁰, Florival Seraine demonstrava todo o seu empenho no processo de coleta bibliográfica sobre o folclore cearense, demonstrando também ser, àquela altura, um dos grandes artesãos desse espaço de pesquisa e de difusão no Ceará: “Junto a êste, envio mais uma comunicação à CNFL trabalho em que cuido ainda da bibliografia cearense sôbre Folclore e

³⁹ ALMEIDA, Renato. **[Carta]** 9 ago.1948 para GALENO, Henriqueta. Pasta: Comissão Nacional de Folclore\ Assuntos Gerais\ expedidas – 1947 a 1959 [32]. Série **correspondências** - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais. Série **correspondências** - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

⁴⁰SERAINE, Florival. **[Carta]** 24 ago.1948 para ALMEIDA. Pasta: Comissões Estaduais de Folclore\Ceará\recebidas – 1948 a 1952 [6]. Série **correspondências** - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais. Série **correspondências** - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

Etnografia". No final dessa correspondência, ele acredita faltar pouca coisa sobre aquele assunto, afirmando ainda que encerrará seu trabalho de pesquisa depois de ter examinado as coleções de jornais cearenses. A comissão nacional retoma esse tema em nota bibliográfica de julho de 1949 quando volta a relatar tal incumbência do entusiasta folclorista cearense. “O relacionamento de tais artigos na “Revista do Instituto Histórico” consta do IBECC/CNFL/ - BB – 7”, afirma o boletim. A pesquisa de Florival Seraine começa então a ganhar forma.

Já na correspondência de 27 de novembro de 1948,⁴¹ Seraine relata que com o trabalho que ele estava enviando em anexo, sua contribuição bibliográfica “sobre matéria folclórica e etnográfica contida em publicações cearenses” se encerrava. Tinha ele, a partir dali, outros planos, como exemplo, o “de relacionar (ilegível) as obras acerca de temas cearenses da especialidade, editados fora do Ceará, e o do levantamento bibliográfico da “literatura de cordel” existente neste estado”. Há aqui a pretensão de ampliar, assim, o raio e atuação dessas investigações em busca de construir, a partir de vários meios, um “mapa” das pesquisas e estudos da área.

Além disso, estava ele colocando diretamente no cenário dessas investigações a produção artística de poetas populares, produtores da chamada literatura de cordel, saindo de um roteiro clássico de obras intelectuais sobre folclore. Esse deslocamento não é apenas de natureza intelectual, se assim podemos afirmar, mas é um deslocamento geográfico-espacial também, já que a literatura de cordel tinha como um dos seus espaços mais propícios de fabricação e divulgação cidades interioranas, onde sua comercialização se fazia em feiras e mercados públicos, por exemplo, e por homens que fugiam aos grandes centros do pensamento letrado. Porém, esse deslocamento não parece significar, ainda, uma mudança significativa nessas preocupações investigativas. Sinaliza, no entanto, que um mapa folclórico começava a desenhar suas primeiras configurações cartográficas. Para tanto, tornava-se necessário inicialmente costurar diferentes retalhos em favor da harmonização de um espaço de saber/poder legítimo.

2.3 Enredos de um campo em construção

⁴¹ _____ . [Carta] 27 nov.1948 para ALMEIDA, Renato. Pasta: Comissões Estaduais do Cear\ Ceará\ recebidas – 1948 a 1952 [6]. Série **correspondências** - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais. Série **correspondências** - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

O conjunto documental que até aqui foi apresentado nos ajuda a entender, ainda que precariamente, os primeiros passos da constituição de um campo de pesquisas folclóricas no Ceará, que teve, com a atuação da Comissão Cearense de Folclore, o seu apogeu. Tal processo foi costurado principalmente nos diálogos explícitos entre Renato Almeida, Henriqueta Galeno e Florival Seraine e em todo um apanhado de signos que emergem em suas comunicações. O modo como tais intelectuais vão tentando organizar, a partir de suas ações, a cartografia cultural do estado, revela a preocupação com um “projeto” identitário que se fará pela inclusão/exclusão de muitos aspectos, bem como pela eleição de elementos mais representativos para este cenário. Nesse processo de eleições, vai se (re)cartografando uma geografia simbólica baseada em critérios teórico-metodológicos que no contexto da CNFL se estabelecia, como iremos acompanhar na *Carta do Folclore Brasileiro* de 1951, por certo distanciamento tanto da perspectiva americana, quanto da europeia de Folclore,⁴² em direção de uma concepção autônoma e “abrasileirada” desses parâmetros.

Este campo, assim como nos é apresentado pelo sociólogo Pierre Bourdieu, se insinua como um espaço simbólico cartografado a partir de tensões e disputas por legitimação, e é elaborado tendo como parâmetro determinados regimes de verdade e de distinção. Neste entendimento, as regras que definiam a existência do campo folclórico brasileiro iam se estabelecendo pela processual tentativa de fortalecimento de um conjunto de discursos e construções metodológicas que caminhavam junto com uma tentativa, por parte de seus principais representantes, em fortalecer institucionalmente e academicamente esse campo. Um ponto importante a ser colocado na análise dessas correspondências é que, até agora, elas pouco tocaram na apresentação e descrição propriamente dita dos elementos culturais. Por enquanto, estes se tornam coadjuvantes diante da necessidade de

⁴² Para Maria Laura Cavalcanti (2012, p. 134), a tendência norte-americana considerava como folclore apenas a cultura oral, o que divergia da compreensão brasileira, mais abrangente, porém, a posição brasileira não reconhecia o elemento tradicional como fundamental para se determinar o que era folclore, como concebiam os europeus. Assim como já colocado, essa diferenciação e a leitura feita pelos folcloristas brasileiros, foi uma questão fundante para a constituição das diretrizes do movimento folclórico brasileiro. Ver: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. (Org.). **Reconhecimentos**: antropologia, folclore e cultura popular. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.

investir forças em prol da legitimação de um projeto político-cultural que tentava a todo custo se tornar legítimo.

Ao analisarmos correspondências de natureza intelectual/institucional, como as trocadas entre a CNFL e a CCF, questões de difícil delimitação vão se desdinhando. Neste sentido, por trás de uma fonte burocrática aparecem rachaduras e desvios que nos ajudam a compreender os bastidores e as negociações negligenciadas pelos marcos oficiais, aqueles que vão se transformar em memória coletiva dos eventos históricos. Por trás das funções que se estabelecem pela formalidade, ideais, ações, desvios, alteram, de certo modo, a pretensão inicial dos escreventes ou as expectativas de seus interlocutores diretos. É nesse instante que aflora o campo das subjetividades/subjetivações e que os deslocamentos se fazem necessários e possíveis.

Neste sentido, Marilda Ionta (2004)⁴³, ao analisar as correspondências trocadas entre Mario de Andrade e alguns intelectuais de sua época, se utiliza das interpretações do historiador Peter Gay⁴⁴ sobre a proliferação da prática epistolar durante a “Era Vitoriana”. Para o historiador inglês, aspectos como a alfabetização, a modernização tecnológica e o barateamento dos serviços postais, além de um processo de introspecção dos sujeitos, serão responsáveis pela proliferação da prática “escriturística” no final do século XIX. Outro importante aspecto trazido à tona por Ionta é a dimensão pública que muitas correspondências vão adquirir⁴⁵. Dimensão central para o tipo de correspondência que aqui estamos analisando.

⁴³ IONTA, Marilda Aparecida. **As Cores da Amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mario de Andrade**. 2004. 315 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

⁴⁴ A preocupação em analisar diferentes aspectos da chamada “Era Vitoriana”, principalmente a construção das sensibilidades nesse período, impulsionou o historiador inglês Peter Gay na produção da coletânea “*A Experiência Burguesa - Da Rainha Vitória a Freud*” que, de modo geral, analisa um conjunto de práticas e de construções teóricas próprias do Reino Unido de meados do século XIX e início do século XX. Dentre o conjunto de questões discutidas, a cultura da intimidade, as escritas autobiográficas e epistolar, bem como os processos de individualização e introversão a que a proliferação dessas práticas se relacionam, vão ganhar um importante espaço na problemática dessa coletânea. Neste sentido, embora a escrita epistolar tenha surgido desde o século XVIII, só durante o século XIX ela ganhará evidência, bastante influenciada pelo culto da sensibilidade por parte dos românticos. Ver bibliografia.

⁴⁵ De modo geral, a autora nos explica que tais missivas têm como destinatário uma sociedade inteira, porém, o seu sentido “público” traz uma polissemia de significações difíceis de delimitar. Para além das cartas que declaradamente se posicionam como abertas, ainda temos aquelas que vivenciam essa experiência pelo modo como são fabricadas, não são públicas na sua “essência”, mas tornam-se públicas pelo valor de sua narrativa. É neste sentido que compreendemos como públicas as correspondências relativas ao movimento folclórico brasileiro. Ver bibliografia.

Percorrendo esse caminho e tendo em vista o conjunto de correspondências trocadas entre as duas comissões analisadas, é perceptível a congruência de aspectos que nos levam a interpretá-las como cartas que traziam a dimensão pública e coletiva no seu seio. Essa dimensão se insinua tanto pelos assuntos tratados, já que o tema das identidades territoriais é central, como por sua natureza institucional e pelo seu destino posterior. Mais do que correspondências secretas e pessoais, elas são veículos de comunicação com a sociedade brasileira e principalmente com o seu futuro. Essas correspondências “didatizam” parte significativa do processo de constituição do movimento folclórico brasileiro e o modo como, longe dos grandes centros, esse foi sendo vivenciado e compartilhado por seus componentes.

Com relação ao contexto cearense, esse conjunto epistolar nos conduz a pensar que, mesmo existindo neste estado desde o século XIX importantes trabalhos sobre uma diversidade de expressões populares, como já descrito genericamente, não havia um campo de estudos institucionalizado enquanto folclórico. Por conta dessa preocupação em burocratizar seus discursos e ações, o universo “criativo” nessas correspondências é um pouco mais limitado. Essa tentativa de estreitamento organizacional vai possibilitando, com o decorrer do tempo, o surgimento de um conjunto de regras que saem cada vez mais da experiência empírica, do intelectual amante e desbravador das “tradições populares” rumo aos gabinetes e aos discursos governamentais.

Com o decorrer do tempo e com uma estrutura de certo modo já organizada, começam a se intensificar as cobranças de Renato Almeida para com a CCF. Em correspondência de 4 de abril de 1949,⁴⁶ o folclorista baiano escreve a Henriqueta Galeno questionando a ausência de notícias daquela comissão e propondo a criação de um *Plano de Atividades* anual para cada comissão estadual. Era preciso estabelecer metas em conjunto. Nessa mesma correspondência, Renato Almeida relata a pretensão da Comissão Nacional em promover, no ano de 1949, o seu 1º inquérito sobre as Festas Populares brasileiras. Para tanto, tornava-se preciso que cada estado recebesse um questionário “[...] para que a sub-comissão local o estude

⁴⁶ ALMEIDA, Renato. **[Carta]** 4 abr. 1949 para GALENO, Henriqueta. Série **correspondências** - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

e nele ajunte o que disser respeito à região. Depois de nos devolver, remeteremos o mesmo em cópias mimeografadas ou impressas”. Para que o questionário pudesse atravessar o estado, fazia-se fundamental “mandar cópia a cada professora pública”, bem como “a prefeitos, médicos e outros informantes que a Sub-Comissão estimar proveitosos, de sorte a assegurar êxito ao inquérito.”

Renato Almeida se despede reatualizando os feitos realizados durante esses primeiros anos de trabalho e a necessidade “de que poderemos realizar um esforço considerável em prol das artes e tradições populares, sobretudo criando, inicialmente, uma mentalidade mais compreensiva de nossa ação e da importância de nossos estudos e pesquisas”. Sua preocupação em utilizar, enquanto seus correspondentes nas cidades interioranas, professoras públicas, médicos, e os respectivos prefeitos, demonstra a preocupação de que os sujeitos escolhidos tivessem um trânsito confiável nos espaços onde os registros dessas manifestações pudessem ser encontrados. Mas demonstra outras questões também.

A respeito dos perfis dos correspondentes descritos por Renato Almeida, primeiramente, eram esses sujeitos “fieis” representantes da cultura letrada em seus respectivos municípios. Em segundo plano, esse lugar social “diferenciado” parecia garantir a eles uma confiabilidade maior no que tangia ao trato com a população “pobre e ignorante” desses municípios, detentora das manifestações dignas de registro enquanto “patrimônio espiritual” do estado. No entanto, nesse limiar, nos questionamos sobre a alternativa de se entrar em contato com profissionais que teoricamente estavam distantes dos estudos folclóricos. Esse caminho parece indicar uma negação dos antigos responsáveis por esse registro, ou mesmo a necessidade de confrontar e caminhar para além dos seus achados. Não havia a esse tempo, instituições e intelectuais no interior que fossem considerados sintonizados com as propostas da Comissão Nacional? A ausência de documentação definitiva nos impede de responder a contento esse importante questionamento.

A correspondência não explicita que tipo de questionário seria esse, quais as perguntas presentes nele e quem exatamente o teria elaborado. A resposta a tais questionamentos nos permitiria imaginar algumas das intencionalidades por trás da elaboração e execução desse questionário. O que nos resta é encontrar caminhos

alternativos para esse entendimento. Em carta de nove de julho de 1949⁴⁷, Renato Almeida discorre a respeito do inquérito “sôbre o calendário folclórico”, que deveria se iniciar em breve, e continua a enfatizar os perfis de seus correspondentes para aquela empreitada:

[...] Obtive que o IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] o patrocine enviando os questionários aos seus agentes, em todos os municípios do Brasil, mas desejo que essa Sub-Comissão se entenda com a Secretaria de Educação do Ceará, para que sejam enviados também às professoras públicas do interior. Não digo a todas, mas a cada diretora de escola, para que ela providencie como deve ser respondido. Se logramos êxito nesse tentame, como espero, teremos construído uma base muito sólida para as nossas futuras pesquisas.

Essa preocupação de Renato Almeida para que Henriqueta Galeno estreitasse os laços com o poder público do estado, por intermédio da Secretaria de Educação, só vem reafirmar o entendimento de que havia a pretensão da Comissão Nacional de se institucionalizar e de estabelecer com os poderes públicos um vínculo de mutualismo.⁴⁸ Para tanto, tornava-se urgente a criação de espaços incentivadores dessas trocas. Infelizmente, a documentação analisada não nos deu notícia sobre quais professoras públicas, agentes do IBGE, médicos e prefeitos do Cariri cearense receberam essa missão e qual o seu resultado. Na verdade, nos documentos oficiais das CNFL e CCF não há referência a essa ação efetiva em qualquer município cearense, o que nos traz dúvida sobre sua execução. A informação sobre a execução ou não desses inquéritos seria importante para entendermos, desde o processo de convocação dos sujeitos envolvidos, até o modo como procederam ou não no seu trabalho de investigação e de coleta de dados. Seus métodos de seleção/exclusão consequentemente.

⁴⁷ ALMEIDA, Renato. [Carta] 09 jul. 1949 para GALENO, Henriqueta. Pasta: Comissão Nacional de Folclore\ Assuntos Gerais\ expedidas – 1947 a 1959 [32]. Série **correspondências** - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

⁴⁸ Um exemplo sobre essa vontade que a Comissão Nacional tinha de se aproximar dos poderes públicos estaduais encontra-se registrada em nota bibliográfica de fevereiro de 1949, quando Renato Almeida comentava sobre a repercussão que tinha tido em toda a imprensa “o apelo da Comissão Nacional de Folclore, às autoridades estaduais e municipais de todo o Brasil, no sentido de não cobrarem taxas ou impostos sôbre os folguedos folclóricos, antes procurarem estimular-los por todas as formas possíveis”. Em várias outras ocasiões Renato Almeida insiste que haja, em cada comissão estadual, essa preocupação em estabelecer uma proximidade. No decorrer de nossos próximos capítulos iremos trabalhar com mais sistemática essa relação tensa em contexto cearense. Ver: Nota bibliográfica n. 14. Fev. 1949/ Boletins 14 – 21[1] /Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

Percorrendo esse caminho, a documentação da CCFL e da CCF tem dificuldade de relatar o processo de capilarização das ideias dessas comissões sobre o interior do estado. O interior do Ceará parece muito mais uma zona cinzenta, disforme, que aguarda o momento de ser “descoberta” e descrita por intermédio da ação missionária dos folcloristas da capital e do Distrito Federal. Mesmo fazendo algum tipo de referência, ainda que vaga, à necessidade do contato com estudiosos e instituições do interior, esses últimos são silenciados nesse primeiro momento.

A falta de estrutura organizada dessa comissão, que inclui os aspectos financeiros, é uma das respostas para a ausência dessa comunicação, mas não é a única a ser considerada. Havia, como já discutido em alguns momentos, uma explícita negação dos estudiosos considerados amadores, que não cabiam diretamente no circuito científico e institucional em que a CNFL e a CCF se empenhavam em defender. Quando estes conseguem ter certa visibilidade é pelo olhar que filtra e classifica de Florival Seraine, por exemplo.

Um importante espaço de estreitamento das relações entre o poder público e as comissões de folclore foi a promoção de eventos periódicos. É nesse processo que os municípios do interior e suas manifestações vão aparecendo com mais nitidez. Um exemplo está presente nos documentos de 06 e 08 de agosto de 1949, que discorrem sobre a *Segunda Semana Nacional de Folclore* que iria ocorrer entre os dias 16 e 22 de agosto daquele ano no salão nobre do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, e que foi promovida pelas comissões Nacional e Paulista de Folclore, além do Centro de Pesquisas Folclórico Mário de Andrade. Estes documentos discorriam sobre sua programação, que, além de contar com uma palestra de Renato Almeida, também seria uma oportunidade para se divulgar os “documentos musicais”⁴⁹ registrados pelo já citado Centro de Pesquisa. A partir de um conjunto de documentos que privilegiavam manifestações de vários lugares do Brasil, foram escolhidas, sob critérios que desconhecemos, quatro representantes do Ceará.

⁴⁹ Acreditamos que os “Documentos Musicais” referidos no texto dizem respeito aos processos de catalogação, organização e armazenamento de expressões musicais por intermédio da elaboração de partituras, por exemplo. É a tradução da música para o papel, a formação de um banco de dados. O texto não especifica que tipo de documentação musical era esse e nem como se deu o processo de sua “fabricação”.

Os documentos citados eram a modinha *Ceci, minha bela Ceci*, que possuía, de acordo com o registro, mais de trinta anos de existência, além da embolada *La no rio Beberibe*, com mais de vinte anos. Todas duas pertencentes a “Iguatú” (cuja grafia contemporânea é Iguatu), localizado no centro sul cearense. Município vizinho do recorte geográfico Cariri e atualmente considerado área de abrangência dessa mesma região. O texto é bastante obscuro sobre como nesse evento foram trabalhados tais elementos folclóricos, já que havia apenas a referência genérica a esses “documentos musicais registrados” e o horário em que eles seriam “divulgados”. As outras manifestações cearenses escolhidas representavam o litoral⁵⁰. Representam outro Ceará. Os processos de seleção, avaliação e registro, como já descrito, não são explicitados pelos comunicados da CNFL, o que obviamente, dificulta muito nossa exploração.

Mergulhados nas construções dessas narrativas, desses lugares de poder/saber, atravessamos o território por onde a busca pela “cearencialidade”⁵¹ vai se insinuando e vai ganhando novas roupagens nos discursos da CCF. Essas ações são ainda muito desarticuladas em relação a um conjunto de empreendimentos que iriam se insurgir com bastante força décadas depois. Não são, no entanto, ausentes da preocupação em produzir um lugar de “verdade” sobre o ser cearense. Encontramos aqui, mais do que a inserção deste estado no MFB, a articulação de um lugar de legitimidade para seus bens simbólicos.

Neste sentido, o emaranhado de boletins, correspondências, relatórios e documentos institucionais trabalham, ainda que desajeitadamente, para a inserção do território cearense no movimento folclórico brasileiro. Porém, mais do que isso,

⁵⁰ Além dos documentos musicais de Iguatu, são apresentados também na condição de documentos cearenses o lundu “*Tava chovendo*”, de Iguape, que possuía mais de noventa anos e a toada “*Mamãe eu fui ontem ao baile*” de Fortaleza, que possuía, de acordo com o documento analisado, vinte anos de existência.

⁵¹ O termo “cearencialidade” é utilizado aqui como referência a um conjunto de discursos que, versando sobre diferentes aspectos da identidade deste estado, objetivam construir lugares institucionalizados para tal. No caso específico de nossas preocupações, eles incidem sobre os chamados aspectos folclóricos. Nesse limiar, o trabalho da historiadora Ana Lorym (2012), que discute a relação entre a atuação e alguns folcloristas ligados a CCF e a promoção de políticas públicas culturais para o Ceará das décadas de 1950 a 1970, se mostrou bastante útil para entendermos os processos a que nos debruçamos nesse capítulo e que deságuam na institucionalização de uma política cultural para este estado. Sobre diferentes argumentos, a autora demonstra o papel decisivo que teriam os folcloristas da Comissão Cearense de Folclore na formação de demandas para este campo de estudos e conseqüentemente a influência que esses projetos tiveram para as políticas públicas de cultura das décadas de 1960 e 1970. Ver: SOARES, Ana Lorym. **Comissão Cearense de Folclore: folclore, identidade e políticas culturais no Ceará entre as décadas 1950 e 1970.** 2012 (Monografia). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

esses documentos são espaços “didatizadores” de como, entre tensões de forças, esse campo foi se configurando. O trabalho desses intelectuais “desaguou”, como já enunciado, em movimentos que colocaram algumas de suas ideias na linha de frente das políticas culturais anos mais tarde. Mas essas são páginas de outros capítulos, de outras histórias.

A opção por fazer o percurso pelas correspondências entre essas duas comissões de folclore e outros documentos oficiais tentou responder sobre o modo como o campo folclórico cearense foi se operando nos seus primeiros anos. Esse caminho nos trouxe muitas respostas, mas também nos conduziu a outras importantes dúvidas. Por entre essa linha tênue e tortuosa entre o que se compreendia como o amadorismo dos primeiros estudiosos e certo trato burocratizado que emerge das políticas públicas, “topamos” com homens envolvidos com um dever de memória e que se inquietavam com a dificuldade de operar com objetos cujas performances eram bastante sinuosas.

Os intelectuais da CCF participam de um movimento que clama por sua institucionalização e que usa como método a elaboração de regras definidoras do que é ou não apropriado para seu campo. Esse conjunto de regras discorre sobre o perfil de seus componentes, passando pelo traçado de regimentos metodológicos que caminham na construção de critérios de avaliação de quais traçados geográficos deverão ser privilegiados, indo até a escolha de que elementos folclóricos são ou não dignos de vislumbre. Não há essencialismo, naturalismo ou imparcialidade nessas ações. O que se busca são estratégias de sobrevivência desse campo, e isso perpassa sobre a questão de qual escolha se harmoniza mais com essas pretensões de manutenção.

Tendo como base esse processo e costurando um diálogo com as questões que virão à frente, entendemos que no entremeio entre a ausência efetiva desse movimento folclórico, até o interesse pelo “desbravamento” - não apenas do sul cearense, mas de todo o seu interior -, existe uma dimensão muito mais difícil de compreender do que a documentação institucional pode nos mostrar. Por um lado, acompanhamos, por exemplo, o deslanchar desses primeiros interesses refletidos nos questionários enviados aos municípios do interior para que se pudesse captar o maior número de informações possíveis. Porém, esse ainda é um vínculo pontual. Nenhum desses agentes escolhidos era denominado ou mesmo parecia se auto apresentar enquanto folclorista. E os estudiosos que a esse tempo poderiam assim

se colocarem, não foram convocados. Seus estudos não pareciam interessar para além de uma bibliografia consultada. Esses pareciam representar o velho arcaísmo a ser negado pelos novos profissionais do folclore.

Retomando nosso tema central, eis que nesse intercâmbio entre a comissão cearense e a nacional de folclore surgem às primeiras linhas sobre o Cariri cearense dentro do movimento folclórico brasileiro. Mas essas ainda serão linhas tímidas e desconexas. Por enquanto. Os mais de quinhentos quilômetros que separam a capital cearense do seu extremo sul, a dificuldade de comunicação entre o litoral e seu interior, a própria desestruturação da CCF nos seus primeiros anos, são algumas das possíveis respostas a essa falta de diálogo, mas não são os únicos caminhos que podemos percorrer. Essas respostas podem ter contribuído durante muito tempo para dificultar o diálogo entre os folcloristas do interior e da capital, mas essa configuração tem outros protagonistas, outros espaços de visualização difíceis de atravessar sem que se tome por referências também outros ângulos.

2.4 O Cariri rascunhado nas páginas da CNFL e da CCFL

“A região do Cariri, ao sul do Ceará, revela aspectos culturais que a distinguem das zonas da Capital e norte do mesmo Estado”. Com palavras parecidas com as do início do nosso capítulo o folclorista Florival Seraine inicia sua comunicação “*Mangusta – comida caririense*”, dirigida à Comissão Nacional de Folclore em 19 de janeiro de 1950⁵². Já no início do texto o autor explica que essa “diferenciação” da região em relação ao restante do Ceará pode ser percebida, por exemplo, a partir do aspecto linguístico em que “verifica-se peculiaridades dignas de ressaltar”, como por exemplo, a omissão do artigo definido antes dos nomes próprios de pessoas, bem como no tratamento familiar: “Com efeito, enquanto em Fortaleza se diz, por exemplo: “O Joaquim me disse...”, em Crato, Barbalha, Missão Velha e outras localidades caririenses a maneira expressiva habitual é: Joaquim me disse...”. Essa simples distinção linguística, inocente, quase imperceptível, parece esconder, no entanto, um processo de delimitação/divisão cartográfica, preocupada em construir, entre os territórios cearenses, determinadas “zonas” de conformação onde

⁵² Mangusta – comida caririense. Comunicação enviada à CNFL por Florival Seraine em 19 de janeiro de 1950. Série documentos. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

um apanhado de características, não apenas linguísticas, costuradas uma a uma, trabalhavam para formar uma colcha de elementos delimitada por uma nomenclatura territorial.

No decorrer desse fragmento Florival Seraine relata que tal distinção de ordem linguística teria sido a base no processo de confecção de um *mapa linguístico do Ceará*.⁵³ Anos depois, com Seraine na coordenação da parte cearense do *Atlas Folclórico do Brasil*, o Cariri cearense ganharia um lugar destaque⁵⁴. A historiadora Mônica Martins⁵⁵ nos alerta sobre a possibilidade da relação entre este Atlas e o trabalho de coleta executado anos antes pelos funcionários do IBGE, e que tratamos ligeiramente no tópico anterior.⁵⁶ Porém, a análise aprofundada sobre este Atlas e a ainda desconhecida participação do Cariri cearense nele são páginas dos próximos capítulos.

Dando prosseguimento e pegando como mote uma receita ditada por uma senhora residente no município de Missão Velha, “fazemos referência nesta oportunidade, pela primeira vez, a uma comida, bastante apreciada em todo o Cariri, e desconhecida no resto do Estado. Denomina-se ela mangusta, sendo usada, em geral, como lanche ou merenda”. Depois de apresentar a receita, chama a atenção de Florival Seraine o fato de o leite ser misturado com a manga, algo, que, como demonstra, é um tabu em todo estado, inclusive na própria região caririense. A senhora que lhe deu a receita justifica afirmando: “apenas considerada nociva a mistura de leite com manga quando ingeridos êstes alimentos de per si, e achando-se crúa a deliciosa fruta anacardiácea”. A fala da senhora é apresentada como exemplo e, ao mesmo tempo, uma resposta às crendices e superstições que circunscrevem o universo popular e que dão a este uma dimensão exótica, digna de registro.

⁵³ Esse mapa linguístico foi, de acordo com o autor, reproduzido no *I volume dos Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia* ocorrido no Rio de Janeiro de 7 a 16 de setembro de 1944 e organizado pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro – (SGRJ).

⁵⁴ Essa informação foi retirada da *Revista do Instituto Histórico do Ceará* de 1999, cuja data de publicação não foi especificada.

⁵⁵ SILVA, Mônica Martins da. **A Escrita do folclore em Goiás: uma história de intelectuais e instituições (1940 -1980)**. 2008. 279 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, 2008, p. 09

⁵⁶ A referida historiadora aponta que esse convênio foi firmado no final dos anos 1950, no entanto, acreditamos que ele está estreitamente ligado às pretensões relatadas em correspondência de 9 de julho e 1949 por Renato Almeida sobre o inquérito do “calendário folclórico” que iria convocar os agentes do IBGE em todos os municípios brasileiros e sugeria que a Comissão Cearense, entrando em contato com a Secretaria de Educação do estado, convocasse as professoras públicas, mas especificamente às diretores de escola, para se responsabilizarem por essa função no interior.

Seraine afirma que aquela era a primeira vez que ele descrevia a “Mangusta”, apreciação coletiva no Cariri cearense. Essa “primeira vez” nos parece uma referência à escrita de suas descrições de pesquisa, o que permite que imaginemos que aquele era só mais um dos escritos endereçados à CNFL. Mas não é possível saber se era o primeiro que se debruçava sobre aquela região. Pelo menos é a primeira referência que temos nessa documentação institucional. A narrativa, ao contrário da percepção contemporânea que recorta geograficamente o Cariri como o extremo sul cearense, envolve essa regionalidade na genérica acepção de sul, onde a cidade de Iguatu também estava incluída.

O texto curto, tímido, meio desconectado do restante da documentação da CCF do período, nos parece mais uma nota do que foi observado *in loco*, do que propriamente o resultado de uma pesquisa científica sistemática. No entanto, e tendo como base a produção bibliográfica deste intelectual, aquele texto-análise parece fazer parte de um projeto transformado posteriormente em uma publicação em que ele se debruça sobre as especificidades linguísticas do Estado. Nessa busca por essas particularidades, a afirmativa da diferença, da distância, vai se insinuando. Não se pode esquecer que Florival Seraine ministrou um curso de Linguística na Faculdade de Filosofia do Crato⁵⁷ em período que infelizmente não conseguimos identificar, mas que pode explicar esse primeiro contato com a região sul cearense e a sua proposta de escrita e ação sobre ela.

O Cariri cearense que se desenha nessas linhas está coberto de certo exotismo, como era de se esperar, e de uma análise ainda muito “tateadora” dos aspectos observados. O texto preocupa-se com o destaque, com a diferença, com o processo comparativo, com a especificidade reveladora do que o outro não é. Norte, sul, capital, são espaços síntese, evocados constantemente quando da necessidade

⁵⁷ Essa informação foi colhida da página da *Academia Cearense de Letras*. No limiar dessa preocupação com os aspectos linguísticos cearenses, Florival Seraine publica, em 1954, o livro *Ensaio de interpretação linguística*, em 1959, o *Dicionário de termos populares (registrados no Ceará)*, cuja segunda edição é de 1991 e *Temas de linguagem e de folclore*, de 1987. Em fragmento da Revista do Instituto do Ceará, no ano do falecimento de Seraine (1999, p. 382) há a informação de que ele teria sido professor de “Ciências do homem”, na Faculdade de Filosofia do Crato, e em outros institutos de ensino superior do Ceará, inclusive tendo lecionado no Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará - UFC. Não sabemos se essa informação se relaciona à sua participação no curso de “Linguística”, a que relatamos há pouco, ou diz respeito a outro momento em que o intelectual esteve presente na Faculdade de Filosofia do Crato. De acordo com o Historiador Ítalo Bezerra (2011, p. 167), a faculdade de filosofia do Crato foi fundada em 1959, o que, pela data da publicação da nota de Seraine, inviabiliza que tenha sido por intermédio dessa visita que o intelectual tenha entrado em contato com os costumes culinários e linguísticos do Cariri. Ver bibliografia.

de legitimizar e homogeneizar as geografias estaduais, e distanciados quando do mergulho no próprio território cearense. O fragmento fala em sul cearense, cita algumas cidades, mas deixa o recorte espacial dessa região em aberto. Fala de modo genérico, porque tenta percorrer a trilha sinuosa de seus elementos culturais. Em relação a esses aspectos “diferenciadores” que estão evocados no início do seu texto, quais seriam os outros? Há muitas respostas para essa pergunta em nossas próximas páginas. Florival Seraine cita apenas um: o linguístico. Estaria ele investigando também estes outros há esse tempo? Tal questionamento será respondido no decorrer do tempo e por meio de ações institucionais que vão tentar delimitar um lugar importante, ainda que bastante desconfortável para essa região dentro do campo cearense de Folclore.

Essa é a primeira vez que, investigando a documentação da CNF e da CCF, encontramos uma referência à região do extremo sul cearense enquanto um recorte geográfico-cultural distinto e delimitado. Até então, as descrições da CCF parecem ler a geografia cearense unicamente pelo binômio litoral-sertão. Neste sentido, Florival Seraine representa, mas não sozinho, uma importante fase de transição que se faz desenhar por uma escrita mais abstrata, que borra e desestabiliza esse binômio e suas implicações. Seu olhar sobre o interior cearense, ainda que balizado sobre alguns paradigmas do conhecimento folclórico tradicional, vai por intermédio do estudo da antropologia cultural e da etnografia, buscar novos paradigmas, novos pontos de sustentação.

É importante mais uma vez lembrar que não intencionamos defender aqui a ideia de que existia, até meados do século XX, uma ausência das preocupações de outras instituições e intelectuais em descrever/representar essa cartografia regional por intermédio de seus elementos culturais. Desde pelo menos o século XIX acompanhamos a confecção de relatos elaborados por naturalistas, missões folclóricas e estudiosos ligados a instituições letradas da capital cearense que se debruçaram sobre o seu extremo sul⁵⁸. Porém, entendemos esses interesses como desarticulados de uma proposta maior de constituição de uma rede coesa, ou que se colocava como tal, de estudos e pesquisas no campo folclórico.

⁵⁸Com relação aos naturalistas que visitaram o Cariri cearense durante o século XIX, destacamos aqui o cientista inglês George Gardner, que descreve suas experiências nesta região por intermédio da obra *Viagens pelo Brasil. Principalmente nas províncias do Nordeste e nos Distritos do Ouro e do Diamante durante os anos de 1836 – 1841*, escrita em 1942 e publicada em 1846, bem como a visita da Comissão Científica de Exploração, cuja travessia foi descrita pelo Botânico Francisco Freyre Alemão em seu diário de viagem. Ver bibliografia.

Neste sentido, partimos da prerrogativa de que foi por intermédio da constituição dessa rede de estudos, alavancada pelo movimento folclórico brasileiro e “abraçada” pela Comissão Cearense de Folclore, que determinados preceitos teórico-metodológicos foram sendo valorizados e, em consonância com isso, foram elencados alguns espaços/elementos como mais significativos para esse novo panorama cartográfico-cultural.

Ainda em 1950, no mês de março, Renato Almeida escreve a alguns intelectuais da Europa, avisando da ida de Florival Seraine para o velho mundo em estudos etnográficos⁵⁹. Essa parece ter sido uma viagem “pedagógica” na trajetória do cearense e também um importante ingrediente para consolidação de certas diretrizes da política cultural do CNFL e da CCF. No entanto, os detalhes mais científicos dessa viagem são pouquíssimo explorados, o que dificulta qualquer panorama sobre os resultados obtidos ou mesmo sobre os objetivos almejados por ela por ela. O que podemos afirmar é que Florival Seraine teve êxito na sua empreitada de estudos e interação cultural. Tanto que ele consegue percorrer e visitar importantes instituições europeias da área de pesquisas e divulgação etnográfica e descreve isso para Renato Almeida com bastante entusiasmo⁶⁰.

⁵⁹ Tomamos como parâmetro um conjunto de cartas que atravessam a empreitada de Florival Seraine em busca de aprimoramento nos seus estudos e pesquisas folclóricas por meio do contato com museus, institutos de pesquisa, instituições etnográficas e também com a UNESCO e o seu diálogo com Renato Almeida, enquanto facilitador desse processo. Em 28 de março várias cartas são enviadas por este último a intelectuais e embaixadores dos países europeus com o intuito de que esses recebessem o folclorista cearense. Em uma das correspondências provavelmente endereçada ao correspondente da UNESCO, Almeida reafirma o compromisso de Seraine em fortalecer laços com os estudiosos do velho mundo, bem como com o modo de proceder da UNESCO sobre *les études des arts et traditions populaires* em prol da cooperação internacional. Em 24 de junho Florival Seraine, diretamente de Paris e contente pelas metas cumpridas, relata a Renato Almeida sua passagem pela UNESCO, “[...] onde me recebeu M. Gamarra, de secção das Américas, que me informou conhecê-lo pessoalmente”. M. Gamarra teria facilidade o trabalho de Seraine, inclusive redigindo uma notícia endereçada aos jornais do Rio “[...] sôbre a minha missão cultural nesta cidade”. Mesmo com alguns problemas na leitura deste documento, o que parece ter ficado claro ao seu final é que M. Guamarra enviou-lhe ao Secretário Geral da Comissão Internacional das Artes e Tradições populares, “o qual me conduziu ao museu de arte popular no Palais de Chaillot [...]”. Colhi dados que constarão do meu relatório”. No decorrer desta e de outras correspondências, Seraine descreve a realização de vários contatos com instituições etnográficas. Fazendo um resumo dessa viagem, podemos concluir que dos países europeus foram enviados dados bibliográficos, escolhidos por correspondentes e realizadas anotações que constariam em um relatório ao qual infelizmente não conseguimos ter acesso. Ver: ALMEIDA, Renato **[Carta]** 28 mar. 1950 para CORSO, Raffaello; CHAVES, Luis; DE BETTENCOURT, Gastão. Pasta: Comissões Estaduais de Folclore\Ceará\expedidas – 1948 a 1954[4]. Série **correspondências** - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

⁶⁰ SERAINE, Florival. **[Carta]** 20 mar. 1950 para ALMEIDA, Renato. Pasta: Comissões Estaduais de Folclore\Ceará\recebidas – 1948 a 1954 [6]. Série **correspondências** - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

Dando continuidade a essa interação e com Florival Seraine já em terras cearenses, em correspondência de 8 de fevereiro de 1951, Renato Almeida⁶¹, além de dar ciência do recebimento de um livro escrito por Seraine, cujo conteúdo não é declarado, mas que aparentemente tem relações com seus estudos linguísticos, tece comentários sobre a eleição daquele para delegado de um conselho também não explicitado na narrativa. Renato Almeida anuncia ainda que o folclorista cearense “vai também receber a comunicação do presidente do Ibecc de que foi nomeado membro da Comissão Organizadora do I Congresso Brasileiro de Folclore”⁶². Almeida queria que Seraine, diante das novas funções, fortalecesse a necessidade da Comissão Cearense participar, de modo sistemático e efetivo de tal congresso, compromisso que este último assumiu com prontidão e que significou um importante passo para a consolidação do Ceará nesse circuito nacional. Esse passo foi acompanhado também da necessidade de uma exploração cada vez mais sistemática e diversa do território cultural cearense, o que exigiu novas estratégias, principalmente de articulação. Aos poucos, as micro divisões folclóricas em torno do território cearense também ganharam fôlego/força nesses discursos institucionais.

⁶¹ ALMEIDA, Renato. [Carta] 8 fev. 1951 para SERAINE, Florival. Pasta: Comissões Estaduais de Folclore\Ceará\expedidas – 1948 a 1954 [4]. Série **correspondências** - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

⁶² O 1º Congresso Brasileiro de Folclore foi um dos momentos mais importantes no processo de consolidação das primeiras ações da Comissão Nacional de Folclore. Ocorrido entre os dias 22 e 31 de agosto na cidade do Rio de Janeiro e tendo como Secretária - Geral a escritora e folclorista Cecília Meirelles (CAVALCANTI, 2001, p. 09), este congresso reuniu folcloristas de vários estados do Brasil preocupados em traçar um programa em comum para suas ações. Foi durante este momento que foi redigida a *Carta do Folclore Brasileiro* que reunia os principais parâmetros teórico-metodológicos deste campo, resultado de um conjunto de debates conceituais que dariam forma às propostas elaborados por Mário de Andrade (VILHENA, 1997, p. 99), A *Carta do Folclore Brasileiro* se tornou o texto síntese do Movimento Folclórico Brasileiro. Vilhena (VILHENA, 1997, p. 104) nos explica ainda que foi por intermédio desta carta que houve um apelo ao Presidente da República para que se criasse um organismo de dimensões nacionais, então destinado à defesa do “patrimônio folclórico brasileiro e à proteção das artes populares”. O então presidente, Getúlio Vargas, depois de ter sido convidado pelos folcloristas que estiveram em audiência em seu gabinete, comparece ao festival folclórico promovido por tal evento na Quinta da Boa vista, tornando-se presidente de honra da Reunião: “[...] Após a audiência, Renato Almeida dirigiu carta circular aos secretários-gerais, afirmando que os planos que apresentaram ao presidente iam ‘de [si] encontro a antigas ideias suas, para proteger as artes tradicionais do povo e amparar os artistas populares’, e que esperava que o I Congresso ‘apresentasse ao Governo um projeto de trabalho sistemático, a fim de ser devidamente considerado’ (VILHENA, 1997, p. 104). No entanto, as esperanças de criação desse órgão dão lugar ao desencanto, já que vésperas da abertura do I Congresso Brasileiro de Folclore, em 1954, Vargas cometeu suicídio sem que nenhuma dessas ideias tenha ganhado força. Só anos depois e pela chancela de Juscelino Kubistchek é que parte desses planos se efetivaram com a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1958. Para além das questões já discutidas sobre a importância do I Congresso Brasileiro de Folclore, no interessa particularmente aqui o espaço dado às discussões sobre a importância dos Folguedos Populares, enquanto terreno frutífero para o projeto político do movimento folclórico brasileiro. No nosso próximo capítulo iremos problematizar mais efetivamente essa questão. Ver bibliografia.

Mas, para tanto, tornava-se necessário criar um repertório de situações frutíferas para essa reorganização.

Em 5 de março de 1951⁶³, entre as prestações de conta relativas à divulgação do *temário do congresso*, no *Jornal Unitário*, que ele chama de *Jornal dos Associados*, Florival relata: “Encontrei-me há dias com o gerente da livraria Renascença, que me informou já se achar de posse do retrato do Padre Cícero, de Juazeiro, que lhe prometera, devendo ser feita por êstes dias a remessa do quadro”. Interpretamos esse comentário como resposta para a correspondência de Renato Almeida há pouco relatada, em que este indaga: “como vai o Barata? Não deu mais sinal da sua graça, nem nunca recebi o quadro prometido [...]”. Barata é uma referência a outro membro da configuração inicial da CCF: Mario Barata.

O interesse de Renato Almeida pelo quadro do Padre Cícero parece ultrapassar mera curiosidade. Aparenta fazer parte de um esforço em levar para o Rio de Janeiro um objeto representativo do folclore não apenas do sertão cearense, mas do sertão nordestino. Indo mais adiante e relacionando com algumas das novas configurações trazidas pelo movimento folclórico brasileiro, poderíamos interpretar que aquele interesse concatenava-se com a preocupação em produzir um discurso etnográfico e científico sobre aquele artefato religioso, e muito provavelmente expô-lo junto a outras peças como representativos de uma cultura material, que, a partir da *Carta do Folclore Brasileiro*, fez parte do circuito de preocupações/discussões folclóricas. No entanto, como veremos em momentos posteriores, não foi por intermédio do artesanato ligado ao Padre Cícero, e conseqüentemente à cidade de Juazeiro do Norte, que o Cariri cearense encontrou espaço efetivo dentro do movimento folclórico brasileiro. Na verdade, esses elementos foram dimensionados para um lugar de exclusão, de ausência dentro desse processo.

A respeito das questões linguísticas, Florival Seraine esclarece nesta mesma correspondência: “De minha parte, espero colaborar ao Congresso com dois trabalhos: um, bastante longo, sôbre o linguajar cearense, o qual já se acha pronto, necessitando apenas de revisão ligeira, e outro sobre “Os estudos folclóricos e etnográficos cearenses”. Infelizmente, nenhum desses trabalhos foi divulgado na

⁶³ SERAINE, Florival. [Carta] 5 mar. 1951 pra ALMEIDA, Renato. Pasta: Comissões Estaduais de Folclore\ Ceará\ recebidas – 1948 – 1952 [6]. Série **correspondências** - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

íntegra na documentação institucional a que tivemos acesso, porém, analisando panoramicamente a produção de Seraine, veremos que esses dois aspectos são recorrentes em sua produção folclórica.

O segundo trabalho aparenta ser o embrião de uma das mais importantes publicações deste intelectual e conta com a presença, entre os vários folcloristas escolhidos, do cratense J. de Figueiredo Filho. *Antologia do Folclore cearense*, cuja primeira edição é de 1968⁶⁴, vem contemplar cem anos de estudos folclóricos no Ceará. O interesse apresentado anteriormente sobre as especificidades do falar no Cariri se encaixa nessa preocupação sobre o “linguajar cearense”. A fala, ao mesmo tempo que é um espaço definidor de uma territorialidade cultural, de memória para a identidade cearense, é também o lugar onde as especificidades poderiam aparecer com mais nitidez. Infelizmente o conjunto documental sobre o qual nos debruçamos é bastante insipiente a respeito de como se deu esse “mergulho” de Seraine sobre o território linguístico cearense. O que podemos concluir desta e de outras palavras suas é que esse território se mostrou frutífero na construção de algumas ações e políticas culturais posteriores.

No entanto, e como iremos observar no decorrer dos nossos próximos capítulos, os interesses do movimento folclórico brasileiro foram progressivamente caminhando na direção de pensar e explorar o campo folclórico a partir da preocupação com os já apresentados folguedos populares. Isso refletiu diretamente nos encaminhamentos tomados pela política da Comissão Cearense de Folclore. Neste sentido, durante nossa pesquisa tivemos acesso a um conjunto de correspondências enviadas por Renato Almeida a Henriqueta Galeno entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950 e que nos ajudam a pensar esse redirecionamento de consequências diretas na inserção do Cariri cearense na programação daquele movimento.⁶⁵

⁶⁴ Logo no seu prefácio, Florival Seraine afirma que sua obra "objetivou-se, sobretudo, prestar homenagem aos escritores regionais que dedicaram ou estão a dedicar atenção aos fatos culturais do nosso povo", o que muito se assemelha ao que é declarado na correspondência há pouco apresentada. No que concerne especificamente aos textos trabalhados nessa obra, eles abordam temáticas diversas que vão desde lendas que atravessam o imaginário cearense, até a ocorrência de determinadas ocorrências folclóricas no estado. Neste sentido, o texto de Figueiredo Filho abordava as chamadas "Bandas Cabaçais cratenses", elemento básico para a introdução do Cariri cearense (e desse próprio intelectual) dentro do movimento folclórico brasileiro, como veremos em nosso próximo capítulo. Além de Figueiredo Filho estão presentes nessa obra nomes como José de Alencar, Leonardo Mota e Gustavo Barroso. Todos esses folcloristas reconhecidos nacionalmente.

⁶⁵ Tendo como base a documentação a que tivemos contato, é possível visualizar os vários momentos em que Renato Almeida tenta estabelecer contato com Henriqueta Galeno a respeito da

Neste sentido, de um exercício de catalogação tímida, insegura, em busca de autoconhecimento, a Comissão Cearense de Folclore, assim, como outras comissões estaduais, entrou, a partir da década de 1950, em um momento de elaboração e execução de ações que favoreceram sua institucionalização, principalmente por meio de uma preocupação cada vez mais evidente com a articulação política e com a propaganda de suas ações. E foi nesse contexto que se desenrolaram os bastidores do IV Centenário da Cidade de São Paulo. E será também nesse mesmo terreno que vamos acompanhar o esforço desses intelectuais em possibilitar a participação de uma determina Banda Cabaçal cratense⁶⁶ dentro dessa programação. Provavelmente a mesma Banda Cabaçal que veio como carro

necessidade de explorar o terreno dos folguedos populares no estado do Ceará. Neste sentido, logo no início das atividades dessa comissão, encontramos uma correspondência datada de 7 de dezembro de 1948 em que o folclorista baiano envia para as várias comissões de folclore, incluindo a cearense, um pedido para que as mesmas trabalhassem no sentido de incentivar os folguedos existentes naqueles estados. Em correspondência de 28 de julho de 1950 Renato Almeida escreve novamente a Henriqueta Galeno solicitando que se fizesse um apelo às emissoras locais no sentido em que estas pudessem incentivar a ocorrência de tais manifestações. Em correspondência de 16 de outubro de 1952, Renato Almeida escreve novamente à Secretaria da Subcomissão Cearense de Folclore, e se dá conta de ter entrado em contato com um questionário organizado pela Comissão Paulista de Folclore a respeito dos "folguedos" existentes naquele estado e da realização no ano posterior do II Congresso Brasileiro de Folclore que seria realizado em Curitiba e que tinha como tema central os "autos populares". Em comunicação datada de 17 de maio de 1956, Renato Almeida estabelece novo contato com Henriqueta Galeno, consultando-a a respeito da problemática de "proteção e restauração dos folguedos populares", incluindo naquela correspondência uma comunicação sobre o assunto escrita por Edison Carneiro.

⁶⁶ Ao dizer-se ignorante sobre a origem da palavra cabaçal, Câmara Cascudo em "*O Dicionário do Folclore Brasileiro*" assim descreve esse elemento cultural tão importante em nossa narrativa: "é um conjunto instrumental de percussão e sopro, tocando marchas, galopes, modinhas, rodas e valsas pelos sertões de Pernambuco, Paraíba e Ceará" (CASCUDO, 2012, p. 144). Ao contrário do que se apresenta evidente nos textos escritos por Figueiredo Filho, Câmara Cascudo não associa a ocorrência desses grupos unicamente no território cearense, particularmente na sua região sul. Basicamente esse conjunto é composto por quatro homens que tocam dois zabumbas (tambor ou caixa) e dois pifes (flautas sopradas verticalmente). Câmara Cascudo descreve ainda que esses conjuntos são conhecidos por acompanharem as festividades religiosas, profanas, bailes e mesmo no acompanhamento de outros grupos como o bumba-meu-boi e caboclinhos, por exemplo. No Cariri eles estão presentes desde as narrativas dos naturalistas que estiveram nessa região em meados do século XIX e que os descrevem como elementos importantes para a celebração de acontecimentos periódicos, como batizados e casamentos. Um aspecto que nos chamou atenção em relação ao que foi descrito pelo folclorista rio-grandense, é que além dos instrumentos "clássicos", os grupos caririenses, a que tivemos contato a partir da documentação analisada, usam também um triângulo na sua composição. Como já colocado no início do nosso trabalho, atualmente a Banda Cabaçal mais famosa do Cariri é denominada de Irmãos Aniceto, cuja relação com os grupos trabalhados nesse trabalho não foi possível estabelecer concretamente. Esse grupo, além de tocar seus instrumentos, também realiza coreografias na quais são "imitados" determinados movimentos característicos de alguns animais. Diversas são as narrativas contemporâneas (jornalísticas, literárias, governamentais) que se utilizam da imagem dessa Banda Cabaçal enquanto símbolo da cultura caririense. Em 2004, o seu líder na época, Raimundo José da Silva, foi intitulado "Mestre da Cultura" pelo estado do Ceará. Título sobre o qual fizemos referência no início desse capítulo. Atualmente os componentes desse grupo são constantemente convidados para se apresentarem em diversos eventos promovidos principalmente pela prefeitura do Crato e pelo governo do estado do Ceará, mas também em espetáculos artísticos encenados em todo Brasil. Ver: CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Global, 2012.

abre alas do texto contido na *Revista Continente Multicultural*⁶⁷, apresentado no início do nosso capítulo. Atravessando a busca por uma (re)cartografização cultural do Ceará, feita no sentido da produção de um circuito folclórico, vamos acompanhar os primeiros passos do “descobrimento” do Cariri cearense e a valorização de um Ceará que borra e transborda o binômio litoral-sertão. E, para tanto, a performance musical desses sujeitos em um espaço festivo parece ser ingrediente indispensável.

2.4 O Cariri e o IV Centenário de São Paulo: uma presença ausente

Em ata de reunião da sessão do dia 24 de abril de 1954⁶⁸, o Instituto Cultural do Cariri - ICC⁶⁹ dá conta do recebimento de um convite: estava sendo convocada para os festejos comemorativos do 4º centenário de São Paulo⁷⁰, uma "banda de

⁶⁷ Ao voltarmos para o texto escrito por Gilmar de Carvalho na *Revista Continente Multicultural* apresentada no início desse capítulo, vamos ver que a primeira imagem que aparece é da Banda Cabaçal Irmãos Aniceto, atualmente uma das mais prestigiadas “atrações turísticas” do Crato e oficialmente Patrimônio Cultural do Ceará.

⁶⁸ Ata de reunião do Instituto Cultural do Cariri - ICC de 24 de abril de 1954 (Arquivo pessoal).

⁶⁹ O Instituto Cultural do Cariri - ICC foi criado oficialmente em 4 de outubro de 1953 na cidade do Crato, em comemoração à elevação desta à categoria de cidade. Assim como iremos acompanhar no decorrer de nossos capítulos, esta instituição terá um papel fundamental na propagação de tradicionais signos da identidade caririense e na promoção de inúmeros outros. Fundada pela elite política e intelectual cratense então influenciada principalmente pelo “modus operandi” do Instituto do Ceará, o ICC dividindo seus interesses e suas subsequentes atividades, principalmente entre as temáticas relacionadas à História, à Geografia, à Política e ao Folclore desta região. Entre a promoção de eventos periódicos, publicação de livros e principalmente de sua revista anual, *Itaytera*, o ICC produziu importantes registros sobre o cotidiano dessa região em meados do século XX. Assim como iremos acompanhar no decorrer de nossa narrativa, os membros desta instituição (a maioria constituída de políticos, médicos, advogados, farmacêuticos e jornalísticas) irão compartilhar, de modo geral, a preocupação em evidenciar a superioridade do Cariri em relação ao restante do Ceará e a do Crato em relação ao restante dessa região. O campo folclórico surgiu nesse processo como um importante instrumento de construção destas distinções. As primeiras reuniões ocorriam na biblioteca pública do Crato e os sócios eram agrupados em cinco diferentes classes: a dos fundadores, dos efetivos, dos correspondentes, dos honorários e dos beneméritos. O auge da atuação do Instituto Cultural do Cariri se deu entre as décadas de 1950 e 1970. Período em que seu principal representante e entusiasta foi o já conhecido José de Figueiredo Filho. O ICC funciona até os dias atuais, porém, suas atividades estão bastante enfraquecidas em relação às suas primeiras décadas de atuação. No decorrer da nossa narrativa tentaremos atravessar a relação entre esta instituição e os estudos folclóricos no extremo sul cearense.

⁷⁰ A despeito de comemorar os quatrocentos anos de fundação da cidade de São Paulo, uma vasta e complexa programação foi planejada e executada durante todo o ano de 1954. A construção de São Paulo como a capital política e econômica do Brasil, lugar de vanguarda, dividia espaço há esse tempo com a preocupação em refletir sobre sua construção e importância histórica e memorialística. A prefeitura municipal, juntamente com importantes intelectuais do período, trabalhou na produção desse ano festivo, cuja programação contava com [...] espetáculos de balé e teatro, chuva de prata pela cidade, criação do Parque do Ibiapuera e uma grande exposição histórica (DA SILVA, 2014, p. 2). Em um cenário múltiplo, se misturam as imagens de modernidade, tradição, futurismo e folclore, todas trabalhando em prol desse evento comemorativo. Neste sentido, inserida nessa programação, estavam os eventos folclóricos já relatados e que aconteceriam entre os dias 16 a 22 de agosto daquele ano e que foram organizados pela Diretoria do IBECC por intermédio da CNFL. Ver: DA

música de couro". Esse comunicado foi proferido pelo então Secretário Geral do ICC José de Figueiredo Filho, que, na ausência do presidente da Instituição, presidiu aquela reunião. Nenhuma comunicação institucional/oficial foi mencionada como parte desse comunicado. Apenas a palavra de Figueiredo Filho de que aquele convite fora enviado pela "Comissão Brasileira de Folclore". Nenhuma menção nessa ata a qualquer um dos principais mentores da Comissão Cearense de Folclore. Nem Florival Seraine, nem Henriqueta Galeno. Nenhuma justificativa para tal convite. Só sabemos da importância que a intermediação de Figueiredo Filho teve nesse processo.

Diante dessas questões, e tendo como base as raríssimas referências a esse assunto na documentação da CNFL e da CCF, procuraremos desenhar aqui as primeiras linhas que ajudam a explicar a relação entre os eventos folclóricos do IV Centenário de São Paulo e a inserção, ainda que questionável, do Cariri cearense na programação do movimento folclórico brasileiro. A partir desse ponto, muitas outras questões poderão ser problematizadas.

Em nota da CNFL de dezembro de 1952⁷¹, esta e a Comissão Paulista de Folclore são descritas oficialmente pela Comissão Nacional do IV Centenário de São Paulo como as instituições responsáveis pela orientação dos festejos folclóricos que iriam ocorrer em 1954 e "[...] que compreenderão um Congresso Internacional de Folclore⁷², demonstrações de danças e folguedos populares, além de uma exposição de folclore de São Paulo e de outros estados brasileiros". Analisando a historiografia e o conjunto documental da CNFL, tomamos conhecimento de quão importante foi esse momento para divulgar, em nível internacional, as ações que vinham se engendrando dentro do movimento folclórico brasileiro. Neste sentido, o alcance midiático do IV Centenário de São Paulo servia como importante plataforma para as pretensões desse movimento, já que atraía diversos setores da sociedade no decorrer de sua programação. A visibilidade que esses festivais folclóricos

SILVA, Mônica Martins. Folclore e Patrimônio Imaterial: Caminhos cruzados na construção de uma cultura "popular" brasileira. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo, julho 2011.

⁷¹ Comissão Nacional de Folclore. **Nota bibliográfica n. 60**. Dez. 1952. Pasta: 1952. Boletins 50 – 61 [3]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

⁷² O Congresso Internacional de Folclore aconteceu entre os dias 16 e 22 de agosto de 1954, como parte integrante da programação do 4º Centenário de São Paulo. Tentaremos problematizá-lo de maneira mais detalhada no nosso próximo capítulo.

adquiriram com o decorrer do tempo foi tamanha que eles contavam com a participação de figuras políticas importantes, como o presidente da república Getúlio Vargas e intelectuais como Oswald de Andrade Filho e Cecília Meireles, por exemplo.⁷³

Mas se existem em todos os congressos científicos e intelectuais discursos e moções – essas últimas muito comuns, votadas por todo o plenário, como a *Carta do folclore brasileiro* -, havia algo presente em todas as reuniões do movimento folclórico que as distinguia de todos os encontros semelhantes: os festivais e exposições folclóricas. Eram eles que davam a sua dimensão comemorativa e espetacular, garantindo a afluência de público leigo e a ampla cobertura da imprensa; seus efeitos para o “rumo” folclórico não se davam apenas sobre o público externo. Contribuindo igualmente para a produção do “entusiasmo criador” a que se referia Renato Almeida [...]⁷⁴

E foi dentro de uma dimensão espetacular, sob os holofotes das programações festivas, que se pretendia a participação de uma banda de couro cariense. Esse desfile, ou o que o documento chama de “demonstrações de danças e folguedos populares”, surge como um momento oportuno para que a alegria e a musicalidade desse e de outros grupos, se contrapusessem às imagens “acinzentadas” com que o sertão nordestino vinha há algum tempo sendo representado. A utilização do termo “folgado” já demonstra o terreno por onde o movimento folclórico direcionou sua política nacional a partir de então.

A imprecisão da ata do ICC deixa muitos pontos em aberto sobre como e onde especificamente se daria essa participação. No entanto, como veremos adiante, a problemática desses pontos foi “solucionada” de modo parcial e bastante vago pela documentação oficial das comissões nacional e cearense de folclore e pelos registros deixados por Figueiredo Filho.

⁷³ Sobre essa questão, Rodolfo Vilhena (1997) apresenta nos anexos do seu capítulo quatro, *“Congresso e rumor: o movimento folclórico em ação”*, uma fotografia da *Tribuna de Honra* que presenciava o festival ocorrido no I Congresso Brasileiro de Folclore. Lá estava o presidente Getúlio Vargas ao lado de Renato Almeida. Em outro registro fotográfico, relativo ao próprio Congresso Internacional de São Paulo, Renato Almeida discursa na abertura da “exposição folclórica” que se realizou durante o referido evento ao lado de Cecília Meireles e Oswald de Andrade Filho. Assim como estes, os congressos posteriores também contaram, na sua programação, com importantes nomes da intelectualidade e da política brasileira. Essas figuras, além de dar visibilidade àqueles congressos, promoviam suas respectivas imagens públicas. Ver bibliografia.

⁷⁴ VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão: O movimento folclórico brasileiro (1947 – 1964)**. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 218.

Em carta de 12 de novembro de 1952⁷⁵ dirigida a Francisco Matarazzo Sobrinho, presidente da Comissão do IV Centenário de São Paulo, Renato Almeida, dá conta das primeiras negociações com as comissões estaduais “para serem feitos orçamentos relativos aos folguedos que devam organizar”. Esta correspondência foi enviada a todos os Secretários-Gerais das subcomissões. Em nota bibliográfica escrita no mês seguinte, a CNFL confirma o convite dos seguintes grupos folclóricos “[...] Bumba-meu-boi (Maranhão), Maracatu e Frevo (Pernambuco), Reisado e Guerreiros (Alagôas), Cavalhada (Paraná), Quicumbi (Espírito Santo), além do clube 35 de Tradições Gaúchas (Rio Grande do Sul)”. As manifestações paulistas já tinham sido aprovadas pela comissão do IV Centenário. Ao contrário do que traz a ata de 1954 do ICC, a priori não há nenhuma referência à participação cearense. Nenhum grupo é mencionado. Pelo menos não nos documentos analisados até aqui. Assim também como até agora não tivemos contato com nenhuma documentação do ICC, além desta ata, que dê conta do chamamento de certa Banda Cabaçal cratense para os festejos de São Paulo.

A documentação institucional da CNFL, além de descrever os já comentados I Congresso Internacional de Folclore, Desfile e Festival Folclórico “com apresentação de grupos folclóricos vindos de vários Estados do Brasil”, também relatava, dentre a programação folclórica do IV Centenário de São Paulo, a Exposição Inter-Americana de Arte Popular⁷⁶, bem como o Comitê Executivo e a VII Assembleia Geral do

⁷⁵ ALMEIDA, Renato. **[Carta]** 12 nov. 1951 para MATARAZZO SOBRINHO. Pasta: Comissões Estaduais de Folclore\Ceará\expedidas – 1948 a 1952. Série correspondências - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

⁷⁶ A Exposição Interamericana de Artes e Técnicas Populares foi montada no mês de agosto de 1954, sob a marquise do recém-inaugurado Parque do Ibirapuera. Ela se fez possível a partir da iniciativa de Renato Almeida e dos dirigentes da Comissão Paulista de Folclore. O professor Rossini Tavares, importante membro da Comissão Paulista de Folclore foi o responsável pela pesquisa e coleta de materiais que seriam expostos. De acordo com Dalva Soares (2008), para tanto, Rossini foi à busca de doações, empréstimos, coleções estrangeiras, bem como fomentou uma coleta em diversas regiões (a autora não especifica quais) do Brasil cujo estímulo partiu diretamente da CNFL. De acordo com Claudia Vendramini (2014) na amostra foram apresentadas peças provenientes dos estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Sergipe, bem como houve doações e empréstimos de obras do Canadá, da Colômbia, do Haiti, do Uruguai, do Paraguai e da Venezuela. Contendo apenas material brasileiro, essa exposição se transformou, depois de algum tempo, na Exposição de Artes e Técnicas Populares, posteriormente indo ocupar espaço no pavilhão de História (atual Pavilhão Lucas Nogueira Garcez, popularmente conhecido como Oca), no próprio Parque Ibirapuera e integrando o acervo do Museu Folclórico do Centro de Pesquisas (VENDRAMINI, 2014, p. 19). Em 1987, por ocasião do falecimento de Rossini Tavares, o Museu recebeu o seu nome. Analisando a documentação da Comissão Nacional acompanhamos o entusiasmo para com esse evento, então expresso por meio do envio de convites a diferentes países do continente sul-americano para que esses pudessem contribuir para a realização de tal exposição. Ver bibliografia

Conselho Internacional de Música Popular “que, pela primeira vez, realiza uma de suas assembleias na América do Sul”⁷⁷. Infelizmente, os detalhes sobre os preparativos e a execução destes eventos são bastante vagos, havendo pouquíssimas referências bibliográficas e documentais sobre estes ou mesmo sobre o Congresso Internacional de Folclore como um todo. Em circular de 27 de abril de 1953⁷⁸ enviada a todos os Secretários-Gerais e a respeito especificamente da Exposição Inter-Americana de Arte Popular, Renato Almeida indica que posteriormente entraria em contato sobre a contribuição de cada estado “logo que esteja concluído o esquema da mesma”, finalizando com o sentimento que aquele evento terá uma “projeção internacional”.

A excepcional importância que revestia os festivais e exposições folclóricas para os congressos desse movimento deriva de duas características desse último que gostaria de desenvolver brevemente aqui. Em primeiro lugar, articulado ao empirismo que identificamos nos textos dos *Documentos da CNFL*, há uma concepção de que a contemplação de manifestações folclóricas tem um valor gnosiológico em si mesmo. Quando descreve em sua correspondência os seus planos para o festival do I Congresso, Renato Almeida expressa sua intenção de produzir “uma carta-viva do folclore brasileiro” (RA/RoA, 10/5/51, Corr exp.) O mesmo espírito preside a organização da exposição folclórica realizada durante o Congresso Internacional. Na sua parte nacional, a CNFL a idealizou – como revela a carta circular que envio a todos os secretários-gerais – como “uma série de quadros regionais que dêem, com o aspecto ecológico, a nossa realidade folclórica”. A cada estado foram atribuídas referências regionais típicas: o cangaço a Alagoas, o candomblé à Bahia, a estância ao Rio Grande do Sul etc. Esses “centros de interesse”, embora sugeridos pela Comissão Nacional, podiam ser, em função da autonomia” das comissões estaduais, enriquecidos ou rediscutidos a partir de “suas sugestões”, que seriam, segundo as palavras de Renato Almeida, “acolhidas e consideradas como todo o apreço”. Através desta justaposição de quadros, esperava-se fornecer “uma síntese da cultura popular brasileira, quer material, quer espiritual”⁷⁹.

Acompanhando essa argumentação, Vilhena (1997) nos oferece uma série de fotografias que se relacionam a esses “quadros regionais” há pouco citados. A configuração de tais quadros nas fotografias apresentadas por esse autor nos levou

⁷⁷ O FOLCLORE no IV Centenário de São Paulo/Pasta: Comissão Nacional de Folclore\ Congressos 1953 – 1954\1º Congresso Internacional de Folclore\expedidas 1954[49] /Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais. Série Documentos. Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN. [s.d.]

⁷⁸ ALMEIDA, Renato. **[Circular]** 27 abr. 1953 para secretários-gerais das subcomissões estaduais de folclore. Pasta: Comissão Nacional de Folclore/Congresso 1953-1954/1º Congresso Internacional de Folclore/expedidas – 1954 [49] (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

⁷⁹ VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão: O movimento folclórico brasileiro (1947 – 1964)**. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 219.

a refletir sobre a construção imagética do Ceará presente nessa exposição. Tal série de fotografias retratava o encontro de Renato Almeida com estandes reservados para os estados brasileiros. Em cada estado ali representado, a montagem de um sistema de referências elaboradas no sentido de fortalecer o ideal da harmonia identitária: cada peça cumpre seu papel de fortalecer e divulgar um determinado “mapa imaginário”. Se reatualizam e se fortalecem as imagens e os paradigmas. Iniciava-se a Exposição do Folclore brasileiro de 1954⁸⁰.

Como o texto traz à baila, esses “centros de interesse” sugeridos pela Comissão Nacional de Folclore podiam ser “enriquecidos ou rediscutidos” pelas comissões estaduais. Sugestões que Renato Almeida afirma que seriam “acolhidas e consideradas como todo o apreço”. Cada um desses fragmentos trabalharia na formação de um quebra-cabeças cultural cuja maior preocupação é dar “uma síntese da cultura popular brasileira, quer material, quer espiritual” sobre a autonomia ou não dessas comissões, tendo como exemplo a escolha dos grupos que participariam do desfile folclórico, entre os convidados em 1952 e os que aparecem na programação de 1954, acompanhamos algumas mudanças⁸¹, mas não podemos afirmar categoricamente que essas redefinições podem ser pensadas também como respostas à autonomia professada por Renato Almeida a respeito especificamente dos quadros regionais da Exposição Folclórica.

Em duas fotografias dessa exposição encontramos o Ceará⁸². Elas traduzem muito bem a ainda clássica divisão geográfica litoral/sertão. Na primeira delas, sentado em uma Jangada, de nome “Jangada Ceará”, Renato Almeida posa com orgulho. A próxima é o contraste da primeira: em uma casa de taipa, sentado numa rede e ao lado de um boneco com trajes que pareciam de um vaqueiro, com alguns objetos dependurados sobre a parede, o folclorista novamente aparece. Na frente, a

⁸⁰ Lendo o conjunto documental sobre os festejos de aniversário de São Paulo, nos questionamos se a Exposição Folclórica e a Exposição Inter-Americana de Arte Popular são os mesmos eventos. Em boletim da CNFL de 1953 que tratava sobre aspectos gerais destes festejos, há uma referência a “Exposição inter-americana de folclore”, porém, nos relatos posteriores a que tivemos contato, as descrições Exposição Folclórica e Exposição Inter-Americana de Arte Popular ora parecem ser momentos distintos, ora os mesmos momentos.

⁸¹ Como iremos acompanhar, essa mudança pode ser percebida, por exemplo, com relação às manifestações folclóricas pernambucanas. Na primeira correspondência, de 1952, há uma referência ao “Maracatu” e “ao Frevo”, e no documento de 1954 somente o clube dos Vassourinhas é colocado como representante de Pernambuco. Assim também como muitos grupos foram introduzidos ou suprimidos entre o primeiro e o segundo documento. A Banda Cabaçal cratense exemplifica o primeiro e o bumba-meu-boi do Maranhão a segunda ação.

⁸² Ver anexo H.

genérica e expressiva placa “Ceará”. Era uma casa do sertão cearense. No entanto, havia um quadro naquela parede de taipa que muito nos chamou atenção, mesmo que de modo indiciário. A distância e a dimensão preto e branco desse quadro dificultam qualquer movimento interpretativo. Porém, o contexto da exposição dos objetos, “típicos” do que seria uma casa sertaneja, nos conduz a imaginar que provavelmente se tratava de um quadro religioso. Possivelmente era a imagem do Padre Cícero a que nos reportamos quando as correspondências de 1951 enviadas por Renato Almeida a Comissão Cearense de Folclore.

A respeito das construções teóricas do Congresso Internacional de Folclore, a historiadora Tânia Garcia (2010)⁸³ nos informa que “polemizando com os folcloristas estrangeiros a Comissão insistiu no documento de 1951, não isolando o conceito de popular do de folclore”⁸⁴, o que ajudaria a explicar a inserção em toda a sua programação de uma variedade de elementos culturais que, a partir de então, fizeram parte do seu repertório.

No entanto, nesse mesmo congresso, a “música popular urbana” teria sido excluída dos estudos folclóricos por não possuir “tradicionalidade”.⁸⁵ Questão, no entanto, não consensual entre os folcloristas. Essa informação nos conduz a pensar que a Banda de Couro que esses intelectuais buscavam no extremo sul cearense deveria representar o romântico e obsessivamente buscado mundo rural⁸⁶. Outro

⁸³ GARCIA, Tânia da Costa. A folclorização do popular: uma operação de resistência à mundialização da cultura, no Brasil dos anos 50. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 7-22, jan. – jun, 2010, p. 10.

⁸⁴ Sobre esse aspecto, a pesquisadora Danielle Delbem (2007, p. 22) argumenta que havia uma discordância entre a concepção de “Fato folclórico” dada pela Comissão Paulista de Folclore e a interpretada pela Comissão Nacional de Folclore. Esse contrassenso diz respeito ao entendimento de que esses primeiros tinham da relação intrínseca entre “fato folclórico” e o universo popular. Outro espaço de discordâncias entre essas duas comissões atravessava a caracterização dos conceitos de “tradicionalidade”, “antiguidade” e “oralidade”, então adotados pela Comissão Paulista de Folclore e negados na *Carta do Folclore Brasileiro*, que propunha o conceito de “aceitação coletiva” transcendendo o fundamento da tradicionalidade.

⁸⁵ GARCIA, Tânia da Costa. A folclorização do popular: uma operação de resistência à mundialização da cultura, no Brasil dos anos 50. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 7-22, jan. – jun, 2010, p. 10.

⁸⁶ Dando continuidade à sua narrativa, Tânia Garcia (2004, p. 11) descreve que o modo como os congressistas entendiam o que era ou não música folclórica baseava - se na influência dos estudos de Mario de Andrade e Renato Almeida sobre a temática. Ao relatar o estudo de Mário de Andrade denominado *Ensaio sobre a música popular brasileira*, de 1928, a autora enfatiza a preocupação desse primeiro folclorista em registrar sonoridades rurais e urbanas, tendo, no entanto, em relação a essas últimas, maiores restrições. No artigo *A Música e a Canção Populares no Brasil* (1936) Mário de Andrade teria se contraposto ao entendimento de que a tradicionalidade é um elemento definidor do que é folclórico e por fim admitindo a existência de um folclore urbano como elemento característico das nações mais novas. Com relação a Renato Almeida, na segunda edição de seu livro *Compêndio de história da música brasileira*, o folclorista baiano evidencia o vínculo entre a música popular brasileira e a preponderância das suas três culturas formadoras. Opinião que é compartilhada pelo próprio Mario de Andrade. Garcia (2004, p. 11) ainda demonstra como a dimensão de “funcionalidade” era fator importante para Renato Almeida classificar uma música

caminho para entender a introdução do grupo cratense e do próprio Cariri nesses festejos é que a música folclórica era um dos temas centrais do Congresso Internacional de Folclore⁸⁷. O que atrairia para o congresso muitos especialistas e curiosos da referida temática. No entanto, o aspecto mais seguro dessa inserção é que aquele grupo parecia se enquadrar nas propostas elaboradas em torno das "demonstrações de danças e folguedos populares" de tal congresso.

Neste sentido e como iremos acompanhar de maneira sistemática no nosso próximo capítulo, dessa diretriz extraída da *Carta do Folclore Brasileiro* que o movimento folclórico voltará suas forças para a ativa participação de manifestações culturais em seus eventos periódicos. A temática dos folguedos populares adquiriu um papel fundamental dentro do projeto nacional daquele grupo, a partir de então. Para além dessas incursões a respeito de ações mais globalizadas, há, no entanto, o outro lado, com atores e contextos nos quais essa história se permite um desenrolar com outras provocações e influências.

A despeito da resposta caririense ao convite: "Foi indicado o consócio Joaquim (ilegível) Teles para representar o Instituto no julgamento da escolha do melhor conjunto da "Banda Cabaçal" ou "música de couro" que será enviada à São Paulo". Os critérios dessa seleção são silenciados. O que o trecho parece deixar evidente é que haviam muitos grupos para avaliar/distinguir em busca do que fosse mais apropriado aos objetivos do IV Centenário de São Paulo. Após esse registro, só encontramos a Banda Cabaçal cratense nos próprios relatos da CNFL.

Festival Folclórico. No dia 15 de agosto, domingo, inicia-se o Festival Folclórico, com um grande desfile no Parque de Ibiapuera, com o comparecimento dos seguintes grupos: Caiapós, Moçambiques, Irmão do Divino, Congadas, Cordões de Bicho, de São Paulo; Reisados e Guerreiros, de Alagoas; Clube dos Vassourinhas, de Pernambuco; Ticumbi, do Espírito

enquanto folclórica. Neste sentido, uma diferença significativa apontada pelo autor entre a música folclórica e a música popular é o anonimato, a dimensão coletiva e a transmissão oral do primeiro enquanto as últimas são obras individuais e popularizadas. Mesmo havendo, muitas vezes, uma "fusão" entre as duas, dando como exemplo o chamado "folc-urbano". Tanto Mario de Andrade como Renato Almeida buscam traçar parâmetros de distinção entre a música popular urbana e a música folclórica: "No entanto, sobretudo Mário, reconhece a existência de uma fronteira porosa e elástica entre a música originada na cidade e aquela oriunda do meio rural." (GARCIA, 2004, p. 11). Ver: bibliografia.

⁸⁷ De modo geral, o congresso internacional de Folclore tinha em seu temário os seguintes assuntos "Características do Fato Folclórico; Folclore e Educação de Base; Música Folclórica e Música Popular; Folclore comparado e Cooperação Internacional entre Folcloristas". Ver: O FOLCLORE no IV Centenário de São Paulo/Pasta: Comissão Nacional de Folclore\ Congressos 1953 – 1954\1º Congresso Internacional de Folclore\expedidas 1954[49] /Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais. Série Documentos. Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN. [s.d.]

Santo, Escola de Samba, do Rio de Janeiro; Cabaçal, do Ceará; Dança do Vilão, de Santa Catarina e Tropeiros da Tradição, do Rio Grande do Sul. Nessa noite e nas dos dias 16 e 17 haverá demonstrações desses grupos. No dia 21, no Ibirapuera, haverá um Festival de Folclore paulista, com os grupos mencionados e mais de (ilegível), cateretê, fandango, jongo, batuque, samba etc.⁸⁸

É bastante tentador imaginar que a escolha desses grupos culturais para um evento de tanto prestígio se configurava enquanto uma tentativa de organizar e visibilizar geograficamente elementos fundamentais/fundantes da identidade brasileira. Porém, existem mais aspectos a investigar nesse contexto do que esta interpretação reduzida poderia resolver. A participação de grupos, como as Escolas de Samba, do Rio de Janeiro e o Clube dos Vassorinhas, de Pernambuco, por exemplo, nos dá fortemente a impressão de que se intencionava produzir um efeito espetacular sobre aquele momento. Numa explosão de cores e coreografias, os eventos folclóricos do IV Centenário de São Paulo atraíam a atenção de um amplo número de observadores. Insinuava-se fortemente o apelo às raízes de nossa nacionalidade.

Da mesma forma, o romântico e distante mundo rural ia se destacando com a participação de outros grupos. Para esses era reservado o lugar do tradicional, do popular, do original. Nesse aspecto, a proximidade entre os pensadores do MFB e os românticos que lhe antecederam ainda era muito forte, mas modificavam-se os objetivos que orquestravam esta última produção discursiva. De toda forma, a aparição dessa quantidade de grupos pertencentes a contextos geográficos tão diferentes só demonstrava que de fato estávamos diante de um movimento de dimensões nacionais.

Do Ceará, apenas a banda Cabaçal Cratense. Nenhum outro representante. Pelo menos não nesse documento. Sua sonoridade, referência às práticas indígenas, geraria a curiosidade de muitos. O interesse pela diversidade musical e por certa “originalidade” dessas bandas, teria, no nosso entendimento, atraído Renato Almeida. A rusticidade e a simplicidade pareciam imprescindíveis para o discurso de resgate, de valorização e poderiam ser agregados nos seus estudos folclóricos e musicólogos. No entanto, o que podemos afirmar é que para além dessa pretensa preocupação de Renato Almeida pelo tema da música e das danças

⁸⁸A data de publicação desse documento nos é desconhecida, no entanto, fazendo uma avaliação dos artigos divulgados no boletim bibliográfico que estava junto ao referido documento, imaginamos que este foi escrito entre os meses de junho e julho de 1954.

folclóricas, esse processo não teria acontecido sem a interferência do elemento central dentro do processo de inserção do Cariri cearense no movimento folclórico brasileiro, o já genericamente apresentado Instituto Cultural do Cariri, representado nesse momento, e em todos os outros, por José de Figueiredo Filho.

Uma pergunta que será uma das principais pautas de nossas próximas páginas é como se deu o processo de agenciamento desse grupo cratense para as comemorações do IV Centenário da capital econômica do Brasil. Desse processo só conseguimos visualizar até agora o comunicado e a programação, estes aqui pensados enquanto resultados de uma trama cuja engenharia ainda nos é quase toda desconhecida, mas que se tornou para nós bastante instigante investigar. Neste sentido, existe um hiato entre o que foi descrito na ata do ICC e a divulgação da programação daquele evento. Porém, outros caminhos documentais nos levam a conhecer outros eventos comemorativos⁸⁹, que se tornaram importantes peças da história que pretendemos contar. E são justamente esses e outros indícios que nos proporemos a problematizar no decorrer do nosso próximo capítulo.

A Banda Cabaçal cratense não chegou a se apresentar em São Paulo. A justificativa da ausência de recursos⁹⁰, vaga e sem mais delongas, é apenas mais um capítulo dessa história que deságua, entre tantas outras veredas, na dificuldade de sincronia entre a proposta desses intelectuais e o poder público.⁹¹ Porém, como iremos acompanhar tendo como rastro o recorte geográfico “Cariri”, anos depois se sentirá uma mudança significativa na relação entre esses dois espaços. No

⁸⁹ Estamos nos referindo às comemorações do Centenário de elevação do Crato à categoria de cidade ocorridas em outubro de 1953 e que contou com a intensa participação de diversas Bandas Cabaçais daquele município. No nosso próximo capítulo pretendemos analisar a relação entre esses eventos comemorativos e o IV Centenário da cidade de São Paulo, bem como a ocorrência de outros eventos nos quais o Cariri se viu representado pelas Bandas Cabaçais cratenses.

⁹⁰ De acordo com o historiador Ítalo Bezerra (2011, p. 114), “por contenção de gastos, a Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo cancelou a apresentação da Banda Cabaçal e de muitas outras representações que iriam de todo o país”, porém, são vagos os detalhes desse processo de exclusão, o que traz prejuízos a uma compreensão mais holística. Ver: VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: Memória, escrita da história e representações da cidade.** 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011, pág. 114.

⁹¹ Um desses exemplos da dificuldade comunicativa entre o movimento folclórico brasileiro e o poder público pode ser percebido quando observamos a correspondência escrita por Henriqueta Galeno em 8 de novembro de 1952 e endereçada a Renato Almeida. Nesta missiva, Henriqueta, além de reclamar a lentidão com que os estudos folclóricos têm se encaminhado no Ceará, anuncia os primeiros passos dialógicos com o poder público: “Já solicitei para a próxima semana audiência ao Sr. Governador do Estado afim de trata do respectivo convenio com o Estado do Ceará”. A partir de então, vários são os momentos em que essa aproximação é mencionada de alguma forma na documentação da CCF. Porém, o resultado efetivo dessa cooperação só aparecerá, como vimos, décadas depois.

acompanhamento dessa mudança, vão se (re) descobrindo outros elementos que vêm agregar novos significados às velhas pretensões identitárias.

Até aqui praticamente exploramos apenas a ausência, ou a ligeira referência a essa região. Foi proposital. Os enunciados que atualmente legitimam a dimensão mítica desse “oásis” do sul cearense, apresentados no início do nosso capítulo, são confrontados com a emergência de uma historicidade que lhes borra algumas verdades estabelecidas. Isso não significa, como relatamos algumas vezes, que por outros caminhos, que incluem o folclore (ainda que ligeiramente) no seu discurso, essa dimensão “mágica” não tenha sido explorada. Porém, o discurso amparado prioritariamente no campo folclórico só vai se fazer possível a partir das ressonâncias do movimento nacional na região sul cearense e das reações às suas interferências. Entre o romantismo de alguns discursos considerados “diletantes” e a produção de determinadas políticas públicas, há a árdua tentativa de institucionalização de um campo de estudos, pesquisas e de difusão dessa regionalidade cultural.

A referência no início do capítulo de que “o Cariri é onde os caminhos se encontram” destoa até aqui da construção de uma geografia monocromática dos primeiros anos do movimento folclórico no Ceará. É “território único”, prossegue o intelectual na *Revista Continente Multicultural*. Isso nos faz lembrar os diferentes movimentos em que se objetivava tornar essa região território independente do restante do Ceará, mas por outros caminhos. Porém, o que parece se modificar e que tentaremos explorar mais adiante é que se esses discursos de “separação” proclamavam a autonomia do Cariri em relação ao restante do Ceará, no entanto, a partir das ressonâncias do movimento folclórico na região essa concepção dividirá espaço com a preocupação em costurar o extremo sul cearense ao restante do estado e, mais do que isso, apresentando seu folclore como um “resumo” da identidade cearense e, mais adiante, da cultura nordestina, “um celeiro de tradições”, voltando às palavras do início de nosso capítulo e que resumem bem para onde caminham alguns discursos que aqui analisaremos.

O texto na *Revista Continente Multicultural* é ilustrado com imagens dos Irmãos Aniceto: Banda Cabaçal que foi enigmática na produção contemporânea de um Cariri Patrimonial. Alimentamos as suspeitas de que haja relação entre esse grupo e a Cabaçal que se viu impossibilitada de ir à São Paulo em 1954. Porém, esse é um aspecto que não nos preocupamos em “comprovar” aqui. Mais importante

são os problemas que ele provoca. Independente do nome que esses sujeitos receberam em meados do século XX, nos interessa muito mais entender o processo pelo qual os mesmos foram partícipes na aproximação do Cariri cearense com o movimento folclórico brasileiro. No entremeio desse processo está a preocupação comum com os folguedos populares e sua consolidação será objeto do nosso próximo capítulo.

Até aqui acompanhamos a entrada do Ceará no movimento folclórico brasileiro e o tímido e desajeitado “rascunho” do Cariri nesse panorama. A partir de então ganhou força nesse movimento a ação de determinada instituição preocupada em anunciar que seu “torrão natal” também tinha folclore, também tinha tradição, também era Ceará, também era uma parte importante do Nordeste. E mais do que isso, que suas ações eram capazes de construir espaços institucionalizados, capazes de impor uma atmosfera de acomodação identitária eficaz. Neste sentido, há dois nítidos movimentos que aqui se destacam: um construído de “fora”, a partir da consolidação do movimento folclórico brasileiro e de seus projetos em terras cearenses, como já apresentado nesse capítulo, e outro ligado à articulação do Instituto Cultural do Cariri - ICC em prol do fortalecimento de seu regionalismo cultural que colocou a cidade do Crato no centro. Trabalharemos em como esses dois movimentos foram se intercalando a favor da emergência do que aqui denominamos de “Cariri folclórico”. E, no entremeio disso tudo, estará certa Banda Cabaçal cratense.

3 ENTRE UM FESTEJO E OUTRO: A BANDA CABAÇAL DO CRATO E O MOVIMENTO FOLCLÓRICO NO CARIRI CEARENSE

3.1 Do tecido de uma eleição

No nosso capítulo anterior percorremos os caminhos que levaram à inserção do movimento folclórico no Ceará e, em contraponto, nos vimos diante da ausência ou tímida participação de certa representação carirense nesse processo. Diante do objetivo maior que é o de tratar sobre os possíveis caminhos da presença dessa região no circuito "cartografado" por tal movimento, nos surgiram algumas possibilidades argumentativas advindas principalmente do conjunto documental analisado.

Essa variedade de discursos nos permitiu encontrar caminhos metodológicos para adentrar em uma constelação de tramas discursivas. Foi então, mesmo a mercê de alguns "vazios" informativos, que encontramos um espaço que representa bem, ao nosso entender, o diálogo travado entre as comissões nacional e cearense de folclore e o extremo sul cearense: a "participação" de uma determinada Banda Cabaçal cratense em alguns dos eventos organizados principalmente pelo movimento folclórico brasileiro. É necessário afirmar que aqui não nos interessa exclusivamente essa "participação", mas o conjunto de negociações que se fazem em torno dela.

Porém, iniciaremos nosso texto relatando às negociações de uma presença que não se realizou. Assim, como já descrita superficialmente no capítulo anterior, a programação folclórica do IV Centenário de São Paulo movimentou intelectuais do Brasil todo em prol da apresentação de um quadro nacional de tal campo. Essa programação era constituída do I Congresso Internacional de Folclore, bem como do Festival e da Exposição Folclórica. Eram nessas duas últimas ocasiões que os organizadores tentavam intensificar a aproximação com o público em geral. Eram assim os momentos de espetacularização dessas manifestações. Como já acompanhado, para o festival ocorrido em São Paulo foram convidados grupos de todas as regiões do Brasil que representassem bem o interesse pela temática dos "folguedos populares", espaço adotado pelo movimento folclórico para investigar aspectos que considerava fundamentais da Identidade Brasileira.

Porém, como já colocado, o que nos impulsionou a adentrar esse evento foram suas negociações, que mais do que levar ou não esse grupo para São Paulo, inseriram o Cariri cearense nos debates ocorridos naquele movimento. É em torno dessa negociação, do *capital* “simbólico” que vai se envolvendo em torno dela, que nosso interesse se direcionou primeiramente. A partir do contato com um número significativo de correspondências, todas inéditas, foi possível compreender quais os critérios de escolha/exclusão sobre qual manifestação popular iria representar essa região, e, conseqüentemente, o Ceará, dentro de uma programação de alcance nacional.

No entanto, diante das observações em torno dessa negociação e de seus critérios de legitimidade, achamos por bem atravessar outro evento, este não mais de dimensões tão amplas, mas importante “ingrediente” para a definição do diálogo e da aproximação institucional entre Rio de Janeiro, Fortaleza e o Cariri cearense. É a partir principalmente dos seus ecos, ressoados diversas vezes na imprensa nordestina, que as Bandas Cabaçais cratenses foram se tornando importantes elementos dessa dinâmica folclórica em nível nacional. Neste sentido, inúmeros são os artigos publicados por Figueiredo Filho, alguns por sugestão de Florival Seraine, em que o folclorista cratense descreve os preparativos e os “resultados” das festividades de elevação do Crato à categoria de cidade, em 1953. O que só vai demonstrar que esse momento foi uma importante vitrine, não apenas para o “esquenta mulher”⁹², mas principalmente para a região onde discursivamente ele pertencia.

Para além de sua dimensão memorialística e de propagação de uma história elitista, os desdobramentos desses festejos permitirão a possibilidade de um diálogo efetivo entre o Instituto Cultural do Cariri e o movimento folclórico brasileiro. Em um artigo publicado na imprensa pernambucana e que nos debruçaremos no decorrer desse capítulo, Figueiredo Filho atribui o seu interesse em escrever sobre o tema das festividades do Crato a sugestão feita por Florival Seraine que, como veremos, age provavelmente impulsionado por fazer visível, por intermédio daquelas manifestações, o projeto institucional da Comissão Cearense de Folclore. Essas e outras ações ao mesmo tempo em que se diziam preocupadas em preservar às dimensões locais desses grupos, as utilizam enquanto instrumento fundamental

⁹² As Bandas Cabaçais também são conhecidas como “esquenta mulher” por ocasião delas serem presenças marcantes em festividades cívicas e religiosas da região. Ver bibliografia.

dentro das negociações entre as comissões nacional e cearense de folclore e, a partir de 1953, também o Instituto Cultural do Cariri - ICC.

A partir da organização da instituição citada, teremos, de certa forma, uma diminuição da intermediação da Comissão Cearense de Folclore nas negociações entre o Crato e o Rio de Janeiro. Nesse processo, J. de Figueiredo Filho defenderá em suas argumentações a validade desses conjuntos musicais como legítimos representantes da identidade regional caririense, principalmente para os objetivos a que seu discurso começava a se “afinar”. Esse aspecto ficará claro quando formos analisar a escolha de qual folguedo popular iria para o I Congresso Brasileiro de Folclore em 1954. A opção por determinado conjunto (sob critérios que não ficam a mostra) em detrimento de determinado Bumba-Meu-Boi juazeirense, fala muito sobre os preceitos desse intelectual a respeito da configuração cultural de sua região, mas também falará das nuances do projeto do movimento folclórico brasileiro naquele tempo.

Entre correspondências trocadas entre Renato Almeida e Figueiredo Filho, divulgação periódica dos estudos e da dinâmica institucional do Instituto Cultural do Cariri nos boletins bibliográficos e noticiosos da CNFL, que incluíam a participação de determinada Banda Cabaçal cratense em um Congresso de Jornalistas sediado na cidade do Crato, chegamos ao V Congresso Brasileiro de Folclore, ocorrido em 1963, na capital cearense. Este congresso representou bem a consolidação de uma rede nacional já não mais articulada somente pela Comissão Nacional de Folclore, mas obedecendo às diretrizes da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, instituída em 1958. Esse congresso foi registrado por uma série de veículos comunicativos e teve como diferencial a participação ativa da Universidade do Ceará. Sob as luzes das câmaras fotográficas e filmadoras, aparecerá uma banda de pífanos eleita, em muitas narrativas, não apenas como representante da cultura caririense, mas da própria identidade do Ceará.

O “Zabumba do Cariri”, como será a partir de então chamado, já tinha tido, no entanto, outra oportunidade de ser registrado pelas câmaras fotográficas e filmadoras. No ano anterior, esse grupo participou na capital gaúcha da inauguração de um determinado canal televisivo, o que só demonstra que os artigos publicados por Figueiredo Filho em jornais e nos próprios boletins da Comissão Nacional de Folclore, entre as festividades do Crato e o V Congresso Brasileiro de Folclore, surtiram o efeito desejado.

Como já anunciado, a participação dessa banda cabaçal cratense nos eventos orquestrados pelo movimento folclórico brasileiro se dá principalmente dentro de uma redefinição construída a partir do I Congresso Brasileiro de Folclore, que colocou em pauta a temática dos folguedos populares como aspecto legítimo da preocupação dessa rede intelectual, daí o espaço que os festivais folclóricos terão em todo esse processo. No entanto, a documentação relativa aos festejos de aniversário da cidade do Crato não expõe que tenha havido nesse tempo qualquer tipo de diálogo direto entre J. de Figueiredo Filho e as comissões nacional e cearense de Folclore a respeito do interesse desses últimos sobre o conjunto musical cratense. Neste sentido, acreditamos que não é somente a participação de inúmeras bandas cabaçais nas festividades do Crato que faz ecoar seu destaque, mas todo um trabalho de “propaganda” efetuado processualmente pela figura de Figueiredo Filho.

Neste sentido, bandas cabaçais sempre foram presenças constantes nas diferentes festividades religiosas, não só desse município, mas de vários outros daquela região. No entanto, as festividades cívicas de aniversário de cem anos do Crato, organizadas e executadas por representantes da elite política e intelectual da cidade, tiveram espaço garantido em veículos jornalísticos das capitais nordestinas, tendo recebido, inclusive, a presença de importantes personagens da política nacional.

Ainda que pareça natural pelo que apresentamos até aqui, nosso interesse maior nesse capítulo não está centrado prioritariamente nessas festividades. Elas são interpretadas em nosso trabalho como importantes cenários para uma rede que ainda não estava estabelecida institucionalmente, tinha em seus repertórios a oportunidade de se fazer visível, de ser um lugar de balanço, de redefinição, de (re) estruturação dos preceitos dessa rede intelectual. Indo mais profundamente, os “festivais folclóricos ocorridos” dentro da programação, principalmente dos congressos nacionais, não serviam apenas para “distrair” o público, mas principalmente para mostrar a eles que existia um folclore pulsante, vivo, e que tinha sido “descoberto” por estes intelectuais. Demonstrava também um lugar de poder, que era o lugar da busca pela legitimidade dos folguedos folclóricos, objetos legítimos daquele movimento nacional.

Como já explicitado, tentaremos transitar pelo processo de consolidação do movimento folclórico no Ceará e particularmente no Cariri por intermédio de várias

ações orquestradas entre o Rio de Janeiro, Fortaleza e o Crato. Ações estas que, em alguns momentos, se fazem a partir do diálogo, e que em outras foram sendo costuradas com alguns pontos divergentes. Nesse processo, nos é pretendido aqui investigar de que maneira essas interlocuções entre os intelectuais das comissões nacional e cearense de folclore e do Instituto Cultural do Cariri - ICC foram ganhando forma por entre esses eventos e como aquela banda de pífano aparecerá como uma importante “ponte” entre esses atores.

Como já colocado anteriormente, o percurso que acompanhamos no primeiro capítulo, embrionário do movimento folclórico no Ceará, ainda não se constitui como um processo de regionalização do Cariri cearense, o que aconteceu, como iremos acompanhar aqui a partir de dois aspectos fundamentais: da atuação de J. de Figueiredo Filho (representando o ICC) e de um interesse e ação efetiva das Comissões Nacional e Cearense de folclore por essa região. Desse diálogo e dos espaços que são a partir deles criados parte a nossa problemática e seus desdobramentos nesse capítulo.

Ao nos propormos estudar essa rede de interação, por meio do fluxo de correspondências e publicações em jornais e revistas do período, abrem-se novos espaços de construção representativa. Optamos por percorrer esse caminho por acreditarmos que a participação do Cariri cearense em festividades promovidas pela Comissão Nacional de Folclore e pelo próprio Instituto Cultural do Cariri - ICC e, mais do que isso, sua participação nas tramas que antecipam, adentram e ultrapassam esse contexto, se configura enquanto importante espaço constituidor dessa “invenção” folclórica da região.

Confessamos que há aqui certa disputa pelo protagonismo dessa narrativa, já que percorreremos um espaço de construção letrada, mas sobre sujeitos e práticas que em muitos momentos “rasgam” esse véu interpretador e expõem, por entre correspondências e notas jornalísticas, um pouco dos seus semblantes e de suas performances não ensaiadas. Neste sentido, não foi nossa intenção, ao optarmos por atravessar uma rede intelectual, recolher a um espaço periférico esse conjunto musical. Seu protagonismo, será, no entanto, até certa altura, um protagonismo sem rostos e nomes.

3.2 Sobre negociações de uma presença ausente

Prezada Dra Henriqueta, Agora mesmo recebi sua carta de 16 do corrente. Responde-lhe imediatamente para dar lhe uma sugestão. O BUMBA-MEU-BOI existe em Juazeiro. Vou me entender com seus encarregados. Depois lhe darei o resultado. Muito melhor do que o BUMBA-MEU-BOI cabaçal de Crato. Compôs-se de quatro membros apenas, mas, toca toda e qualquer música regional. Compõe-se de 2 pífaros, um zabumba e uma caixa. O porta-bandeira é dispensável. Com a ida de uma música de couro para S. Paulo ou Rio, (ilegível) estudar ali a verdadeira origem do baião, pois, tocam eles aquele motivo popular quase primitivamente. Além disso êles dançam e saracoteam à maneira antiga. Fica a minha sugestão, “escreverei mais pormenorizadamente [...]”.⁹³

Escrita em 20 de março de 1954, a carta de J. de Figueiredo Filho responde aos pedidos de ajuda da Secretária-Geral da Comissão Cearense de Folclore, Henriqueta Galeno, sobre a escolha de qual grupo folclórico iria participar das comemorações do IV centenário de São Paulo. Para além da função objetiva, essa correspondência é o indicio de encontros que só a travessia por outras páginas poderá ter sentido. Uma simples sugestão, aparentemente despretensiosa, resultado do pedido feito pelas instâncias superiores da Comissão Cearense de Folclore, representa, no entanto, a entrada de cena no movimento folclórico brasileiro de um intelectual e de uma instituição, que, instalados no extremo sul cearense, também reclamaram o direito sobre a participação na empreitada folclórica. Mas, para tanto, foi necessário construir uma negociação sustentada em parâmetros que se diziam tradutores de que original e tradicional originalidade. Aspectos tão caros a construção folclórica do Cariri cearense.

Se tomarmos como base a quantidade de artigos publicados pelo intelectual cratense no ano que antecede o IV Centenário de São Paulo, veremos que por trás de uma empreitada verticalmente arquitetada pela CNFL, encontra-se um campo minado não apenas por um único projeto folclórico. Entre a escolha de uma “banda de couro” cratense em detrimento do Bumba-Meu-Boi de Juazeiro do Norte parece se esconder uma disputa por certa legitimidade simbólica que só o cruzamento das fontes documentais submetidas a uma consistente problemática historiográfica é capaz de elucidar, ainda que precariamente. Porém, algumas peças desse quebra-cabeças só serão encaixadas no decorrer do nosso próprio processo

⁹³ As condições precárias de leitura do citado documento e seu estado de coleta merecem ser explicitadas aqui. Neste sentido, assim como em relação aos outros documentos pesquisados, este foi fotografado, porém, diante da impossibilidade de sua leitura integral, foi novamente transcrito por meio do trabalho de outro pesquisador. As partes transcritas nesse segundo momento encontram-se sublinhadas como forma de diferencia-las. Assim como as demais correspondências aqui trabalhadas, esta pertence ao acervo da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN.

narrativo e a custo de um esforço enorme de entendimento do trânsito de ideias e da preocupação constante de alguns desses atores em mapear essas manifestações tentando naturalizar, em muitos momentos, as suas ocorrências e fortalecendo determinados laços de pertencimento.

Voltando às negociações em torno da programação folclórica do IV Centenário de Aniversário de São Paulo, é possível perceber a preocupação dos organizadores, principalmente os representantes das comissões estaduais, em resolverem a contento a problemática sobre quais manifestações culturais seriam levadas para aquela cidade. Porém, esse árduo trabalho só aumentava quando o assunto era a arrecadação financeira para tanto. Neste sentido, a divergência mais complicada e sobre a qual muitas peças desse quebra-cabeça se movimentarão, diz respeito à tensa relação desse grupo de intelectuais com o poder público nas diferentes unidades federativas. Dois aspectos preponderam nessa tensão. Primeiramente, a Comissão Nacional de Folclore se configurava como um órgão paraestatal, não possuindo recursos próprios para se manter, e em segundo lugar, a esse tempo não existiam ainda secretarias específicas de cultura nesses estados, o que dificultava o estabelecimento de recursos financeiros para os projetos no campo folclórico.

Para além dessas questões, na documentação a que tivemos acesso “paira” uma dificuldade em se estabelecer o lugar de cada um desses espaços institucionais dentro de tais negociações.⁹⁴ No caso específico do Congresso Internacional de Folclore, que ocorreria dentro da programação do IV centenário de aniversário de São Paulo, os Secretários-Gerais das subcomissões necessitavam do apoio do poder público de seus estados para poderem organizar o conjunto folclórico que iria ser enviado àquela capital. Já a Comissão Nacional, na figura de Renato Almeida, além de costurar essas relações com as comissões estaduais, tentava fomentar uma

⁹⁴ Diversas são as correspondências que dão conta das dificuldades de diálogo entre as comissões estaduais de folclore e os representantes do poder público das unidades federativas. Mesmo tendo contato apenas com a escrita dessas comissões, principalmente da Comissão Cearense, é explícito o “silêncio” do poder público diante das diferentes tentativas de comunicação dos intelectuais e mesmo de Renato Almeida em prol de uma cooperação institucional. Esse panorama só veio a se modificar quando da vinculação institucional de alguns componentes da Comissão Cearense de Folclore, principalmente ao Conselho Estadual de Cultura – (CEC). Estamos nos referindo particularmente a Eduardo Campos, Mário Baratta e Cruz Filho. Eduardo Campos chega a assumir o posto de Secretário de Cultura no ano de 1979 permanecendo na pasta até o ano de 1983. Ver: SOARES, Ana Lorym. **Comissão Cearense de Folclore: folclore, identidade e políticas culturais no Ceará entre as décadas 1950 e 1970**. 2012. (Monografia) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012, p. 37 – 57.

dimensão internacional ao evento, expressa, por exemplo, na pretensão desse grupo de se enviar convites “[...] aos vários países amigos à O. E. A. [Organização dos Estados Americanos] e à UNESCO, que serão feitos pelo Ministério das Relações Exteriores, através das Missões Diplomáticas Brasileiras⁹⁵. A Comissão Executiva do Congresso dizia pretender convidar folcloristas de renome “universal”, que ajudariam a elevar o valor daquele momento.

Os termos “destaque” e “projeção” dão o tom e o alcance das pretensões políticas daqueles sujeitos e são exaltados em entrevista que Renato Almeida concedeu à imprensa sobre as festividades folclóricas de tal congresso. Como já colocado, o aniversário de São Paulo se configurava como um prodigioso momento de projeção internacional para aquele grupo e para o espaço que ele tentava defender: “Constitui um grande triunfo para os folcloristas brasileiros a inclusão do programa das festas do IV Centenário de São Paulo de uma demonstração tão imponente da nossa cultura popular, que será a maior concentração folclórica já reunida no mundo”. Seria o segundo evento dessa natureza em termos mundiais (já que o primeiro teria ocorrido anteriormente em Paris), porém o primeiro ocorrido nas Américas.

A respeito do Festival Folclórico, nesse documento acompanhamos o entusiasmo sobre a possibilidade daquele momento demonstrar aos folcloristas de todas as nacionalidades que ali estariam “os nossos folguedos”, isto é, um apanhado minucioso da identidade nacional teatralizada. Os intelectuais da Comissão Cearense de Folclore também pretendiam dar a sua contribuição àquele empreendimento e foi, neste sentido, que se deu o diálogo com o Cariri cearense.

Sobre os possíveis caminhos de escolha de que manifestações populares iriam ou não ser convidadas para comparecerem àquelas festividades, há pouco esclarecimento na documentação institucional a que tivemos acesso. No entanto, é possível pensar que duas ações institucionais foram importantes nesse processo: primeiramente os inquéritos folclóricos que teoricamente foram organizados por cada comissão estadual, e, em segundo lugar, a publicação de trabalhos individuais sobre essas manifestações nos boletins bibliográficos e noticiosos da CNFL. É por

⁹⁵ O FOLCLORE no IV Centenário de São Paulo - documento sem data e sem autor definido. Pasta: Comissão Nacional de Folclore\ Congressos 1953 – 1954\1º Congresso Internacional de Folclore\expedidas 1954[49] /Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais. Série Documentos. Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN. [s.d.].

intermédio também desses dois espaços de visibilidade que tentamos compreender o contexto específico do Ceará.

No entanto, como já comentado, um fator importante para a inclusão/exclusão de manifestações naquela programação era o custo financeiro para tal deslocamento⁹⁶, o que é utilizado como justificativa para a não participação da banda de couro nesses festejos. Nos preparativos desta não ocorrida viagem, encontramos o aspecto financeiro aparecendo novamente como uma problemática que aguardava por resolução: “[...] Para a sua exibição a importância dispendida será de somenos. Enfim, esta parte será decidida pelo Dr. Renato Almeida. Fico aguardando as suas ordens”,⁹⁷ o que Renato Almeida se compromete a resolver.

Em 12 de julho de 1954, tal folclorista envia o que parece ser um telegrama a Florival Seraine retomando o incômodo assunto: “Favor informar urgente custo exato vinda cabaçal bem assim número componentes. Dificuldade maior está conseguir transporte [...]”. O que parece estar em xeque aqui é certa responsabilização da própria CNFL em resolver a problemática referente ao transporte das expressões culturais para o Festival Folclórico, por conta própria ou a partir de negociações que não ficam explícitas nessas missivas. Não encontramos mais nenhuma referência a essa viagem em outras correspondências. Como já sabemos desde o nosso primeiro capítulo, esta foi abortada.

Voltando às negociações em torno da eleição de determinada Banda Cabaçal cratense, em 1º de abril de 1954 responde Henriqueta Galeno à Comissão Nacional

⁹⁶ São constantes na documentação analisada as tentativas de se encontrar soluções para tal impasse, principalmente no que concerne aos apelos feitos diretamente aos governadores de cada estado. No contexto cearense, a despeito de se exaltar esse estado como um dos mais representativos em termos folclóricos, Renato Almeida sugere em algumas correspondências, que a Comissão Estadual entre em contato com o seu então governador, Raul Barbosa, para que esse possa contribuir com aquele projeto. Em correspondência de 6 de outubro de 1953, Renato Almeida, na condição de Presidente da Comissão Executiva do Congresso Internacional de Folclore, declara que àquela época Raul Barbosa já tinha recebido um telegrama pessoal de Francisco Matarazzo Sobrinho, presidente da Comissão do IV Centenário de São Paulo, onde se anunciava a realização dos diversos eventos folclóricos em que este estado teria participação ativa, e como tal deveria enviar seu “material folclórico” correspondente. Esse trecho e a continuação dele discorrem particularmente sobre a Exposição Folclórica. A justificativa da Comissão Nacional para a participação do governo do estado nesses empreendimentos era de que o Ceará “[...] cujos altos padrões de cultura popular devem ser exibidos, em seus justos termos, nessa mostra de caráter internacional”. Deixando à cargo da Secretária-Geral da Comissão Cearense o prosseguimento dessa negociação com o poder público.

⁹⁷ GALENO, Henriqueta [Carta] 18 abr. 1954 para ALMEIDA, Renato. Pasta: Comissões Estaduais de Folclore\Ceará\recebidas – 1948 a 1952 [6]. Série correspondências - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

de Folclore dando conta do seu desempenho em relação às divisões de responsabilidades entre os componentes da Comissão Cearense para a organização do evento. Entre negociações sobre o valor exato que deveria ser gasto para ida da comitiva à São Paulo e a descrição de uns e outros elementos que iriam compor a parte cearense da “Exposição Folclórica”, entre elas a Casa do Sertanejo (que tinha entre seus artefatos a vestimenta do vaqueiro e os ex-votos), a filha de Juvenal Galeno parte para um assunto que aqui nos é mais interessante investigar:

Fiquei com a obrigação de conseguir o bumba-meu-boi, justamente o mais difícil de se conseguir pelas bandas de cá, isto é, um bumba-meu-boi legítimo, sem mistificação, porque imitação do de Alagoas e Pernambuco se encontra aqui no Juazeiro. Neste sentido fiz uma carta ao Dr J. de Figueiredo Filho, nosso sócio-correspondente no Crato, interessando-me fortemente no sentido de que êle conseguisse por lá um legítimo bumba-meu-boi e a sua resposta remeto junto a esta para o seu julgamento e mesmo para que conheça que eu não tenho me descurado de trabalhar em prol do nosso folclore, se não o faço mais largamente é porque o caminho ainda está por explorar.⁹⁸

Esse trecho da correspondência de Henriqueta Galeno é entremeado por uma riqueza de elementos importantes na composição do processo a que nos propomos investigar nesse capítulo: o da emergência de uma visibilidade para elementos culturais descritos, a partir de então, como típicos e representativos do Cariri cearense, em detrimento de outros considerados ilegítimos. Respectivamente, a Banda Cabaçal cratense e o Bumba-Meu-Boi de Juazeiro do Norte. A partir dessa correspondência é possível problematizar também os mecanismos pelos quais alguns representantes letrados ganharão espaço nesse processo de eleição. Porém, para além do percurso próprio construído por essa correspondência, do que seus narradores pretendiam enunciar, outras veredas se atravessam, impulsionando o olhar sobre as possibilidades para além do que aqui é registrado, do que aqui é descrito e dado a ler.

Um primeiro questionamento que nos veio a partir da leitura desse trecho, e que aparentemente não tem nenhuma relevância para nossa problemática, é quem incumbiu Henriqueta Galeno da responsabilidade de conseguir um Bumba – Meu -

⁹⁸ _____. [Carta] 1 de abr. 1954 para ALMEIDA, Renato. Pasta: Comissão Nacional de Folclore\Congressos 1953 – 1954\1º Congresso Internacional de Folclore\recebidas – 1954 [1]. Série correspondências - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

Boi no território cearense, mais exatamente no seu extremo sul? Não foi possível encontrar respostas. Na sua fala, antes mesmo de termos acesso à resposta de Figueiredo Filho, parece ficar bastante clara a negação de que Juazeiro do Norte tivesse um Bumba-Meu-Boi que respondesse às expectativas da Comissão Nacional. No entanto, é bastante provável que ela esteja já sobre influência da resposta dada por Figueiredo Filho aos seus questionamentos. Neste sentido, essa composição inicial Cariri-Bumba-Meu-Boi, explicita uma escolha: a busca pela territorialização (ou não) de uma prática cultural. As decisões posteriores (de escolha e de exclusão) também correm em função de tais preocupações.

Esse questionamento relaciona-se à tentativa de se entender de que maneira essa regionalidade foi adentrando o espaço e o discurso institucional do movimento folclórico brasileiro. Voltando ao relato há pouco apresentado, somos levados a interpretar que diante da impossibilidade de se encontrar em Juazeiro do Norte um Bumba-Meu-Boi sem “mistificação”, Figueiredo Filho, que não sabemos desde quando era correspondente da CCF, é acionado como possibilidade para se resolver aquele impasse. Mesmo negando sua relevância, nos parece que havia certa “familiaridade” entre a CCF e o Bumba-Meu-Boi juazeirense, que aparentemente, já algum tempo, vinha sendo alvo de interesse daquela comissão.

É por esse motivo que Henriqueta Galeno insiste na possibilidade de que se poderia achar um Bumba-Meu-Boi “legítimo” em terras cratenses, acionando Figueiredo Filho para tanto. Esse interesse de Henriqueta Galeno vai ao encontro com a própria preocupação do movimento folclórico em inventariar e fazer visíveis os “folgedos populares” brasileiros. Neste sentido, o Bumba-Meu-Boi, desde Mario de Andrade, foi incorporado como um importante símbolo da identidade nacional, adquirindo grande destaque entre os interesses daquele movimento.

Se tomarmos como base unicamente essa correspondência, concluiríamos que a decisão de se evocar Figueiredo Filho e a pretensa possibilidade de encontrar uma manifestação “legítima” no Crato, resumem a decisão de se escolher esta e não a cidade circunvizinha. No entanto, ao fazermos uma leitura de outros vestígios dessa trama, esse panorama é questionado e essa história ganha outras possibilidades interpretativas. O que obviamente não exclui o papel que Figueiredo Filho terá nessa composição, ao contrário, ele é parte de tal complexidade. Seu nome, até então ausente nas correspondências da CCF, vai ocupar um espaço

fundamental a partir de então nas negociações em torno do folclore cariense e de sua inserção na programação da Comissão Nacional de Folclore.

A ausência de pureza e originalidade do Bumba-Meu-Boi juazeirense, aparentemente velho conhecido da CCF, descarta qualquer possibilidade de participação deste no evento nacional. Ele é “cópia” dos que existiam em Alagoas e Pernambuco. É o que afirma Henriqueta Galeno. Para compor um quadro interessante do folclore nacional se fazia necessária a participação de um elemento que conseguisse representar o que se pretendia como particular no recorte geográfico Ceará.

Essa preocupação em recortar geograficamente um conjunto de práticas, signos que se desenham, se insinuam pelo trânsito, pela desobediência a determinações cartográficas,⁹⁹ não é empreendimento desejado unicamente pelo movimento folclórico brasileiro. Este dá continuidade a um conjunto de discursos que faziam parte das pretensões do campo folclórico, no entanto, com o decorrer do tempo essa preocupação de identificação geográfica ganhou mais fôlego e se tornou emblemática dentro da política institucional do MFB, principalmente para um evento com pretensões globais, como era o Congresso Internacional de Folclore, em que se propunha representar bem a geografia folclórica brasileira. Fazia-se urgente a produção eficaz de um discurso ordenador e territorializador dessas práticas.

Diante disso, emergiu uma manifestação misturada, cujas “raízes” não se fincam no próprio recorte territorial Cariri, já que representam a emergência de um ator genericamente identificado nessas narrativas: o romeiro¹⁰⁰. O Bumba-Meu-Boi juazeirense é um afronte ao tradicional, ao típico e ao original, ao “tipo” buscado por aqueles folcloristas. O romeiro representa assim essa incômoda transitoriedade, a mistura, a ausência de essencialíssimos, representa essa peregrinação

⁹⁹ Sobre esse assunto, a produção recente do historiador Durval Muniz coloca em relevo aspectos importantes para pensarmos de que maneira as diferentes construções discursivas que “inventaram” o recorte geográfico “Nordeste” buscaram também delimitar e caracterizar geograficamente manifestações e práticas culturais no sentido de torná-las fundamentais no processo de fortalecimento de determinadas identidades socioculturais. Neste sentido, e assim como ocorreu com as Bandas Cabaçais cratenses, o referido historiador analisa a construção por parte de diferentes discursos folclóricos, de representações que identificam determinadas manifestações culturais enquanto “raízes” que dão sentido, legitimidade e sustentação a determinadas construções espaciais. Ver bibliografia.

¹⁰⁰ Fazemos referência aqui aos devotos que vindos de várias partes do Nordeste visitam periodicamente a cidade de Juazeiro do Norte, principalmente desde o falecimento do Padre Cícero, e que foram por meio de seus rituais devocionais transformando aquela cidade em território sagrado. Atraídos por essa dimensão mágica, bem como pelo seu crescimento econômico, muitos desses devotos constituíram residência nesta cidade, o que em poucas décadas modificou significativamente a sua geografia.

escancarada, sem verniz, uma não romantizada/romanizada tradição. Tendo como base o próprio termo utilizado por Henriqueta Galeno, esse sujeito "mistifica" suas práticas culturais, e atrapalha o processo de encontro com as raízes. Sua peregrinação o faz (des) territorializado, inútil para demonstrar mitos fundadores tradicionais e legítimos. Esses aspectos pareceram incomodar tanto os folcloristas da CCF, que eles preferiram desistir desse elemento.

Ao contrário desse Bumba-Meu-Boi mistificado, uma imitação mal elaborada dos que existiam em Alagoas e Pernambuco, a banda de pífano cratense, mesmo carregando as influências de uma ancestralidade híbrida, possuía para os habitantes daquela cidade, ou pelo mesmo para José de Figueiredo Filho, uma dimensão bucólica, rural, distinta, que lhe conferia o título de tradicional, de autêntico. A sua ancestralidade (indígena, africana e portuguesa) era aceita, oficial, legitimada pela *intelligentsia* cratense¹⁰¹ e deveria também agradar aos folcloristas de Fortaleza e do Rio de Janeiro. Estava ela inscrita/escrita territorialmente no Crato, a cidade da Cultura¹⁰², e de alguma forma se acomodava ou era acomodada a um projeto de superioridade que vinha se arquitetando já há algum tempo nesse território. O que não podemos perder de vista é que todas essas adjetivações são construções

¹⁰¹ Como veremos de modo mais pormenorizado no próximo capítulo, principalmente a partir da análise dos estudos elaborados por J. de Figueiredo Filho, há uma recorrência sobre a relação entre a composição histórica e cultural desse conjunto musical e a "fábula das três raças" pretensamente formadoras da identidade brasileira. Porém, essa não é uma equação fácil de se resolver, principalmente porque há nela um processo que se alterna entre a legitimação e a negação do elemento negro. Na arqueologia elaborada por Figueiredo Filho o aspecto "folclórico" dessa influência é aceito, porém, do ponto de vista social, e mesmo histórico, há uma negação de sua relevância.

¹⁰² O título de Cidade da Cultura carrega uma multiplicidade de signos construídos e redistribuídos no decorrer do tempo a partir de ações orquestradas principalmente pelas elites cratenses, as mais beneficiadas com a propagação desse lugar de poder, de distinção. Um aspecto fundamental desse projeto é que seu alcance se concentra principalmente na interpretação do que lhe é oposto: o Crato é construído como um espelho invertido do que sua intelectualidade acredita ser Juazeiro do Norte. Neste sentido, Otonite Cortez (1999, p. 65) identifica uma série de acontecimentos que contribuíram para essa composição discursiva. No centro destes estão os chamados "eventos milagrosos" que envolvem particularmente a figura do Padre Cícero e da Beata Maria de Araújo e os episódios que se desenrolaram posteriormente ao "milagre da hóstia". Atravessando esses aspectos, Carlos Rafael Dias (2014, p. 51-52) afirma que Juazeiro do Norte surge como uma ameaça ao "projeto civilizador" cratense, que desde primeiras décadas do século XIX vinha se configurando, alimentado, por exemplo, pelo desejo de emancipação política e administrativa daquela região, que sob o olhar de sua elite letrada teria no Crato sua natural capital. A cidade onde residiu o Padre Cícero até o final de sua vida torna-se um lugar perigoso porque ditada por regras que fogem do controle e da autoridade cratense, regras advindas de uma vila que até algum tempo lhe pertencia e que foi progressivamente sendo povoada por devotos de vários lugares do Nordeste. Os narradores cratenses se utilizam de vários espaços institucionais para negar Juazeiro do Norte e seus habitantes. Esse espaço de disputas passou, como alerta Carlos Rafael Dias (2014, p. 52-54) unicamente do campo discursivo, adentrando ações e ocorrências políticas, como é o caso em 1914 da chamada sedição de Juazeiro. Há outros fatores como o crescimento econômico desta última cidade que também contribuíram para que a disputa fosse se intensificando ao longo do tempo. Ver bibliografia.

históricas e, como tais, são desenhadas a partir das tensões, negociações e disputas advindas do próprio campo em que se fazem submetidas/inseridas.

Para sua elite, desde 1817¹⁰³ o Crato é de vanguarda, porta-voz dos anseios daquela região, o que aparentemente é um contrassenso ao seu título monárquico de “Princesa do Cariri”. Esse aspecto evidencia a relação conflituosa entre modernidade e tradição vivenciada por aquela cidade ao longo de sua história e que se fez visível quando da preocupação em traçar narrativamente seu folclore territorial. Este também representou em suas performances essa relação “harmoniosa” entre o passado e o futuro. Ser tradicional e moderno ao mesmo.

No outro ponto, “místico” e “mistificação”, não são palavras inauguradas por Henriqueta Galeno. Como já colocado, elas faziam parte de um roteiro comum dos intelectuais cratenses sobre Juazeiro do Norte. Não podendo ser interpretadas como uma referência “natural” a sua religiosidade, são, no contexto de confecção dessa correspondência e de toda a construção valorativa do Crato em detrimento do restante desta região, uma forma de se identificar e de classificar experiências culturais que não se enquadram em um determinado conjunto de valores estabelecidos pela elite cratense. Mesmo distante geograficamente destas disputas, a posição da Secretária-Geral da CCF condensa as pretensões civilizatórias pelas quais a *intelligentsia* cratense vincula-se discursivamente. Impuro, inferior, supersticioso, pulsante, indomável: longe da beleza de algo que se pretendia admirar pela aparente docilidade, por estar “morto”, paralisado, sem apresentar perigo aos seus tutores.

Essa busca pelo “autêntico” tão presente na escolha que acabamos de apresentar, caminhou a contrapelo de algumas das determinações extraídas da *Carta do Folclore Brasileiro* que não interpretavam o elemento tradicional como um aspecto de interesse preponderante. No entanto, como assinala Vilhena (‘997), uma

¹⁰³ Esta é uma referência à participação de personagens cratenses em alguns movimentos liberais ocorridos na primeira metade do século XIX. O primeiro desses movimentos diz respeito à chamada Revolução Pernambucana, de 1817. O segundo tem relação com a Confederação do Equador, ocorrida em 1924. Dentre os personagens envolvidos estão Barbara de Alencar e seus filhos Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e José Martiniano Pereira de Alencar, este último pai do romancista José Martiniano de Alencar. Durante a Revolução Pernambucana Bárbara de Alencar chegou a ser presa, sendo considerada por alguns estudiosos a primeira prisioneira política da história brasileira. O pioneirismo desses sujeitos, em prol de tais insurreições políticas, foi pauta constante de uma produção histórica local, elaborada em meados do século XX. Ver: VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato**: Memória, escrita da história e representações da cidade. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

característica de produção folclorística, que a vertente brasileira acompanhou “[...] é sua ênfase nos aspectos autênticos e “comunitários” das culturas do “povo”, de maneira a apresentar suas manifestações como uma base adequada para a definição do caráter nacional”¹⁰⁴. Olhando o contexto específico do Congresso Internacional de Folclore havia uma preocupação em apresentar as particularidades de cada estado ali presente por meio do prisma da autenticidade e da tradicionalidade.

Ainda na correspondência do dia 20 de março de 1954, Figueiredo Filho volta a falar do Bumba-Meu-Boi juazeirense. Agora com um tom aparentemente ameno e não excludente.

Já falei com o José Geraldo, de Juazeiro, Sobre o BUMBA-MEU-BOI de lá. *Dar-me-á* a resposta segunda feira próxima. Disse-me, no entanto que está um pouco desorganizado. Entre Alagoas e Pernambuco é onde existem os melhores conjuntos, com exibições constantes todos os anos Aqui há um rapaz até de boa família que dança o baião com todos os passos.¹⁰⁵

Essa correspondência, que aparentemente se endereça a Henriqueta Galeno¹⁰⁶, ainda que descreva uma tentativa de aproximação de Figueiredo Filho com os grupos de Bumba-Meu-Boi de Juazeiro do Norte, não deságua num esforço efetivo neste sentido. Parece-nos apenas a preocupação em amenizar os efeitos da sua decisão. O assunto sobre sua escolha se inicia e se encerra nessa correspondência, concluindo-se o dilema sobre qual daquelas duas manifestações populares seria escolhida para comparecer as comemorações do IV Aniversário de São Paulo. Em 7 de abril daquele ano Renato Almeida escreveu a Florival Seraine dando conta do recebimento de sua carta (a qual não tivemos acesso) e finalizando aquele assunto:

¹⁰⁴ VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão**: O movimento folclórico brasileiro (1947 – 1964). Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 28.

¹⁰⁵ FIGUEIREDO FILHO (J. de) **[Carta]** 20 mar. 1954 para GALENO, Henriqueta. Pasta: Comissão Nacional de Folclore/ Congressos 1953 – 1954\1º Congresso Internacional de Folclore\recebidas – 1954 [1] (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

¹⁰⁶ Tornou-se necessário colocar em relevo essa dúvida por conta da dificuldade de “traduzir” a configuração do documento analisado. Na mesma página encontra-se algo que parece ser dois microtextos independentes. Essas duas partes têm a assinatura de Figueiredo Filho. Na primeira, apresentada no início desse tópico, existe a preocupação em relação à identificação do destinatário, bem como na utilização dos tratamentos iniciais e finais de uma correspondência, porém, não é possível visualizar a data, possível nessa “segunda parte” na qual se visualiza apenas o texto e a assinatura. Observando o conjunto desse documento decidimos interpretar essas duas partes como a mesma correspondência endereçada em 20 de março à Henriqueta Galeno.

Ontem escrevi a Dra. Henriqueta Galeno sobre os vários assuntos de S. Paulo. Desista do Bumba e mande o Cabaçal, no que temos grande interesse, porque será um verdadeiro tira-teima em discussões de folclore musical. Foi um verdadeiro achado o Cabaçal. Parabéns pela coleta de Joazeiro. Veja o preço do transporte e me comunique, para que providencie. Também por intermédio da Dra. Henriqueta, e a pedido dela, escrevi ao nosso Mário Barata, a ver se resolve os problemas e entra em ação.¹⁰⁷

Renato Almeida resolve aqui o dilema sobre qual grupo folclórico do extremo sul cearense iria viajar para São Paulo. Aparentemente as decisões relativas ao assunto dentro da Comissão Cearense de Folclore foram tomadas a partir de um parecer externo e dentro de um diálogo a que não tivemos acesso. Entre o comunicado de Henriqueta Galeno e as providências tomadas por Florival Seraine há o aval do Secretário-Geral da CNFL e sua justificativa. “Foi um verdadeiro achado o Cabaçal”. Esta frase e o que lhe é subjacente encerrariam o impasse, justificam a atitude. Inocentam a própria ação de Figueiredo Filho nessa decisão. A possível (e não concretizada) ida desse grupo para o Congresso Internacional de Folclore aparece como peça fundamental na resolução de um dilema dentro do folclore musical brasileiro, cujos pormenores não são relatados nessa correspondência, mas que incidem diretamente sobre os espaços de interesse de Renato Almeida.

Neste sentido, tendo como base os diferentes eventos folclóricos que ocorreriam durante as comemorações do aniversário de São Paulo, torna-se necessário colocar em xeque a possibilidade de que havia o interesse por parte de Renato Almeida de que a participação daquele grupo ultrapassasse o espaço do Festival Folclórico, adentrando também a programação do Congresso Internacional de Folclore, que tinha como um de seus temas a questão musical. Reunindo diferentes estudiosos da área, seria mais fácil a resolução do que ele chama de “tira-teima”. Atravessando esse aspecto, se retomamos a comunicação de José de Figueiredo Filho à Henriqueta Galeno, o intelectual cratense vislumbra que aquele grupo escolhido ajudaria a solucionar um problema sobre as origens do baião, questão que o próprio Figueiredo Filho problematizou minuciosamente e partiu da eleição de vários folguedos em *O Folclore no Cariri*, de 1962.

Voltando à correspondência há pouco apresentada, o Secretário Geral da Comissão Nacional agradeceu e parabenizou Florival Seraine por sua coleta em

¹⁰⁷ ALMEIDA, Renato. [Carta] 7 de abr. 1954 para SERAINE, Florival. Pasta: Comissão Nacional de Folclore/ Congressos 1953 – 1954\1º Congresso Internacional de Folclore\expedidas – 1954 [1] (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

Juazeiro do Norte, o que nos faz imaginar que o mesmo compreenda tanto o Bumba-Meu-Boi como a Banda Cabaçal anunciados enquanto manifestações típicas de Juazeiro do Norte. No entanto, não encontramos nenhum registro sobre a visita de Seraine ao Cariri, assim como não há nenhuma menção à cidade do Crato e a qualquer coleta ali executada, o que destoa da questão de o grupo escolhido para viagem ser discursivamente apresentado como pertencente a este município e ter sido eleito pelo próprio Instituto Cultural do Cariri – ICC, sob critérios não relatados. Nesse entremeio entre Juazeiro, Crato, Fortaleza e o Rio de Janeiro está a articulação de Figueiredo Filho.

Ao relembrarmos uma correspondência anterior entre Renato Almeida e Florival Seraine, e que fora trabalhada no capítulo anterior, percebemos o interesse do primeiro por um elemento cultural juazeirense, exemplificado pela cobrança de um quadro do Padre Cícero prometido por um dos membros da CCF. Superficialmente esses dois eventos não dialogam. Porém, o que nos chamou atenção é a referência repetitiva de Renato Almeida sobre aquela cidade em detrimento de outras e principalmente em detrimento da evocação da própria configuração espacial “Cariri”.

Nos dois exemplos, e em um sem número de outros que já foram ou vão ser aqui analisados, a preocupação em demarcar territorialidades é uma constante. Neste sentido, o que Renato Almeida, Henriqueta Galeno, Florival Seraine e Figueiredo Filho fazem em relação ao Cariri e a outras cartografias eleitas é tentar construir “mapas folclóricos” cuja eficiência está justamente em produzir divisões e incitar a constituição identitária a partir da eleição de determinadas características, apresentando-as como próprias de cada construção territorial escolhida. Esses sujeitos fazem parte de um movimento, mas propagam, assim como os que lhe antecederam, certa estagnação de práticas e experiências culturais. Movimentavam-se para estagnar.

A coleta de Florival Seraine, relatada superficialmente pelo Secretário-Geral da CNFL, e “silenciada” nas outras correspondências a que tivemos contato, é tratada aqui como um elemento importante para reflexão sobre algumas das configurações que lhe antecedem e lhe sucedem historicamente. Por trás desse trabalho “etnográfico”, de coleta e observação, Florival Seraine já tinha demonstrado interesse pela pesquisa nesse recorte geográfico, utilizando-se da referência

delimitadora “Cariri” quando dos seus primeiros estudos sobre o linguajar cearense e da publicação de um texto sobre a “Mangusta”¹⁰⁸, descrita por ele na condição de

Essa “primeira” emersão etnográfica de Seraine sobre o território caririense, bastante tímida, se distanciou dos espaços que, no início da década de 1950 e durante a década de 1960, colocaram os olhos do movimento folclórico brasileiro sobre essa região e sobre a possibilidade de que ela contribuísse com seu projeto nacional. O encontro aqui relatado, ao mesmo tempo em que nos ajuda a resolver alguns hiatos dessa trama, produz outros importantes questionamentos.

Crato, maio – Tive, há poucos dias, a feliz oportunidade de conhecer “pessoalmente” uma das mais originais figuras da moderna intelectualidade cearense - dr. Florival Seirane. Está agora com sua primorosa inteligência, que só se dedica a assuntos sérios, preocupada com o rico folclore do Ceará. É dos principais dirigentes da recém fundada associação folclórica de Fortaleza, ramificação da congêneres existente no Rio e em todas as capitais de Estado. Prendeu-se sua viagem ao Cariri, ao estudo das possibilidades de levar a próxima Exposição do IV Centenário de São Paulo, representação do folclore sul cearense.¹⁰⁹

Esse fragmento do artigo publicado no jornal *Diário de Pernambuco* em 9 de maio de 1954 apresenta algumas possibilidades para entendermos os caminhos que levaram a escolha da Banda Cabaçal cratense para os festejos de aniversário de São Paulo. Ao relatar o lugar institucional de Seraine, Figueiredo Filho se refere ao vínculo deste com certa Associação Folclórica de Fortaleza, instituição sobre a qual não encontramos outras referências. O fato de tal associação ter sido relatada nesse trecho como recém-inaugurada parece afastar, em primeiro plano, a possibilidade de que o folclorista cratense estivesse se referindo à Comissão Cearense de Folclore. No entanto, a ausência de tais referências, bem como o discurso de aquela associação ser uma ramificação das “congêneres existentes no Rio” nos retorna à possibilidade de que estivesse Figueiredo Filho se referindo mesmo à comissão que Seraine representou quando da sua ida ao Cariri no ano anterior e que naquele mesmo ano teria o folclorista caririense como um de seus sócios-correspondentes.

¹⁰⁸ Mangusta – comida caririense. Comunicação enviada à CNFL por Florival Seraine em 19 de janeiro de 1950. Série documentos. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais. (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

¹⁰⁹ FIGUEIREDO FILHO (J. de). Festas folclóricas do Centenário de Crato. **Diário de Pernambuco**, Recife, 09 maio 1954. (Acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE/Recife - Pernambuco).

Os questionamentos sobre o porquê da Comissão Cearense de Folclore ter escolhido um grupo popular discursivamente pertencente ao Cariri e não a outro território cearense, não são aqui respondidos a contento. No entanto, pelo que podemos acompanhar por intermédio dessa documentação institucional, havia certa autonomia das comissões estaduais no processo de mapeamento e gerenciamento das chamadas “ocorrências folclóricas”. A relação de aproximação entre Florival Seraine e Figueiredo Filho, iniciada aparentemente a partir desse primeiro encontro, teve como ponto alto, como já colocado, a publicação de *Antologia do Folclore Cearense*, em 1968, quando Florival Seraine oficializava o lugar de Figueiredo Filho entre os principais folcloristas do território cearense e as Bandas Cabaçais como seus mais importantes objetos de estudo.

Acreditamos que a decisão sobre qual manifestação cearense iria para São Paulo incide não apenas sobre a representação folclórica do recorte geográfico Cariri, mas, de certa forma, sobre a própria imagem do folclore cearense. Não encontramos registros que dessem conta do envio de outro grupo cearense para aquele festival. É preciso que não esqueçamos, no entanto, que essa preocupação de apresentar uma cartografia folclórica do Brasil não esteve presente unicamente somente aqui, ela se faz sentir também na Exposição Folclórica, na qual, como já observamos no capítulo anterior, o quadro cultural cearense foi representado pelo binômio litoral-sertão.

Voltando às disputas pela legitimidade território-simbólica do Cariri, torna-se necessário reatualizar nossa conclusão de que a escolha de uma Banda Cabaçal cratense em detrimento do Bumba-Meu-Boi de Juazeiro do Norte representa a "vitória" da primeira cidade sobre a segunda. É a defesa explícita da hegemonia do título monárquico de “Princesa do Cariri” dado ao Crato pelos defensores de sua vanguarda, de sua civilidade. E Figueiredo Filho sabia muito bem disso e defendeu esse entendimento em seus escritos.

O Zabumba de couro do Cariri, naturalmente de origem africana, mesmo com a pequena contribuição do elemento negro, para (incerto) região não nos foi trazido de Alagoas, pelos romeiros do Padre Cícero Romão Batista e que abundam em Juazeiro do Norte. Gardner visitou Crato há mais de cem anos e nos deu notícias dela, a toca nos festejos da Padroeira. Horrorizaram-se seus ouvidos britânicos com a música executada pelos pifeiros da então vila de Crato. Porém, agora parece que melhoraram um pouco. Tocam até coisa bem moderna que aprenderam ao som das

amplificadoras que pululam em todo o Cariri. Mas, não esqueceram ainda o baião de cunho regional sem os atavios que lhe emprestou o litoral).¹¹⁰

Como podemos observar nesse trecho, à “natural” negação do romeiro foi acrescida mais uma: a do elemento negro. Mesmo se admitindo a influência direta da cultura africana sobre o Zabumba de Couro do Cariri, o negro aparece como influência tímida, quase rejeitada para a constituição da cultura regional. Tenta-se minimizar o peso dessa herança para o Cariri. É aparentemente contraditório, mas diz muito sobre o pensamento de J. de Figueiredo Filho a respeito da constituição histórica e cultural dessa região. No trecho seguinte, encontramos a outra negação que já é nossa conhecida: não foram os romeiros alagoanos que trouxeram o Zabumba de Couro. Esta manifestação estaria, portanto, livre da má influência desses personagens avessos à rigidez das delimitações territoriais.

O trecho apresentado é a continuação do artigo publicado no *Diário de Pernambuco* de 9 de maio de 1954, alguns meses antes do IV Aniversário de São Paulo. Nele, a construção de divisões e hierarquizações geográficas dentro do território caririense vai se acentuando e agregando novos elementos e valores. Essa hierarquização territorial foi aparentemente contraposta à pretensa missão de uma instituição que carregaria no seu nome a abrangência de toda essa regionalidade. Ainda que só na nomenclatura. Dentro dessa configuração e carregado pelos discursos que se colocam como homogeneizadores e agregadores, próprios de qualquer instituição, há uma concepção de memória e de identidade elaborada, no entanto, a partir de hierarquizações, disputas e exclusões.

Como já introduzido aqui, ao contrário das políticas culturais posteriores, que vão produzir um discurso de valorização do “caldeirão cultural”, tão bem representado por Juazeiro do Norte, esse entendimento de memória e identidade caririense atravessa os princípios de “autenticidade” dos bens culturais e, para tanto, o hibridismo religioso de Juazeiro não contribui. E com objetivo de reafirmar isso, Figueiredo Filho declara que as bandas de couro daquela cidade foram observadas e descritas pelo naturalista inglês Gardner¹¹¹ cem anos antes. Chegaram aqui antes

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ George Gardner foi um naturalista escocês que esteve no Brasil entre os anos 1836 e 1841. A partir dessa experiência Gardner escreveu a obra *Viagem ao interior do Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante, durante os anos de 1836 – 1841* em 1946. Tal obra é uma das mais importantes interpretações do Brasil dos Oitocentos. Para tanto, suas páginas misturam impressões e descrições botânicas e zoológicas, com a busca de interpretar e descrever diferentes costumes e crenças a partir de um olhar que frequentemente traduz seu

dos romeiros do Padre Cícero, o que lhes confere originalidade e pureza. Figueiredo Filho não deixa de admitir a existências desses grupos em Juazeiro do Norte, mas afirma que essas foram “contaminadas” pelo elemento religioso, principalmente o alagoano.

Uma questão importante para nossa narrativa é entender em que momento se iniciou o vínculo de Figueiredo Filho com o movimento folclórico brasileiro. Algo que não pode passar despercebido é que sua "entrada" nesse movimento ocorre nas proximidades das comemorações do IV Centenário de São Paulo e que é, a partir do que foi observado na documentação, o resultado da instalação, em 1953, de uma instituição de "missão" cultural no sul cearense. Neste sentido, a ida de Florival Seraine ao Cariri é apenas uma página dessa história. Portanto, para além das preocupações investigativas e publicitárias do movimento folclórico, foi se organizando no próprio extremo sul cearense um espaço oficial de defesa da identidade caririense. Pelo menos da cidade do Crato.

A respeito dos meandros que levaram a vinculação institucional de Figueiredo Filho à Comissão Cearense de Folclore, eles são resultados por um lado do estabelecimento de várias ações que buscavam interiorizar a presença daquela comissão¹¹², no entanto elas atravessam também o papel que esse intelectual teve enquanto um dos fundadores, em 1953, da instituição que carregou no seu nome a preocupação em produzir um discurso organizado e coerente sobre os aspectos históricos e memorialísticos do Cariri. Porém, tanto Henriqueta Galeno como o próprio Figueiredo Filho silenciam nas correspondências que nós analisamos o

etnocentrismo. A viagem de Gardner pelo território brasileiro durou cinco anos. Sua passagem pela vila do Crato, em 1838, foi entrecortada pela admiração diante da beleza da chapada do Araripe e a repulsa por alguns hábitos da população local, bem como pela descrição de alguns de seus rituais e efetividades religiosas, e foi no movimento dessas descrições que a musicalidade das Bandas Cabaçais se fez sentir ainda com uma boa dose de desprezo por aquela manifestação. Ver: GARDNER, George. **Viagens pelo Brasil**: Principalmente nas províncias do Norte e nos Distritos do Ouro e do Diamante durante os anos de 1836-1841. Tradutor: Albertino Pinheiro, vol. 223, 1ª Edição, ano: 1942.

¹¹² Como já discutido no capítulo anterior, desde os primeiros tempos de trabalho da Comissão Cearense de Folclore são inúmeras as correspondências em que Renato Almeida pede a Henriqueta Galeno que estabeleça uma comunicação sistemática com correspondentes do interior do estado no sentido de produzir dados para um "mapa folclórico" da região. Um exemplo disso está presente na já apresentada correspondência de 4 de abril de 1949 em que ele discute a necessidade de realização do 1º Inquérito sobre “Festas Populares Brasileiras” em que se convocariam alguns personagens "importantes" de cada município para que pudessem contribuir com aquele inventário. Não é possível, como já colocado, saber se Figueiredo Filho participa desse processo. No entanto, essa incursão ao interior será percebida, como também já demonstrado, pela ação de Florival Seraine, que primeiramente se preocupou em conhecer certa bibliografia "etnográfica" do estado e em segundo plano fez algumas incursões a campo em busca de elementos considerados representativos para a sua construção identitária. Foi nesse processo que o Cariri cearense apareceu.

papel desta instituição em tal panorama, como se ainda ela fosse reconhecida apenas pela figura de alguns dos seus representantes, a dizer o próprio Figueiredo Filho.

Para pensar um pouco nessa travessia de “dentro para fora”, saída do interior do Ceará e adentrando sua capital e de certa forma o território paulistano, teremos que voltar nossa atenção para outro evento comemorativo que contribuiu significativamente para o discurso de valorização do Crato em detrimento do restante do Cariri. Era esse o palco de espetáculos que pretendiam ecoar “[...] *muito longe e especialmente na capital do Estado*”. Ecoou, principalmente, o esforço auto afirmativo desses intelectuais sob o argumento de demonstrar o que havia de mais genuíno nas terras caririenses, e, mais do que isso, ecoou o lugar de poder/saber ao qual esses sujeitos se pretendiam representantes.

Para tanto, tornou-se necessário “voltar” no tempo para que possamos entender um pouco como essa imagem da banda de pífano enquanto um importante elemento representativo do Cariri cearense foi se configurando. Neste sentido, a correspondência que inicia esse tópico, escrita por J. de Figueiredo Filho, parte de um endereço oficial. Foi justamente no ano que antecedeu o IV Centenário de São Paulo, e no envolvimento com as comemorações de outro centenário, que surgiu a instituição que carregou em seu nome e em suas ações a preocupação com a produção de um discurso valorativo e legitimador dessa região (ou pelo menos de uma parte dela) e que foi, por intermédio de Figueiredo Filho, falar diretamente com a CNFL com o CCF: o Instituto Cultural do Cariri entrou em cena e ajudou a mudar ou mesmo a fortalecer algumas regras desse jogo.

3.3 O Centenário do Crato e a “divulgação” nacional das Bandas Cabaçais

Sábado, 17 de Outubro de 1953. Do amanhecer ao pôr-do-sol, entrando pela noite e varando a madrugada, comemorava-se efusivamente o centenário de elevação do Crato à categoria de cidade. Naquele dia, o que se dizia pelas ruas do Crato era que o momento celebrava um passado “coroadado de êxitos”, que perpetuava a herança de progresso e “adiantamento” cultural e material daquela que, supostamente, seria uma das mais importantes e de “mais relevante progresso” entre todas as cidades cearenses.¹¹³

¹¹³ VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato**: Memória, escrita da história e representações da cidade. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011, p. 15.

A comemoração cívica, o aniversário de elevação à categoria de cidade vivenciada pelo Crato em outubro de 1953, se envolve pelos signos do progresso, do pioneirismo e da superioridade. Desse modo, a “Princesa do Cariri” colocava à disposição dos que chegavam para observar seus eventos comemorativos, um modo particular de narrativa sobre a História e a Memória caririense. Para os intelectuais que organizaram essas comemorações, Crato era o centro irradiador da civilidade sul cearense. Pensada não apenas enquanto a cidade mais importante dessa territorialidade, mas também uma das mais representativas de todo o Ceará. De acordo com o historiador Ítalo Viana (2011), a pretensão dos organizadores desses festejos era de divulgar uma imagem próspera e adiantada desta cidade desde 1850¹¹⁴.

Ao mesmo tempo em que é deflagrado o pretensão protagonismo desta cidade em relação aos outros municípios circunvizinhos, uma “retórica da perda”¹¹⁵ alavancada pelas mudanças a que a cidade se via imersa, dividiu espaço nos discursos intelectuais com os projetos para o futuro. O Crato teria que estabelecer com firmeza seu lugar entre essas duas temporalidades. Passado e futuro faziam parte de uma mesma proposta de visibilidade e precisavam ser manuseados de modo que favorecessem um projeto de construção memorialística e também de vanguarda. E os festejos chegavam como a apoteose dessas pretensões, dando-lhes cor, cheiro e sentimentos, conseguindo transpor um mero registro do calendário para um momento de êxtase coletivo. Pelo menos para uma parte dessa coletividade.

Mesmo ganhando muito espaço midiático, durante e depois daquelas festividades, a programação folclórica foi parte integrante de uma teia maior cujo principal eixo é a atualização de determinadas memórias de um projeto que alguns

¹¹⁴ Neste sentido, Ítalo Viana (2011, p. 15) argumenta que a produção dessa superioridade do Crato em relação ao restante do Cariri cearense se fazia representar pelas “construções de “sobrados ostentosos” semelhantes aos de Recife – considerado no Crato, do século XIX, como o paradigma do progresso e da civilização [...]”, além da organização de estabelecimentos comerciais, e por meio da construção de alguns espaços como o cemitério e o “mercado público”, por exemplo. Outro representativo exemplo apresentado por esse historiador sobre a vanguarda cratense é a instalação de uma imprensa local com a fundação do jornal *O Araripe* em 1855. Ver: VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: Memória, escrita da história e representações da cidade.** 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011, p. 15.

¹¹⁵ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

homens acreditam serem mais do que defensores, representantes legítimos¹¹⁶. E um dos mais eficazes mecanismos de proliferação desse projeto foi o recurso à publicidade. Vários foram os artigos que em jornais, como o *Diário de Pernambuco* e o cearense *O Povo*, noticiaram tanto os preparativos para aquelas comemorações, quanto o seu desfecho¹¹⁷. Artigos publicados antes e quase um ano depois, em 1954, nas proximidades do IV Centenário de São Paulo.

A publicação destes últimos textos foi orquestrada pela presença de Florival Seraine em terras sul cearense, como se houvesse por trás dessas “recomendações” um interesse da CCF pela visibilidade dos aspectos folclóricos ali presentes. “De meu encontro com o dr. Florival [...] ficou meu compromisso de descrever, pela imprensa, as festividades de cunho folclórico de Crato. Vou tentar fazê-lo, em rápido e desprezioso estudo”¹¹⁸. No entanto, antes mesmo do diálogo entre os dois intelectuais, Figueiredo Filho já vinha, há algum tempo, desenvolvendo seus primeiros rascunhos sobre aquelas festividades. Já se empenhava em fazer recortar os diferentes contornos de sua legitimidade e divulgá-los em outros espaços.

A “despretensão” de suas ações pode ser questionada a partir de vários ângulos. J. de Figueiredo, filho da elite cratense, elite que via com a modernidade, o progresso e a decadência da cultura canavieira parte de seus interesses serem marginalizados, relocou o olhar sobre o que lhe parecia glorioso e tradicional. A preocupação em delimitar um lugar de poder para sua escrita pode ser percebida quando da preocupação em publicar seus artigos sobre as festividades de outubro em alguns dos mais importantes jornais do Nordeste. Além disso, os periódicos eram, a partir de então, espaços importantes para que Figueiredo Filho adentrasse os circuitos intelectuais, que, pela distância geográfica e a própria dificuldade de articulação, lhe dificultavam o acesso. E um dos espaços letrados que poderiam

¹¹⁶VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato**: Memória, escrita da história e representações da cidade. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011, p. 15.

¹¹⁷ Dentre estes artigos citados estão: *Festas folclóricas, Rodeios e Vaquejada*. *Diário de Pernambuco*, 15 de setembro de 1953; *Festas Folclóricas do Centenário de Crato*. *Diário de Pernambuco*, 9 de maio de 1954; *Festas folclóricas do Centenário do Crato II*. *Diário de Pernambuco*, 16 de maio de 1964; *Festas folclóricas do Centenário do Crato III*. *Diário de Pernambuco*, 23 de maio de 1964. Todos esses de autoria de José de Figueiredo Filho e arquivados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE, localizado na cidade do Recife-Pernambuco.

¹¹⁸ FIGUEIREDO FILHO (J. de). *Festas folclóricas do Centenário de Crato*. **Diário de Pernambuco**, Recife, 09 maio 1954. (Acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE/Recife - Pernambuco).

¹¹⁸ Idem.

“abraçar” muito bem seu interesse pela cultura popular era a Comissão Cearense de Folclore. A partir dessa perspectiva, pode se explicar um pouco o interesse dele por estreitar laços com esta instituição.

Além do grande público e da intelectualidade local, importantes figuras de renome nacional teriam participado daqueles eventos comemorativos, atravessados pela exaltação da ordem e pela legitimidade de determinados lugares de poder. No meio disto tudo, teriam se “divertido” ao som do “esquenta mulher”. Tal sucesso chegou aos ouvidos da Comissão Cearense de Folclore:

[...] Figueiredo, como verá pela carta inclusa, acha interessantíssima a cabaçal do Crato que alcançou grande sucesso quando das recentes comemorações do Centenário daquela cidade, assistidas por altas personalidades de todo o País e que se entusiasmaram com aquele conjunto típico.¹¹⁹

O centenário do Crato, momento de exaltação do pioneirismo desse município em relação aos demais, foi assistido por “altas personalidades” que, mesmo bastante entusiasmadas com aquele encontro, não foram sequer citadas pessoalmente pela correspondência de Henriqueta Galeno. No entanto, e tendo como base a historiografia sobre esses festejos¹²⁰, concluímos que pelo menos duas dessas personalidades narradas pela Secretária Geral da Comissão Cearense de Folclore sejam os na época Vice-Presidente do Brasil, Café Filho, e o comandante da 10ª Região Militar do Ceará, Humberto de Alencar Castelo Branco. Em seu pronunciamento, Café Filho teria afirmado não ser aquela festa exclusiva do Crato, era do Brasil inteiro¹²¹. Na condição de autoridades políticas e militares, é provável que estes personagens aí estivessem a convite dos próprios organizadores do evento, e também como parte de seus projetos pessoais de popularidade e de projeção social. Além do que, numa festa cívica a presença de autoridades políticas é peça fundamental, o palco ideal para se propagar identidades e estabelecer laços para o futuro.

¹¹⁹ GALENO, Henriqueta. **[Carta]** 18 de abr. 1954 para ALMEIDA, Renato. Pasta: Comissão Nacional de Folclore\Congressos 1953 – 1954\1º Congresso Internacional de Folclore\recebidas – 1954 [1]. Série **correspondências** - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais. Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN.

¹²⁰ VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato**: Memória, escrita da história e representações da cidade. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

¹²¹ Idem.

Nas festas comemorativas do Centenário de elevação de Crato à categoria de cidade a 17 de Outubro de 1953, foi a cabaçal o principal atrativo dos folguedos folclóricos. Cinco ou seis bandas desfilaram pelas ruas, a tocarem baião, sambas, marchas e valsinhas dolentes. Dentro de pouco tempo, cada conjunto se fazia acompanhar de numerosas pessoas de fora, que nunca tinham visto ou ouvido semelhante e original banda de música, em qualquer outra paragem. Organizaram-se verdadeiros grupos carnavalescos a fazerem o passo, acompanhando a caminhada dos PIPEIROS e zabumbeiros. Naquele dia, beberam êles à vontade e ainda chegaram em casa com os bolsos recheados de dinheiro, com as inúmeras dádivas dos visitantes de Crato¹²²

O clima de festa, carnavalesco, dava o tom dessas festividades. No ritmo de tais comemorações uma multiplicidade de bandas de zabumba, eram mais de dez, de acordo com o folclorista caririense, inundavam as ruas “calçadas bem iluminadas” do Crato¹²³. Civilização, modernidade e tradição encenavam para os organizadores desses festejos, um casamento perfeito. Sem discordâncias, sem conflitos. As bandas cabaçais “descem dos pés-de-serra ou aos brejos, em suas loucas disparadas”¹²⁴. Saem do espaço romântico e desgovernado do campo para adentrar o recorte civilizado da cidade. O tempo e as territorialidades inauguradas por estas festividades se entremeiam com a propagação de determinados lugares sociais. Um aspecto importante e também emblemático nesse contexto é que tanto as correspondências como os jornais consultados não exploram a participação popular nessas comemorações, adiantam-se apenas a falar sobre as participações “prestigiosas”. Neste sentido, esse popular só se vê inserido, e de um modo bastante delimitado, por intermédio da programação dos folguedos folclóricos. Esse é o lugar legítimo de sua participação.

Novamente os termos “original”, usado nesse artigo, e “típico”, utilizado na correspondência de Henriqueta Galeno, são movimentados em favor do “privilégio” dado, na festa e na escrita, às performances encenadas ali. Essas adjetivações são genéricas, não se permitem entender a desordem, o descompasso, o inesperado também presente nessas práticas, nesses sujeitos. Continuam sendo homens sem rosto, sem fala. Em detrimento, seus movimentos performáticos são desenhados em

¹²² Idem.

¹²³ FIGUEIREDO FILHO. Festas folclóricas, Rodeios e Vaquejada. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 set. 1953. (Acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE/Recife - Pernambuco).

¹²⁴ Idem.

favor da harmonia daquelas festividades e do prestígio de seus organizadores. Esses “arranjos” facilitariam o diálogo institucional.

Neste sentido, em uma das poucas apresentações mais pormenorizadas sobre esses homens, são eles apresentados ao final das festividades na condição de bêbados, de embriagados. Saíram todos com os bolsos recheados de dinheiro, sentindo-se recompensados. No entanto, mais satisfeitos estavam os organizadores, que em clima de festa, viam seus empreendimentos produzirem frutos. Este é um desenho que opta pela desqualificação desses sujeitos e de suas experiências. Bêbados e contentes com as gorjetas, eles são caricaturados, transformados em personagens exóticos e “divertidores” do grande público.

Seguindo esse traçado, o clima do Centenário do Crato teria atraído particularmente “moças e rapazes, sobressaindo-se os procedentes de Fortaleza, improvisaram verdadeiros blocos, tipo carnaval, que acompanhavam dançando pelas ruas e praças as bandas de couro [...]”¹²⁵ que pareciam combinar com o sentido apoteótico daquele momento. Ou pelo menos foram assim descritas. Velhos conhecidos das festividades religiosas cratenses, esses grupos, como já discutido, eram presenças marcantes nas festividades em homenagem à Padroeira da Cidade, Nossa Senhora da Penha, em ocasiões que concentravam “mais de trinta outros conjuntos”¹²⁶.

Além das próprias ruas cratenses, na quais reinavam os conjuntos de couro, outro espaço reservado aos folguedos populares foi o palco da Feira de Amostras do Crato¹²⁷, onde manifestações como a Contradança¹²⁸, o Maneiro - Pau¹²⁹ e o

¹²⁵ FIGUEIREDO FILHO. Festas folclóricas do Centenário de Crato. **Diário de Pernambuco**, Recife, 09 maio 1954 (Acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE/Recife - Pernambuco).

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ De acordo com a historiadora Jane Semeão (2014, p. 3), a realização da Feira de Amostras do Crato e da Exposição Agropecuária ocorridas durante a programação dos festejos ao Centenário desta cidade, configuraram-se como momentos importantes para o agrupamento de gente, que vinda das diversas cidades cearenses e até mesmo de estados próximos, contribuíram para reorganizar a economia cratense naquele período. Indo nessa direção, o historiador Ítalo Bezerra afirma que, pela sua dinamicidade, a Feira de Amostras do Crato foi a principal atração das festividades daquele centenário (VIANA, 2009, p. 100). Para esses eventos foi montada uma estrutura com estandes onde se comercializariam produtos agrícolas e industriais. Acreditamos que a movimentação de gente em torno daquela feira foi decisiva na sua escolha para apresentação dos folguedos regionais. Eram assim momentos oportunos para se “expor” o que era tradicional e autêntico naquela terra. Ver bibliografia.

¹²⁸ Contradança diz respeito a um conjunto diversos de danças que se caracterizam por serem executadas em par, possuíam um ritmo rápido e diferentes coreografias. Sua possível origem seria as danças rurais e populares inglesas do século XVII, de onde teria surgido a denominação Country Dance (dança rural). Na descrição feita por Figueiredo Filho não encontramos detalhes sobre a especificidade da contradança no contexto do Centenário da cidade do Crato.

Coco¹³⁰ foram alguns dos destaques. Assim como as Bandas Cabaçais, estes grupos também se destacaram quando da preocupação em se elaborar uma cartografia escrita sobre a cultura popular caririense, questão que será explorada em nossas próximas páginas. Como já narrado, ao mesmo tempo em que Figueiredo Filho colocava essas manifestações no centro de sua produção como representantes da “alma popular”, elas foram costuradas a um discurso que tem como mote a produção de um efeito de legitimidade, ancorando na cultura, e não apenas nela, suas bases de sustentação. Todo esse momento foi acompanhado diretamente pela imprensa local, o que aumentava o alcance midiático daquele evento festivo.

Ao que parece, diante de toda a preocupação em descrever e divulgar os detalhes destas festividades, Figueiredo Filho não se interessou em fazer uma descrição detalhada dos grupos ali presentes. Eles ainda são descritos em função do papel que ocuparam nessas festividades. Aparecem na narrativa desse intelectual interligadas a um projeto de construção da memória coletiva do Crato, e em extensão da própria região do Cariri cearense. Há harmonia, homogeneidade e mesmo certa docilidade no modo com que são traduzidas para a escrita letrada. No entanto, as bandas de couro dividiram seu protagonismo durante as festividades com outros elementos, incluídos aí os “rodeios, vaquejadas e cavalhadas que ainda são muito conhecidas no norte do país”¹³¹. Norte, que nessa narrativa significa Nordeste.

Ainda veremos a festa folclórica do Mineiro Pau. Percorrerão seus componentes às ruas e exhibir-se-ão no recinto da Feira de Amostra. E a quadrilha com o francês macarrônico e o trancelim de fitas à enrolar-se pelo mastro abaixo? Teremos rodeios onde amansadores domarão burros e poltros bravos e não faltará a nota pitoresca da vaquejada, porque Crato, com sua agricultura, não esqueceu a criação De bovinos. A Sociedade de Caça e Pesca irá exhibir-se, com galhardia. Haverá concurso e tiro ao alvo e tiros em pombos a voarem.¹³²

¹²⁹ No nosso próximo capítulo iremos apresentar de forma pormenorizada a referida manifestação cultural.

¹³⁰ No nosso próximo capítulo iremos apresentar de forma pormenorizada a referida manifestação cultural.

¹³¹FIGUEIREDO FILHO. Festas folclóricas do Centenário de Crato III. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 maio 1954. (Acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE/Recife - Pernambuco).

¹³²FIGUEIREDO FIHO, J. de. Festas folclóricas, Rodeios e Vaquejada. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 set. 1953 (Acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE/Recife – Pernambuco).

Nesse mesmo artigo, o intelectual cratense relata a existência de uma Comissão Central das Festas Centenárias, na qual ele apenas diz ter sugerido algumas manifestações, não chegando a confirmar sua participação direta nesta instituição. No entanto, no decorrer da escrita, Figueiredo Filho ainda se refere a uma Sub-comissão de festas Populares, que seria, ao que parece, uma ramificação daquela Comissão Central das Festas Centenárias, e que contaria com a participação de uma instituição que anos depois vai “financiar” o V Congresso Brasileiro de Folclore em que determinada Banda Cabaçal cratense se fará presente¹³³.

O desfile desses grupos pelas ruas cratenses, ocorrido na data cívica de 17 de outubro de 1953 teria, inclusive, sido filmado por “cinematografistas” vindos de fortaleza “que acompanharam o dr. Ademar de Barros e pelo amador fortalezense – ser. Paulo Sales”¹³⁴. O provável Adhemar de Barros, presente nesse evento e referido na citação, é um importante político paulista com um histórico de disputas para o estado, para a cidade de São Paulo e também para a presidência de república¹³⁵. Só para termos um exemplo dessa configuração, em 1954, ano do

¹³³ De acordo com a historiadora Jane Semeão (2014, p. 3), foram formadas várias comissões constituídas por personagens e instituições que se destacavam nos espaços políticos e sociais do estado, e que foram responsáveis pela elaboração de uma programação repleta de atividades que deveriam ser executadas entre os dias 11 e 18 daquele mês de outubro. Entre as comissões formadas para a execução dessas festividades destacamos aqui a “Comissão de Honra das Festividades de Crato” composta por personagens como o na época governador do estado do Ceará, Raul Barbosa, bem como outros representantes da política cearense e da Universidade do Ceará, além da “Comissão Executiva do Centenário” que tinha como seu presidente o prefeito do Crato Décio Teles Cartaxo (VIANA, 2011, p. 94-111). Nesse processo, nos chamou o interesse a participação da Universidade do Ceará nessa comissão, o que em muito explica o envolvimento desta com o V Congresso Brasileiro de Folclore, em que uma banda cabaçal cratense foi destaque no festival folclórico. Ver bibliografia.

¹³⁴ FIGUEIREDO FILHO (J. de). Festas folclóricas do Centenário de Crato. **Diário de Pernambuco**, Recife, 09 maio 1954. (Acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE/Recife - Pernambuco).

¹³⁵ Líder do Partido Social Progressista – (PSP), Adhemar de Barros participou da Revolução Constitucionalista de 1932 e em 1934 foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista – (PRP) tendo o mandato cassado pela decretação do Estado Novo, três anos depois. Após um ano, o político paulista se tornou interventor federal no estado de São Paulo, ficando no cargo até 1941, quando foi demitido. Em 1945 fundou o Partido Republicano Progressista - (PRP), que se fundiu em 1946 com outros dois partidos. Dessa junção surgiu o já apresentado PSP, que tinha como líder o próprio Adhemar de Barros. Nas eleições de 1947 foi eleito governador do Estado de São Paulo. Em 1955, ele se candidatou à Presidente da República e foi derrotado por Juscelino Kubistchek. Adhemar disputaria mais duas vezes esse cargo. Logo após essa primeira eleição perdida, evitando ser preso, ele se refugiou no Paraguai e na Bolívia. Ao retornar de seu exílio, Adhemar de Barros disputou a prefeitura de São Paulo e venceu. No ano seguinte, se candidatou ao governo de São Paulo e perdeu para o candidato apoiado por Jânio Quadros, de quem é derrotado nas eleições presidenciais de 1959. Logo após essas derrotas, Adhemar de Barros resolveu, em 1961, refugiar-se na cidade de Paris, voltando pouco tempo depois ao Brasil para dar continuidade ao seu desejo de ocupar a presidência da república. Na eleição estadual de 1962, venceu Jânio Quadros, sendo, a partir de

aniversário de São Paulo, Adhemar de Barros perde a eleição do estado para Jânio Quadros. Em 1955, o primeiro se candidata à presidente da república e novamente é derrotado, agora por Juscelino Kubitschek. O que só demonstra a visibilidade política que ele possuía àquele tempo. Não se pode perder de vista que a presidência da república estava ali representada pelo seu Vice-Presidente, Café Filho.

Para travar essas várias disputas políticas, tornava-se mais do que fundamental a travessia pelo interior do Brasil e a participação em seus festejos, o encontro com velhas e novas lideranças, e principalmente o encontro com o “povo”. Os palanques, montados no meio destas festividades, produziam um efeito discursivo bastante eficaz. Era esse o momento propício para a aproximação, para o corpo a corpo, para a visibilidade de determinados lugares de poder.

Voltando aos aspectos que direcionaram a relação entre a Comissão Nacional de Folclore e J. de Figueiredo Filho, no mês de outubro de 1953 o intelectual cratense preocupou-se em divulgar no boletim bibliográfico e noticioso desta comissão seus artigos publicados em determinados jornais nordestinos a respeito do tema. Entre esses textos estão alguns já trabalhados aqui e que discorriam sobre as festividades ao aniversário da cidade do Crato.¹³⁶ Essas são uma das primeiras incursões daquele intelectual em tais espaços do movimento folclórico brasileiro e podem explicar as primeiras “aparições” da Banda Cabaçal do Crato dentro daquele programa folclorístico. Daí por diante foi periódico o envio de seus textos para os boletins da Comissão Nacional de Folclore, questão que trabalharemos mais minuciosamente em nosso próximo capítulo.

então, um severo crítico do governo João Goulart, e tendo inclusive apoiado o movimento que deu sustentabilidade à deflagração do Golpe Civil Militar, em 1964. Com o cancelamento das eleições de 1965, ele vê seu sonho presidencial se desfazer, o que acaba contribuindo para o seu rompimento com os militares. Em 1966, o presidente Humberto Castelo Branco, que também esteve na cidade do Crato em 1953 participando dessas festividades, cassou por dez anos os direitos políticos de Adhemar de Barros. Algo que nos chamou atenção também sobre a presença desses personagens nas festividades folclóricas do aniversário daquela cidade é que Café Filho, que também ali estava, tinha em 1945 sido eleito parlamentar para a Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido que Adhemar de Barros fundara um ano antes: o já apresentado Partido Republicano Progressista – (PRP). Ver: COTTA, Luiza Cristina Villaméa. **Adhemar de Barros (1901 – 1969): A origem do “Rouba, mas faz”**. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

¹³⁶ FIGUEIREDO FILHO J de. Festas folclóricas, Rodeios e Vaquejada, “Diário de Pernambuco”, Recife, de 16/09/1953. **Nota bibliográfica nº 70**. Out. 1953. Pasta 1953\Boletins 62 – 73 [3]. Série **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

Todo esse aparato de instrumentos discursivos utilizados por Figueiredo Filho elegeu o folclore enquanto um lugar “seguro”. Um espaço-tempo em que às instabilidades, os perigos, tanto da modernidade como de um passado subversivo, são afastados em favor do que parece unificar, estabilizar, organizar as experiências coletivas. Ele sabe do poder envolvente que as performances desses anônimos podem produzir em favor de um movimento “resgatador”, amenizando as tensões e os conflitos.

Na festa que sua escrita desenha, todos os grupos parecem iguais, estão ali para divertir o público, porém, um ano depois, uma única Banda Cabaçal foi eleita, sobre critérios que ainda não conseguimos traçar, e esta, do anonimato, de ser “mais uma”, ganharia destaque em um circuito que foi cuidando progressivamente de lhe inquirir um nome, lhe registrar por meios de câmaras digitais e lhe chamar de caririense. Sem Figueiredo Filho e a instituição que ele representava, essa configuração ficaria bastante comprometida.

Neste sentido, a instalação do Instituto Cultural do Cariri - ICC no desfecho das comemorações da elevação do Crato à categoria de cidade está atravessada pela evocação de um repertório de signos ocupados em narrar, (res)significar e legitimar uma história local que, evocando a bravura de heróis republicanos, sustentava àquela cidade como representante do progresso e da civilidade local.¹³⁷ Há em torno da fundação dessa instituição uma narrativa salvacionista, de redenção do lugar legítimo do Crato enquanto “Princesa do Cariri”. Neste sentido, sua primeira ata já estabelece que, mesmo falando em Cariri, as vozes ecoam do Crato.¹³⁸

¹³⁷VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato**: Memória, escrita da história e representações da cidade. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011, p. 16.

¹³⁸ Tendo como base a ata da sessão de fundação, instalação, bem como de eleição da primeira diretoria, é possível acompanhar o processo inicial de organização do Instituto Cultural do Cariri - ICC, fundado em 4 de outubro de 1953, em uma reunião no salão da Biblioteca Pública Cratense. Estavam ali presentes várias autoridades locais, dentre elas o já conhecido José de Figueiredo Filho, que foi escolhido para dirigir os trabalhos do momento de inauguração. Sediado no Crato, o ICC de acordo com esse mesmo documento oficial, abarcaria também as cidades de Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Jardim, Santanopole (Atualmente Santana do Cariri), Caririçu, Quixará (Atualmente Farias Brito), Araripe, Assaré, Campos Sales, Brejo Santo, Milagres e Mauriti. O Instituto Cultural do Cariri surge como uma Sociedade de Natureza Civil com personalidade jurídica. Nessa ocasião foram eleitos Presidente e Vice-Presidente desta instituição o médico cratense Irineu Pinheiro e o padre Antônio Gomes de Araújo. José de Figueiredo Filho foi eleito Secretário-Geral e membro da Comissão de Organização da Revista Itaytera, principal órgão de divulgação desta instituição. Além desta comissão, a ata descreve mais duas comissões permanentes: Comissão de Sindicância e Finanças e Comissão de Ciências, Letras e Artes. Como já discutido, Figueiredo assume a presidência desta instituição em 1954, permanecendo nela até 1973 quando falece.

Ainda que surgido na segunda metade do século XX, o projeto do ICC carrega muitas características de instituições letradas que se proliferaram no Brasil entre o final do século XIX e o início dos XX, tendo, inclusive, sido influenciado diretamente pelos preceitos do Instituto do Ceará. Assim como ocorria em instituições congêneres existentes no Ceará, o núcleo formado deste instituto é constituído de intelectuais polígrafos: médicos, advogados, jornalistas, farmacêuticos, padres, professores. Mesmo como todo esse pioneirismo, o ICC não inaugurou a prática de formação de agremiações desse tipo no Cariri, no entanto, ela pareceu ser a primeira, que, pelo menos no título, carregou a função de representar os interesses desse recorte territorial¹³⁹.

Em relação ao programa de trabalho declarado na ata de fundação e instalação do Instituto Cultural do Cariri - ICC, o elemento folclórico não aparece como prioridade dentro da primeira eleição dos objetivos institucionais¹⁴⁰. No entanto, assim como afirma Carlos Rafael Dias (2014), “Após fundar o ICC, Figueiredo Filho propôs que o folclore fosse eleito, além de matéria prima de estudo, um dos focos da ação cultural do órgão [...]”¹⁴¹. Um dos espaços de valorização regional. Figueiredo Filho teria sido o único “historiador local” a tratar a cultura popular enquanto um objeto da história, afirma ainda o referido pesquisador.

Voltando ao estatuto de Fundação do ICC, encontramos no artigo 2º a declaração de seu papel enquanto “guardião” da memória regional, expresso na preocupação em trabalhar em prol do estudo das “tradições regionais”¹⁴². Aparentemente, essas tradições não abrigam exclusivamente o universo popular, no entanto, foi principalmente em torno desta temática o núcleo investigador e divulgador do ICC. Nesse mesmo artigo deflagra-se a necessidade de constituição

¹³⁹ O historiador Ítalo Bezerra (2014, p. 83) nos alerta que desde os anos 1890 surgiram no Cariri importantes entidades letradas. Dentre elas, o historiador destaca o Clube Romeiros do Porvir, o Grêmio Filomático, o Grêmio Araripe Júnior e a Academia dos Infantes. Porém, como já colocado, nenhuma delas teve o alcance discursivo e político adquirido pelo ICC durante seu período de exercício mais ativo, entre as décadas de 1950 e 1970. Ver: VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: Memória, escrita da história e representações da cidade**. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011, p. 16.

¹⁴⁰ Dentro dos primeiros objetivos institucionais declarados nos documentos oficiais do ICC estava o estudo das Ciências, Letras e Artes em geral, enfatizando prioritariamente a História e a Geografia Política do Cariri cearense.

¹⁴¹ DIAS, Carlos Rafael. **Da flor da terra aos Guerreiros Cariri: Representações e Identidades do Cariri Cearense (1855 – 1980)**. 2014. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014, p. 83.

¹⁴² Estatutos do Instituto Cultural do Cariri. **Revista Itaytera**, Crato, p.181-188,1955 (Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo – DHOPG).

de um “intercâmbio cultural com instituições congêneres científicas e literárias, nacionais e estrangeiras”¹⁴³. O que justifica José de Figueiredo Filho ter sido tornado sócio correspondente da Comissão Cearense de Folclore e ter iniciado um diálogo com o movimento folclórico brasileiro a partir do seu principal eixo de interesse: os folguedos populares.

Depois de passar pela questão das comemorações em torno dos feitos históricos regionais, item importante na configuração daquela instituição, se colocava em pauta a necessidade de “uma Revista que se publiquem trabalhos de sócios e colaborações de estranhos”¹⁴⁴. É nesse panorama que entra em cena, dois anos depois da instalação do ICC, a *Revista Itaytera*¹⁴⁵, principal veículo de propagação das ideias desse grupo e espaço privilegiado para divulgação das “tradições regionais” caririenses, principalmente aquelas territorialmente grafadas como pertencentes ao Crato, como eram as Bandas Cabaçais.

Já no primeiro número de *Itaytera*, em 1955, entre as ações que aparentemente haviam se concretizado no ano anterior estava o “Envio de uma banda cabaçal aos festejos do 4º Centenário de São Paulo”¹⁴⁶. Um enunciado vago e aparentemente não explorado em outros espaços da revista. A leitura apenas deste fragmento, sem a observação do contexto geral, leva o leitor a interpretar que

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Criada em 1955, dois anos depois do Instituto Cultural do Cariri, a *Revista Itaytera* tornar-se-ia um dos mais importantes espaços de divulgação das ideias e projetos não apenas do grupo que lhe administrava, mas de uma parcela importante da intelectualidade local. Seu título teria sido dado pelo então Vice-Presidente do Instituto Cultural do Cariri, Pe. Antônio Gomes de Araújo, em referência ao rio homônimo que corta a cidade do Crato e que na linguagem dos índios Kariris significaria “água que corre entre pedras”. Suas diferentes sessões, em números de edição anual, além de se debruçarem sobre aspectos da política, economia, geografia e história caririense, reservaram com o decorrer do tempo, um espaço cada vez maior e mais sofisticado para a problemática do folclore. No entanto, quando do seu lançamento, a *Revista Itaytera* só possuía as sessões de letras e ciências, a sessão de folclore foi instituída apenas em 1973. Porém, e como iremos acompanhar em nosso próximo capítulo, os vários artigos publicados na revista sobre a temática do folclore regional ajudam a organizar um lugar privilegiado e institucional para esse campo e contribuem para redefinir os espaços de atuação da instituição a que esta revista vincula-se. Diante dessa necessidade de se expandir, de chegar até outras territorialidades, seus números foram sendo enviados a instituições letradas de todo o Brasil, principalmente pela intermediação pessoal do sócio fundador e membro da Comissão de Organização desta, Figueiredo Filho. Torna-se necessário afirmar que embora esta revista seja um dos veículos mais importantes para problematizar as “cartografias” folclóricas do Cariri cearense, sua participação nesse capítulo é bastante tímida. Somente no nosso próximo capítulo, quando nos debruçarmos pelo universo da produção escrita sobre o folclore caririense, é que iremos explorar, de modo mais sistemático, a constituirão discursiva desse instrumento do ICC, que foi, pelo menos entre as décadas de 50, 60 e 70 do século XX, o principal veículo propagador da construção simbólica de tal grupo. A *Revista Itaytera* circulou de sua fundação até o ano de 1999.

¹⁴⁶ Estatutos do Instituto Cultural do Cariri. **Revista Itaytera**, Crato, p.181-188,1955 (Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo – DHOPG).

aquela participação teria sido bem-sucedida. Muito provavelmente, este enunciado ambíguo produziu no leitor a sensação de que aquele projeto teria sido executado com êxito. Era o que o ICC parecia querer demonstrar para seus leitores.

Diante do fortalecimento do Instituto Cultural do Cariri e de sua revista anual, parecia haver para aquela determinada Banda Cabaçal cratense dois lugares fundamentais: primeiramente um espaço que aqui podemos denominar de “vivo” e que é bem traduzido pela preocupação de José de Figueiredo Filho em se envolver em diferentes eventos, comemorações, encenações artísticas e em segundo plano está o lugar memorialístico, preocupado em fazer a “arqueologia” dessas experiências culturais dentro do extremo sul cearense e de encontrar parte das raízes da própria identidade daquela região. Neste sentido, além do aspecto “escriturístico”, há, nos objetivos do ICC, outros empreendimentos que também se pretendiam propagadores desse “enraizamento”, dentre eles a proposta de criação de um museu com sede na cidade do Crato, que teria uma de suas sessões dedicadas à temática folclórica e onde as Bandas Cabaçais também se viriam representadas.¹⁴⁷

Em 1955, no primeiro número da *Revista Itaytera*, Figueiredo Filho publica o artigo “*Bandas Cabaçais do Cariri*”, uma costura de impressões afetivas da infância desse intelectual com a preocupação em narrar histórica e socialmente o que para ele era “[...] o conjunto musical mais exótico e mais característico do interior nordestino”.¹⁴⁸ Não iremos nos ater aos diferentes percursos feitos por ele nesse texto, no entanto, nos chamou atenção aqui a sua preocupação em relembrar a importância do estudo daqueles grupos e a necessidade de que fossem conhecidos para além das suas zonas territoriais mais “familiares”.

¹⁴⁷ O ano de 1955 foi considerado para o Instituto Cultural do Cariri o ano da “Batalha do Museu”, em que esse órgão “[...] vai usar de todo o seu prestígio, de toda a sua força para dotar a cidade de um museu digno do seu passado histórico e das suas tradições do progresso e da cultura” (ITAYTERA, 1955, p. 167). Neste sentido, há todo um esforço para se legitimar a necessidade de criação de um museu que teoricamente representasse os interesses regionais, ainda que levasse o nome somente da cidade sede. A preocupação de seus organizadores era de que esse museu possuísse três sessões distintas: a histórica, a artística e a folclórica, evidenciando os principais interesses daquele órgão. É constante nas páginas de *Itaytera* a preocupação dos redatores em enaltecer aquele empreendimento, principalmente pelo sentido pioneiro do mesmo para a região do extremo sul cearense. Ver: **Revista Itaytera**, Crato, p.167,1955 (Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo – DHOPG).

¹⁴⁸ Ver: **Revista Itaytera**, Crato, p.107,1955 (Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo – DHOPG).

Neste sentido, passadas as festividades de São Paulo, tornava-se necessário dar continuidade à propaganda do Cariri por intermédio daquele conjunto típico que “[...] Ninguém a conhece nas zonas criadoras do Ceará e do litoral, tudo assim comprovando que tivemos colonização inteiramente diversa da de outras regiões cearenses.¹⁴⁹ Enquanto que para as comissões cearense e nacional de folclore aquelas manifestações representavam um elemento importante para seu projeto nacional, para J. de Figueiredo Filho e para o grupo que ele representava, as “Cabaçais” seriam uma voz a ecoar a independência do Cariri, projeto que se fazia sentir desde século XIX e que em 1957 ganharia força política¹⁵⁰.

Esse trecho apresentado é bastante sintomático no processo de “fabricação” das Bandas Cabaçais cratenses enquanto signos da construção identitária do Cariri cearense. Sua musicalidade alegre, que quebra com a aridez sertaneja, com seu aparente silêncio ou mesmo com os sons ecoados dos benditos, das rezas, da penitência, parece ser uma imagem interessante para apresentar essa região em outros espaços. As Bandas Cabaçais representam esse “oásis” no meio do sertão. São um contrassenso à sua representação monocromática. São festivas, performáticas, ao mesmo tempo em que são resistentes ao progresso e à modernidade. São ideais para os festejos organizados pelo movimento folclórico brasileiro.

Apenas em 12 de novembro de 1957 encontramos a primeira correspondência direta entre José de Figueiredo Filho e Renato Almeida, este ainda

¹⁴⁹ Estatutos do Instituto Cultural do Cariri. **Revista Itaytera**, Crato, p.181-188,1955 (Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo – DHOPG).

¹⁵⁰ De acordo com o historiador Ítalo Viana (2011), a proposta de criação do estado do Cariri foi apresentada à Assembleia Legislativa do Ceará, em 1957, pelo então deputado estadual Wilson Roriz, contando com apoio e a divulgação do Instituto Cultural do Cariri por meio das páginas da *Revista Itaytera*: “Todavia, a primeira tentativa de formação de uma unidade federativa na porção sul do Ceará remonta ao ano de 1828, quando a Câmara Municipal do Crato dirigiu uma representação ao governo provincial solicitando a criação da Província dos Cariris Novos, o que não se deu naquele momento” (VIANA, 2011: 149). Ítalo Viana narra ainda que, em 1839, o na época Senador José Martiniano de Alencar teria reapresentado aquela proposta, que novamente não obteve êxito e que em 1846 a iniciativa de criação da Província dos Cariris Novos sairia da Assembleia Legislativa Provincial do Ceará e se dirigiria ao Senado e à Câmara dos Deputados, mas novamente não obteria resultado positivo. Contando com participação dos membros do Instituto Cultural do Cariri, o Comitê Central Pró-Estado do Cariri foi fundado em 1957: “Nesse movimento, foi criado um hino para a campanha e a revista *Itaytera* publicou uma separata intitulada *Estado do Cariri*, que apresentava “discursos, epístolas e artigos sobre a Campanha de Libertação do Cariri”, patrocinada pelo dito Comitê” (VIANA, 2011, p. 149). Todos esses fatores aqui colocados evidenciam como o ICC estava “afinado” com essas propostas separatistas. Ver: VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato**: Memória, escrita da história e representações da cidade. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011, p. 16.

Secretário-Geral da Comissão Nacional de Folclore. Tal correspondência é uma resposta de Figueiredo Filho a outra, escrita por Renato Almeida pouco tempo antes, sobre a qual, porém, nos é desconhecido o conteúdo. A despeito de escrever sobre as já famosas Bandas Cabaçais, o intelectual cratense faz questão de exaltar a instituição a que pertence e a revista que há dois anos ele ajudara a criar e dos quais se tornaria principal membro.

Tive a satisfação de receber sua carta, de 29 de Outubro. Envio-lhe junto recorte do jornal "O Povo", de Fortaleza, com meu trabalho sobre o Milindó. Pelo correio comum vou enviar-lhe os dois últimos números de "ITAYTERA", revista do Instituto Cultural do Cariri. É de seu programa a difusão e defesa do folclore regional. Nos números que lhe envio, ha pouca coisa sobre o assunto. Lamento não poder remeter-lhe o primeiro numero já esgotado, onde há trabalho de minha autoria sobre as bandas cabaçais do Cariri. Saiu também no "DIÁRIO DE PERNAMBUCO [...] Ainda sobrevive aqui muita coisa de caráter folclórico. Terei o cuidado mais a diante, enviar-lhe fotografias e tudo mais que se ligar ao assunto. Em meados de Dezembro, faremos, orientado pelo I.C.C., Semana de Cultura com desfile de danças e músicas folclóricas, a exemplo do MINEIRO PAU e das BANDAS CABAÇAIS, cujos componentes tocam em pífaros, zabumba e caixa e sacoteam passos diversos, como o baião primitivo, tão rico e movimentado quanto o frevo recifense.¹⁵¹

É notável nessa rápida correspondência, a preocupação de Figueiredo Filho em relatar a dinâmica de trabalho implementada pelo ICC em concordância com os parâmetros elaborados pela Comissão Nacional de Folclore, em termos de pesquisa e difusão da identidade nacional. A despeito de lamentar não poder enviar informações mais específicas sobre o Milindô, folgado cuja historicidade será analisada em nosso próximo capítulo, Figueiredo Filho volta a introduzir sua defesa com relação às "bandas cabaçais do Cariri", e a relevância delas participarem da Semana de Cultura que ele estava organizando. Aqui, a participação daquele grupo é relacionada a outro evento cultural. Novamente Figueiredo Filho faz a Comissão Nacional de Folclore saber disso.

Mesmo sem acesso à correspondência de Renato Almeida, é perceptível o interesse desse folclorista em conhecer não apenas aquele grupo, mas a diversidade folclórica relatada por Figueiredo Filho. Lembremos que em outra

¹⁵¹ FIGUEIREDO, FILHO (J. de). **[Carta]** 12 nov. 1957 para ALMEIDA, Renato. Pasta: Comissão Nacional de Folclore\Assuntos Gerais\recebidas 1947 a 1950 e 1955 e 1959[2]. Série **correspondências** - expedidas e recebidas. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

correspondência ele diz que as Bandas Cabaçais lhe ajudariam em certo “tira-teima” musical. O não comparecimento dela ao Congresso Internacional de Folclore em São Paulo não parece ter retirado o interesse de Renato Almeida sobre aqueles grupos “típicos”.

Esse conjunto documental analisado desde o início de nosso capítulo, foi nos levando a perceber a autonomia do ICC com relação à representante daquele movimento folclórico no Ceará. Como já colocado, o Instituto Cultural do Cariri não foi fundado como uma “extensão” da CCF, ele possuía uma personalidade própria, porém, a atuação particular de J. de Figueiredo Filho e sua evidente preocupação em alavancar em termos nacionais o conjunto folclórico caririense, a começar pelas Bandas Cabaçais, além do interesse de Renato Almeida e Florival Seraine, em “explorar” àquela territorialidade, vão redefinindo algumas estratégias de negociação. Negociações que estarão bem visíveis em um determinado encontro que será discutido em nossas próximas páginas.

Voltando à Semana de Cultura presente na correspondência há pouco apresentada, encontramos uma referência à sua realização em uma nota muito sucinta na *Revista Itaytera* do ano de 1958. A referência está em um texto de título sugestivo “*Renasce pujante o Folclore Caririense*” em que se discutiam as realizações dos 5 anos de existência do ICC¹⁵². No entanto, não foi possível encontrar a presença efetiva desses personagens em tal semana. Só novamente a referência de sua participação nas já apresentadas Festividades do Centenário do Crato.

Nesse mesmo ano ocorria o III Congresso Brasileiro de Folclore na cidade de Salvador. Em tal evento foi finalmente discutida a possibilidade de institucionalização dos estudos folclóricos, um desejo alimentado durante anos pelo movimento folclórico: a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro começa a sair do papel. A partir de então, muitos aspectos e personagens entraram no jogo de redefinição desse campo discursivo. Porém, como iremos acompanhar nas próximas páginas, o maior elo do Cariri com o movimento folclórico brasileiro continuou sendo, pelo

¹⁵² Entre a descrição das ações executadas pelo ICC nos últimos 5 anos de sua existência, é também referenciada no texto “*Renasce pujante o Rico Folclore Caririense*”, a presença de alguns intelectuais em tal Semana de Cultura. VER: RENASCE pujante o Rico Folclore Caririense. Revista Itaytera, Crato, 1958.

menos naquele momento, os eventos produzidos por este último para divulgar, discutir e fortalecer seu projeto de cartografia dos folguedos brasileiros.

Entre o centenário de aniversário de São Paulo e a realização, em 1963, do V Congresso Brasileiro de Folclore, sobre o qual iremos nos debruçar a partir de agora, não foi possível encontrar registros que dessem conta da participação de qualquer Banda Cabaçal cratense no roteiro de eventos do movimento folclórico brasileiro, o que nos faz concluir que a atuação desse grupo ficou restrita a eventos religiosos e cívicos locais, bem como a eventos organizados diretamente pelo Instituto Cultural do Cariri, como a Semana de Cultura, por exemplo. Aparentemente é nesse ínterim também que determinado grupo anônimo adquiriu visibilidade e recebeu o nome de “Zabumba do Cariri”, denominação pela qual será chamado já na configuração do evento organizado pelo movimento folclórico brasileiro que a partir de agora iremos acompanhar.

3.4 O V Congresso Brasileiro de Folclore e a participação do Zabumba do Cariri

Os portões da Concha Acústica, da Universidade do Ceará, estarão abertos para o público hoje à noite, às 2h30m, para a exibição de um espetáculo folclórico, denominado “Folguedos populares”. Participarão vários conjuntos originais, dentre os quais se distingue a “Banda Cabaçal, composta de cearenses e que já esteve no sul do país participando em demonstrações dessa natureza.¹⁵³

Sob as luzes de câmeras fotográficas e filmadoras ainda tão escassas no Brasil do início dos anos 1960, certa Banda Cabaçal cratense encenava seu espetáculo coreográfico dentro da programação do V Congresso Brasileiro de Folclore¹⁵⁴. Espetáculo chamado *Folguedos populares*, seguindo o principal espaço

¹⁵³ “FOLGUEDOS populares” hoje na concha acústica. **O Povo**, Fortaleza, 23 jul., 1963 (Acervo da Hemeroteca digital do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP).

¹⁵⁴ Convocado pelo IBCEC e tendo recebido a contribuição da Universidade do Ceará, o V Congresso Brasileiro de Folclore ocorreu entre os dias 21 a 26 de julho de 1963 na cidade de Fortaleza e contou com uma programação diversificada, além da presença de folcloristas e universidades do Brasil inteiro. A sessão de instalação daquele congresso ocorreu no salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade do Ceará, onde foi nomeado presidente de honra do evento, Renato Almeida, já que Henriqueta Galeno se ausentou por problemas de saúde. Além de algumas figuras políticas e militares, estava ali presente o então reitor da Universidade do Ceará, Antônio Martins Filho, tornando evidente o fortalecimento da parceria entre aquela Universidade e movimento folclórico brasileiro. Dentro do seu temário ocorreram três mesas-redondas: *formação de novos quadros em folclore, modos e escalas de folcmúsica brasileira* e a última sobre *folclore e psicologia*. Foram criadas sessões especiais para homenagear importantes folcloristas cearenses como Leonardo Mota e

de interesse do movimento folclórico brasileiro naquele tempo e no qual a Banda Cabaçal cratense é introduzida como uma das principais atrações. Ocorrido em 1963, tal congresso dava continuidade a uma série de eventos fomentados por esse movimento como parte de sua estratégia de institucionalização.

A Banda Cabaçal cratense, não identificada no fragmento por nenhum nome específico, é, no entanto, apresentada como o destaque daquele espetáculo na condição de um conjunto cearense. O que parece se tornar claro aqui é a pretensão da notícia de “ampliar” seu destinatário, falar para todo o Brasil, e imprimir visibilidade para o estado onde se sediava aquele congresso nacional e também àquela manifestação. Esse último aspecto se demonstra quando a narrativa jornalística identifica esse grupo apenas como “banda cabaçal” como se fosse a única existente, não apenas no Cariri cearense, mas no próprio Ceará e como se ela já fosse conhecida do grande público.

Tal entendimento se confirma quando esta matéria faz menção à participação daquele grupo no sul do país, o que muito provavelmente é uma referência ao que teria ocorrido um ano antes, quando uma Banda Cabaçal cratense esteve presente na inauguração da TV Guaíba, na capital gaúcha¹⁵⁵. Não foi possível estabelecer relação direta entre esta participação e a ação orientadora de algum membro do movimento folclórico brasileiro. Temos apenas a referência vaga da atuação constante do “padrinho” do grupo, José de Figueiredo Filho.

Anexo ao texto, havia uma fotografia daqueles quatro homens acompanhados pelos olhos atentos da plateia. Todos negros, aparentemente tímidos diante daquela câmera e dos curiosos que observavam seus passos e seu som. Foi a primeira vez que visualizamos o texto sobre o grupo acompanhado de uma fotografia. Porém, como observado há pouco, é provável que estes tenham sido fotografados e filmados também na capital Gaúcha. A legenda do jornal *O Povo* exaltava sua fama

Gustavo Barroso, por exemplo, e houve a formação de dois grupos de trabalho: o primeiro sobre folclore cearense, no qual, como veremos, Figueiredo Filho teve dois trabalhos aprovados, e o segundo, sobre o tema das “Superstições e dos Tabus”. Ainda como parte da programação daquele congresso, ocorreu a reunião do Conselho Nacional de Folclore na qual foi eleito Vice-Presidente do exercício 1963-1964, o folclorista Câmara Cascudo, assim também como foi apresentado um plano de trabalho para aquele ano. Além desse espaço mais científico do congresso, foi promovida, no Museu de Arte daquela universidade, uma exposição de Arte Popular Cearense e a já apresentada Exposição Folclórica, que teve na apresentação dos folguedos populares seu ponto máximo. Ver SEMANA de Folclore. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7. set/dez. 1963 (Acervo pessoal).

¹⁵⁵ASSUMPÇÃO, Pablo. **Irmãos Aniceto**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000 (Coleção Terra Barbara).

em todo o Brasil. Já no jornal paulista *A Gazeta*, de 3 de agosto daquele ano¹⁵⁶, a fotografia do tocador de pife daquele conjunto é acompanhada da afirmativa “A dança do tocador de pife do Cabaçal ou Banda de Couro de Crato, Ceará durante o festival folclórico da Concha Acústica da Universidade”. Na continuação, é expresso o entusiasmo que tal “mostra folclórica” provocou para o êxito daquele empreendimento institucional.

Toda a dimensão lúdica e a contagiante musicalidade que influenciavam a participação desses e de outros grupos culturais em tais eventos, não pode, no entanto, esconder os aspectos políticos que estão por traz desta participação e que dizem respeito principalmente ao lugar que o movimento folclórico objetivava alcançar àquele tempo e que, assim como em outras oportunidades, envolvia a abertura de espaço para os já consagrados folguedos populares. Parecia atrair também nesses intelectuais a possibilidade de que o grande público da capital cearense, já muito distante dessas manifestações “ruralizadas”, pudessem ser legítimos entusiastas do que ali presenciavam. Excluídos das demais programações desses congressos, encontrariam nos festivais e exposições folclóricas um pouco do trabalho dos intelectuais em prol da divulgação de seu projeto nacional. Riam e se divertiam ao som “primitivo” desses e de outros homens anônimos.

Para Secretário-Geral daquele congresso foi escolhido Florival Seraine, o mesmo que se envolvera com o quase envio da Banda Cabaçal cratense para São Paulo, que esteve pessoalmente em Juazeiro do Norte para coletar dados sobre o folclore caririense, que aconselhara pessoalmente Figueiredo Filho a publicar em importantes jornais do Nordeste matérias sobre aquele conjunto musical e que, em 1968 convidou o folclorista cratense para escrever em seu *Antologia do Folclore Cearense*. Neste sentido, na condição de Secretário Geral daquele congresso, cabia a ele costurar os diálogos institucionais e fomentar os interesses do movimento a que fazia parte, o que deve ter incentivado o grupo cratense. Tal posição foi influenciada pela prática já habitual de privilegiar, entre os temas desses congressos, o folclore de cada estado-sede.

A recorrência na participação desses conjuntos populares em diferentes eventos públicos também contribuía para a consolidação dos investimentos feitos

¹⁵⁶ Infelizmente não foi possível reproduzir entre os nossos anexos a referida fotografia por conta da sua má qualidade. *A Gazeta*, 3 de agosto de 1963. Ver: Folclore (*A Gazeta*) (5) (Acervo da Hemeroteca digital do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP).

pelos folcloristas em prol da divulgação de tais manifestações populares, explicitando que tais intelectuais conseguiram ultrapassar, ainda que precariamente, seus gabinetes. Neste sentido, estes congressos eram uma das mais eficientes possibilidades de se demonstrar que, mesmo com bastante dificuldade, tais letrados estavam conseguindo tornar pública o que entendiam como a genuína Identidade Nacional.

A respeito desse projeto, em 1957, no mesmo ano da correspondência entre Renato Almeida e J. de Figueiredo Filho apresentada no tópico anterior, ocorria o III Congresso Brasileiro de Folclore, realizado em Salvador/Bahia. Durante esse evento, colocavam-se em prática as primeiras negociações em torno da necessidade de criação de um órgão estatal que levasse, nos seus objetivos, a preocupação com a pesquisa, divulgação e fomento do folclore nacional. Esse apelo já vinha sendo feito desde os primeiros anos de existência da Comissão Nacional de Folclore, sendo (re) atualizado em seus diferentes eventos. Para além das preocupações financeiras, das disputas políticas, este era um apelo em favor de um grupo que vinha lutando para se manter firme enquanto legítimo guardião da “alma” popular brasileira, mesmo desacreditado pela progressiva institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Todos esses apelos e a necessidade de legitimidade desaguaram em 1958 na criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro¹⁵⁷.

¹⁵⁷ De acordo com Rodolfo Vilhena (1997, p. 104), já no discurso inaugural à II Semana Nacional de Folclore, ocorrido em São Paulo no ano de 1949, Renato Almeida teria expresso sua convicção de que proteger o folclore brasileiro não seria uma tarefa nem de estudiosos, nem de homens de boa vontade, mas do próprio estado. Na condição de órgão paraestatal, a CNFL tentou, desde suas primeiras ações, costurar diálogos com os representantes de cada unidade federativa do Brasil. Essas tentativas, que se intensificam com a proximidade dos “festivais folclóricos”, em muitas ocasiões resultaram em conflitos de interesses e até mesmo em certo abandono por parte desses representantes em relação às demandas oriundas do movimento folclórico brasileiro. Neste sentido, uma proposta formalizada de criação de um órgão federalizado para orquestrar tais demandas foi apresentada no ano de 1951, durante a realização do I Congresso Brasileiro de Folclore, quando teria sido feito um apelo ao Presidente Getúlio Vargas, então Presidente de honra do congresso, sobre a necessidade de fundação de uma instituição federal que tivesse como eixo central a “preocupação com a temática folclórica”. No entanto, as esperanças do movimento folclórico brasileiro foram adiadas diante do seu suicídio às vésperas da abertura do Congresso Internacional de Folclore, em 1954. Só por intermédio do decreto-lei de cinco de fevereiro de 1958 é que a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro - CDFB foi oficialmente instituída, vinculando-se ao Ministério da Educação e Cultura. No entanto, por trás desta determinação encontram-se intensas negociações (re)iniciadas em setembro de 1957, com a formação de um grupo de trabalho que se articulou diretamente com o Ministro da Educação de Kubitschek, Roberto Lyra. Articulação comprovada durante o III Congresso Brasileiro de Folclore, no qual foi apresentado documento escrito pelo Presidente da república sinalizando afirmativamente aquela institucionalização. Rodolfo Vilhena (1997, p. 10) nos explica ainda que desde seus primeiros anos de funcionamento a CDFB tomou uma série de iniciativas como a inauguração da Biblioteca Amadeu Amaral e celebrou convênios com a Universidade do Ceará e da Bahia no intuito de fazer o levantamento de manifestações culturais existentes nesses estados, além do fortalecimento dos já comentados

Além do já conhecido Renato Almeida, que discursou na abertura e no encerramento desse congresso na posição simultânea de Presidente da Comissão Nacional de folclore e de Presidente Honorário daquele congresso¹⁵⁸, outro personagem importante dessa nova trama, aquele que vai ser definitivo na reorientação política, metodológica e institucional desse movimento nacional, é o também baiano Edison Carneiro¹⁵⁹, então Diretor Executivo da CDFB. Dentre os vários empreendimentos em que esse intelectual trabalhou e que nos interessa aqui

congressos e das semanas nacionais de folclore, dois desses tendo sido realizados nos estados a pouco citados. Também fez parte do programa de tal instituição a realização de vários documentários fonográficos e fotográficos preocupados com o registro e documentação do material coletado, além da publicação da *Revista Brasileira de Folclore*, em 1961, que proporcionava a divulgação daquele projeto intelectual. A denominação “Campanha” foi uma solução encontrada para o impasse sobre o tipo de institucionalização que deveria ser implementada naquele momento. No entanto, essa identidade institucional frágil, provisória, se distanciava do que almejavam os intelectuais desse movimento que pretendiam transformar a comissão nacional de folclore em um instituto nacional. Sobre a situação de tal comissão perante esse novo contexto, ela continuará existindo enquanto “[...] uma instituição paralela e de auxílio ao conselho da primeira entidade” (SILVA, 2008, p. 177). O aspecto administrativo era dividido entre as funções de Diretor-Executivo e do Conselho Técnico. Para esta primeira função foi indicado inicialmente o musicólogo Mozart Araújo, que não possui vínculos anteriores com o movimento folclórico brasileiro, o que acabou gerando alguns conflitos entre ele e os principais folcloristas desse grupo, a dizer Edison Carneiro e Renato Almeida, que nos primeiros anos da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro compunham seu Conselho Técnico. Mesmo não saindo aos moldes do que esperavam os folcloristas daquele movimento, a CDFB inaugurou um novo momento para esse campo em que a temática folclórica emergiu, ainda que muito timidamente, como uma pauta das políticas culturais de estado brasileiro, usufruindo dos recursos públicos, o que não ocorria com a CNFL. No entanto, muitos dos projetos articulados durante os primeiros anos desta Campanha foram progressivamente sendo esquecidos ou adiados por conta das conjecturas políticas nacionais no Governo Goulart e, posteriormente, em decorrência da ascensão do regime civil-militar no Brasil, com o afastamento de seu principal representante, o folclorista baiano Edison Carneiro. Para Rodolfo Vilhena (1997, p. 105), a entrada no poder dos militares quase representou o tiro de misericórdia na Campanha, fazendo com que muitos dos seus objetivos, demonstrados principalmente diante seus congressos folclóricos, fossem (re)organizados ou até mesmo esquecidos completamente. Depois da destituição de Edison Carneiro, Renato Almeida volta a ser o principal representante do MFB, assumindo posteriormente também à presidência do IBECC. Ver bibliografia.

¹⁵⁸ V CONGRESSO Brasileiro de Folclore. **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, set/dez. 1963. pág. 247 – 260 (Acervo pessoal).

¹⁵⁹ Um dos mais importantes representantes do movimento folclórico brasileiro, Edison Carneiro nasceu na cidade de Salvador em 1912, tendo se mudado para o Rio de Janeiro em 1939. Participou de alguns movimentos intelectuais, como por exemplo, a Academia dos Rebeldes, em que também fazia parte o escritor Jorge Amado. A orientação política, nitidamente comunista, acompanhou toda a trajetória desse intelectual, que se atravessou, de modo geral, pelo campo dos estudos da cultura afro-brasileira. Em 1961 Edison Carneiro assume a direção da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro - CDFB, indicado pelo presidente Jânio Quadros, e é mantido durante todo o governo de João Goulart. Na direção da CDFB, Carneiro foi responsável por importantes mudanças organizacionais nessa instituição, como a ampliação do seu Conselho Técnico, o que possibilitou que folcloristas de outros estados pudessem também participar, a exemplo de Câmara Cascudo. Foi a partir das ações do folclorista baiano que também foram realizados os já citados convênios com as Universidades do Ceará e da Bahia, além da publicação da *Revista Brasileira de Folclore*. Neste sentido, sua prematura e inesperada saída da direção da CDFB, representa o final de um importante ciclo para aquele movimento folclórico. Afastado de muitos de seus objetivos intelectuais, Carneiro falece em 1972 em quase complexo ostracismo.

estão o convênio com a Universidade do Ceará¹⁶⁰ para a elaboração de um levantamento do folclore deste estado, bem como a realização do já comentado V Congresso Brasileiro de Folclore, no qual vários de seus projetos serão colocados em pauta.

Também participaram da mesa de abertura o então comandante da 10ª Região Militar General Almérico de Castro Neves, função ocupada por Humberto Castelo Branco quando este esteve nas festividades de aniversário do Crato, bem como o na época prefeito de Fortaleza, General Murilo Borges.¹⁶¹ Como já era tradicional, a função de Presidente de tal congresso caberia aos Secretários-Gerais das subcomissões. No entanto, como Henriqueta Galeno se encontrava enferma, foi substituída por Renato Almeida, na condição de Presidente de Honra. O reitor da Universidade do Ceará, Antônio Martins Filho, também discursou, endossando o diálogo travado já há algum tempo entre sua instituição e a CDFB.

Na sua fala “inaugural”, Renato Almeida, a despeito de exaltar diferentes elementos simbólicos pretensamente próprios da “terra do sol”, como vaqueiros e jangadeiros, convidava para que se visitassem os lugares famosos do estado e que se ouvissem as Bandas Cabaçais.¹⁶² Essa fala romantizada, professada em meio não apenas a folcloristas, mas também a autoridades políticas e intelectuais daquele e de outros estados, era imperativo para provocar nos que ali estavam o sentimento

¹⁶⁰ Desde sua instalação, em 1955, a Universidade do Ceará teve uma participação ativa nas diferentes empreitadas que deram sentido à política de interiorização bastante defendida pelo seu primeiro reitor e também caririense, Antônio Martins Filho. No entanto, diante de diferentes empreendimentos, nos interessa aqui o convênio entre esta universidade e a CDFB, que teria oficialmente se iniciado em 3 de dezembro de 1959, quando da fundação da Comissão de Estudos de Folclore, o que nos leva a interpretar que o diálogo entre estas instituições não teve seu início com o V Congresso Brasileiro de Folclore, ele é, no entanto, resultado das negociações iniciadas no final da década de 1950. Tal comissão teria sido instalada na própria reitoria da Universidade do Ceará e entre seus objetivos estavam a realização de um mapeamento folclórico deste estado. Acreditamos ser essa comissão a mesma a que trata o documento do Instituto Cultural do Ceará, de 1999, apresentado no nosso primeiro capítulo, em que é relatado que dentro desse mapeamento, o Cariri adquiriu um lugar privilegiado. No entanto, não nos foi possível ainda entrar em contato direto com os resultados efetivos desse pretense mapeamento folclórico que, de acordo com Amélia Oliveira (2015) teve suas atividades iniciadas no primeiro semestre de 1960 e que seria utilizado na constituição de um *calendário folclórico do Ceará*. Entre os estudiosos pertencentes a esta comissão estavam os já conhecidos folcloristas da CCF Eduardo Campos e Florival Seraine. As ações desta Universidade em favor do conhecimento folclórico adentram além de sua contribuição para a organização do V Congresso Brasileiro de Folclore, também a publicação de importantes obras sobre a temática, como ocorreu com os livros *O folclore no Cariri* e *Folguedos Infantis caririenses*, de J. de Figueiredo Filho. Ver: OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Em busca do Ceará: a conveniência da cultura popular na configuração da cultura cearense (1948 – 1983)**. 2015. 296 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

¹⁶¹ Sessão da Instalação. **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, set/dez. 1963. Pág. 247 (Acervo pessoal).

¹⁶² SEMANA de Folclore. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7. set/dez. 1963, p. 248 (Acervo pessoal).

de que a cultura popular cearense fervia, era pulsante, estava viva em todo o seu território e merecia ser explorada. Mais do que isso, essa fala serve para justificar um processo de eleição iniciado antes da atuação da Comissão Cearense de Folclore, porém endossado pelos seus componentes. Era uma tentativa de construir discursivamente o território cearense.

Os congressos nacionais de folclore eram espaços privilegiados para se discutir as demandas em torno daquele movimento. Demandas do passado e do futuro que se fortaleciam pelos laços de cooperação e de afetividade. Neste processo, os espaços mais “abertos” desses congressos, onde a afetividade e o compartilhamento de experiências ficavam mais objetivos e claros, eram os festivais e exposições folclóricas. Ali estava materializado todo esforço desses homens em prol de seus projetos de passado-futuro. A despeito de confraternizar os materiais coletados, havia uma disputa pela visibilidade que cada estado teria nesse ínterim. No congresso do Ceará não seria diferente. Neles, as especificidades deste estado foram colocadas em maior relevo para que todos pudessem apreciar sua construção.

Para além da afirmação de uma afetividade coletiva, “[...] os próprios congressos eram os vetores de visibilização do objeto de pesquisa do movimento: os *folgedos populares*”.¹⁶³ Este interesse pelos folgedos populares, declarado não apenas no nome do espetáculo folclórico apresentado dentro da programação do V Congresso Brasileiro de Folclore, no qual a Banda Cabaçal foi destaque, também foi tema central do II Congresso Brasileiro de Folclore, ocorrido na cidade de Curitiba, em 1953, mesmo ano das comemorações ao centenário do Crato. O que pode explicar, como veremos no nosso próximo capítulo, a preocupação de Figueiredo Filho em divulgar esse e outros grupos do Cariri cearense nos boletins bibliográficos e noticiosos mensais da comissão nacional de folclore. Nestes termos, ficaria mais fácil conseguir um lugar na programação daquele projeto nacional.

Assim como em todos os outros congressos, os organizadores do V Congresso Brasileiro de Folclore tentaram privilegiar, na sua programação, a cultura popular do Ceará. No entanto, nos instiga pensar o porquê do tratamento diferenciado dado aquele grupo cratense. Uma primeira e mais interessante hipótese

¹⁶³ ALVES, Elder Patrick Maia. O Movimento Folclórico Brasileiro: Guerras Intelectuais e Militância Cultural entre os anos 50 e 60. **Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, edição dupla, n. 12, jan./dez., 2013, p. 146.

é de que o próprio Florival Seraine, tomando como base as já estabelecidas relações com Figueiredo Filho, foi o responsável direto pela vinda daquele grupo e pela promoção de seu lugar de destaque. Não podemos esquecer também que o reitor da Universidade do Ceará, Antônio Martins Filho, era caririense, tendo assim uma relação afetiva com aquela região.

Da mesma forma, a Banda Cabaçal cratense parecia uma boa alternativa para o interesse de se “vender” uma imagem “autêntica” da cultura popular cearense, não apenas para os folcloristas de todo Brasil que estavam ali reunidos, mas para o público geral e principalmente para a imprensa, veículo indispensável na programação de determinadas imagens simbólicas. A participação desse grupo na inauguração da TV Gaúcha e mesmo nos festejos do Crato demonstram também todo o poder de sua teatralidade.

A identidade brasileira era coletivamente dramatizada durante os festivais, em festas e jantares de confraternização embalados por melodias folclóricas, representadas pelos grupos folclóricos convidados a exibirem os folguedos em seus trajes típicos e troca de presentes ou souvenirs típicos. Nesses rituais se exercitava o *ethos* folclórico pelo qual os participantes traduziam suas relações.¹⁶⁴

Era diversa a programação daqueles seis dias de congresso, desde discussões sobre a profissionalização dos folcloristas e homenagens a renomados estudiosos cearenses até a montagem de uma exposição sobre arte popular do estado e lançamento de obras da área. No entanto, “[...] como atração máxima do programa será realizado, às 20,30 horas, na “Concha Acústica”, na Reitoria da Universidade do Ceará, uma exibição de folguedos populares de Granja e da região do Cariri e outras manifestações do folclore cearense¹⁶⁵. Novamente é dado um destaque para aquele conjunto, o associando à região caririense, ao contrário do Jornal *O Povo*, publicado na mesma data. A exemplo do que observamos aqui e na citação que abre esse tópico, é interessante notar como a linguagem jornalística se “apropria” dos conceitos utilizados a priori apenas entre aqueles estudiosos. Como esses conceitos se expandem para além dos gabinetes desses últimos.

¹⁶⁴ SILVA, Mônica Martins da. **A Escrita do folclore em Goiás**: uma história de intelectuais e instituições (1940 -1980). 2008. 279 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, 2008. pág. 101.

¹⁶⁵ COMISSÃO do Congresso exibirá folclore cearense na reitoria. **Gazeta de Notícias**, v., n., p. 255, 23 jul. 1963 (Acervo da Hemeroteca digital do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP).

No entanto, será por intermédio da *Revista Brasileira de Folclore*¹⁶⁶, o principal veículo de divulgação dos projetos e ações da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, que iremos seguir com mais nitidez para descrição pormenorizada da programação desses e de outros festejos, acompanhados de imagens dos grupos participantes. Essas imagens, que constam naqueles textos entusiasmados, tentam justificar o esforço empreendido pelos folcloristas na promoção da cultura popular nacional e do seu próprio papel integrador.

Na Concha Acústica e no Auditório Martins Filho, realizaram-se duas apresentações: uma do Teatro Universitário, apresentando a peça **Rosário, Rifle e Punhal**, de Nertan Macedo e a dramatização da **Cobra Norato**, de Raul Bopp; a outra, que foi o Festival Folclórico, com grupos da dança **Mineiro – Pau**, do Cariri, a famosa Banda do Cabaçal e outros conjuntos cearenses - apresentação que atraiu a maior atenção dos folcloristas presentes.¹⁶⁷

Como podemos acompanhar nesse fragmento, aquela Banda Cabaçal não é o único elemento cultural discursivamente cariense presente na concha acústica da Universidade do Ceará. O Mineiro ou Maneiro-Pau, presente quando das festividades de aniversário do Crato, também ali estava. A apresentação desses dois e de outros “conjuntos cearenses” é descrita pela revista como o momento que mais atraiu os folcloristas presentes naquela programação, o que nos leva a pensar que havia, por parte dos narradores daquele veículo informativo, a preocupação em colocar em patamares diferentes os dois espaços programáticos ali vivenciados. A primeira, protagonizada pelo teatro universitário, não poderia gerar mais interesse do

¹⁶⁶ A *Revista Brasileira de Folclore* é uma das mais consistentes e ampliadas conquistas da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro em prol do movimento que representava e de sua costura sobre a Identidade Nacional brasileira. Criada em 1961 e de edição trimestral, circulou periodicamente até o ano de 1976. O aspecto gráfico de suas capas era um convite à diversidade de manifestações exploradas nessa revista: “[...] trazendo nas capas desenhos, xilogravuras, imagens, fotografias, caricaturas e reproduções gráficas das inúmeras manifestações folclóricas nacionais” (ALVES, 2013, p. 148). Em suas páginas eram divulgados, além de artigos de folcloristas de várias partes do Brasil, cursos, eventos, parcerias entre a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro com diferentes instituições letradas. Como já colocado, a RBF circulou até agosto de 1976, já sob a influência da FUNARTE, que havia a esse tempo incorporado a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. No nosso próximo capítulo os números dessa revista estarão mais presente em nossa narrativa. Ver: ALVES, Elder Patrick Maia. O Movimento Folclórico Brasileiro: Guerras Intelectuais e Militância Cultural entre os anos 50 e 60. **Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, edição dupla, n. 12, jan./dez., 2013, p. 148.

¹⁶⁷ COMISSÃO do Congresso exibirá folclore cearense na reitoria. **Gazeta de Notícias**, v., n., p. 255, 23 jul. 1963 (Acervo da Hemeroteca digital do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP).

que algo que representasse a autêntica e ruralizada identidade brasileira, que representasse os trabalhos até ali executados e seus projetos para o futuro.

Outro aspecto que nos chamou atenção é que o autor não identificado da matéria chama a Banda Cabaçal de “famosa”, um possível reflexo da quantidade de textos escritos e publicados por Figueiredo Filho sobre o tema em vários jornais do Nordeste ou mesmo uma referência à participação desses sujeitos no evento ocorrido um ano antes no sul do país. Aqui eles foram televisionados. Se ficarmos mais atentos a esse discurso oficial, perceberemos que, ao contrário do Maneiro-Pau, que é descrito como caririense, a Banda Cabaçal é apresentada genericamente na condição de manifestação “cearense”, o que só endossa nosso pensamento de que havia uma preocupação em descrevê-la como representante daquele estado.

No entanto, no número anterior da *Revista Brasileira de Folclore*, que também tratava sobre a participação daquele conjunto musical, encontramos uma mudança que chamou nossa atenção e que resolve certo incômodo presente nessa narrativa. Já no final do texto informativo sobre os trâmites do V Congresso Brasileiro de Folclore, a Banda Cabaçal cratense, sem nome, como tantas outras daquela cidade, recebe o título de “Zabumba do Cariri”¹⁶⁸, denominação que acompanharia esse grupo durante algum tempo. A preocupação em nomina-los, mais do que a simples referência a um dos instrumentos utilizados por aqueles sujeitos durante suas apresentações, é a personalização da escolha por um único grupo. Nos festejos de aniversário do Crato, falava-se na participação de várias bandas, dezenas. Para o IV aniversário de São Paulo apenas uma foi a escolhida, porém ela continuava sem nome. Longe da preocupação em entender quando esse processo se iniciou, ou mesmo quando foi registrado primeiro, existem algumas possíveis respostas para sua construção. A que mais nos seduz é a possibilidade de que tenha sido do próprio Figueiredo Filho a ideia de assim a denominarem, como uma forma de impregnar “personalidade” a esses sujeitos, de regionalizá-los enquanto caririenses, de construir em todos esses homens uma marca de identificação.

Foi por intermédio da narrativa jornalística que esse folclorista fez questão de se referir ao entusiasmo de Edison Carneiro perante aquele grupo. A campanha de

¹⁶⁸ CONGRESSO de Folclore. **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 199, maio/ago. 1963. Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (Arquivo pessoal).

Defesa do Folclore Brasileiro, o Instituto Cultural do Cariri e o Zabumba do Cariri aparecem “juntos” no mesmo fragmento.

O professor Edison Carneiro, presidente da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, não ficou contente só em aplaudir os representantes dos folguedos populares caririenses. Foi mais além, convidou a Cabaçal de Crato para tomar (ilegível) no Festival Folclórico a realizar-se em Brasília, em dias próximos¹⁶⁹.

Assim como em outros trechos, o signo “folgado popular” é utilizado para fazer referência à participação do grupo cratense nos eventos promovidos pelo movimento folclórico brasileiro. Há aqui uma aparente estratégia para “encaixar” aquelas manifestações dentro de um projeto coletivo. Esse possível entusiasmo de Edison Carneiro perante a apresentação daquele grupo contrasta com a ausência de registros sobre a sua participação em “dias próximos” na cidade de Brasília, nos levando a imaginar que aquela proposta não teria saído do papel, muito provavelmente por motivos financeiros.

No entanto, se voltarmos nossa atenção novamente para o 6º número da *Revista Brasileira de Folclore*, vamos ver que pouco tempo depois do V Congresso Brasileiro de Folclore, ocorre no Rio de Janeiro (e não em Brasília) a Semana de Folclore, entre os dias 19 a 25 de agosto¹⁷⁰. Em matéria de 25 desse mês de *O Jornal*, periódico do estado da Guanabara, há uma fotografia da Banda Cabaçal cratense¹⁷¹ acompanhada do seguinte texto:

FOLCLORE LEVOU CARIRI A MADUREIRA – Em prosseguimento às comemorações da “Semana do Folclore”, patrocinada pela Campanha em Defesa do Folclore Brasileiro do Ministério da Educação e Cultura, exibiu-se ontem à tarde, na concha acústica de Madureira, localizada na Praça do Patriarca, o conjunto “zabumba do Cariri”, apresentando variados números de música folclórica nordestina. O “Zabumba do Cariri” compõe-se de quatro instrumentistas: dois pifes, um zabumba e um caixa. À exibição de ontem esteve presente o professor Edson Carneiro, o conhecido folclorista idealizador da Campanha.¹⁷²

¹⁶⁹ FIGUEIREDO FILHO, J. de. *O Cariri e o 5º Congresso de Folclore*. **O Povo**, Fortaleza, 9 ago. 1963 (Acervo da Hemeroteca digital do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

¹⁷⁰ SEMANA de Folclore. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6. maio/ago. 1963. Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (Arquivo pessoal).

¹⁷¹ A referida fotografia se encontra no anexo L deste trabalho.

¹⁷² Folclore Levou Cariri a Madureira. *O Jornal*, GB., 25 agô. 1963, 1.cad.: 19. Pasta 9. Bandas/Conjuntos\Geral – Bandas/Conjuntos (1) (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

Além de um nome e da fotografia, é possível perceber aqui a preocupação em descrever como aquele grupo era composto, seus instrumentos e a divisão de seus músicos. Não foi apenas na Concha Acústica de Madureira que o Zabumba do Cariri se apresentou. Acompanhado de outros grupos, eles estiveram no encerramento daquela Semana de Folclore em um desfile folclórico na Avenida Rio Branco. Excetuando os grupos do estado da Guanabara, participariam desse desfile também o Afoxé Filhos de Gandhi, a Capoeira de Angola e Cantadores do Nordeste, todos três baianos, além do Bumba-Meu-Boi maranhense, e do grupo alagoano denominado apenas de Guerreiros. A RBF ressalta ainda que aquela era a primeira vez que o Zabumba do Cariri desfilava no Rio de Janeiro¹⁷³.

Novamente aqui Edison Carneiro aparece entusiasmado com a presença desses grupos. Novamente a RBF faz questão de exaltar sua presença ao lado deles. Os dois fragmentos apresentados nos fazem retornar à afirmativa de Rodolfo Vilhena,¹⁷⁴ sobre ser Edison Carneiro um dos mais importantes "orquestradores" da construção conceitual e metodológica que elegia os folguedos populares enquanto elementos significativos da auto representação nacional. Nesses momentos festivos, o folclorista baiano colhia os frutos de seu árduo trabalho à frente da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.

Outro momento daquela Semana Folclórica nos chamou muita atenção, não pela participação do Zabumba do Cariri, mas por trazer à tona outro espaço em que aquela região se viu representada. Duas fotografias dão conta do olhar atento do público que acompanhava a passagem da Banda Cabaçal por esse momento¹⁷⁵. Na primeira fotografia, em pé, eles parecem tocar seus instrumentos sem darem muita atenção para câmera, concentrados que estavam em seus trabalhos. Na segunda captura, dois deles tocam agachados, enquanto a maioria dos observadores aparenta espanto com aquele desempenho. A legenda das fotos anuncia: "Exibição do zabumba do Crato na Biblioteca Nacional, na inauguração da Exposição de Arte Popular do Cariri. Na segunda foto, a dança do sapo cururu"¹⁷⁶.

¹⁷³ SEMANA de Folclore. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6. maio/ago. 1963, pág. 196 – 197. Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (Arquivo pessoal).

¹⁷⁴ Ver: VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão**: O movimento folclórico brasileiro (1947 – 1964). Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997. pág. 147.

¹⁷⁵ Ver anexos L e M.

¹⁷⁶ SEMANA de Folclore. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6. maio/ago. 1963. Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (Acervo pessoal).

Esta exposição sobre o Cariri cearense acabou "desfocando" nosso olhar sobre a presença da Cabaçal. Não há outro registro na *Revista Brasileira de Folclore* sobre ela: nenhuma fotografia, nenhuma matéria jornalística e, o mais importante: nenhuma letra de J. de Figueiredo Filho sobre aquele assunto. Apenas a referência genérica sobre o fato de que aquela exposição "abriria" a já citada Semana de Folclore. No entanto, e já antecipando algumas questões presentes em nosso próximo capítulo, essa exposição parece demonstrar que progressivamente os grupos folclóricos do Crato tinham que dividir espaço com outro lugar de visibilidade daquela região: o artesanato juazeirense¹⁷⁷.

O texto da Revista Brasileira de Folclore relata que teria sido da CDFB a ideia de levar aquele grupo para o Rio de Janeiro. Da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, diga-se, de Edison Carneiro, que assim como já relatado, teria acompanhado pessoalmente, e com entusiasmo, tanto a apresentação de Fortaleza quanto a do Rio de Janeiro. O interesse dele, porém, não se resumiria à intenção apenas de exibir aquele grupo nas capitais brasileiras, mas de efetivamente construir um vínculo oficial com o Instituto Cultural do Cariri.

A Comissão Nacional de Folclore do Instituto Brasileiro de Educação resolveu promover a reunião de seu Conselho no mês de junho de 1964 na cidade de Crato em comemoração ao segundo centenário da fundação do município reconhecendo assim o manancial abundante de folclore existente na região e também a sua contribuição efficientíssima para o êxito do 5º Congresso Brasileiro. Ainda [...] ao Instituto Cultural do Cariri pela preservação e incentivo do folclore regional, contribuirá para edição das "Seleções" de "Itaytera", coletânea a sair no próximo ano por iniciativa do professor Edison Carneiro.¹⁷⁸

O aparente reconhecimento do "manancial abundante" da cultura popular regional, bem como de alguns dos instrumentos intelectuais de captação desses signos, como o ICC e sua *Revista Itaytera*, por exemplo, são trazidos à tona neste trecho enquanto uma das estratégias que a Comissão Nacional de Folclore se utilizou para costurar, com efetividade, um espaço para seus estudos e pesquisas sobre o folclore caririense a partir daquele momento. Parece um reconhecimento

¹⁷⁷ Assim como iremos acompanhar no nosso próximo capítulo, principalmente a partir da década de 1960, a cidade de Juazeiro do Norte foi inserida em um roteiro de pesquisas e difusão que teve como principal interesse o seu artesanato. Como veremos, esse circuito foi fomentado por algumas instituições como o na época Instituto Joaquim Nabuco e a própria Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.

¹⁷⁸ FIGUEIREDO FILHO, J. de. *O Cariri e o 5º Congresso de Folclore*. **O Povo**, Fortaleza, 9 ago. 1963 (Acervo da Hemeroteca digital do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

pelo papel desta instituição para com a programação folclórica do V Congresso Brasileiro de Folclore, mas não devemos nos esquecer de que quem estava escrevendo era J. de Figueiredo Filho, personagem que desde da instalação do ICC tentou costurar esse diálogo institucional com o movimento folclórico brasileiro.

No prosseguimento desse texto jornalístico, foram se legitimando as pretensões de que a aproximação entre a Comissão Nacional de Folclore e o Instituto Cultural do Cariri ultrapassassem a participação do Zabumba do Cariri nos festivais promovidos pelo MFB. Interessava a Figueiredo Filho que aquele encontro não fosse apenas "ocasional", entre um festival e outro. É nesse ponto que o folclorista cratense narra a proposta de um registro audiovisual daquela região: "Em outubro próximo ainda visitarão o Cariri, para a aquisição de documentário, um fotógrafo e um pesquisador especializados a cargo da CDFB".¹⁷⁹ Como em abril de 1964 Edison Carneiro é destituído do cargo de diretor da CDFB, aumentando ainda mais as crises dessa tão frágil instituição, é bastante provável que o referido documentário não tenha sido realizado, que assim como outros projetos daquela Campanha, tenha sido esquecido ou (re) orientado em decorrência da instalação do regime civil-militar no Brasil desse tempo.

Torna-se interessante notar que essa é a primeira vez que aparece estampada na documentação a que tivemos acesso a preocupação em intensificar uma negociação direta entre os membros da Comissão Nacional de Folclore e do Instituto Cultural do Cariri sem a participação da Comissão Cearense de Folclore, que, aliás, não é citada nesse fragmento. É bastante provável que esse silêncio tenha sido uma estratégia do próprio Figueiredo Filho para afirmar que o ICC não precisava da intermediação da subcomissão estadual para negociar diretamente com os folcloristas do Rio de Janeiro, inclusive que estes últimos viriam diretamente ao Crato para uma reunião.

Neste sentido, a referência ao que parece ser a possibilidade de um projeto editorial conjunto pode ser entendida como a declaração do interesse da CDFB por conhecer mais profundamente o que vinha sendo realizado em termos de pesquisa e de difusão sobre folclore dessa região. No entanto, não encontramos nenhuma referência sobre a existência da coletânea "seleções" de *Itaytera*, o que nos leva a

¹⁷⁹ FIGUEIREDO FILHO, J. de. *O Cariri e o 5º Congresso de Folclore*. **O Povo**, Fortaleza, 9 ago. 1963 (Acervo da Hemeroteca digital do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

pensar que ela, assim como vários outros planos da CDFB, foi cancelada em decorrência dos rumos que tiveram a história brasileira naquele ano de 1964.

A tentativa de fazer se reunir no Crato o conselho da Comissão Nacional de Folclore é outro detalhe importante. Circunscreve a ampliação desse raio uma ação no sentido de valorizar o papel exercido pelo Instituto Cultural do Cariri - ICC como promotor dos ideais do movimento folclórico brasileiro. Para além disso, essa ação pode ser pensada como um gesto simbólico no sentido de reorganizar territorialmente as negociações do movimento folclórico no Ceará? Ou foi uma decisão estratégica de “adquirir” mais membros, mais espaços para aquela empreitada que lutava constantemente por sua sobrevivência? Acreditamos que as duas respostas são válidas, mas não são as únicas possíveis de serem dadas aqui.

Assim como em 1953, durante as festividades de elevação do Crato à categoria de cidade, o ano de 1964 era um momento festivo para aquele município em decorrência dos duzentos anos de sua elevação à categoria de Vila. Seria uma boa oportunidade para que aqueles intelectuais conhecessem mais de perto a cartografia folclórica que Figueiredo Filho fazia questão de valorizar desde 1953 em seus escritos. Seria mais uma oportunidade das Bandas Cabaçais aparecerem aos olhos daqueles folcloristas.

Algumas respostas podem ser dadas sobre essa aproximação, porém, muitos dos objetivos almejados pelo movimento folclórico brasileiro foram abortados em decorrência da deflagração do Golpe Militar em 1964. Ao que tudo indica, essa reunião não ocorreu¹⁸⁰, e se assim se fez foi sem a participação vibrante de Edison Carneiro, nessas horas definitivamente afastado de suas atribuições institucionais junto a CDFB. Dos dois principais mentores desse movimento apenas Renato Almeida sobreviveu naquela instituição após as redefinições no panorama histórico nacional.

O V Congresso Brasileiro de Folclore e seus desdobramentos posteriores aparecem aqui na condição de espaços em que é possível problematizar a mudança no diálogo entre o movimento folclórico brasileiro e certa representatividade do Cariri cearense. Isso em parte se deve à criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro que com toda a sua dinamicidade se voltou ainda mais para o fomento das

¹⁸⁰ Não encontramos registros que dessem conta de realização de tal reunião.

manifestações folclóricas do interior do Brasil¹⁸¹. Da mesma forma, desde as primeiras negociações em torno da ida de determinada Banda Cabaçal para São Paulo, o Instituto Cultural do Cariri vinha demarcando um lugar de protagonismo nesse processo. Para além disso, entre uma e outra fotografia, acreditamos que as construções imagéticas sobre o Zabumba do Cariri foram se tornando mais visíveis, mais dinâmicas, contribuíram para “excepcionalizar” aqueles quatro homens em relação a uma dezena de outros grupos que se viram representados durante as festividades de aniversário da cidade de Crato.

A visibilidade adquirida pelo Zabumba do Cariri dentro da programação do movimento folclórico brasileiro é também parte fundamental para pensarmos certa visibilidade adquirida por Figueiredo Filho em contexto nacional. Esse intelectual, que pareceu meio adjuvante perante as apresentações daquele grupo em Fortaleza, surge nas páginas da *Revista Brasileira de Folclore*¹⁸² como um dos que nesse evento estava divulgando livros incentivados pela parceria entre a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Universidade do Ceará. *Folguedos Infantis Caririenses*¹⁸³ tem nesse momento a sua apresentação pública. No entanto, as obras de Figueiredo Filho não foram os únicos escritos sobre o Cariri cearense que ali estiveram representados¹⁸⁴.

¹⁸¹ Como colocado em outros momentos, a dimensão "governamental" de tal Campanha lhe possibilitaria uma série de instrumentos para colocar em prática alguns dos objetivos almejados já há certo tempo pela Comissão Nacional de Folclore. O próprio título "defesa" já aparenta clamar por uma ação direta e objetiva dessa instituição. Neste sentido, além dos já comentados congressos e festivais folclóricos, havia uma preocupação em fomentar o diálogo constante com as universidades e secretarias de cultura espalhados em todo o território brasileiro, o que quebraria com a lógica de diálogo clássico entre a Comissão Nacional de Folclore e as subcomissões estaduais. No entanto, e como demonstrado no documento há pouco apresentado, um dos projetos que mais Edison Carneiro se afinava tinha relação com a possibilidade de produzir materiais etnográficos sobre diversos folguedos praticados em todo território nacional, o que parece justificar seu interesse por visitar pessoalmente a região do Cariri cearense. No entanto, pelo que nos chega a partir da documentação e da historiografia analisada, essa proposta nunca saiu do papel efetivamente.

¹⁸² SEMANA de Folclore. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6. maio/ago, 1963. Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (Acervo pessoal).

¹⁸³ Ao fazermos uma análise das questões problematizadas nesse livro, percebemos que a questão dos folguedos propriamente ditos é tratada de modo bastante indireta, preocupando-se Figueiredo Filho basicamente com a questão das lendas que envolvem as brincadeiras infantis, principalmente aquelas que lembram a sua própria meninice. Seus capítulos são divididos da seguinte forma: *Brigas de rua; A montaria infantil; Armas, instrumentos de caça, armadilhas, passarinhos e gaiolas; Brinquedos infantis têm seu calendário; O sortilégio da segunda infância; Bicheira, carnaval de crianças e outras coisas; Histórias de Trancoso; Brincadeiras de meninas; A criança e o Folclore.*

¹⁸⁴ Em texto oficial da Comissão Nacional de Folclore escrito em 13 de agosto de 1963, entre várias questões sobre o V Congresso Brasileiro de Folclore, havia a notícia que durante esse evento seria lançado o livro *Efemérides do Cariri* de autoria do primeiro presidente do ICC e já falecido há esse tempo, Irineu Pinheiro.

Neste contexto, acompanhado da preocupação em participar dos eventos aqui descritos, Figueiredo Filho buscaria outro espaço de inserção dentro do movimento folclórico brasileiro: a divulgação periódica de seus textos, bem como de outros estudiosos nos boletins bibliográficos e noticiosos da comissão nacional de folclore. Esses escritos representam, como veremos a seguir, efetivamente a participação sistemática de certa representatividade do Cariri cearense dentro do movimento folclórico brasileiro. Nos instiga a partir de agora investigar como uma cartografia folclórica vai sendo elaborada a partir da escrita e das redes que ela possibilita (re)inventar.

4 DOS RETALHOS E DAS COSTURAS: ENUNCIADOS E ESCRITAS FOLCLÓRICAS DE UM CARIRI IMPRESSO

4.1 Sobre enunciados que costuram redes

*Cariri: grande centro de folclore do nordeste*¹⁸⁵, esse é o título de um texto escrito pelo folclorista Francisco de Vasconcellos¹⁸⁶, referenciado no *boletim bibliográfico e noticioso*¹⁸⁷ da Comissão Nacional de Folclore em novembro de 1967

¹⁸⁵VASCONCELLOS, Francisco de. Cariri: o grande centro de folclore do nordeste. **Revista Itaytera**, Crato, v. 11, p. 71-84, 1967. Nota bibliográfica nº 239. Nov.1967. Pasta 1967. Boletins 230 – 241 [5] (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

¹⁸⁶ São quase inexistentes as referências sobre a trajetória pessoal e intelectual de Francisco de Vasconcellos. No entanto, os vestígios a que tivemos contato nos levaram a interpretar que tal folclorista tinha vinculação institucional com a comissão mineira de folclore e que era um estudioso do Vale do São Francisco. Ao nos debruçarmos sobre os números de *Itaytera*, percebemos que não foi apenas em uma única ocasião que este intelectual esteve presente entre seus colaboradores. Como exemplo de sua participação na revista cratense temos um texto de 1974 em que ele relata uma experiência de pesquisa com a cidade mineira de Januária. No nosso entendimento a publicação deste texto só demonstra como a relação do intelectual mineiro com a revista cratense ultrapassou o interesse apenas pela cultura regionalizada do sul cearense, já que a revista foi utilizada para apresentar sua experiência em outros espaços geográficos e intelectuais. VASCONCELLOS, Francisco de. O Folclorista Manoel Ambrósio. **Separata de Itaytera**, Ed. Instituto Cultural do Cariri, patrocínio da Comunidade de Januária, Minas Gerais, n. 18, p. 103-120, 1974 (Acervo do Departamento histórico diocesano padre Antônio Gomes de Araújo – DHOPG).

¹⁸⁷ Desde 1948 os boletins bibliográficos e noticiosos da Comissão Nacional de Folclore eram mensalmente publicados. A opção por trabalhar aqui com eles se dá pela crença de que o material nos permite entender o fluxo de ideias e ações que atravessavam as comissões estaduais de folclore. Neste sentido, esses boletins são um dos mais interessantes espaços onde se é possível entender como foram se arquitetando os territórios de produção intelectual do movimento folclórico brasileiro. Como o próprio nome já explicita, tais documentos eram divididos em duas partes: a primeira em que se agrupavam em ordem alfabética as referências de trabalhos publicados em veículos diversos, como jornais e revistas de todo Brasil e na segunda temos as *Notas diversas* que como o próprio título demonstra, eram espaços em que se elencavam as notícias sobre as várias ações que vinham se desenvolvendo entre as comissões estaduais de folclore e a própria comissão nacional. Ocorria de algumas vezes um ou outro item ser incluído nesses boletins, mas basicamente eram esses dois espaços os mais importantes. A partir das dezenas de boletins a que tivemos acesso, foi possível perceber que o principal intuito desse instrumento era demonstrar a dinamicidade do movimento folclórico brasileiro. Foi por seu intermédio que toda a produção desse campo se tornou então visível. No entanto, a construção “anônima” desses boletins não torna possível entendermos quem escolhia os textos que iriam sair em cada número e quais eram os critérios específicos de escolha. O texto de título *Folclore brasileiro: o mapa da Mina* do folclorista Valdemar Cavalcanti publicado em 5 de abril de 1970 em *O Jornal* do estado da Guanabara e então referenciado no item “noticioso” da *Revista Brasileira de Folclore* de 1970, nos fornece importantes informações sobre o funcionamento de tais instrumentos noticiosos. Neste sentido, sobre a fabricação e distribuição desse material, afirma Valdemar que eles eram impressos em mimeógrafo e teriam uma tiragem bastante limitada: “[...]Pois nada menos de 570 trabalhos foram assim divulgados em círculo estreito – e trabalhos selecionados a rigor, sobre os mais variados aspectos da cultura folk de nosso País”. Não é possível perceber, no entanto, se o número a que ele se refere nesse trecho diz respeito aos trabalhos referenciados nos boletins propriamente ditos, ou em relação aos “pequenos ensaios e comunicações especiais” que a Comissão Nacional de Folclore distribuía junto a esses boletins. No final de seu texto o folclorista lamenta que a Comissão Nacional de Folclore não tenha transformado em volume aquele material considerado por ele tão importante. Além das informações fornecidas por Valdemar Cavalcanti não

e que foi publicado na *Revista Itaytera* no mesmo ano. A divulgação de um trabalho que remete à determinada valorização folclórica para o Cariri cearense, referenciado em um periódico de circulação nacional escrito por um folclorista que não se inscreve na categoria de “intelectual regional”, foi aqui evocada porque acreditamos que essa enunciação (assim como outras que iremos problematizar) atravessa signos importantes e que contribuem para pensarmos em um projeto maior em que essa região vai se inserindo. Neste sentido disponibilizar esse enunciado em um espaço próprio para circulação de determinadas representações culturais como eram os boletins da Comissão Nacional de Folclore, demonstra que há toda uma arquitetura em que a escrita cumpre um papel fundamental e fundante. Torna-se necessário afirmar que esse enunciado nos remeteu a outro apresentado aqui no início de nosso primeiro capítulo e que também anuncia um lugar de “síntese” para o Cariri cearense¹⁸⁸.

Não podemos esquecer que esse enunciado remete a um texto que foi publicado a priori na revista que leva em seu nome e repertório a preocupação com a invenção regional do Cariri cearense e que era coordenada durante todo o período de nosso estudo pelo intelectual cratense José de Figueiredo Filho. Este, o principal divulgador dessa regionalidade nos boletins da Comissão Nacional de Folclore. Neste sentido, a *Revista Itaytera* vai aparecer na nossa narrativa enquanto um espaço frutífero para a produção de muitos dos enunciados que nos deparamos.

Tendo como base o exposto, é nosso objetivo inicial nesse capítulo compreender de que maneira os enunciados sobre a região do extremo sul cearense “aparecem” nos boletins bibliográficos e noticiosos da Comissão Nacional de Folclore entre meados da década de 1950 e final da década de 1960 e de que forma essa constelação de enunciados contribuiu para a “invenção” desse Cariri folclórico a que tanto recorreremos no decorrer de nossa narrativa. Acreditamos que a periodicidade e organização temporal de tais fragmentos nos ajudam a entender o relacionamento estabelecido entre o Cariri cearense, a escrita folclorística e o movimento folclórico brasileiro, isto é, a rede de diálogos intelectuais que ele fomenta.

encontramos outros registros que nos ajudassem a ter uma visão mais “pormenorizada” desses instrumentos noticiosos.

¹⁸⁸ Esse título nos remeteu ao fragmento apresentado logo no início do nosso primeiro capítulo, em que o estudioso Gilmar de Carvalho afirma ser o Cariri “onde os caminhos se encontram”, um lugar de síntese, de resumo da cultura nordestina, neste sentido. Ver: <https://www.revistacontinente.com.br/>

Neste sentido, torna-se importante frisar que para a Comissão Nacional de Folclore era importante manter uma rede de interlocutores a esse tempo em todo Brasil. Da mesma forma o Cariri cearense (ou certa construção dele) se beneficiava com a possibilidade desse sistema periódico de informantes. Ao que foi possível observar, esses boletins ordenados por um núcleo central (a CNFL) voltariam para seus lugares de “origem” e se expandiram para novos territórios. Os enunciados ganhavam então circularidade.

Voltando ao título do trabalho de Francisco de Vasconcellos, o Cariri cearense surge enquanto uma costura de vários retalhos geográfico-simbólicos. Em contrapartida, e como pretendemos demonstrar logo a diante, os retalhos que constroem essa espacialidade são os retalhos discursivos. São narrativas que se forjam pelo encontro de vários enunciados e que foram se costurando com o tempo pela preocupação comum de sedimentar essa regionalidade folclórica. Regionalidade (re) traçada por muitos fios que encontraram na escrita eficácia e potencialidade. Como já colocado, o título desse trabalho antecipa muito os discursos que surgiram dentro das políticas públicas algumas décadas depois e que elegeram essa região como “celeiro” de muitas (re) invenções.

Assim como viemos acompanhando em outros capítulos, a temática dos folguedos populares será prevacente nesses boletins. É ela a mais importante “porta de entrada” de intelectuais interessados em se fazerem incluídos em tal circuito. Indo pelo mesmo caminho, iremos aqui analisar as diferentes enunciações que costuram a relação entre o Cariri cearense e um dos mais importantes objetivos do movimento folclórico brasileiro: o de conhecer a identidade brasileira por intermédio das expressões e representações do seu povo.

Entre a proliferação desses enunciados é importante deixar claro que assim como ocorria nas correspondências trocadas entre Figueiredo Filho e a Comissão Nacional de Folclore, as quais analisamos no nosso primeiro capítulo, bem como nos processos que circunscrevem a participação do Cariri cearense nos eventos organizados pelos integrantes dessa comissão, e que foram temas do nosso segundo capítulo, na publicação dessas referências bibliográficas também haverá uma prevalência do Crato (muitas vezes chamado de Princesa do Cariri) em detrimento da sua vizinha Juazeiro do Norte, que nessa época já era a maior cidade da Região sul cearense.

Neste sentido, entre a ausência de referências a esta última cidade ou a construção “enquadrada” em discursos sobre o fanatismo do seu romeiro, vai se desenhando um Juazeiro fora da cartografia caririense. Juazeiro não é Cariri ou pelo menos ainda não se tornou em tais enunciados. Neste sentido, achamos conveniente que no meio de tantos fragmentos que valorizavam a “cratencidade” do Cariri cearense, pudéssemos explorar o conjunto de outros fragmentos referenciados sobre Juazeiro do Norte nos boletins bibliográficos e noticiosos da Comissão Nacional de Folclore e que mais do que de uma ausência, agem na produção de um não lugar para esta cidade dentro do projeto folclórico regional.

Acompanhando o processo “inventivo” desse Cariri folclórico e atravessando a consolidação de alguns dos enunciados que aqui disponibilizaremos, vamos analisar o trabalho empreendido por esse intelectual em seu livro *O Folclore no Cariri* (1962), obra-síntese da sua investida sobre a temáticas dos Folguedos Populares caririenses que traduziu/incentivou a difusão de grande parte dos enunciados que aqui iremos apresentar e a relação de trocas intelectuais construídas entre o extremo sul cearense e o movimento folclórico brasileiro. Nessa obra, o enunciado apresentado no início de nosso capítulo ganha sustentabilidade discursiva. *O Folclore no Cariri* é ao mesmo tempo uma colcha desses muitos retalhos e a resposta à necessidade de solidificação de seu nome (e de sua região) no campo folclórico.

Neste sentido, a escrita é pensada aqui enquanto um elemento básico na produção dessa regionalidade. A escrita não apenas declara publicamente à importância do Cariri cearense no contexto folclórico, como ela também costura os signos que deverão ou não ser eleitos nesse processo. E assim como em páginas anteriores, J. de Figueiredo Filho abraça a dimensão “missionária” de sua atuação no campo do Folclore. Entendemos que participar desse movimento é uma tentativa de dar sentido à sua trajetória intelectual, em um momento em que a figura do intelectual diletante se fazia bastante fragilizada. Era preciso superar qualquer tipo de isolamento: geográfico e teórico-metodológico. Se fazer dinâmico e produtivo. Neste sentido, o conjunto de enunciados sobre os quais iremos nos debruçar a partir de agora resume todo um trabalho de negociação que foi sendo realizado desde a criação do Instituto Cultural do Cariri - ICC, em 1953, e consequente inserção de seu mais importante representante no movimento folclórico nacional.

4.2 Fragmentos caririenses nos boletins bibliográficos e noticiosos da Comissão Nacional de Folclore

Em uma nota bibliográfica da CNFL de julho de 1953, José de Figueiredo Filho dá conta de dois artigos publicados por ele no jornal cearense *O Diário do Nordeste*. Um desses artigos argumentava em torno das festividades ao São João no Nordeste e o segundo se intitulava *No roteiro do Cariri*.¹⁸⁹ O título deste segundo texto, aproximando-se do enunciado de um slogan turístico, nos faz pressupor a indicação de um caminho, de uma rota, de um espaço alternativo de ocupação simbólica. Aparentemente estava ele indicando que dentro do mapa folclórico brasileiro o Cariri cearense emergia como parada obrigatória. Ou deveria se tornar, a partir de então. Para tanto, fazia-se necessário colocá-lo no circuito e nada mais apropriado para tal do que “escrevê-lo” enquanto um local estratégico de circulação nacional, ou pelo menos de circulação entre folcloristas de todo Brasil.

A escolha de tal enunciado para iniciar nossa argumentação se dá principalmente porque só a partir de 1953 é que conseguimos encontrar referências nesses boletins ao Cariri cearense. Como viemos acompanhando desde nosso primeiro capítulo, 1953 é o ano de criação do Instituto Cultural do Cariri - ICC e o ano em que Figueiredo Filho aparece pela primeira vez nas correspondências da Comissão Cearense de Folclore. “Concidentemente” este é o mesmo ano em que ocorre o II Congresso Brasileiro de Folclore em que os folguedos populares são declarados oficialmente objetos do interesse do movimento folclórico brasileiro, o que nos parece bastante sintomático.

Como observamos no decorrer do nosso primeiro capítulo, até efetivamente ocorrer a introdução dessa região em tais boletins há uma progressiva negociação em torno da possibilidade de que o Cariri cearense possa ser inserido no roteiro das preocupações do movimento folclórico brasileiro. Diversas foram as correspondências a que nos debruçaremos nos capítulos anteriores e que envolvem as figuras de Renato Almeida, Florival Seraine, Henriqueta Galeno, Figueiredo Filho

¹⁸⁹ FIGUEIREDO FILHO, José de. No roteiro do Cariri e São João do Nordeste. **Diário de Pernambuco**, Recife, 7 jun. 1953. **Nota bibliográfica n. 67**. Jul. 1953. Pasta: 1953. Boletins 62-73 [1]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

e a possibilidade ou não de que nessa região fossem encontrados os elementos elencados como importantes para a comissão nacional de folclore.

Coincidentemente o primeiro texto de Figueiredo Filho referenciado nesses boletins bibliográficos aponta para necessidade de introduzir essa região em determinado mapa. É necessário que lembremos que em 1953 ocorriam os festejos de comemoração do centenário da cidade do Crato, e era de interesse desse intelectual que tais festividades ganhassem uma dimensão “nacional”. Foi por intermédio da fundação do Instituto Cultural do Cariri, também fundada em 1953, que essas propostas ganharam terreno. No entanto, a *Revista Itaytera*¹⁹⁰, principal veículo de divulgação dos trabalhos folclóricos de Figueiredo Filho, como também já discutido no capítulo anterior, só seria criada dois anos depois, em 1955, o que não impediu que o folclorista cariense anunciasse e relatasse as movimentações em torno desse centenário em importantes jornais de várias partes do Brasil e mais importante para nossa análise, que seu trabalho fosse referenciado nos boletins da Comissão Nacional de Folclore.

Ao tomarmos conhecimento do calendário folclórico presente nessas comemorações¹⁹¹, é possível interpretar o título do texto de Figueiredo Filho como uma chamada àqueles instantes de exibição dos folguedos populares da região, isso porque a dimensão “folclórica” de tais eventos além de chamar atenção do público em geral, convidaria também autoridades locais e mesmo nacionais a se fazerem presentes naqueles momentos. Foi exatamente isso o que ocorreu.

¹⁹⁰ Como discutido no capítulo anterior, a *Revista Itaytera* foi durante os quarenta e cinco anos de sua circulação o principal meio divulgador das ações realizadas pelos intelectuais pertencentes ao Instituto Cultural do Cariri - ICC. Sua primeira publicação ocorreu em março de 1955, com uma tiragem de setecentos exemplares. Diferentes patrocinadores, dentre eles a Prefeitura Municipal do Crato, foram responsáveis pela sua manutenção durante todos esses anos. Um aspecto importante sobre as questões que aqui buscamos analisar é que a sessão de Folclore da referida revista só foi instalada em 1973 ao tempo em que Figueiredo Filho estava deixando o instituto, o que parece ser sintomático a respeito do espaço de estudos construído durante anos por este intelectual. VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: Memória**, escrita da história e representações da cidade. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011, p. 53 – 56.

¹⁹¹ A partir da matéria do jornal *O Povo* de 15 de outubro de 1953, Figueiredo Filho descreve alguns dos grupos que estiveram presentes em tais comemorações: “[...] ‘bumba meu boi’, ‘música de couro’, ‘corrida dos cambiteiros’, ‘maneiro-pau’, ‘baião’ e noutros folguedos populares secularmente tradicionais e que, agora, [...] estão sendo levados a efeito, em plenas ruas movimentadas da Crato atual, para deleite de quantos se encontrarem presentemente na Princesa do Cariri”. VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: Memória**, escrita da história e representações da cidade. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011, p. 112.

Em nota bibliográfica de outubro deste ano, mesmo mês em que foram realizadas as festividades ao Centenário do Crato, outro artigo de Figueiredo Filho sobre esses eventos festivos é referenciado pela Comissão Nacional de Folclore¹⁹². É bastante provável que ao contrário do texto referenciado em julho, que tentava “prever” como ocorreriam esses eventos folclóricos, o segundo artigo seja um resumo do que havia ocorrido naquela cidade. Além desta referência havia outra em que Figueiredo Filho se propunha tratar de determinadas “festas folclóricas”, bem como da ocorrência de rodeios e vaquejadas na cidade do Crato. Estas últimas farão parte de seu repertório de preocupações em *O Folclore no Cariri*.

Um ano depois, em junho de 1954, Figueiredo Filho volta novamente a figurar nos boletins da Comissão Nacional de Folclore falando das festividades de aniversário do Crato.¹⁹³ Nesses textos a que tivemos contato direto para a elaboração de nosso segundo capítulo, os folguedos populares são os grandes protagonistas, principalmente as inúmeras Bandas Cabaçais cratenses. No entanto, voltando às questões presentes nos boletins, um aspecto específico merece questionamento: porque esses textos foram referenciados um ano depois da ocorrência de tais festividades? Teria essa ação relação direta com o IV Aniversário de São Paulo, em que certa Banda Cabaçal cratense acabou não indo? Acreditamos que sim. Neste sentido, torna-se necessário lembrar também que em março desse mesmo ano Figueiredo Filho enviou uma correspondência a Henriqueta Galeno defendendo o envio de tal banda cratense em detrimento do Bumba-Meu-Boi de Juazeiro do Norte.

Voltando à nota bibliográfica de outubro de 1953, além da menção aos escritos de Figueiredo Filho, havia a referência a um texto de Gilberto Freyre sobre o Bumba-meu-boi¹⁹⁴, um dos folguedos populares mais explorados pelo movimento

¹⁹² FIGUEIREDO FILHO, J. de. Festas Folclóricas, Vaquejadas e Rodeios na Metrópole de Cariri. **O Povo**, Fortaleza, 11 ago. 1953. Nota bibliográfica nº 70. Out. 1953. Pasta 1953. Boletins 62 – 73 [3]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

¹⁹³ FIGUEIREDO FILHO, J. de. Festas folclóricas do Centenário de Crato II. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 maio 1954. Nota bibliográfica junho de 1954. Pasta: 1954/Boletins 74 - 85[2]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

¹⁹⁴ FREYRE, Gilberto. Nota bibliográfica n. 70. Out. 1953. Bumba-meu-boi. **O Jornal**, Caxangá, 30 ago. 1953. Pasta 1953. Boletins 62 – 73 [3]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais. Pasta: 1968. Boletins 242 – 252 [2] (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

folclórico brasileiro. Dividir o espaço em tais boletins com figuras como Freyre, por exemplo, não significava como iremos acompanhar logo a seguir, que dentro daquele campo os dois folcloristas tivessem o mesmo “valor”. O segundo tinha se consagrado em vários espaços intelectuais e suas participações aqui não se restringiam apenas à citação de uma referência bibliográfica. Já ao primeiro cabia, em grande medida, apenas a função de informante. Pelo menos até certo ponto de vista.

Neste sentido, a respeito das regras de legitimação desse campo e tendo como base o conjunto documental analisado, é possível afirmar que para além de um lugar quase invisível exercido por determinados intelectuais (que periodicamente enviavam suas produções para os boletins da Comissão Nacional de Folclore) havia a organização de espaços privilegiados devidamente ocupados por figuras de renome nacional como Cecília Meireles, Câmara Cascudo, Theo Brandão e Gilberto Freyre, por exemplo. Estes, e seus consequentes estudos, são evocados constantemente para que se declarasse o sucesso do movimento folclórico brasileiro. A aparente democracia presente na organização “alfabética” desses boletins não consegue esconder totalmente as hierarquizações dentro das escolhas de que lugar cada folclorista teria nessa configuração. Isso pode ser observado, por exemplo, quando analisamos o item *Notas diversas* desses boletins, nas quais eram noticiados eventos folclóricos, lançamentos de livros, premiações, reuniões com políticos influentes no cenário nacional, uma infinidade de aspectos que permitiam mais claramente que essas “zonas de interesse” se tornassem mais evidentes.

No entanto, não é nossa intenção afirmar que o papel que aqui denominamos de “informantes” esteja circunscrito apenas às referências alfabéticas dos boletins bibliográficos: várias são as ocasiões em que as ações de Figueiredo Filho, por exemplo, são citadas nesses boletins, não sabemos se por iniciativa dele ou dos próprios organizadores desses periódicos. O que estamos defendendo aqui é que dentro dessa configuração as regras de estabelecimento dos respectivos espaços se conectavam ao sucesso (ou não) desses sujeitos em outros campos de produção discursiva.

Nessa linha, nos chama atenção a produção de um discurso por parte dos organizadores do movimento folclórico de que “qualquer” estudioso podia contribuir

com a construção do inventário do folclore nacional”¹⁹⁵, no entanto, como já anunciado, existia uma clara hierarquia na composição do quadro desses colaboradores. Os intelectuais inseridos nos grandes centros de produção intelectual como Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, e que possuíam a esse tempo grande projeção nacional, isto é, “capital simbólico”¹⁹⁶ suficiente, reproduziam esse privilégio entre as páginas daqueles boletins. A “qualquer um” era reservada a possibilidade de envio de seus trabalhos, no entanto, a oportunidade que suas pesquisas e projetos ganhassem destaque restringia consideravelmente essa possibilidade de democratização.

Assim como já anunciado, os textos sobre o Cariri cearense divulgados pelo movimento folclórico brasileiro, principalmente na segunda metade da década de 1950, darão conta do repertório das ações iniciais no campo folclórico realizadas pelo Instituto Cultural do Cariri - ICC, na figura do já conhecido Figueiredo Filho. Com frequência os artigos publicados nos números anuais da *Revista Itaytera* eram encaminhados para jornais de grande circulação, principalmente os da capital cearense ou pernambucana¹⁹⁷, no intuito de fazer circular suas ações e projetos. Essa ação relaciona-se diretamente com a necessidade que a revista tinha em propagar determinadas representações sobre sua região e, para essa circulação se tornar mais efetiva tais enunciados não poderiam ficar circunscritos aos círculos de “especialistas”. Tornava-se necessário fazê-los literalmente circular.

No contexto nacional o processo de consolidação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, ocorrido a partir de 1958, se arquiteta na preocupação em

¹⁹⁵ Essa informação está contida na *Revista Brasileira de Folclore*, n. 19, de 1967 e se refere especificamente à *Bibliografia do Folclore Brasileiro*, uma espécie de “arquivo geral” da cultura popular nacional então elaborada pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e na qual “Tôda literatura (em livros, folhetos, artigos de jornal e revistas) sôbre Folclore deverá ser incluída”. Analisando as informações contidas nessa revista, é bastante vaga e pouco esclarecedora a relação entre essa bibliografia e os boletins bibliográficos e noticiosos da CNFL. No entanto, a explicação do modo como funcionaria esse projeto nos ajuda a entender como se organizava o processo de envio dos trabalhos para os respectivos boletins: “As Comissões Estaduais de Folclore poderão servir como intermediários e orientadores desta coleta de material bibliográfico e os <autores dos resumos> bibliográficos poderão dirigir-se a elas”. Essa afirmativa nos faz imaginar que também sobre os boletins bibliográficos ocorria o mesmo, que haveria uma intermediação das comissões estaduais na escolha de que material poderia ou não ser referenciado ou mesmo na decisão de que interlocutores eram mais “interessantes” para aquela publicação periódica.

¹⁹⁶ Ver: Bourdieu, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

¹⁹⁷ O jornal pernambucano *Diário de Pernambuco* e o cearense *O Povo*, foram os dois mais importantes veículos de publicação de seus trabalhos sobre a temática folclórica. Neste sentido, a extensa quantidade de textos publicados nesses jornais no decorrer de vinte anos nos leva a concluir que Figueiredo Filho era correspondente ativo destes dois veículos comunicativos.

organizar uma rede ampla de informantes¹⁹⁸. Dessa forma, tal rede aumentaria ainda mais a dimensão nacional desse movimento, justificando seu papel dentro das políticas de estado. É nesse processo que os boletins bibliográficos e noticiosos publicados mensalmente ganharão tanto relevo para o movimento folclórico: “[...] O recenseamento da bibliografia do nosso folclore vem sendo feito de maneira regular, há vinte anos, pelo IBECC/Comissão Nacional de Folclore, com a publicação do **Boletim Mensal Bibliográfico e Noticioso**, com 236 entregas”.¹⁹⁹ Essa catalogação não é apenas o “apanhado” de uma bibliografia folclórica nacional, é, em grande medida, o resultado da própria maquinaria daquele movimento.

Explorando alguns aspectos desses boletins, o número de setembro/dezembro de 1967 da *Revista Brasileira de Folclore* indica que nos primeiros anos de sua existência, esses desempenhavam a função de um “simples registro, quase sem valor bibliográfico, pela falta de dados indispensáveis para a perfeita identificação dos trabalhos registrados”²⁰⁰. No entanto, na altura da confecção daquele número, parte da problemática teria sido resolvida, muito provavelmente porque, com a dimensão governamental da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, a estrutura organizacional daquele movimento iria requerer um cuidado maior com os seus canais de produção discursiva.

Como observado no nosso primeiro capítulo, nas correspondências trocadas entre Renato Almeida e os Secretários Gerais das comissões estaduais, é possível perceber as negociações em torno da ampliação das redes de colaboradores

¹⁹⁸ A organização dessa rede de colaboradores orquestrada pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, a qual Rodolfo Vilhena (1997, p. 99) chama de “um grande *network* de folcloristas” pode ser observada a partir de vários ângulos. O mais significativo desse tempo foi a organização de eventos periódicos (semanas e congressos de folclore, por exemplo), que além de possibilitarem trocas de experiências entre seus participantes, os aproximariam de alguns bens culturais ali expostos e por último, se constituíam como uma boa oportunidade de estreitar laços com os governos estaduais e com o público em geral. Neste sentido também, a partir de 1963, a *Revista Brasileira de Folclore* se apresentara também com um espaço importante para compartilhamento de ideias e de ações entre esses membros. Infelizmente sozinhos os boletins bibliográficos e noticiosos da Comissão Nacional de Folclore não possibilitam problematizar de modo mais ampliado as negociações em torno de como se dariam essas publicações, de que maneira essas colchas de retalhos iam ganhando sentido dentro do projeto de fortalecimento do movimento folclórico brasileiro. Só se torna possível compreender a relação entre tais boletins e esse projeto maior se lhe entrelaçarmos com as outras ações orquestradas pelo MFB. Ver: VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão: O movimento folclórico brasileiro (1947 – 1964)**. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 99.

¹⁹⁹ **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 19, set./nov. 1967. Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (Arquivo pessoal).

²⁰⁰ O texto cita uma “Bibliografia do Folclore Brasileiro” o que nos confunde sobre a possibilidade de que eles estejam se referindo especificamente aos boletins bibliográficos e noticiosos. Não há clareza sobre esse aspecto. Ver: **Revista Brasileira de Folclore**. v. 7 n. 19. set/dez. 1967, p. 291. Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (Acervo pessoal).

daquele movimento. Para tanto, a periodicidade e organicidade dos boletins bibliográficos e noticiosos tornava-se fator importante. Tais fragmentos já demonstravam seu alcance por serem resultados, em grande medida, de textos enviados anteriormente a veículos comunicativos de circulação ampliada. A frequência da publicação, o número de informantes envolvidos, bem como a diversidade de aspectos explorados, principalmente os que se debruçavam sobre o tema dos Folguedos Populares, contribuíam para o discurso de fortalecimento daquele movimento, que desde o início almejava, e a esse tempo consegue, sua institucionalização. Sem o engajamento de expressivo contingente intelectual esse objetivo se via ameaçado²⁰¹.

Sobre alguns dos textos a que essas referências se vinculam, principalmente os que eram publicados nos *Documentos* da Comissão Nacional de Folclore, Rodolfo Vilhena (1997)²⁰², afirma que metodologicamente a maior parte dos

²⁰¹ Sobre o modo como esse contingente intelectual era mobilizado a documentação a que tivemos contato deixa muito a desejar. No entanto, é possível estabelecer algumas conclusões. Primeiramente, torna-se inevitável relacionar essa participação, seja ela constante ou esporádica, com o tipo de vinculação desses intelectuais dentro das comissões a que eles faziam parte. Como a temática dos Folguedos Populares foi o carro-chefe da preocupação dos membros da Comissão Nacional de Folclore, as comissões estaduais tanto devem ter incentivado quanto valorizado o envio dos textos que tocavam diretamente sobre essa temática. Neste sentido e ao que tudo indica, eram essas comissões que faziam a intermediação entre os intelectuais (e seus textos) e os boletins bibliográficos e noticiosos da Comissão Nacional de Folclore. O folclorista Valdemar Cavalcanti, em texto já mencionado aqui, afirma que a tiragem desse material era bastante restrita e sua circulação era em “círculo estreito”, o que permite concluirmos que ela era prioritariamente um veículo de ordenamento e de controle das ações empreendidas pelos diferentes membros daquele grupo. Ver: **Revista brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, v 10. Nº 26. jan./abr. 1970. Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (Arquivo pessoal).

²⁰² Ao analisarmos a discussão feita por Rodolfo Vilhena (1997) não conseguimos ter certeza se os textos a que ele se refere tratam-se dos mesmos cuja referências eram divulgadas nos boletins bibliográficos da Comissão Nacional de Folclore. Ele chama o espaço onde esses textos eram publicados de *Documentos* e afirma: “No plano da pesquisa, a série dos *Documentos da CNFL*, publicada por aquela comissão é onde melhor podemos constatar essa arregimentação destruída nas várias regiões brasileiras”. Nesse sentido, a necessidade de produção escrita foi um fator importante para a aproximação entre esses mais distantes colaboradores tornando essa estrutura cada vez mais ramificada. O autor ainda afirma que em ritmo relativamente irregular esses documentos eram mimeografados e distribuídos para todo o país. De natureza diversa, eles iam desde documentos produzidos nos encontros folclóricos, passando por atas das reuniões da Comissão Nacional de Folclore e textos escritos por folcloristas conhecidos nacional e internacionalmente. No entanto, 47% da produção veiculada àquela série teria, de acordo com o autor, sido realizada por folcloristas pertencentes às comissões estaduais de folclore: “Através deles, podemos ter acesso à periferia extrema da extensa network organizada pela CNFL” (VILHENA, 1997, 177). Sobre como eram organizados esses textos, Vilhena afirma que eram muito curtos, não passando em muitas ocasiões, de três laudas datilografadas “nas quais o autor dos mesmos por vezes apenas registra alguns versos que coletou, uma festa a que assistiu, uma ‘crendice’ da qual tem informações, um conjunto de ditados populares que recolheu” (VILHENA, 1997, p. 178). Com base nessas informações, Vilhena conclui então que a maior parte desses trabalhos não tinha “peso” científico suficiente, eles eram mais relatos e descrições do que propriamente trabalho analíticos. Ver: VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão: O movimento folclórico brasileiro (1947 – 1964)**. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

trabalhos publicados não pretendia fomentar conclusões inovadoras, mas informações “subsidiárias” sobre determinado tema. Para demonstrar tal argumentação ele indica o uso comum do termo *achega* entre os títulos dos trabalhos publicados²⁰³

A afirmativa de Rodolfo Vilhena (1997) nos leva a reflexão sobre a certa precariedade metodológica dos trabalhos divulgados nos boletins bibliográficos e noticiosos da CNFL, aspecto criticado também no número da Revista Brasileira de Folclore apresentado há pouco. Tal situação será redefinida quando da criação da agência governamental, em 1958. Acompanharemos, a partir de então, uma busca por legitimidade científica. Neste sentido, é frequente nas escritas de Renato Almeida e Edison Carneiro, bem como nas dos Secretários Gerais das comissões estaduais, um apelo em favor da necessidade de que o campo folclórico ficasse cada dia mais próximo de se tornar uma ciência folclórica academicamente reconhecida²⁰⁴.

No que concerne à preocupação de Figueiredo Filho em afirmar que estava se empenhando em fazer parte do repertório das ações da Comissão Nacional de Folclore, podemos observar esse aspecto, assim como já demonstrado em capítulo anterior, quando do envio de correspondências endereçadas a Renato Almeida e à Primeira Secretária Geral da Comissão Cearense de Folclore, Henriqueta Galeno, nas quais o cratense fez questão de declarar o que sua cidade tinha: o que aqueles intelectuais procuravam.²⁰⁵

²⁰³ Para descrever o perfil dessas publicações, Rodolfo Vilhena se utiliza de um termo bastante utilizado pelos próprios folcloristas: *achega*. Esse termo é utilizado pelo autor para demonstrar o quanto “simplórios” eram os escritos desses intelectuais, não havendo a pretensão por parte dos mesmos de “apresentar hipóteses gerais ou teorias conclusivas, mas apenas fornecer contribuições subsidiárias a um problema”. Idem, pág. 178.

²⁰⁴ Neste sentido, no texto *Folclore do Cotidiano* de Edison Carneiro é possível perceber a preocupação do folclorista baiano para que a pesquisa folclórica se tornasse mais metodológica e menos diletante e superficial: “Em geral os nossos folcloristas interessam-se apenas por estudar os fenômenos em si, sem tentar estudá-los, se e quando o podem fazer, nas suas relações com outros fenômenos sociais e culturais”. Logo em seguida e tratando sobre outro assunto, Edison Carneiro evoca a região do Cariri cearense. Esse é um aspecto que trabalharemos no final do nosso capítulo. CARNEIRO (Edison), - O Folclore do Cotidiano, em “Diário de Notícias, Rio, de 18/12/60 (Doc. 461, de 14/3/61, da CNFL. **Nota bibliográfica n. 160.** Abr. 1961. Pasta 1961/Boletins 1958 – 1969 [10] Serie **Boletins bibliográficos.** Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²⁰⁵ Como exemplo dessa busca pela aproximação entre o Crato e o Rio de Janeiro, damos como exemplo a correspondência de 12 de novembro de 1957 enviada por Figueiredo Filho em resposta à outra endereçada a ele pelo na época Secretário da Comissão Nacional de Folclore, Renato Almeida, em 29 de outubro daquele mesmo ano. Tal correspondência já foi analisada em nosso segundo capítulo quando tratamos da inserção do Cariri cearense nos eventos produzidos pelo movimento folclórico brasileiro. É nesta correspondência que Figueiredo Filho apresenta alguns folguedos

Nesse contexto de busca por inserção, *Milindô*²⁰⁶, *Dança Popular do Rico Folclore caririense* é o título do texto divulgado nos boletins de fevereiro de 1957, março de 1958 e no boletim geral de 1957 que havia sido publicado em diferentes jornais do Ceará, de Pernambuco e de Minas Gerais poucos meses antes. Com a mesma temática, mas com uma pequena modificação no título, também é referenciado no boletim de abril de 1957 outro artigo de Figueiredo Filho, este publicado em um jornal da cidade de Porto Alegre. O mesmo tema, quatro jornais diferentes. Apesar de falar desse gênero do coco aparentemente quase desaparecido das terras caririenses, Figueiredo Filho chama logo atenção a respeito da “riqueza” do local de onde o mesmo provinha.

Relembrando o título do texto de Francisco de Vasconcellos que abriu este capítulo, se o Cariri era o centro do Folclore nordestino, título “parcialmente” repetido em outra publicação de Figueiredo anos depois,²⁰⁷ nada mais apropriado do que falar do coco, elemento cultural tão importante para a construção discursiva/territorial sobre essa região.

caririenses, a exemplo do Milindô, do Maneiro Pau e das Bandas Cabaçais, além de propagar o papel desempenhado pelo Instituto Cultural do Cariri, que em dezembro daquele ano promoveria uma Semana de Cultura com participação direta desses grupos culturais. Sobre a atuação do ICC, Figueiredo Filho lhe envia os últimos dois números de sua *Revista Itaytera*. Havia um compromisso dele de enviar posteriormente fotografias sobre os elementos descritos, o que só torna evidente, como já problematizado em páginas anteriores, que a iniciativa de fortalecer o laço entre o ICC e a Comissão Nacional de Folclore se deu por iniciativa direta de Figueiredo Filho e de seu discurso de promoção dos folguedos regionais, ou pelo menos cratenses. Nessa correspondência ele já anunciava sua empreitada na publicação de artigos sobre tais manifestações em jornais importantes como o pernambucano *Diário de Pernambuco*, por exemplo.

²⁰⁶ A descrição do Milindô feita por José de Figueiredo Filho em texto publicado integralmente pela Comissão Nacional de Folclore se inicia com o seu enquadramento enquanto uma dança de roda do gênero “coco”, com, no entanto, algumas especificidades: “No coco é de praxe só haver um tirador de versos, enquanto todos os outros dançadores entoam o estribilho em coro e muitas vezes batendo palmas. No Milindô cada componente do folguedo pode tirar seus versos, de sua própria composição ou de qualquer cantador popular”. Nesse folguedo não há acompanhamento de nenhum instrumento musical. Continuando sua descrição, Figueiredo Filho afirma que na casa de uma senhora de nome Joana Matias, sua principal referência sobre aquela prática na zona rural cratense (ela residia no sítio Lameiro), apenas dançavam mulheres, o que ele defende ser prática comum em outros locais. O intelectual cratense anuncia ainda que aquela “função” teria praticamente deixado de existir no Crato, o que não impediu, no entanto, que Joana Matias se prontificasse a citar versos com respectiva toada, dançado em sua presença e por fim, ela mesma contou-lhe casos interessantes sobre aquela função que teriam se espalhado em toda a zona rural caririense. Dando prosseguimento, ele afirma: “Na ocasião em que se canta o estribilho em obro, os pares despregam-se da roda em movimento e dão uma volta completa”. Um aspecto importante sobre o Milindô e que nos ajuda a refletir a respeito do interesse de Figueiredo Filho em divulgá-lo no circuito nacional, é a referência à sua pretensa herança africana. Fonte de interesse das duas principais figuras daquele movimento. Ver: MILINDÔ, *Dança Popular do Rico Folclore caririense*. Pasta: 1957\Documentos 362 – 388 [1] (Acervo da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²⁰⁷ Estamos nos referindo ao texto *Crato, Centro de Folclore* publicado no jornal *O Povo* em 3 de março de 1960 e referenciado no boletim bibliográfico e noticioso de junho de 1960.

Neste sentido, o coco, o samba e toda uma variedade de manifestações traduzidas como integrantes da cultura negra no Brasil eram fontes de interesses de Renato Almeida e Edison Carneiro²⁰⁸, as duas figuras mais proeminentes dentro movimento folclórico brasileiro que a partir de 1958 tem um de seus maiores objetivos alcançados com a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. O Milindô, enquanto gênero do coco, com sua dimensão teatral, cênica e ao mesmo tempo rural, reportando a esse “Brasil profundo” chamaria, sem dúvida, a atenção das mais importantes figuras do campo folclórico nacional, o que aconteceu, como veremos mais a diante, com o rio-grandense Câmara Cascudo.

Ao contrário dos fragmentos que observamos até aqui e dos que ainda vamos nos reportar, em 3 de dezembro de 1957 encontramos um texto de Figueiredo Filho pertencente aos arquivos da Comissão Nacional de Folclore. O título é o mesmo das referências apresentadas²⁰⁹ e nele o intelectual cratense fez uma apresentação panorâmica daquele gênero do coco encontrado em terras cariarienses. Assim como observamos em muitos relatos desse tipo²¹⁰ a descrição do Milindô é entremeada pela própria preocupação de Figueiredo Filho em pensar a sua infância. O espaço é

²⁰⁸ Um exemplo do interesse desses intelectuais sobre a temática do samba e as diferentes variações dessa manifestação da cultura negra em todo Brasil pode ser observado quando analisamos o texto de Edison Carneiro cujo título é *Plano de pesquisa do Samba*, publicado pela Comissão Nacional de Folclore em 9 de outubro de 1959, em que, entre outras coisas, ele apresenta a necessidade de que a pesquisa sobre essa temática possuísse a preocupação com determinados ângulos como os “étnicos (e mesmo etnográficos), sociológicos e antropológicos” por exemplo. Além disso, o autor discute alguns parâmetros metodológicos e técnicos que devem ser empregados no campo quando da análise desse elemento cultural. O momento do texto que mais nos instigou foi quando Edison Carneiro fez uma explanação geográfica a respeito da ocorrência dessa prática em vários estados brasileiros: “Haverá, possivelmente, formas de samba (coco) em Pernambuco, na Paraíba, no Ceará, no Piauí. Mas onde, exatamente? Em que municípios?” questiona o folclorista baiano. Dando prosseguimento, ele afirma que o coco alagoano “oferece alguns enigmas que podem ser a chave para a solução de problemas que teremos de encontrar nas demais áreas”. Principalmente por ocasião das “figurações novas” dele decorrentes. Isso nos faz lembrar o que afirmou Figueiredo Filho no seu texto sobre “Milindô” em que faz uma associação entre a ocorrência desse folguedo no Cariri cearense e uma possível origem no estado de Alagoas. Continuando, o folclorista baiano coloca a necessidade de que antes de iniciar a pesquisa, fosse feita uma viagem de reconhecimento desses estados ou que se solicitassem informações precisas das comissões estaduais de folclore ou a outros especialistas. Ou mesmo que ocorresse as duas coisas ao mesmo tempo.

²⁰⁹ Ver: MILINDÔ, Dança Popular do Rico Folclore cariariense. Pasta: 1957\Documentos 362 – 388 [1] (Acervo da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²¹⁰ Sobre o papel que essas lembranças de infância tiveram na escrita de muitos folcloristas, Rodolfo Vilhena afirma que ao gosto pelo que ele chama de “descrições minuciosas”, não havia a preocupação por parte dos folcloristas em dar referências exatas sobre o que fora coletado, ou não há por parte do pesquisador a preocupação em responder “onde, quando e como testemunhou os eventos que descreve”. Para Vilhena, a maior parte desses relatos não passa de lembranças de infância. Ver: VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão: O movimento folclórico brasileiro (1947 – 1964)**. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 180.

o sítio Lameiro. Aparentemente lugar onde sua família possuía uma propriedade, daí os primeiros anos de sua vida serem tão claramente acionados em tal narrativa.²¹¹

No final da descrição dos elementos básicos daquele coco, há uma tentativa de justificar o porquê de seu interesse pelos assuntos dos Folguedos Populares: “Todos esses folguedos bonitos e inocentes estão a desaparecer do cenário sertanejo com a civilização que penetra no interior. Rádios e amplificadoras de som são agora que ditam a música preferida do povo.”²¹² No entanto e como já colocado, além da preocupação com a significância trazida pela modernidade, há necessidade de apresentar material suficiente que se adequasse às preocupações básicas do movimento folclórico brasileiro ao tempo em que servisse de vitrine para a aparição do Cariri cearense nesse movimento. Neste sentido, divulgar o milindô se tornava uma boa estratégia de valorização regionalidade folclórica caririense.

A opção por problematizar aqui esse texto em meio às referências presentes nos boletins bibliográficos e noticiosos se dá principalmente porque muitos dos enunciados nele expostos estarão presentes na obra que é a síntese dessa preocupação de Figueiredo Filho com os Folguedos Populares: *O Folclore no Cariri*. Divulgar esse elemento cultural, tanto por intermédio das referências presentes nesses boletins, quanto por intermédio do texto completo para a comissão nacional de folclore e, por último, dar a esse tema um lugar especial na referida obra, nos permite pensar que o trabalho de Figueiredo Filho cumpria alguns de seus principais objetivos.

Essa busca pelo sentido “prestigioso” de seu esforço intelectual e das manifestações pelas quais sua escrita se debruçava pode ser percebida quando, por exemplo, a respeito do texto apresentado, é valorizada a pretensa leitura feita por Câmara Cascudo nos jornais *O Povo* e *Diário de Pernambuco*. Neste sentido, o resgate memorialístico daquela prática teria lhe surgido quando, narrando para a imprensa as festividades folclóricas de 1953 (as mesmas que são referidas como

²¹¹ O resgate memorialístico daquela prática teria lhe surgido quando, narrando para a imprensa as festividades folclóricas de 1953 (as mesmas que são referidas como encorajadoras de suas ações no âmbito folclórico), ouviu de alguém sobre a necessidade de falar daquela dança que, por motivos não esclarecidos no texto, não iria ser exibida em tais festividades, mesmo considerada por Figueiredo Filho um dos “folguedos bem caririenses”, isto é, bem representativos de sua identidade territorial. Ver: MILINDÔ, Dança Popular do Rico Folclore caririense. Pasta: 1957\Documentos 362 – 388 [1] (Acervo da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²¹² Ver: MILINDÔ, Dança Popular do Rico Folclore caririense. Pasta: 1957\Documentos 362 – 388 [1] (Acervo da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

encorajadoras de suas ações no âmbito folclórico), ouviu de alguém sobre a necessidade de falar daquela dança, considerada por Figueiredo Filho um dos “folguedos bem caririenses”,²¹³ isto é, bem representativos de sua identidade territorial.

Um aspecto importante no texto sobre o Milindô, já debatido em outros contextos e que devemos explorar mais adiante, é a negação da associação dessa dança com qualquer herança romeira, com qualquer associação com a cidade de Juazeiro do Norte, o que também já foi demonstrado quando da escolha da Banda Cabaçal cratense para as festividades do centenário da cidade de São Paulo, em 1954: “[...] tal função nos chegou das Alagoas, foi muito antes da corrente imigratória, vinda para Juazeiro do Norte, atraída pelo Pe. Cícero Romão Batista.²¹⁴ Afastar o Milindô para o passado mais longínquo, anterior significa relacioná-lo ao processo de colonização canavieira daquela região, um passado bem mais glorioso para os incentivadores de sua escrita folclórica.

No mesmo boletim em que encontramos um dos textos de Figueiredo Filho sobre o Milindô há a referência a um texto do folclorista Mauricio Theophilo Ottoni²¹⁵ cujo título genérico *Folclore no Vale do Cariri*²¹⁶ não nos permite conhecer os caminhos trilhados por este autor. Esse não é o único texto de Theophilo Ottoni divulgado em tal boletim. Em outro ele tratava da relação Geografia e Folclore, dimensão fundamental para a produção desse Cariri cultural. Esse mesmo intelectual tinha no boletim de agosto daquele ano divulgado um artigo seu cujo título subjetivo *Folclore no Vale do Cariri: a mão, o homem e o folclore*²¹⁷, fora publicado

²¹³Idem.

²¹⁴ Ver: MILINDÔ, Dança Popular do Rico Folclore caririense. Pasta: 1957\Documentos 362 – 388 [1] (Acervo da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²¹⁵ Mesmo fazendo várias pesquisas, não conseguimos encontrar informações concretas sobre a trajetória pessoal e acadêmica do referido folclorista. Nos arquivos digitais do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular encontramos alguns textos de sua autoria cujos títulos são *Umbanda e Folclore* e *Folclore e a psicanálise*. Os dois artigos foram publicados no jornal *O Estado de S. Paulo* em 2 de março e 20 de abril de 1958, respectivamente.

²¹⁶ OTTINI (Mauricio Theófilo B.) - Estética e Idiomática do Folclore: Pintura e Folclore; Geografia do Folclore; Folclore no Vale do Cariri, os três primeiros em “O Estado de S. Paulo”, respectivamente de 2, 9 e 23/2/58 e o último em “O Povo”, de Fortaleza, de 23/1/58. **Nota bibliográfica n. 123.** Mar. 1958. Pasta 1958/ Boletins 122- 133 [1]. Serie **Boletins bibliográficos.** Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²¹⁷ OTTINI (Mauricio Theófilo B.) Folclore no Vale do Cariri; A mão, o Homem, e o Folclore, em “O Estado de S. Paulo”, respectivamente, de 1 e 15 – 12- 57. Nota bibliográfica nº 121. Jan. 1958. Pasta: 1958. Boletins 122 – 133 [1]. Serie **Boletins bibliográficos.** Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

primeiramente no jornal *O Estado de S. Paulo*. No conjunto de documentos analisados não foi possível encontrar qualquer indício mais evidente que desse conta do diálogo entre esse intelectual e J. de Figueiredo Filho.

No mesmo boletim em que eram referenciados os textos de Ottoni e Figueiredo Filho encontramos no item *Notas diversas* a seguinte notícia: “Na semana de cultura, do Instituto Cultural do Cariri houve um festival folclórico, com a exibição de vários e interessantes folguedos locais”.²¹⁸ A ocasião do encontro entre esses três fragmentos nos leva a questionar sobre como eram eleitas as referências e as notícias veiculadas em tais boletins e se elas teciam relações com os trabalhos referenciados nas notas bibliográficas.

O que será constante na maior parte das notícias em que o Cariri cearense aparece nesses boletins é a preocupação em valorizar e legitimar o trabalho executado pelo Instituto Cultural do Cariri - ICC. A vontade de fazer referência ao trabalho desse instituto, sua revista e seu principal divulgador aparecerá novamente no boletim bibliográfico da Comissão Nacional de Folclore, de março de 1959:

No último número de Itaytera, órgão do Instituto Cultural do Cariri, (Ano IV, n) IV) há um interessante artigo do Sr. J. de Figueiredo Filho, sobre o folclore caririense, de que aquele Instituto vem cuidando com desvelo, incentivando os folguedos da região e dando conta de vários deles realizados no ano passado.²¹⁹

A nota não possui autoria. Aparentemente foi produzida por algum membro da Comissão Nacional de Folclore. No entanto, poderia muito bem ser um texto escrito pelo próprio Figueiredo Filho e enviado para ser publicado por aquela comissão pela dimensão propagandística impressa. Novamente, a preocupação em citar o termo “folgado” surge como um recurso importante para a convocação dos laços, das aproximações entre as duas instituições. Como anunciado há pouco, este trecho também torna evidente uma das mais importantes hipóteses que viemos trabalhando desde no primeiro capítulo: o Cariri cearense circulava dentro do movimento folclórico brasileiro por meio da produção de discursos sobre a existência de

²¹⁸ **Nota bibliográfica n. 123.** Mar. 1958. Pasta 1958/ Boletins 122- 133 [1]. Serie **Boletins bibliográficos.** Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²¹⁹ Nota bibliográfica nº 135. Mar. 1959. Pasta 1959\Boletins 134- 145 [1]. Serie **Boletins bibliográficos.** Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

folguedos populares suficientemente interessantes para aquele campo em vias de se estabelecer.

A Comissão Nacional de Folclore voltou a mencionar a temática dos folguedos populares caririenses quando em novembro de 1961 divulgava outro trabalho de Figueiredo Filho, *Raízes do Reinado*²²⁰ no Cariri cearense²²¹, este então publicado a priori no carioca “*O Jornal do Comércio*”. O uso do termo “raízes” dispensa maiores comentários, no entanto, é necessário afirmar que em *O Folclore no Cariri*, publicado no ano posterior, a associação entre essa palavra e a construção etnográfica e histórica dos grupos culturais caririenses foi o elemento central.

Pensando esses diversos enunciados de maneira geral, uma possível divisão deles poderia ser estabelecida entre os que “seduzem” pela referência a um determinado grupo cultural da região e os que nos chamam a uma valorização direta do espaço ora caririense/cratense. É o que ocorreu no boletim de junho de 1960, que entre a anúnciação do I Festival Cearense de Folclore que aconteceria na capital cearense durante aquele mês, é citado outro artigo de Figueiredo Filho, cujo título *Crato, Centro de Folclore* seria publicado em 3 de setembro de 1960.²²² Novamente, esse título simples e objetivo, resume toda as propostas dos demais: Centro do Folclore, aproximando-se do título do texto de Francisco de Vasconcelos que abriu nosso capítulo. Esse lugar comum e privilegiado se repetiu no boletim de novembro de 1963, *A Riqueza folclórica do Crato*, cujo texto foi publicado no jornal *Tribuna do Ceará*, em setembro de 1963.²²³

Outro fator que parecia contribuir para a participação do Cariri no campo folclórico nacional é a produção de discursos de proximidade com determinados personagens cujo “capital simbólico” era mais expressivo. É o que aparece no

²²⁰ Acreditamos que por conta de um erro de digitação temos a palavra Reinado no lugar da palavra “Reisado”.

²²¹ FIGUEIREDO FILHO, J. de. Raízes do Reinado no Cariri cearense. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 1 out. 1961. Nota Bibliográfica n. 167. Nov. 1961. Pasta 1961\ Boletins 158 – 169 [1]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²²² FIGUEIREDO FILHO (J. DE) – Crato, Centro de Folclore, em “O Povo” Ceará, de 3/9/60. **Nota Bibliográfica nº 150**. Jun. 1969. Pasta 1960. Boletins de 145 a 156. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²²³ FIGUEIREDO FILHO (J. DE) - A riqueza folclórica do Crato, em “Tribuna do Ceará”, Fortaleza, de 5/9/63. Serie **Boletins bibliográficos. Nova bibliográfica n. 191**. Nov. 1963. Pasta 1963. Boletins 182 – 193 [2]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

boletim de fevereiro de 1964, quando o ano de 1959 é retomado em decorrência da inauguração “[...] no convívio Universitário, da Faculdade de Filosofia do Crato, no Ceará, o retrato de Gustavo Barroso, falando no ensejo o folclorista J. de Figueiredo Filho”²²⁴. Essa não foi a única ação em que transpareceu o envolvimento do Diretor do Museu Histórico Nacional com a cidade do Crato²²⁵. Nesse mesmo boletim há um texto de Figueiredo Filho a respeito da influência de Gustavo Barroso para a produção intelectual do seu estado.²²⁶

No Boletim de setembro-outubro de 1963 encontramos a referência a um artigo de Figueiredo Filho em que ele anunciava a participação do Cariri no V Congresso Brasileiro de Folclore, em Fortaleza²²⁷. Assim como discutimos em nosso segundo capítulo, foi nesse congresso em que o Maneiro - Pau e a Banda Cabaçal cratense se fizeram presentes e visíveis nacionalmente. Além disso e assim como já colocado, esse congresso abriu espaço também para Figueiredo Filho divulgar entre seus pares “*Folgedos infantis caririenses*”, cujo título já demonstrava a preocupação do intelectual em atingir determinado campo discursivo.

Já no boletim de setembro de 1964 se anunciava a ocorrência de uma “representação folclórica” durante o bicentenário da cidade do Crato²²⁸. Novamente,

²²⁴ FIGUEIRDO FILHO (J. DE) – Gustavo Barroso e o Folclore Cearense, em “Unitário”, de Fortaleza, Ceará, de 24/11/63. **Nota bibliográfica n. 194**. Fev. 1964. Pasta 1964/ Boletins 194 - 204 [98]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²²⁵ Na *Revista Itaytera*, então publicada em janeiro de 1955, foi anunciado que “o historiador Gustavo Barroso virá ao Norte chefiando uma turma de professores e alunos do Museu Histórico, do qual é diretor, em excursão cultural”. O trecho citado não especifica exatamente quais os trajetos daquela excursão cultural e principalmente se ela estivera na região do Cariri cearense. Em outra matéria do mesmo número, exaltando uma das noites de “triumfo” do Instituto Cultural do Cariri, a revista enfatiza certa conferência proferida por esse intelectual em 1º de setembro daquele ano. Neste dia, Gustavo Barroso teria se apresentado durante uma hora no auditório da Rádio Educadora do Cariri, onde discutiu sobre tema não revelado nessa matéria. Quando da sua morte, em 2 de dezembro de 1959, a publicação daquele ano deu atenção especial à trajetória pessoal e intelectual do cearense, lembrando que ele tivera no Cariri cearense três meses antes, onde visitara as cidades de Crato e Juazeiro do Norte.

²²⁶ Estamos nos referindo a um texto de fevereiro de 1964 divulgado nos boletins da Comissão Nacional, em que a relação entre Gustavo Barroso e o Folclore cearense foi bastante explorada. Ver: FIGUEIRDO FILHO (J. DE) – Gustavo Barroso e o Folclore Cearense, em “Unitário”, de Fortaleza, Ceará, de 24/11/63. **Nota bibliográfica n. 194**. Fev. 1964. Pasta 1964/ Boletins 194 - 204 [98]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²²⁷ FIGUEIREDO FILHO (J.). O Cariri e o 5º Congresso de Folclore. **Jornal do Commercio**, Recife, 8 ago. 1963. **Nota bibliográfica 189/190**. set-out 1963. Pasta 1963. Boletins 182 – 193[11]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²²⁸ _____ . Representação folclórica no bicentenário do Crato, “Tribuna do Ceará”, Fortaleza, 4 julho 1964, 1. cad: 3,7. Nota bibliográfica nº 201. Set. 1964. Pasta 1964. Boletins 194 – 204 [8]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

entramos em contato com a aproximação entre um evento festivo ligado à memória histórica daquela cidade e à anúncio da participação de grupos folclóricos nessas comemorações. Entre as notícias presentes nesse boletim, há outra na qual é perceptível a preocupação do cratense em se inserir no campo intelectual folclórico. Estamos nos referindo à notícia enviada para a Comissão Nacional de Folclore sobre uma conferência, *Aspectos do Folclore do Cariri*, ocorrida na Casa do Ceará e proferida por Figueiredo Filho em data não declarada.

Em 1964, no plano político nacional ocorriam profundas transformações que incidiriam diretamente na configuração da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, que tentava àquele tempo dar prosseguimento ao seu projeto enquanto agência governamental. Porém, as configurações se redefiniram totalmente. Neste sentido, Rodolfo Vilhena (1997) afirma que 1964 seria o ano em que começava a haver uma estagnação das conquistas do movimento folclórico brasileiro, principalmente por ocasião do afastamento de um dos seus principais mentores, o declaradamente comunista Edison Carneiro²²⁹.

Do ponto de vista da análise dos boletins desse período de transição, não é possível identificar qualquer mudança significativa. Diretamente, esses boletins não demonstram a instabilidade do período e não seria da sua natureza assim o fazer. A anúncio da ocorrência de determinados eventos, da publicação de livros, dos cursos de folclore ministrados, continuam a deixar no “ar” a sensação de que estava tudo tranquilo, e que o campo folclórico não iria ser abalado. O que no ano posterior já se sentiriam os efeitos²³⁰. Em grande medida, acreditamos que a propagação

²²⁹ Como já colocado em outro capítulo, em sua análise, Rodolfo Vilhena (1997, 105) afirma que a deposição de João Goulart, em 31 de março de 1964 teria significado praticamente um tiro de misericórdia para a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. A partir do que foi relatado no depoimento de Vicente Sales, então membro da equipe de Edison Carneiro, Vilhena afirma: “[...] a Campanha teria tido suas portas fechadas em primeiro de abril daquele ano, com um cartaz que afirmava ‘fechado por ser um antro de comunistas’”. Como já discutido, nesse processo Edison Carneiro é destituído do cargo, ficando apenas Renato Almeida à frente daquela campanha. A saída de Edison Carneiro significou mudanças importantes no papel desempenhado por essa agência governamental, a começar pela interrupção da série de congressos da CNFL e de ações encabeçadas diretamente por ele. A nomeação de Renato Almeida, enquanto diretor da Campanha, se dá em agosto de 1964. Como já colocado no nosso primeiro capítulo, sua personalidade diplomática parecia inofensiva para o regime que tinha acabado de ser instalado. Ver: VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão: O movimento folclórico brasileiro (1947 – 1964)**. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 105.

²³⁰ Partindo para discussão sobre as negociações vivenciadas no novo contexto político nacional, encontramos o movimento folclórico brasileiro costurando, junto ao estado, o estabelecimento de uma data de comemorações à sua ciência/disciplina/campo. É nesse processo que o Boletim Geral do ano de 1965 ressaltava o decreto assinado pelo primeiro presidente militar Castelo Branco, institucionalizando o dia do Folclore para 22 de agosto: “[...] data que comemora o aparecimento da palavra Fok-Lore, em 1846, para designar o que comumente se chamava de antiguidades populares.

dessa pretensa paz foi obra direta de Renato Almeida, interessado em manter o clima de estabilidade para o movimento e para o seu lugar à frente dele.

Com o título *Fragmentos, folclore Cariri*, título sugestivo para a nossa proposta aqui, o texto do na época Secretário - Geral da Comissão Fluminense de Folclore- CFF, Rubens Falcão²³¹, é referenciado no boletim bibliográfico e noticioso de abril de 1965. O mesmo texto foi publicado no Jornal *O Fluminense* em fevereiro daquele ano. Mesmo sendo cearense, o que poderia justificar seu interesse pelo folclore do estado, nos intriga pensar de que maneira se estabeleceu a aproximação entre Rubens Braga e a região sul do estado, principalmente por ele ser secretário de uma importante comissão de folclore como era a fluminense.

Diante disso, é inevitável nos questionarmos sobre como se dava a comunicação entre esses sujeitos antes das publicações se efetivarem. Para tal pergunta, uma das respostas possíveis é a de que esses intelectuais estabeleciam contato a partir da própria leitura dos textos referenciados nos boletins da Comissão Nacional de Folclore, já que estes eram publicados em jornais e revista de todo Brasil. A leitura produzia o interesse que, por sua vez, produziria novas escrituras. Por outro lado, os encontros estabelecidos entre esses folcloristas durante os congressos e semanas de folclore, organizados periodicamente pela Comissão Nacional de Folclore, também funcionavam como dinamizadores das intercomunicações profissionais.

No boletim bibliográfico de setembro de 1966 Figueiredo Filho volta a escrever sobre a temática dos folguedos populares da cidade do Crato. O título do

[...] Anunciado ao mesmo tempo como Presidente da Comissão Nacional de Folclore e Diretor-Executivo da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, Renato Almeida telefonou para o presidente Castelo Branco em agradecimento pela assinatura do decreto, ao tempo em que anunciava que teria dado conhecimento de tal acordo aos Secretários-Gerais das comissões estaduais de folclore e outras instituições folclóricas existentes no Brasil, além também de órgãos internacionais que versassem sobre aquela temática. Essa correspondência deixa explícita quem entre ele e o declaradamente comunista Edison Carneiro permaneceria na Campanha de defesa do Folclore Brasileiro depois de 1º de abril de 1964.

²³¹ O folclorista cearense Rubens Falcão nasceu na cidade de Baturité, tendo se mudado ainda no início da década de 1920 para o estado do Rio de Janeiro, onde, em 1927 foi nomeado inspetor de ensino primário daquele estado. Quando da criação da Secretaria de Educação e Saúde, durante a interventoria de Amaral Peixoto (1937-1945), Rubens Falcão foi nomeado chefe de gabinete desta instituição, ficando no cargo até a extinção da entidade. Entre os anos de 1942 e 1945 Falcão foi diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Dado o fim do Estado Novo, ele ocupou cargos em diferentes instituições educacionais. Logo quando voltou ao poder, Amaral Peixoto nomeou Rubens Falcão Diretor do Ensino Primário e Pré-Primário do Estado do Rio de Janeiro. Já durante o governo Miguel Couto (1955 a 1958) Falcão assume a Secretaria de Educação e Cultura daquele estado. Foi nomeado primeiro Subsecretário da Comissão Fluminense de Folclore - CFF, em 1950, tendo renunciado ao cargo em 1952. Ver: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.616.pdf>

texto era: *Conjunto folclórico do bairro Itaytera*²³². A denominação indígena “Itaytera”, presente nas referências da revista oficial do ICC, bem como um bairro e um determinado grupo cultural cratense, funcionam enquanto processos “agregadores” da memória coletiva daquela cidade. Nesse processo, há uma relação de interindependência entre lugar e folguedo popular. O segundo não pode ser apresentado sem o primeiro. Participam os dois da busca pela “tradição regional”.

Com o decorrer do tempo, o papel da *Revista Itaytera* no espaço folclórico foi aumentando e encontramos uma “enxurrada” de referências aos seus artigos nos boletins da Comissão Nacional de Folclore. É o que ocorreu no ano seguinte, no boletim de outubro de 1966. Ao todo seis textos de *Itaytera* são referenciados nesses boletins²³³. A ausência de Figueiredo Filho em tais números de *Itaytera* vai a contrapelo da constância com que seus escritos insurgem nos boletins da CNFL, ao mesmo tempo em que nos leva a pensar que por traz da ocorrência de novos nomes nesses números está o trabalho sistemático de articulação e divulgação do intelectual cratense.

Dois anos depois, *Itaytera* voltava a ganhar um espaço significativo dentro desses boletins, especificamente no número de julho-agosto de 1968. No entanto, assim como em outros momentos, o que mais nos chamou atenção aqui foi a menção a um texto de José de Figueiredo Filho em que ele novamente faz questão de enfatizar alguns lugares-comuns: *É bem vivo o folclore nos pés-de-serra e subúrbios do Crato*²³⁴. Novamente a associação lugar-folclore é requisitada. No entanto, essa relação não está presente apenas no título do trabalho do intelectual

²³² FIGUEIREDO FILHO, J. de. Conjunto folclórico do bairro “Itaytera” de Crato. **Revista AABB**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 22-23, ago. 1966. **Nota bibliográfica** nº 225. Set. 1966. Pasta 1966. Boletins 218 – 229 [12]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²³³LIMA JUNIOR (Felix) – Mudança de planos. *Itaytera*, Crato, 10:177 – 182, 1965 – 1900. NASCIMENTO, (F.S.) – 1º Festival de folclore do Ceará, “Itaytera”, Crato 10: 185 – 192, 1965 – 1966. SILVA, (Antônio Gonçalves da, conhecido por Patativa Assaré). Cabôca da minha terra/versos inéditos do poeta...*Itaytera*, Crato, 10: 200 – 201. 1965 – 1966. **Nota bibliográfica** n. 226. Out. 1966. Pasta 1966. Boletins 218 – 229 [12]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²³⁴ FIGUEIREDO FILHO (J. de) – É bem vivo o folclore nos pés-de-serra e subúrbios do Crato. “Brasil açucareiro, Rio, 36/72 (2): 66 – 72 agosto 1968. VASCONCELLOS (Francisco de) – O reisado de S. José do Pau Seco – Crato, Ceará. “Itaytera”, Crato, 12: 121-137, 1968. **Nota bibliográfica** n. 226. Out. 1966. Pasta 1966/ Boletins 218 – 229 [12]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

caririense, mas também no de Francisco de Vasconcellos, esse último a respeito de determinado grupo de Reisado localizado na zona rural do Crato.²³⁵

Neste mesmo número há a referência a certo enunciado escrito por folclorista pertencente à outra comissão de folclore, mas que teria em *Itaytera* um espaço de divulgação de seus escritos. Estamos nos referindo ao título *Folguedos infantis*, de Ângela Delouche, então vinculada à Comissão Pernambucana de Folclore.²³⁶ Um aspecto que nos chamou bastante atenção ao buscarmos referências sobre a participação dessa estudiosa nos ciclos do movimento folclórico brasileiro e conseqüentemente naqueles em que o Cariri cearense aparece, foi ver que seu nome esteve presente junto ao de Figueiredo Filho numa publicação especial do mês de agosto (mês do Folclore) daquele ano e que foi realizada pela *Revista Brasil Açucareiro*, do Ministério do Açúcar e do Alcool²³⁷. Essa publicação foi noticiada no periódico *Caderno de Franca* em 1º de novembro de 1968 e teve a presença de outros nomes importantes no cenário dos estudos folclóricos, como Renato Almeida e Manuel Diegues Júnior, por exemplo.²³⁸ Essa publicação em conjunto já nos possibilita exemplificar um pouco o modo como a comunicação periódica entre os folcloristas foi se estabelecendo.

A respeito da *Revista Brasil Açucareiro*, foi nela que o texto *É bem vivo o folclore nos pés-de-serra e subúrbios do Crato*, que aparece no boletim há pouco apresentado, tinha sido publicado. Neste sentido, há aqui um aspecto importante, que, no entanto, não poderá ser explorado: a produção discursiva da relação entre

²³⁵ VASCONCELLOS, Francisco de. O reisado de S. José do Pau Seco – Crato, Ceará, “Itaytera”, Crato, p. 121 – 137, 1968. Nota bibliográfica nº 246/247. Jul/Ago 1968. Pasta 1968. Boletins 242 – 252 [3]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²³⁶ Assim como comentado a respeito de outros folcloristas apresentados nesse capítulo, também não encontramos referências substanciais sobre a trajetória intelectual de Ângela Delouche. Na hemeroteca digital do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP encontramos uma entrevista realizada por ela com Renato Almeida no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, em 7 de maio de 1967. Pelo que podemos observar a partir da leitura desse texto, tal folclorista residia no Recife e fazia parte da Comissão Pernambucana de Folclore. Ver: DELOUCHE, Ângela. Folguedos infantis, “Itaytera”, Crato, 12. 202, 1968. Nota bibliográfica nº 246/247. Jul/Ago 1968. Pasta 1968. Boletins 242 – 252 [3]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²³⁷ A *Revista Brasil Açucareiro* foi uma publicação ligada ao Instituto do Açúcar e do Alcool – (IAA), órgão estatal criado em 1933. Entre informações estatísticas, divulgação de estudos científicos na área, divulgação de congressos, a revista também trazia, entre suas páginas, artigos sobre temáticas diversas, mas que tinham em comum sua relação com o mundo da cana – de - açúcar. A primeira edição desta revista é de 1935, sendo extinta em 1986, por conta do enfraquecimento do IAA.

²³⁸ Estamos tratando especificamente a respeito à matéria de nome “Folclore” escrita por Marina de Andrade Marconi então membro da Comissão Paulista de Folclore. Ver: *Comércio de Franca*, Franca, 1 de novembro de 1968. Cad.:2.

cana – de - açúcar e o folclore caririense, dimensão tão presente na narrativa de Figueiredo Filho²³⁹. Neste boletim também é referenciada a obra *Antologia do folclore cearense*²⁴⁰ publicada em 1967 e organizada pelo então Secretário - Geral da Comissão Cearense de Folclore, Florival Seraine, Entre nomes como José de Alencar e Gustavo Barroso, Figueiredo Filho é convidado a escrever sobre as Bandas Cabaçais cratenses.

A publicação deste e de outros artigos na *Revista Brasil Açucareiro* chamou atenção de um aspecto importante: os textos de Figueiredo Filho que são mencionados nos boletins bibliográficos da Comissão Nacional de Folclore geralmente não foram publicados na *Revista Itaytera*. Na maior parte das vezes há outros nomes entre as referências publicadas. Tal constatação nos faz imaginar que era essa uma interessante estratégia do diretor do ICC para que, tanto do ponto de vista da comunicação com outros jornais e revistas quanto da perspectiva da participação de intelectuais de vários lugares nas publicações de *Itaytera*, o Cariri cearense fizesse esse trânsito de escalas entre o nacional e o regional, ganhando visibilidade a produção de determinadas evocações discursivas.

Neste sentido, na busca de “seu lugar ao sol”²⁴¹ o campo folclórico surgia como profícua oportunidade de circulação nacional. Ao afirmar que no interior é onde poderia se encontrar o coração “verdadeiramente pulsante”, o Brasil profundo, o primeiro editorial de *Itaytera*, escrito por Figueiredo Filho em 1955, deixa evidenciado o papel que sua organização e circulação deveriam cumprir no sentido de uma reordenação geográfica rumo ao que ele mesmo denomina de “verdadeira

²³⁹ A relação entre a produção folclorística de Figueiredo Filho e o tema da cana – de - açúcar é uma questão importante para problematizarmos a memória regional caririense. Várias são as referências a essa associação na obra de Figueiredo Filho. Neste sentido, na sua costura narrativa, o cenário geográfico e memorialístico de muitas dessas práticas são os antigos engenhos de rapadura, cuja produção tinha entrado em declínio ao tempo desses textos, fazendo declinar também a economia principalmente da elite cratense. Valorizar a relação entre tais práticas e esse cenário, serve, no nosso entendimento, para propagar discursivamente que de alguma forma essa herança ainda estaria “bem viva” nos subúrbios e pés-de-serra do Crato, como o próprio Figueiredo Filho coloca, e por intermédio dos antigos trabalhadores que agora são representados como brincantes desses folguedos populares. Neste sentido, no boletim de fevereiro de 1968 encontramos dois artigos de Figueiredo Filho que foram publicados primeiramente na *Revista Brasil Açucareiro*. O primeiro tinha como título *A rapadura vincula-se à tradição do Cariri cearense* e o segundo chamava-se *Decadência atual da rapadura do Cariri cearense*. Os dois publicados em janeiro e dezembro daquele ano.

²⁴⁰ NASCIENTO (F.S.) – *Antologia do folclore cearense*. “O Povo”, Fortaleza, 6 jul. 1968, supl. Lit.:1. **Nota bibliográfica n. 246/247.** Julho/Agosto de 1968. Pasta 1968. Boletins 241 – 251. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²⁴¹ **Revista Itaytera**, Crato, 1955 (Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo – DHOPG).

natureza nacional”. No entanto, no que concerne ao relacionamento desta revista com o conhecimento folclórico, torna-se necessário lembrarmos que a sessão desta revista dedicada ao tema só seria criada em 1973, último ano de Figueiredo Filho à frente do Instituto Cultural do Cariri - ICC. Fortalecer um espaço às vésperas de sua saída, parecia ser uma estratégia válida para aquele folclorista que durante vinte anos buscou por diferentes maneiras construir um espaço institucional para o campo folclórico no Cariri cearense.

Em 1969 novamente os textos publicados na *Revista Itaytera* teriam um bom espaço nos boletins mensais da Comissão Nacional de Folclore. Era o mês de setembro e o conjunto desses textos ajuntava, assim como já sinalizado, nomes não apenas de intelectuais da região, mas também temáticas bastante diversificadas.²⁴² Neste ínterim, o aspecto sobre a ancestralidade do baião presente no texto de Figueiredo Filho, *O baião não tem criador*, nos chama a atenção porque foi um elemento central dentro da proposta de *O Folclore no Cariri* de pensar a composição cênica, bem como a ancestralidade de alguns grupos culturais presentes naquela região.

Voltando aos boletins bibliográficos e noticiosos em que esses textos eram referenciados, concordamos com Izabela Tamasso (s/d) ao afirmar que sua confecção periódica abria espaço dentro desta comissão para que folcloristas, conhecidos e desconhecidos, pudessem ter seus trabalhos divulgados nacionalmente, possibilitando assim aos mesmos, e principalmente às suas regiões, a oportunidade de serem incluídos no cenário de construção de determinadas territorialidades culturais.²⁴³

Sobre como a geografia caririense era dividida nesses fragmentos, o número há pouco apresentado trouxe a referência a um texto de Figueiredo Filho que trazia um aspecto que fez parte do seu repertório sobre essa imagética regional: a negação da cidade de Juazeiro do Norte, dos seus mitos fundadores e

²⁴² COELHO, (Correia) – Sôbre apoteose do banditismo. *Ytaytera*, Crato 13 219-220, 1969. DIAS DA COSTA, (Oswaldo) – O engenho e a cana em outras terras. (Transcrição) *Itaytera*, Crato 13: 181-182, 1969. FEITOSA, (Carlos) – No tempo dos coronéis. *Itaytera*, Crato, 13: 203 – 212, 1969. FIGUEIREDO FILHO, (J. de) – O baião não tem criador. *Itaytera*, Crato, 13:70-71, 1969. PADRE CÍCERO: o fim de um mito. “*Jornal do Brasil*”, Rio, 2 ag. 1969, cad. B: 4. VASCONCELLOS, (Francisco de) – Tio Mundico. *Itaytera*, Crato, 13: 117 – 124, 1969. **Nota bibliográfica n. 259**. Set. 1969. Pasta 1969. Boletins 253 – 263 [1]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²⁴³ TAMASSO, Izabela. O moimento folclórico brasileiro: uma rítmica de conquistas e fracassos. s/d, p. 311.

consequentemente de suas tradições culturais. Neste sentido, o título *Padre Cícero: o fim de um mito*²⁴⁴ de Guilherme Santos Neves²⁴⁵ não traz a questão folclórica explícita em seu nome, mas chama atenção pela rejeição a um aspecto importante da construção identitária daquela cidade vizinha: negar a mitologia do Padre Cícero é negar também todo um repertório de imagens e representações que fazem movimentar Juazeiro do Norte, que davam a dinâmica de sua produção territorial e consequentemente de sua produção folclórica. Esse aparentemente despretensioso título traz em torno de si uma série de questões que foram registradas nos boletins da Comissão Nacional de Folclore e que iremos problematizar em nosso próximo momento.

Em *notas diversas* do boletim de novembro de 1968, o nome do intelectual cratense apareceria ao lado de figuras importantes no cenário folclórico nacional, como Katarina Real Cate, por exemplo²⁴⁶. Estes participariam de uma publicação em conjunto sobre tema não definido naquela nota. O convite foi feito por Francisco de Vasconcellos, folclorista apresentado no início de nosso capítulo. Nesse trecho, encontramos parte da explicação da teia de relações envolvendo estes dois

²⁴⁴NEVES, Guilherme Santos. **Nota bibliográfica n. 259**. Set. 1969. Pasta 1969. Boletins 253 – 263 [1]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²⁴⁵ Guilherme dos Santos Neves foi um importante folclorista capixaba, então nascido em 1906 na cidade de Baixo Guandu e falecido na cidade de Vitória no ano de 1989. Mesmo sendo Bacharel em Direito, Guilherme dos Santos Neves dedicou grande parte de sua vida aos estudos folclóricos, tendo sido fundador em 1946 do Centro Capixaba de Folclore, então vinculado à Academia Espírito-santense de Letras. Em 1948 Guilherme funda a Comissão Espírito-santense de Folclore, onde foi Secretário – Geral. Junto a esta comissão ele cria o “Boletim Folclore”, de onde esteve à frente da edição até o ano de 1982, quando foi lançado o último número. No entanto, sua participação no campo folclórico ultrapassou o seu estado natal, tendo sido este um importante nome dentro da Comissão Nacional de Folclore, onde participou na condição de membro do Conselho Nacional de Folclore, dividindo espaço com nomes como Renato Almeida, Câmara Cascudo, Edison Carneiro e Théo Brandão. Além das já citadas, o referido folclorista participou de instituições como a Academia Espírito-santense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES). Não foi possível através da documentação analisada ter conhecimento sobre como se deu o contato desse folclorista com a região do Cariri cearense, bem como seu sucessivo interesse pela temática do Padre Cícero. Ver: <http://www.estacaocapixaba.com.br/2016/01/guilherme-santos-neves-bibliografia.html>

²⁴⁶ Katarina Real Cate nasceu em 1927 na cidade de Annapolis, nos Estados Unidos. Seus trabalhos na área de antropologia e folclore se debruçaram particularmente sobre o tema do carnaval recifense, o que contribuiu para que ela produzisse um volume extenso de material etnográfico. Em torno dessa temática, participou da comissão organizadora do Carnaval de Recife, de onde teria sido presidente durante os anos de 1966 – 1968. Quando residiu no estado do Pará, Katarina participou da Comissão Paraense de Folclore tendo tido participação também na comitiva do III Congresso Brasileiro de Folclore. Foi em meados da década de 1960 Secretária - Geral da Comissão Pernambucana de Folclore. Nesse período teria sido responsável pela promoção de uma campanha em torno da construção do Museu do Carnaval. Katarina Real também teria ajudado a organizar uma exposição sobre maracatu de baque virado no Museu do Homem do Nordeste, pertencente à atual Fundação Joaquim Nabuco, a quem ela teria doado um enorme acervo fotográfico. Ver bibliografia.

personagens. Além disso, esse trecho também nos permite colocarmos em dúvida uma questão que, de certa forma, vinha acompanhando nossa narrativa: o entendimento simplista da relação entre o intelectual cratense e a produção do campo folclórico nacional. Nem simples informante, nem renomado intelectual, Figueiredo Filho exercia um oscilante papel, muito mais relacionado à sua busca pessoal por visibilidade do que propriamente fruto do reconhecimento dos seus pares.

A partir de 1970 o Cariri cearense “desapareceu” dos boletins da Comissão Nacional de Folclore. O último enunciado dessa regionalização por parte do folclorista cratense está referenciado no boletim de fevereiro 1968 e tem como título *FOLCLORE caririense em plena evidência*.²⁴⁷ O que nos parece bastante contraditório. Com relação a esse abrupto “rompimento” em tais boletins, algumas considerações precisam aqui ser postas, principalmente porque incidem nos possíveis desfechos da relação entre Figueiredo Filho e o movimento folclórico brasileiro.

Neste sentido, e a partir das questões colocadas por Luís Rodolfo Vilhena (1997), é possível relacionar esse esvaziamento da presença do Cariri cearense nos boletins da CNFL com o progressivo enfraquecimento do movimento folclórico brasileiro, dos seus espaços comunicativos e conseqüentemente do interesse dos folcloristas envolvidos. Vilhena nos explica que nos dois principais territórios onde os folcloristas desse movimento buscaram investir suas forças desde início (o acadêmico e o das políticas públicas), apenas no segundo grande parte desses homens obteve êxito.²⁴⁸ Os boletins bibliográficos e noticiosos da Comissão Nacional de Folclore, em certa medida, representam esse primeiro espaço, o de divulgação científica, ou pelo menos da busca de assim o ser.

Partindo dessas questões, um aspecto importante e que pode ter influenciado diretamente essa “desistência” de Figueiredo Filho, diz respeito ao entendimento de

²⁴⁷ FIGUEIREDO FILHO, J. de. *FOLCLORE caririense em plena evidência*. “O Estado”, Fortaleza, 19 jan. 1968. **Nota bibliográfica n. 242**. Fev. 1968. Pasta 1968. Boletins 242 – 252. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²⁴⁸ Rodolfo Vilhena relata em *Projeto e Missão* (1997) o êxito obtido por muitos folcloristas quando da organização no início da década de 1970 das primeiras secretarias estaduais de cultura. Um exemplo dessa questão pode ser observada no próprio estado do Ceará em que o folclorista Eduardo Campos, que chegou a configurar os quadros da Comissão Cearense de Folclore, tornou-se presidente do Conselho Estadual de Cultura, tendo atuado neste entre os anos de 1966 e 1973, além de ter assumido a função de Secretário estadual de Cultura e Desporto do governo Virgílio Távora (de 1979 a 1982) e do governo Manoel Castro, de 1982 a 1983. Ver: <http://www.eduardocampos.jor.br>

que seus textos, e conseqüentemente as referências a eles em tais boletins já tinham cumprido o papel de divulgação regional, não havendo, diante do enfraquecimento da rede folclórica nacional, sentido continuar “circulando” naqueles periódicos. Assim como já colocado, as comissões estaduais de folclore estavam bastante enfraquecidas o que dificultava a promoção dessa “comunicação” entre os folcloristas. Os intelectuais que não haviam conseguido se inserir no estado, tinham caído no ostracismo, como ocorrera com Edison Carneiro, por exemplo.

Por outro ângulo, é possível interpretar também, principalmente no que concerne aos jornais, que eles tenham abrandado o interesse por publicar a esse tempo textos sobre a já bastante desgastada temática folclórica, excluindo conseqüentemente de seus números a presença dos folcloristas. Até mesmo a *Revista Brasileira de Folclore*, o mais importante instrumento de divulgação desses estudos no Brasil só veio a circular até 1976, o que é bastante sintomático.

No entanto, a proximidade entre o ano dessa última referência nos boletins da CNFL e o último ano de Figueiredo Filho à frente do ICC nos leva a concluir, ainda que sob questões muitas dispersas, que a circulação do Cariri cearense nos boletins da Comissão Nacional de Folclore, assim como todos os outros espaços de inserção dessa regionalidade no movimento folclórico brasileiro, era projeto e também missão do intelectual cratense.

Não devemos esquecer que esse esvaziamento não se dá em torno unicamente dos textos de Figueiredo Filho sobre essa região, mas também de folcloristas ligados a outras comissões de folclore. A última ocorrência que temos neste sentido se dá em relação ao boletim de novembro de 1968, em que o presidente da Comissão Fluminense de Folclore, Rubens Falcão, tem seu texto, *O Folclore do Cariri*²⁴⁹ ali presente. Essa é a segunda vez que um título de Rubens Falcão sobre essa região aparece nos boletins bibliográficos da Comissão Nacional de Folclore.

Um aspecto que nos incomodou bastante no processo de análise desses registros é a ausência da relação entre Juazeiro do Norte e a existência de grupos e conjuntos folclóricos. Apenas a cidade do Crato é mencionada como possuidora

²⁴⁹ FALCÃO, (Rubens) – Folclore do Cariri. “O Globo”, Rio, 10 maio 1969. **Nota bibliográfica n. 261**. Nov. 1969. Pasta 1969. Boletins 253 – 263 [1] Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

desses importantes elementos de ligação com o movimento folclórico brasileiro. No entanto, a ausência da relação entre Juazeiro e essa temática não implica na exclusão desta cidade nos referenciados boletins. O que ocorreu foi que a sua construção imagética-territorial foi vinculada a outros elementos, de modo a não dividir espaço com a cidade vizinha. Para Juazeiro do Norte são reservadas representações menos “nobres”, diretamente ligadas à experiência histórica e cultural dos romeiros do Padre Cícero. Nesse processo de “cratequizar” a região do extremo sul cearense, Juazeiro não é (ainda) o Cariri.

4.3 Juazeiro não é (ainda) o Cariri

Na *Revista Brasileira de Folclore* do ano de 1966, entre textos sobre diferentes temáticas ligadas à identidade brasileira, havia uma notícia cujo título era / *Festival Folclórico do Ceará*. Tal festival foi realizado em Fortaleza entre os dias 8 e 11 de dezembro do ano anterior e teria sido patrocinado pela Universidade do Ceará e pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Fortaleza, e assim como o V Congresso Brasileiro de Folclore, este festival se concentrou na Concha Acústica da Reitoria daquela Universidade, “[...] apresentando-se alguns dos mais sugestivos folguedos folclóricos daquele Estado, notadamente os grupos sertanejos da zona do Cariri cearense, representando os municípios de Juazeiro do Norte e Crato”. Esta referência à presença desses dois municípios e de seus folguedos populares nos chamou atenção porque se insere num discurso que vai a contrapelo da maior parte dos fragmentos que apresentamos até aqui, bem como do que nos debruçaremos a partir de agora.

[...] Juazeiro do Norte, segundo o informante²⁵⁰, apresentou duas bandas cabaçais: O de Hêrte²⁵¹ e a dos Cipós. Cada banda cabaçal com imitações os seguintes instrumentos: bombo, caixa e dois pífanos. Executaram anomatopaicas como o canto do cauã, o berro do bode, a ganir do cachorro. Ainda de Juazeiro do Norte, apresentou o **maneiro-pau**, dirigida pelo Mestre de Maneiro-pau Bigode, conhecido como bom improvisador, que ordena, cantando, a coreografia que os componentes do grupo devem executar. [...] O terceiro grupo representando Juazeiro do Norte foi o de côco, que, como se ver, é uma projeção longínqua do côco alagoano.

²⁵⁰ De acordo com a notícia contida (sem autoria) na referida revista, o fortalezense e professor José de Alencar Bezerra teria documentado aquele festival e de tal registro, que fora apresentada ao na época Diretor da CDFB Renato Almeida, a *Revista Brasileira de Folclore* teria extraído aquelas informações. Ver: *Revista Brasileira de Folclore*. V. 6, n. 14. janeiro/abril de 1966.

²⁵¹ É bastante provável que tenhamos aqui um erro de português, que na verdade seja essa uma referência ao Horto onde está localizada a estátua do Padre Cícero.

Finalmente, o quarto grupo compunha-se de dois reisados, uma espécie de congada com a luta de espada entre mouros e cristãos e o segundo um reisado com boi, burrinho e Jaraguá²⁵²

Há vários desdobramentos possíveis deste trecho apresentado. Primeiramente, há aqui a referência a quatro manifestações folclóricas diferentes: Bandas Cabaçais, Maneiro - Pau, Coco e Reisados. Quatro manifestações presentes nos discursos de Figueiredo Filho sobre o folclore cariense/cratense. Referências que fazem parte do repertório de construção dessa espacialidade e que não estavam presentes quando nos boletins bibliográficos a cidade de Juazeiro do Norte apareceu. No entanto, é interessante notar que essas referências, negligenciadas na escrita de Figueiredo Filho, aqui se associam às imagens sobre essa última cidade, inclusive apresentando personagens que anos depois passariam a compor o repertório de patrimônios do estado, a dizer, o Mestre Bigode²⁵³.

A referência ao Crato é extremamente curta: “O Crato fêz-se representar por dois gêneros folclóricos: uma Banda Cabaçal e a dança do Maneiro-pau”. Nenhuma informação mais detalhada sobre os grupos participantes, apenas uma menção rápida e objetiva sobre aquela participação. O espaço maior e mais complexo ficaria reservado para as manifestações da cidade de Juazeiro do Norte, o que nos leva a concluir que seguramente aquele texto não foi escrito por Figueiredo Filho, nem mesmo teria sido influenciado por suas informações. Essa foi a primeira vez em que encontramos uma referência a grupos folclóricos juazeirenses dentro da documentação do movimento folclórico brasileiro. O que se torna bastante sintomático.

Neste contexto, e diante do conjunto documental analisado, torna-se necessário concluir que nos boletins bibliográficos e noticiosos da Comissão Nacional de Folclore não haveria espaço para a relação Juazeiro/grupos folclóricos. Essa relação veio estampada em outros espaços da Comissão Nacional de Folclore, como já explicitada na *Revista Brasileira de Folclore*, por exemplo. No entanto, esse

²⁵² I Festival Folclórico do Ceará. **Revista Brasileira de Folclore**. v. 6, n. 14., p. 94 - 95, jan./abr. 1966. Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (Arquivo pessoal).

²⁵³ Mestre de Cultura pelo estado do Ceará em 2004, Manoel Antônio da Silva, mais conhecido como Mestre Bigode, é brincante ativo do Maneiro - Pau desde a década de 1940. No entanto, sua trajetória “artística” se atravessa pela participação em outras manifestações culturais. A exemplo disso, na década de 1970 Bigode teria criado um grupo de bacamarteiros com sede na própria cidade de Juazeiro do Norte, cujo principal intuito era animar com “salvas” de fogos muitas festividades ocorridas naquela cidade. Suas travessias por diferentes brincadeiras da cultura popular cariense lhe renderam, como já colocado, reconhecimento dentro das políticas públicas patrimoniais do estado do Ceará.

processo de exclusão não se deu unicamente nos escritos de Figueiredo Filho e da *Revista Itaytera*, outros personagens, escrevendo em outros contextos, também compartilharam determinados lugares - comuns sobre essa cidade. Lugares – comuns esses que faziam parte do "roteiro" da instituição a que Figueiredo Filho pertencia²⁵⁴. Daí a possibilidade bastante evidente que, mesmo indiretamente, tenham esses estudos sido influenciados pelos discursos daquela instituição.

Em um artigo escrito pelo folclorista alagoano Theo Brandão²⁵⁵ em 8 de junho de 1961, cujo tema era o Reisado e sua condição de auto popular de Alagoas²⁵⁶, há um trecho em que se faz uma referência a morte de Padre Cícero e em prosseguimento encontramos versos a respeito do destino do patriarca de Juazeiro: “ô Beata, ô Beata mocinha/ Me dissei para onde foi meu padrinho/ Meu padrinho, ele viajou/ Ele deixou o Joazeiro sozinho [...]”. A dependência desta cidade ao seu

²⁵⁴ Nos números da *Revista Itaytera* relativos ao período analisado é possível encontrar várias referências a figura do Padre Cícero e a todo um imaginário vinculado a atuação desse religioso na cidade de Juazeiro do Norte. Como já colocado, a maior parte dessas representações diz respeito aos lugares - comuns que associam sua presença com o “fanatismo” proliferado principalmente após o desaparecimento desse religioso. A respeito dessas representações, no número IV da *Revista Itaytera*, do ano de 1958, é possível perceber o desprezo pelos desdobramentos ligados ao milagre da hóstia protagonizado por Padre Cícero. O texto a que nos referimos é *Padre Pedro Ribeiro da Silva. O Fundador e Primeiro Capelão de Juazeiro do Norte*, do na época Vice-Presidente do ICC, Padre Antônio Gomes de Araújo. A despeito de fazer um retrospecto sobre a história religiosa de Juazeiro do Norte, o autor reproduz muitos estereótipos sobre a atuação do clérigo naquela cidade, chegando até mesmo a se utilizar dos termos “Padrecicerização” ou “Juazeirização” da população brasileira. Neste sentido, ele temia que aquelas ideias acabassem “contaminando” a cidade vizinha do Crato. É interessante notar que foi nesse mesmo número que encontramos o texto *Renasce Pujante o Rico Folclore Caririense*, escrito por Figueiredo Filho, em que a cidade do Crato é vangloriada. Ainda sobre as representações em torno do Padre Cícero, temos o número VI da *Revista Itaytera*, de 1961, que a despeito de fazer referência ao movimento de publicações inspiradas pelo Instituto Cultural do Cariri, apresentava a obra cujo título *História do Padre Cícero* era de autoria de Otacílio Anselmo e Silva, anunciado enquanto “nosso antigo Secretário Geral e sócio efetivo-Capitão”. Ainda nesse número encontramos o artigo de Mário Mota sobre o livro *Engenhos de Rapadura do Cariri*, publicado em 1958 por Figueiredo Filho. Neste texto, a despeito de falar da riqueza natural da região, o intelectual pernambucano faz uma crítica à influência do Padre Cícero sobre “a formação da cidade e entre os grupos fanáticos, influência continuada com todas as vivências ainda hoje, vinte e cinco anos depois de sua morte”. Ver: **Revista Itaytera**, Crato, 1958 (Acervo do Departamento histórico diocesano padre Antônio Gomes de Araújo – DHOPG).

²⁵⁵ Theotônio Vilela Brandão nasceu em 26 de janeiro de 1907 na cidade de Viçosa, estado de Alagoas. Bacharelou-se em Medicina e Farmácia. Seus interesses pela temática folclórica se iniciaram nas suas próprias incursões sobre o universo de medicina popular, o que desaguou na publicação de um artigo cujo título era *Folclore e educação infantil*, publicado em 1931. Quando da sua vinculação em 1937 ao Instituto Histórico de Alagoas, a sua preocupação em estudar a relação entre folclore e medicina popular se tornou mais intensa e se estendeu a um leque mais amplo de questões. Desde 1948 Theo Brandão tornou-se membro efetivo da Comissão Nacional de Folclore, passando a integrar, em 1961, também o Conselho Nacional de Folclore. Entre suas obras sobre a temática temos: *Folclore de Alagoas* (1949), *Trovas populares de Alagoas* (1951) e *Folgedos natalinos de alagoas* (1961). Em 1960 Theo Brandão assume a cadeira de Antropologia da Universidade Federal de Alagoas. Ver bibliografia.

²⁵⁶ BRANDÃO, Theo. Autos populares de Alagoas. 8 jun. 1961. Documentos 453 – 473 [2]. Série documentos. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP).

patriarca se faz sentir aqui nas vozes dos devotos, então reproduzidas nesses espaços de construção intelectual. No boletim de agosto de 1961 encontramos a referência a um texto do autor de nome Oswaldo de Aguiar²⁵⁷, cujo título é: *O Padre Cícero e a música popular*,²⁵⁸ publicado no jornal cearense *O Povo*, em junho daquele mesmo ano.

Assim como sinalizado em nosso capítulo anterior, os discursos sobre a tradicionalidade e a autenticidade são os principais aspectos que parecem diferenciar o folclore caririense (isto é, o cratense) do de Juazeiro do Norte nas narrativas construídas por Figueiredo Filho. Neste sentido, a devoção ao Padre Cícero que alavancou a ida de muitos romeiros a Juazeiro do Norte, teria comprometido a possibilidade de pensar no folclore juazeirense como autêntico. Assim, como colocado quando falamos do Bumba-Meu-Boi, os folguedos populares vivenciados nessa última cidade carregam em tais representações o peso da mistura. No entanto, e para além das pretensões de silenciamento do Instituto Cultural do Cariri, emergiria outro produto cultural juazeirense. O artesanato, ao mesmo tempo em que é ligação com o passado, com a religiosidade do Padre Cícero²⁵⁹, também é a possibilidade daquela cidade se inserir no futuro, no progresso, no desenvolvimento.

Nos enunciados presentes nos boletins da Comissão Nacional de Folclore as imagens sobre Juazeiro do Norte ora aparecem de forma mais genérica, ora deixam transparecer o desprezo da maior parte dos intelectuais que escreviam a este tempo sobre tal cidade. Neste sentido, no boletim de novembro de 1964 temos a referência há um texto do autor de nome Rizoaldo Menezes cujo título *Lendas e história de uma época: Padre Cícero, retrato do fanatismo sertanejo*²⁶⁰ não necessita de

²⁵⁷ Não encontramos nenhuma referência a respeito desse autor nos arquivos consultados.

²⁵⁸ AGUIAR (Oswaldo de) – *O Padre Cícero e a Música Popular*, em “*O Povo*”, de Fortaleza, Ceará, de 22/07/61. Nota bibliográfica n. 164. Ago. 1961. Pasta 1961\ Boletins 158-169 [10]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²⁵⁹ O enunciado “cada casa uma oficina, cada oficina um oratório”, que faz parte do imaginário de construção da cidade de Juazeiro do Norte, teria sido professado pelo Padre Cícero quando da chegada dos primeiros romeiros fugidos da seca nos estados de Pernambuco, Piauí e Alagoas. Foi em torno dos efeitos dessa enunciação, da produção imagética a respeito dela, que muitas pequenas oficinas foram sendo montadas ao redor da cidade e o artesanato religioso foi se configurando como o grande promotor da economia local. Ver bibliografia.

²⁶⁰ MENEZES (Rizodalvo) – *Lendas e histórias de uma época: Padre Cícero, retrato do fanatismo sertanejo*. “*A Tarde*”, Salvador, 5 setembro 1964, 2. Cad.: 9. . 239. Set. 1966. Nota bibliográfica n. 203. Nov. 1964. Pasta 1964\ Boletins 194-204 [8]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

nenhuma explicação mais pormenorizada. No entanto, há um aspecto específico que nos chamou a atenção: a visível associação entre Juazeiro do Norte e a ideia de Sertão. Há duas explicações possíveis para essa representação: a primeira é de que tal relação com o sertão relacione-se ao lugar de onde a maior parte dos devotos de Padre Cícero provinha, em segundo plano é que haja uma relação geográfica-imagética entre aquela cidade, seu padre e uma visão pejorativa a respeito do sertão e de suas devoções religiosas. Essas representações passam ao largo da geografia simbólica de sua vizinha que, por estar localizada no sopé da serra do Araripe, era valorizada enquanto “Oasis do Sertão”. Juazeiro ainda era Sertão, não fazendo parte desse imaginário paradisíaco.

No boletim de setembro 1965 encontramos duas referências sobre a cidade de Juazeiro do Norte. A primeira diz respeito a um texto de autoria de José Pessoa de Carvalho *Juazeiro, como o povo se lembra*²⁶¹ e na segunda era anunciado que a pesquisa sobre cerâmica nordestina organizada entre a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e o Instituto Joaquim Nabuco²⁶², tinha acabado suas atividades em Pernambuco, tendo a equipe se encaminhado para o estado do Ceará, onde estaria em campo.

Na sessão *Diversas* do boletim de agosto de 1966 se anunciava uma pesquisa sobre *cerâmica folclórica, figurativa e utilitária do Nordeste*²⁶³, cujo convênio também tinha se estabelecido com o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. A *Revista Brasileira de Folclore* do ano anterior anunciou também a *Pesquisa da Cerâmica nordestina*, em que se afirmava que sua primeira fase teria sido concluída

²⁶¹ CARVALHO, (José Pessoa de) – Juazeiro, como o povo se lembra, “Jornal do Brasil”, Rio, 29 julho 1965, cad. B: 8. Nota bibliográfica n. 214. Set. 1965. Pasta 1965\ Boletins 205-217 [5]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²⁶² O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, atual Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), foi criado em 1949 enquanto resultado de um projeto apresentado pelo na época Deputado Federal Gilberto Freyre. Ao longo de sua trajetória institucional, a Fundaj foi traçando como eixo central a preocupação em torno das problemáticas históricas, sociais, e culturais brasileiras. Como exemplo dessa vinculação com o espaço investigativo temos a já referida pesquisa sobre artesanato nordestino iniciada em meados da década de 1960 e que contou com a participação de muitos pesquisadores e a colaboração da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro - CDFB. Atualmente a Fundaj está vinculada ao Ministério da Educação e possui um extenso acervo documental, fotográfico, fonográfico sobre a história do Nordeste e importantes espaços culturais como o Museu do Homem do Nordeste e a Biblioteca Blanche Knopf, por exemplo. Ver: <http://www.fundaj.gov.br/>

²⁶³ Nota bibliográfica n. 224. Ago. 1966. Boletins 218 – 229 [12]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

abrangendo “a área de cerâmica popular de Pernambuco e, na fase posterior, a cerâmica do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas”²⁶⁴.

Todos esses diversos fragmentos parecem fazer parte do mesmo repertório enunciativo, se dirigindo ao objetivo comum de anunciar o complexo projeto entre duas instituições pertencentes ao governo federal e dos quais resultariam algumas obras, uma inclusive especificamente sobre a pesquisa feita em Juazeiro do Norte. Estamos nos referindo ao livro *Artesões do Padre Cícero*, publicado em 1967 e escrito por Sylvio Rabello²⁶⁵, cuja publicação foi anunciada nas *notas diversas* do boletim de novembro de 1967: “[...] obra da maior importância para o conhecimento do artesanato popular nordestino, na região de Joazeiro, no Ceará [...]”²⁶⁶. Artesanato e religiosidade novamente caminham juntos nesses enunciados sobre a cidade do Padre Cícero.

O que nos parece bastante claro e que está presente em várias publicações do período é que havia um interesse crescente do na época Ministério da Educação e Cultura em relação à temática do artesanato nordestino²⁶⁷. Neste sentido, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, então vinculada diretamente a este Ministério, se preocuparia em divulgar em diversos espaços, como os já mencionados boletins bibliográficos e na própria *Revista Brasileira de Folclore*, suas

²⁶⁴ Ver: **Revista Brasileira de Folclore**. v. 5 n. 12. maio/ago. 1965, p. 179. Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (Acervo pessoal).

²⁶⁵ O livro *Os artesões do Padre Cícero: condições sociais e econômicas do Artesanato de Juazeiro do Norte* é resultado desse processo de investigação que apresentamos há pouco. Sua capa já apresentava a vinculação de tal obra ao Ministério da Educação e Cultura, bem como ao já apresentado Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Um aspecto importante a ser considerado é que o prefácio então feito por Gilberto Freyre não tece nenhum comentário específico sobre o espaço no qual a obra deveria se debruçar. É um prefácio “generalista” que muito provavelmente foi produzido para as várias publicações decorrentes das pesquisas realizadas por este projeto. No decorrer da obra o autor abre espaço para discussão metodológica sobre o trabalho de campo, passando por aspectos históricos, geográficos e populacionais da região, até chegar nas origens, nos tipos e na estrutura do artesanato em Juazeiro do Norte. Nesses últimos itens, Sylvio Rabelo discute mais densamente a experiência de alguns artesãos importantes na cidade de Juazeiro do Norte, demonstrando como a afirmativa do Padre Cícero a respeito das suas casas serem “oficinas e oratórios” ressoa nas narrativas de origem de tais sujeitos naquela cidade sagrada. Ver bibliografia.

²⁶⁶ Nota bibliográfica n. 239. Set. 1966. Pasta 1966\ Boletins 230-241 [5]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²⁶⁷ Como demonstração desse interesse, no boletim de janeiro de 1969, na sessão *notícias diversas*, há a divulgação de que naquele ano seria lançada a obra *Cerâmica Popular do Nordeste* decorrente da pesquisa realizada entre o Instituto Joaquim Nabuco e a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Da mesma forma, no v. 7, n. 0 17 de janeiro/abril de 1967, a *Revista Brasileira de Folclore*, na sua parte *noticiosa*, era apresentada uma notícia cujo título *Cerâmica Popular do Nordeste* avisava sobre a conclusão da referida pesquisa.

ações conjuntas com outras instituições como o Instituto Joaquim Nabuco, por exemplo.

Nesse boletim há também a notícia de que a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro teria promovido, naquele ano, ainda na Biblioteca Nacional, uma Exposição de Arte, cujo título não foi anunciado, na qual, porém, foram mostrados objetos de cerâmica, madeira, nesse segundo caso especificamente uma coleção de ex-votos. O texto não especifica diretamente de onde teriam vindo esses objetos, no entanto, por eles se tratarem de artefatos relacionados ao universo religioso, é bastante provável que algumas peças fossem parte do acervo decorrente da cidade de Juazeiro do Norte ou que a ele faziam referência.

Novamente, não serão nos boletins bibliográficos e noticiosos da Comissão Nacional de Folclore que a associação entre Juazeiro do Norte e Folguedos Populares iria aparecer. Neste sentido, a *Revista Brasileira de Folclore* de maio/agosto de 1966 depois de relatar como teria sido a programação da Comissão Cearense de Folclore relativo ao “Dia do Folclore”, passa logo em seguida a documentar como teria ocorrido essa data na cidade do Padre Cícero.

Em Juazeiro do Norte, no mesmo Estado, um dos municípios mais ricos em folguedos folclóricos, foi fundado no DIA DO FOLCLORE uma nova instituição: O Centro de Defesa do Folclore Caririense, com sede naquela cidade. A entidade se propõe a realizar pesquisas, fazer divulgação, estudar o folclore da região Sul-Cearense, principalmente o daquela cidade. Devemos esta informação ao folclorista Walter Menezes Barboza, que também nos comunica a realização da Primeira Exposição de Artes Populares do Cariri, acontecimento que marcou época na região, e, a realizar-se próximadamente, o II Festival Folclórico do Cariri, que, a exemplo do ano passado, reunirá 142 figuras na apresentação de Reisados, Bumba-meu-boi, Guerreiros, Dança de côco, Maneiro-pau, Lapinhas e Romaria ao Juazeiro²⁶⁸.

Um trecho curto e várias questões para serem exploradas. Aqui novamente o canal no qual a relação entre Juazeiro do Norte e os folguedos populares ocorre é a *Revista Brasileira de Folclore*. Revista cujos propósitos mais abrangentes abrem um espaço maior para a circulação de ideias e de novos atores. Indo a contrapelo do silêncio presente nos boletins bibliográficos e noticiosos, Juazeiro é representado aqui como um dos municípios mais ricos em folguedos populares do Ceará. No entanto, o aspecto mais importante desse enunciado é a fundação do Centro de

²⁶⁸ **Revista Brasileira de Folclore**. v. 6 n. 15. maio/ago. 1966, p. 212 - 213. Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (Acervo pessoal).

Defesa do Folclore Caririense²⁶⁹ com sede em Juazeiro do Norte. Suas propostas gerais foram bastante próximas das propagadas em 1955, quando da fundação do Instituto Cultural do Cariri. A principal diferença é que o único aspecto explorado é o folclórico “da região Sul-Cearense, principalmente o daquela cidade”. O que muito possivelmente é uma resposta ao silêncio dos intelectuais da cidade circunvizinha.

Assim como no Instituto Cultural do Cariri e no Instituto Cultural Vale Caririense²⁷⁰, a palavra Cariri parece ser usada aqui unicamente em referência à cidade onde a instituição estava instalada. A fundação e atuação desta instituição, praticamente inexplorada pela historiográfica local é uma das questões mais importantes para pensarmos a tensa relação entre a construção da regionalidade caririense e a propagação de suas instituições. A ausência de referência entre as duas instituições juazeirenses dificulta pensarmos a relação entre elas. Um aspecto importante e que deve ser comentado também aqui é que assim como a instituição em nível nacional, o CDFC levava em seu nome a palavra “defesa”. Defesa de determinadas representações sociais, de determinados lugares de poder.

Outro aspecto importante apresentado nesse texto diz respeito à realização da Primeira Exposição de Artes Populares do Cariri em período e local não revelado neste fragmento. O texto anônimo, sem autoria, dificulta bastante a localização de onde teriam saído esses discursos, mas é impressionante a quantidade de “figuras” praticantes dos folguedos populares ali representantes: 142 de 7 grupos culturais diferentes. Nenhuma menção a este festival na escrita de Figueiredo Filho.

Neste sentido, nenhuma referência ao Crato nem às ações do Instituto Cultural do Cariri - ICC. Assim como viemos acompanhando e discutindo, o Crato só

²⁶⁹ Infelizmente, nos arquivos consultados não encontramos nenhuma referência mais significativa sobre essa instituição. No entanto, é possível sugerir que tenha havido influência da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro na sua fundação. A proximidade entre o nome das duas instituições e a divulgação da criação da segunda parecem comprovar essa nossa hipótese.

²⁷⁰ O Instituto Cultural do Vale Caririense foi fundado em 22 de setembro de 1974. Com um objetivo próximo ao do Instituto Cultural do Cariri - ICC, seria missão “o cultivo, o incremento e a difusão das ciências e das artes; como também a preservação da tradição histórica e antropológica do Cariri”. No entanto, assim como ocorrera com o ICC, esta instituição falaria em nome da região, mas a partir da perspectiva de uma única cidade. Agora era vez de Juazeiro do Norte. Infelizmente, na documentação a que tivemos contato não há muitas informações sobre esse instituto, sobre o papel exercido por ele nos seus primeiros anos. No entanto um aspecto que nos chamou atenção é que esse instituto começou a atuar justamente no ano de falecimento de Figueiredo Filho, modificando os rumos do próprio Instituto Cultural do Cariri - ICC. No editorial de 1994 do seu boletim, uma edição especial em comemoração ao sesquicentenário do nascimento do Padre Cícero, encontramos um texto escrito pelo juazeirense Geraldo Menezes Barbosa afirmando ser o I – C – V - C o “órgão que detém o pensamento literário e cultural da Terra do Padre Cícero”, o que só evidencia que essa instituição foi criada como uma alternativa a “cratenização” do Cariri pelo ICC e tendo como principal símbolo a figura do Padre Cícero. Este instituto funciona até os dias atuais. Ver bibliografia

iria aparecer na documentação do movimento folclórico brasileiro relacionado à regionalidade caririense quando da interferência do Instituto Cultural do Cariri - ICC. No entanto, em resposta ao “silenciamento” de Juazeiro do Norte, houve a reivindicação de que as ações realizadas nessa cidade também fossem consideradas ações regionais e que Juazeiro também fosse, e de um jeito diferente, Cariri. A fundação de uma instituição no dia do Folclore (data criada para fortalecer aquele campo nacionalmente) provocaria mais ainda o clima de diálogo entre aquela cidade e o movimento folclórico brasileiro.

As temáticas relacionadas à imagética da cidade de Juazeiro do Norte voltaram a aparecer no boletim de novembro de 1966 a partir de várias perspectivas²⁷¹. Neste caminho, a (re) territorialização desta cidade por intermédio das experiências romeiras aparece em dois enunciados presentes no boletim de dezembro de 1966 de autoria de Severino Barbosa²⁷². O primeiro tem como título *Invasão dos romeiros do Padre Cícero ao Município de Exu*²⁷³. Já no segundo texto, nos deparamos novamente com uma referência à associação entre fanatismo e a cidade de Juazeiro do Norte: “Juazeiro é cidade sagrada onde fanatismo faz a lenda do Divino Messias do Cariri”²⁷⁴.

Diante dos diversos enunciados apresentados até agora sobre as cidades de Crato e de Juazeiro do Norte, há uma dimensão que precisa ser considerada: a maior parte dos folcloristas que publicavam sobre Juazeiro do Norte nos boletins da Comissão Nacional de Folclore, ao contrário dos que escreveram por intermédio do ICC e sobre o “Cariri cratense”, não aparentavam fazer parte de comissões estaduais de folclore, ou, pelo menos, não dos seus quadros mais “proeminentes”.²⁷⁵ Há um silêncio também sobre a trajetória intelectual da maior parte desses sujeitos.

²⁷¹Nota bibliográfica n. 227. Nov. 1966. Pasta 1966\ Boletins 218-229. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²⁷² Não encontramos nenhuma referência biográfica sobre esse autor nos arquivos pesquisados.

²⁷³ BARBOSA, Severino. Guerras de jagunços, ensanguentaram sertão nordestino. *Invasão dos romeiros do Padre Cícero ao Município de Exu*. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 nov. 1966. **Nota bibliográfica n. 228**. Dez. 1966. Pasta 1966\ Boletins 218-229 [1]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²⁷⁴ _____. Juazeiro é cidade sagrada onde fanatismo faz a lenda do Divino Messias do Cariri. **Diário de Pernambuco**, Recife, 20 nov. 1966. **Nota bibliográfica n. 228**. Dez. 1966. Pasta 1966\ Boletins 218-229 [1]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²⁷⁵ Dessa interpretação excetuarmos o folclorista capixaba Guilherme dos Santos Neves que foi, em 1948, fundador da Comissão Espírito-Santense de Folclore, tendo exercido na mesma a função de Secretário Geral.

Não conseguimos encontrar qualquer registro nos arquivos pesquisados, ao contrário daqueles que escreveram sobre o Cariri e na *Revista Itaytera*, que ocupavam funções importantes em suas respectivas comissões e possuíam uma larga produção na área, devidamente documentada. Aqui também se desenha uma distinção de interesses.

No entanto, esse aspecto abre espaço para que questionemos sobre a forma como os folcloristas conseguiam enviar seus textos/referências para a Comissão Nacional de Folclore. A partir dos vários contextos analisados, acreditamos na possibilidade desses textos/referências serem conduzidos sem a intermediação das comissões estaduais de folclore. Serem diretamente enviados por cada folclorista.

A construção independente de Juazeiro e de seu folclore, ausente do peso do termo caririense, ganhou outras dimensões, não restritas somente à pesquisa e divulgação do artesanato e do fanatismo religioso. É o que podemos verificar ao analisarmos o boletim de maio de 1968, no qual se citava a programação da I Semana Folclórica de Juazeiro do Norte, que ocorreria entre os dias 16 e 22 de agosto e que seria promovida pela Associação Juazeirense de Imprensa, fundada por Walter Barbosa, e pela Associação dos Poetas Populares, Violeiros e Folcloristas do Cariri. A programação variada incluía “palestras, programas radiofônicos, apresentação de violas e violeiros e, no DIA DO FOLCLORE, um festival de poetas juazeirenses, bumba-meu-boi, burrinha, dança do Jaraguá, Maneiro-pau, Conjunto Cabaçal e a dupla de violeiros Pedro Bandeira e João Alexandre”. Essa é a primeira vez nesses boletins que Juazeiro do Norte aparece como possuidora de “folgedos populares”: Semana Folclórica de Juazeiro. Juazeiro fala de si como Juazeiro, ao contrário do Crato que fala de si enquanto todo o Cariri.

No entanto, no boletim de setembro de 1969 há uma enxurrada de referências a trabalhos publicados na *Revista Itaytera* nos quais a reprodução de determinados estereotípicos a respeito da figura mística do Padre Cícero, do fenômeno religioso que lhe acompanha, bem como sobre as ressonâncias nas sociabilidades surgidas pelo seu intermédio são os aspectos centrais que dão o teor dessas referências. Neste sentido, Padre Cícero estará presente em três textos. O primeiro, *Padre Cícero: mística e realidade no nordeste*, de autoria de Luís Corrêa de Araújo²⁷⁶, o

²⁷⁶ ARAÚJO, Luís Corrêa de. ARAÚJO, de. Padre Cícero: mística e realidade no Nordeste. **Revista Itaytera**, Crato, 13, p. 153-157, set. 1969. **Nota bibliográfica n. 259**. Set. 1969. Pasta 1966\Boletins 218 – 229[12] Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (

segundo intitulado *O que dizem do Padre Cícero* de Pinheiro Monteiro²⁷⁷ e o último, de Figueiredo Filho, *Padre Cícero: mito e realidade*²⁷⁸, que aparentemente era uma tentativa de demonstrar o fim da dimensão mitológica daquela figura religiosa a partir da “imparcialidade” do intelectual cratense.

No caso desses enunciados publicados sobre a figura mitológica do Padre Cícero e da cidade de Juazeiro do Norte é a construção folclórica que prioriza a negação, não há beleza romantizada porque não há um morto para velar²⁷⁹, há, pelo contrário, uma tentativa de matar a sua “vividade”, a sua incômoda propagação. Juazeiro cresce arrastada pela figura do Padre Cícero, incomodando fortemente a geografia e a elite cratense. Juazeiro do Norte se tornou maior do que poderia ser, então a escrita que não pode negar esse crescimento, precisa “enfeia-la”. Daí tantas referências presentes na cratense *Itaytera*.

Assim como ocorreu com relação aos textos sobre a cidade do Crato, também acompanhamos, a partir da década de 1970, uma diminuição da associação entre Juazeiro do Norte e o Padre Cícero nos boletins da Comissão Nacional de Folclore, ao tempo em que, principalmente na *Revista Brasileira de Folclore*, as imagens sobre artesanato juazeirense e sua participação em alguns eventos nacionais ganhavam ainda mais força e fariam parte de um conjunto de ações cujos eixos se voltaram para questão do desenvolvimento local.

Neste sentido, a consolidação da associação entre esta cidade e a problemática do artesanato pode ser percebida no boletim de abril de 1970 quando foi anunciada a inauguração no dia 3 de abril da I Exposição de Artesanato do Nordeste, ocorrida no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, [...] que mostrou ao carioca o artesanato de Juazeiro, Estado do Ceará; peças de cerâmica, madeira e pano, instrumentos musicais, joias, armas, redes, objetos de couro e de palha, etc. [...]”. Essa exposição nos ajuda a entender como Juazeiro do Norte foi ganhando um

Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²⁷⁷ MONTEIRO, Pinheiro. *O que dizem do Padre Cícero*. **Revista Itaytera**, Crato, v. 13, n., p. 25-132, 1969. Nota bibliográfica nº 259. Set. 1969. Pasta 1969.253 – 263 [1] Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²⁷⁸ FIGUEIREDO FILHO (J. de) – *Padre Cícero – mito e realidade*, Itaytera, Crato, 13: 233 – 1969. **Nota bibliográfica nº 259**. Set. 1969. Pasta 1966\Boletins 218 – 229[12] Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²⁷⁹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **O morto vestido para um ato inaugural**: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013.

espaço importante dentro do mapa do artesanato brasileiro e alguns dos desdobramentos possíveis desse processo. Sobre tal exposição, o item “noticioso” da *Revista Brasileira de Folclore* anuncia:

Bússola do Nordeste. Foi inaugurada no dia 3 de abril, às 18 h, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, sob o patrocínio da Prefeitura de Juazeiro do Norte, Ceará, a I Exposição de Artesanato <Bússola do Nordeste>. No programa da inauguração tomaram parte violeiros cearenses fazendo demonstrações de desafios e repentes. A mostra teve como principal objetivo apresentar as <boas coisas do Nordeste>, focalizando principalmente o desenvolvimento do artesanato, em que se destacam trabalhos em madeira, couro e rendas. Trabalhos de artesanato foram confeccionados, na presença dos visitantes, pelos próprios artesãos, enquanto os cinco violeiros executaram os melhores números de seu repertório. Do grupo faziam parte os irmãos Pedro, Francisco, João e Doudete, além de Pedro Bandeira e Geraldo Amâncio²⁸⁰.

O título *Bússola do Nordeste* (que pressupõe a indicação de determinados caminhos), a preocupação em tornar público e nacionalmente conhecidas suas “boas coisas” e o próprio apelo em favor da discussão sobre desenvolvimento regional, são elementos importantes para a construção dessa relação entre Juazeiro do Norte e a temática do artesanato. Esses artefatos (a maioria religiosa) permitem àquela cidade ser o território que avança sobre outras geografias e que olha para o futuro. Daí o apelo ao desenvolvimento, ao artesanato, ao poder público. Esse último, até pouco tempo, aparecia muito timidamente nos boletins da Comissão Nacional de Folclore, contexto modificado com a atuação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.

Fazendo uma análise comparativa entre a aparição do Cariri (Crato) e de Juazeiro do Norte nesses boletins, podemos observar que a palavra Folclore aparece quase exclusivamente em referência à primeira construção territorial. Isso é bastante significativo já que dentro dos discursos daquele movimento intelectual folclore é quase prioritariamente folgedos populares. Juazeiro não tem folgado, não tem folclore.

Neste sentido, a nossa opção aqui em abrir caminho para pensar o espaço ocupado por Juazeiro do Norte nos boletins bibliográficos e noticiosos da Comissão Nacional de Folclore se fez no sentido de problematizar de que maneira os silêncios

²⁸⁰ Bússola do Nordeste. **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 26, jan/abr, 1970, p. 62 – 63. Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (Arquivo pessoal).

e os esquecimentos foram produzidos discursivamente nesses enunciados. Silenciar e esquecer são sinônimos aqui da produção de um não pertencimento a determinados espaços de poder/saber. Nas bordas de todo um conjunto de enunciados que anunciam o epíteto do Crato enquanto Cidade da Cultura, o “renascer pujante”²⁸¹ do seu folclore era professado simultaneamente a fundação da *Revista Itaytera*, principal veículo de comunicação com o movimento folclórico brasileiro.

Figueiredo Filho é, sem dúvida, um personagem importante nesses processos de eleição/exclusão. Neste sentido, a negação da cidade do Padre Cícero se efetua na sua trajetória desde das primeiras correspondências com a Comissão Cearense e Nacional de Folclore, passando pelos grupos escolhidos para fazer parte do repertório dos congressos e semanas em que o Cariri esteve presente e finalizando com a organização dos temas folclóricos que se fariam presentes nos boletins da Comissão Nacional de Folclore.

No entanto, o principal espaço de seleção/exclusão de Juazeiro do Norte e de conseqüente valorização do Crato se deu com a publicação de sua principal obra sobre o tema. A obra-síntese de todo trabalho que viemos acompanhando até aqui. Em *O Folclore no Cariri*, Juazeiro, bem como outras cidades dessa região, são esquecidas e é demonstrada a mais manifesta intenção de “cratequizar” o extremo sul cearense. Nessa obra também será “organizado” todo um conjunto de signos que Figueiredo Filho vinha trabalhando já há algum tempo. Neste sentido, aqui grande parte dos fragmentos apresentados no início de nosso capítulo estarão costurados pela preocupação em construir uma cartografia do folclore caririense.

4.4 Enquadrado e pedagogizado: O Folclore no Cariri

Quando comecei a ter conhecimento do mundo, o Cariri vivia o período de apogeu de seu folclore. A festa máxima de Crato, da Padroeira, Nossa Senhora da Penha, coincidia com o primeiro de janeiro. Todos os festejos de origem popular desfilavam pelas ruas e praças da cidade. Meus olhos de criança deslumbravam-se com a multiplicidade de côres do **reisado**, com os passos dos figurantes do **bumba-meu-boi**, com a música-de-couro, com elementos fardados, tendo na cabeça casquete com froco, chamado por todos de bolota, o qual, superposto na parte dianteira, se balançava ao menor movimento [...]. Presenciei, embasbacado, a dança do reisado, com

²⁸¹**Revista Itaytera**, Crato, 1958 (Acervo do Departamento histórico diocesano padre Antônio Gomes de Araújo – DHOPG).

cavaleiros de côres berrantes, predominando o encarnado, e capacetes enfeitados de espelinhos e lantejoulas. Manejavam espadas de paus prateadas, tão solenemente compenetrados, que pareciam autênticos guerreiros medievais em refregas ou torneios. Via, embevecido, o lenço de chita vermelha, verde ou azul, a ser lançado à assistência, a fim de colher os níqueis e cobres, moedas divisionárias daquele tempo, quando a gente até ignorava o significado do termo inflação. Mas não me cansava daquelas festas, cantadas e dançadas ao som do fole, ou da viola dedilhada com habilidade, para os meus ouvidos, um tanto incipientes, de então. [...] depois, lá vinha o bumba-meu-boi. Para êsse folguedo, ia sempre acompanhado de meus pais. Havia a figura que metia mêdo aos meninos e, por isso, tinha de ir acompanhando a família. O Mateus, encaretado, pintado de carvão, munido de chicote e zinir no ar, representava o mesmo papel do careta, no carnaval de outrora. Chicoteava, sem que nem para que. Falava grosso, dizia pilhéria aos presentes e amedrontava as crianças, notadamente os moleques da rua. Aquilo era a graça do folguedo e seus versos e toada perduravam de bôca em bôca, em meio da criançada. [...] Mas aquela função quase passou da paisagem folclórica cariense. Sobrevive bem mutilada. [...] Mas, falemos um pouco de música-de-couro, antes de embrenharmos em certas particularidades, em capítulo especial [...] ²⁸²

Esse trecho, que abre a obra *O Folclore no Cariri*, une alguns dos mais importantes elementos contemplados na trajetória folclorística de Figueiredo Filho e sobre os quais viemos desenvolvendo um dos principais argumentos do nosso trabalho: há, na sua produção, a preocupação em legitimar o papel que os folguedos populares tiveram para a construção histórico-cultural dessa região, o que vai ao encontro das pretensões mais legítimas da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro - CDFB.

A respeito disso, uma questão interessante e que se atravessa pela relação desse cratense com seus pares é a ausência, em suas páginas, de qualquer referência aos membros da Comissão Nacional de Folclore. Os nomes a que Figueiredo faz menção, já no início de sua obra, são os dos membros do Instituto Cultural do Cariri - ICC, bem como o do reitor da Universidade do Ceará Antônio Martins Filho²⁸³. Também não é encontrado qualquer diálogo desse folclorista com intelectuais da cidade circunvizinha. Do movimento folclórico brasileiro apenas o nome de Florival Seraine é lembrado em certo momento do livro. E bem

²⁸²FIGUEIREDO FILHO, J. de. **O folclore do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 12.

²⁸³ Logo no início, no item *Explicando*, Figueiredo Filho faz um agradecimento especial ao reitor da Universidade do Ceará, Antônio Martins Filho, cuja universidade “está fazendo o movimento cultural de maior grandeza, em extensão e profundidade, que houve em plagas alencarinas”. Em outro momento, acompanhamos Figueiredo Filho fazendo menção genérica aos membros do Instituto Cultural do Cariri: “Nesse trabalho, além do esforço próprio, encontrei a ajuda sincera de muitos amigos, consórcios do Instituto Cultural do Cariri”. No entanto, a respeito das questões metodológicas, ele praticamente só fez referências nessa obra ao folclorista Câmara Cascudo. Ver: FIGUEIREDO FILHO, J. de. **O folclore do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960, s/n.

rapidamente²⁸⁴. No entanto, a ausência da referência objetiva aos membros do movimento folclórico brasileiro não significa que todo um contexto de influências diretas e indiretas não esteja presente na escrita e propagação de sua obra. Essas influências podem ser observadas a partir de vários ângulos, como veremos no decorrer deste tópico.

Neste sentido, compreendemos que o lugar privilegiado que o tema folguedos populares teve ao longo da produção folclorística do intelectual cratense nos ajuda a entender a organização dos signos eleitos para serem analisados/apresentados nessa obra. É só lembrarmos que duas das três manifestações que tiveram capítulos próprios em *O Folclore do Cariri* (o Maneiro-Pau e as Bandas Cabaçais) foram representadas durante o V Congresso Brasileiro de Folclore ocorrido em 1963 em Fortaleza, além desta última ter sido convidada para participar das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, em 1954. Como já comentado, tais manifestações iriam aparecer nos primeiros diálogos travados entre J. de Figueiredo Filho e a Comissão Nacional de Folclore²⁸⁵. Elas são assim as principais pontes entre o folclorista cratense e o movimento folclórico brasileiro.

A passagem de tais grupos em eventos nacionais e mesmo locais não foi esquecida nesse livro. Inclusive, entre suas páginas encontraremos a "solução" para a ausência das Bandas Cabaçais em São Paulo no ano de 1954.

Por duas vezes, bandas-de-couro do Cariri transportaram-se a Fortaleza onde se exibiram até em radioemissoras, conduzidas pelo Sr. Luís da

²⁸⁴ Há uma citação bastante rápida ao na época Secretário - Geral da Comissão Cearense de Folclore, Florival Seraine, "dos eméritos pesquisadores do folclore cearense", a respeito do contato que esse teria tido com a Dança do Pau-de-fita/Trancelim durante as festas centenárias do Paraná, cuja maneira de dançar "exclusivamente por homens, uns fazendo o papel de dama" relembra aquela prática no que Figueiredo Filho chama de "Crato Antigo". O que difere da forma contemporânea em que é praticado com pares de ambos os sexos: "O pau é coberto de fitas de cores diferentes e é então dançado em pares ao som da música própria de quadrilhas", continua ele. Ver: FIGUEIREDO FILHO, J. de. **O folclore do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 91-93.

²⁸⁵ Em correspondência já comentada aqui e escrita em 12 de novembro de 1957, Figueiredo Filho entra em contato com Renato Almeida confirmando o recebimento de uma carta escrita por esse último em 29 de outubro daquele ano. Dando prosseguimento, o folclorista cratense afirma estar enviando um recorte do jornal *O Povo* com um trabalho seu sobre o Milindô, além de dois números da *Revista Itaytera*. Figueiredo Filho ainda lamenta não poder enviar o primeiro número daquela revista na qual havia um trabalho seu a respeito de Bandas Cabaçais. Esse mesmo texto teria saído no jornal "*O Diário de Pernambuco*". Depois de exaltar as ocorrências folclóricas daquela região, Figueiredo Filho se compromete a enviar fotografias "e tudo mais que se ligar ao assunto". Por fim, ele afirma que em meados do mês de dezembro daquele ano, seria realizada sob a orientação do ICC, Semana de Cultura "com desfile de danças e músicas folclóricas, a exemplo do MINEIRO PAU e das BANDAS CABAÇAIS". Como já colocado, coincidentemente, duas dessas manifestações ganharam capítulos específicos em *O Folclore no Cariri*.

Livraria, assim chamado porque é proprietário da Livraria São Vicente Ferrer. O sucesso foi enorme. Uma das cabaçais de Crato foi contratada, através do Instituto Cultural do Cariri, a fim de fazer parte dos festejos folclóricos, realizados em São Paulo por ocasião das comemorações de seu quarto centenário. Medidas de economia cortaram muitas representações do Norte, entre as quais a cabaçal. Foi pena, porque dariam nota bem original àquelas festividades de caráter popular.²⁸⁶

No entanto, se na obra de Figueiredo Filho não iremos encontrar referências diretas ao movimento folclórico brasileiro e suas ações efetuadas àquele tempo, quando, por exemplo, observamos a *Revista Brasileira de Folclore* de janeiro/abril de 1970 encontramos um texto debruçado especificamente sobre o Maneiro - Pau cratense que fazia referências diretas a essa obra²⁸⁷. Tal aspecto nos leva a concluir que *O Folclore no Cariri* conseguiu adquirir certo reconhecimento dentro do circuito construído pelo movimento folclórico brasileiro.

Do ponto de vista organizacional, as suas mais de cem páginas se dividem em cinco capítulos, cuja “arquitetura” está estabelecida em torno de eixos diversos²⁸⁸. No entanto, e voltando à problemática que viemos trabalhando desde início do nosso trabalho, entre lendas, aboios e histórias de “Troncoso” que praticamente não adquiriram visibilidade nessa obra, há a preponderância absoluta em torno de danças e grupos populares cratenses. Neste sentido, as imagens da dinamicidade cênica, o ritmo de suas músicas e coreografias são espalhadas no decorrer do livro, não deixando para o leitor dúvidas sobre quais eram as principais intenções de Figueiredo Filho.

A capa do livro já demonstra a eleição do símbolo mais importante da produção folclórica de Figueiredo Filho: o desenho do componente de uma Banda Cabaçal tocando sua zabumba responde à demanda pela escolha de um representante legítimo desse folclore que nas festividades de centenário do Crato foi

²⁸⁶ FIGUEIREDO FILHO, J. de. **O folclore do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960, p. 87.

²⁸⁷ Neste sentido, na *Revista Brasileira de Folclore*, nº 26, janeiro/abril de 1970, há um texto cujo título era *Maneiro Pau: Uma dança dramática?*, de autoria do folclorista paraibano Altimar Pimentel. Nesse material há uma análise da ocorrência dessa manifestação na cidade de Crato, se reportando, logo no início, às informações fornecidas por J. de Figueiredo Filho em *O Folclore no Cariri*. Em certa parte do texto, o autor também faz menção à ocorrência de determinada Banda Cabaçal, aqui já denominada de Irmãos Aniceto, e sua relação com o grupo de Maneiro - Pau. Inclusive encontramos várias fotografias em que os dois grupos fazem uma apresentação conjunta. No decorrer desse capítulo analisaremos mais detalhadamente alguns aspectos que esse artigo nos permitiu inferir. Ver: **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, v.10, n. 26, jan./abr. 1970, p. 39 – 44. Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (Arquivo pessoal).

²⁸⁸ São eles: *A riqueza dos motivos folclóricos do Cariri*; *Lendas do Vale caririense*; *Lapinha e pastoris*; *Tracoma e Folclore*; *O aboio em versos*; *Louvação ao Cariri – Ainda a presença da Bahia*; *Maneiro-Pau*; *Bandas Cabaçais do Cariri* e o nono e último, *Outros motivos folclóricos*.

"o principal atrativo dos folguedos folclóricos".²⁸⁹ A impressão faz assentar materialmente o processo distintivo e circular determinados tipos de verdades: "Na realidade, é o conjunto musical mais exótico e mais característico do interior nordestino", afirma ainda Figueiredo Filho.²⁹⁰

Há, nessa atitude de desenhar e gravar materialmente, a preocupação em assegurar espaços estabelecidos no passado, mas também no futuro. A capa com um componente desses conjuntos traz à tona os acordos que já vinham se estabelecendo desde a escolha de determinado grupo para participar das festividades ao aniversário de São Paulo até a efetivação dessa participação durante o V Congresso Brasileiro de Folclore, do qual os dois principais organizadores: a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Universidade do Ceará foram influenciadores. A primeira de modo indireto e o segundo mais diretamente, com a produção e divulgação desta e de outras obras sobre o Cariri cearense.

Neste sentido, foi a editora da Universidade do Ceará, por meio da "Imprensa Universitária do Ceará", a responsável pela publicação de *O Folclore no Cariri*, um ano antes. Inclusive, em uma publicação da *Revista Itaytera* de 1961, encontramos a afirmação de que a publicação deste livro, cujo título é apresentado nessa documentação como *Folclore na região caririense e Folguedos Infantis Caririenses*, faziam parte do repertório da coleção *Documentário Cariri* pertencente àquela instituição universitária.²⁹¹

A produção dessa escrita, assim como grande parte da produção dos folcloristas ligados à Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, se estruturava a partir da preocupação em consolidar o folclore enquanto um campo de pesquisa organizado que, no entanto, não conseguiria, ao contrário das pretensões de seus membros, se estabelecer efetivamente nos cursos universitários como uma disciplina acadêmica. Neste sentido, a publicação de um livro financiado pela Universidade do Ceará se insere na busca por "academizar" aquele conhecimento que já há alguns anos vinha objetivando um lugar nos círculos universitários.

²⁸⁹ FIGUEIREDO FILHO, J. de. **O folclore do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 78.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ FOLCLORE caririense. *Revista Itaytera*, Crato, p. 180, 1961.

Neste sentido, a temática folclórica aparece também como lugar importante para J. de Figueiredo Filho se inserir no espaço acadêmico²⁹². Essa relação de proximidade entre os campos folclórico e acadêmico pode ser percebida quando da realização do já inúmeras vezes comentado V Congresso Brasileiro de Folclore, bem como na organização de alguns projetos em conjunto como, por exemplo, a realização de um "levantamento do Folclore do Estado"²⁹³ do qual, possivelmente, a fabricação de *O Folclore do Cariri* recebeu direta influência.

Logo no início do seu texto, Figueiredo Filho demonstra a relação entre a produção daquela obra e muitas das ações e redes aqui tratadas: "Não passarei aqui, nessa única monografia. [...] Não pretendo também ficar sozinho neste setor, que, sendo tão extenso, é eterno convite aos estudiosos para desvendar-lhe as belezas ainda encobertas aos olhos de muitos"²⁹⁴. Esse trecho nos ajuda a compreender um pouco as referências de enunciados produzidos por folcloristas de outros lugares a respeito do Cariri nos boletins da Comissão Nacional de Folclore.

O "pano de fundo" que organiza a produção de *O Folclore no Cariri* está assentado na busca por mapear a colonização daquela região²⁹⁵ por intermédio das ocorrências folclóricas. Há aqui uma negação por parte de Figueiredo Filho de que as raízes desse folclore pudessem ser encontradas em outras regiões do Ceará. Neste sentido, logo no início da obra afirma ele: "Nessa monografia procuro, outrossim, desenvolver e comprovar a tese de que a colonização do Cariri, de

²⁹² Estamos nos referindo à atuação dele enquanto professor da Faculdade de Filosofia do Crato que por sua vez, possuía vínculos institucionais com a Universidade do Ceará.

²⁹³ No boletim bibliográfico e noticioso de fevereiro de 1961 encontramos a seguinte notícia: "A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro vai celebrar um convênio com a Universidade do Ceará, para realizarem um levantamento do Folclore do Estado". Ver: Nota bibliográfica n. 158. Fev. 1961. Pasta 1961/Boletins 1958 – 1969 [10]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

²⁹⁴ Ver: FIGUEIREDO FILHO, J. de. **O folclore do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960, s/n.

²⁹⁵ Esta não é simplesmente a principal tese de *O Folclore no Cariri*, é a tese que acompanha toda a trajetória intelectual de Figueiredo Filho: pensar, a partir de vários aspectos, o Cariri cearense enquanto um território diferenciado. Neste sentido, por traz das descrições de cada manifestação folclórica há a preocupação em defender que a maior parte dessas manifestações teria sua origem a partir de diferentes fluxos migratórios vindos dos estados já referidos. Tais fluxos imigratórios foram possibilitados principalmente pela pecuária e pelo trabalho nos engenhos de açúcar da região, estes já em profunda decadência no período da escrita de *O Folclore no Cariri*. Como já colocado inúmeras vezes, a busca por essa origem em outros estados se faz enquanto um exercício eficaz para distanciar o Cariri cearense de qualquer dívida histórica e cultural com a capital cearense, ou mesmo com o restante do estado. Faz parte do projeto de busca pela independência política e cultural dessa região.

acordo com o seu folclore, se procedeu de maneira diversa do restante do Ceará"²⁹⁶ Para fundamentar as bases dessa ancestralidade, o folclorista cratense se voltou aos estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Bahia e sua participação na ocupação do extremo sul cearense.

O folclore do Cariri, conservado quase puro ainda, apesar dos abrolhos surgidos em seu caminho, ainda é outra grande prova de que a colonização do vale foi realizada por elementos que não procederam do norte cearense. Em Fortaleza e arredores não se conhece o zabumba-de-couro. É quase desconhecido ali o maneiro-pau. Nunca se dançou o milindô nas praias cearenses e circunvizinhança²⁹⁷

O livro possui muitas imagens e figuras²⁹⁸. Homens dançando o Coco-Gavião²⁹⁹ e o Baião, "lutando" o Maneiro-Pau, desenhos de partituras desses últimos, bem como de um estandarte pertencente a determinado grupo de penitentes são então compartilhadas com inúmeros outros desenhos pelos quais são retratados cada instrumento/componente das Bandas Cabaçais que "reinam" do início ao fim das ilustrações dessa obra. Há uma página inteira reservada para cada instrumento e detalhe daquele elemento cultural.

Tendo como base vários elementos observados, é possível afirmar que os fios que ligam as imagens presentes na narrativa de Figueiredo Filho são suas memórias de criança e de adolescência. Por intermédio desses signos é possível entender melhor como foi se estabelecendo a escolha dos bens que entrariam no seu roteiro de interesse intelectual³⁰⁰. Um exemplo importante do que estamos

²⁹⁶ FIGUEIREDO FILHO, J. de. **O folclore do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, s/n.

²⁹⁷ Idem, p. 15

²⁹⁸ Ver anexos B, C, D, E, F e G.

²⁹⁹ Encontramos pouquíssimas referências sobre as especificidades desse gênero do Coco na obra de Figueiredo Filho. O autor não dedica um capítulo específico sobre essa prática. Na verdade, essas pouquíssimas imagens estão espalhadas no decorrer da sua obra sem qualquer conexão entre si. Em uma das imagens em que aparece a dança, o enunciado afirma ter ela relação direta com as raízes étnicas caririenses. Em outro momento, a despeito de falar simultaneamente de várias danças praticadas na região, Figueiredo Filho introduz rapidamente o Coco-Gavião, mas sem problematizar efetivamente o assunto: "João Bernardo é exímio dançador do coco, com estilo primitivo, não deturpado pela influência litorânea. Ouvi-lhe o Gavião. Disse-me que é dançado em redoa, ou em fila, pelos sexos isolados, ou juntos. O acompanhamento é o ganzá e as filas cruzam, uma com outra". Esse é o único trecho em que Figueiredo Filho nos fornece mais detalhes sobre essa manifestação. FIGUEIREDO FILHO, J. de. **O folclore do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 75.

³⁰⁰ Essas imagens de infância estão presentes em muitos momentos de *O Folclore no Cariri*, principalmente na parte inicial do seu texto, como já demonstrado na citação que abre o nosso tópico. Neste sentido, a palavra "testemunhei" é utilizada como ponte entre a análise do pesquisador e o olhar assustado de menino. Ao se dizer testemunha, Figueiredo Filho se coloca na condição de "autoridade" sobre aquele assunto. Uma das imagens mais marcantes dessa infância e que merece nossa atenção aqui diz respeito a um encontro que teria lhe causado grave acidente. Quando

falando é a valorização de ele ter sido testemunha tanto do período áureo da música de couro quanto de sua decadência, esta impulsionada pela “civilização que penetrava no vale”³⁰¹. Sobre a presença desses conjuntos em sua obra é importante lembramos que o título de seu capítulo foi construído no plural: *Bandas cabaçais do Cariri*, uma declaração de que além do grupo que esteve presente durante o V Congresso Brasileiro de Folclore, existiam naquela região (principalmente no Crato) outras com as mesmas qualidades³⁰².

A respeito do Maneiro-Pau, outra manifestação presente no V Congresso Brasileiro de Folclore e no número da *Revista Brasileira de Folclore* há pouco apresentado, Figueiredo Filho dedicou, assim como os conjuntos de couro, um capítulo inteiro de seu livro. Para descrevê-lo, o folclorista cratense se utiliza novamente das palavras daquele que considera o maior dos folcloristas brasileiros de sua época, Luís da Câmara Cascudo.³⁰³

MINEIRO PAU – Antiga dança de roda cantada e ritmada com palmas. Os dançarinos viravam-se para a direita e para a esquerda, com um leve cumprimento ao companheiro deste lado, ou fazendo menção de dar umbigada. Cantavam quadrinha, intercalando o estribilho MINEIRO PAU! MINEIRO PAU.

brincando em sua residência teria lhe chamado atenção o tocar de uma Banda Cabaçal nas proximidades, indo apressado até a rua para acompanhar o movimento, Figueiredo Filho se acidentou com outro transeunte, o que lhe provocou uma queda e a consequente quebra de todos os incisivos superiores. Um aspecto importante tratado aqui pelo autor que envolve suas lembranças e que se configura como importante dentro das preocupações do movimento folclórico brasileiro diz respeito à teatralidade desses conjuntos apresentados: “Ao sair, só tinha ouvidos e olhos para a cabaçal que passava, com o porta-bandeira, de casa em casa, a tirar esmolas para o santo, empunhando uma bandeja à mão”. Ver: FIGUEIREDO FILHO, J. de. **O folclore do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960, p. 13.

³⁰¹ Como já discutido aqui, em *O Folclore no Cariri* é possível visualizar a relação de intimidade entre Figueiredo Filho e os zabumbas de couro. Essa relação se inicia em suas primeiras imagens de infância, atravessando o período em que o folclorista cratense declara que pelo “amor ao progresso” teria ainda jovem aprovado a atitude de seu pai de proibir a exibição das Cabaçais em dias comuns, e até mesmo nas feiras. Essa atitude teria contrariado certo vigário de nome Francisco de Assis Feitosa, que via, nesses grupos, aliados para as festividades da padroeira, já que muita gente se aglomerava para vê-los. Com o tempo, as medidas impostas pelo seu pai foram sendo esquecidas” e os grupos voltariam a ser o centro das atenções nas festividades religiosas e cívicas do município. Ver: FIGUEIREDO FILHO, J. de. **O folclore do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 13.

³⁰² Logo no início de seu capítulo *Bandas Cabaçais do Cariri*, Figueiredo Filho afirma que durante as festividades de centenário do Crato “Cinco ou seis bandas desfilarão pelas ruas, a torem baião, sambas, marchas e valsinhas dolentes”. Aquelas bandas fariam aglomerar um número significativo de pessoas “de fora”, que, de acordo com ele, até aquele momento nunca tinham entrado em contato com a originalidade de tais bandas de música. A dimensão “original” desses conjuntos seriam um atrativo a mais para aquelas festividades. Ver: FIGUEIREDO FILHO, J. de. **O folclore do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 78.

³⁰³ CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Instituto Nacional do Livro, 1954, p. 400.

A dimensão cênica e teatral dessa prática é um dos aspectos mais explorados por Figueiredo Filho em *O Folclore no Cariri*³⁰⁴. Neste sentido, o folclorista cratense explora esse aspecto não apenas por intermédio de suas descrições, mas se utilizando de inúmeras imagens que demonstram, para o leitor, toda a dinamicidade que os escritos sozinhos não conseguem traduzir. Novamente, a participação desse folguedo nas festividades de elevação do Crato à categoria de cidade é acionada: "Foi muito apreciado pela nota inédita que imprimiu a muitos visitantes, especialmente aos filhos de Fortaleza, que o desconheciam."³⁰⁵ É necessário lembrarmos que os primeiros textos de Figueiredo Filho nos boletins da Comissão Nacional de Folclore tratam sobre essas festividades. É provável que as fotografias inseridas em *O Folclore do Cariri* sejam relativas a esses momentos, sobre os quais o folclorista cratense chega a apresentar alguns versos recitados pelo grupo que ali se apresentou: "Viva a cidade do Crato/Princesa do Cariri/Hoje fêz seu centenário/Não quero sair daqui".³⁰⁶

A própria denominação do folguedo já insere ele no circuito "restrito" daquela região: "[...] e, na região, é chamada de maneiro-pau". O que lhe fornece a

³⁰⁴ Já na parte inicial de sua descrição Figueiredo Filho afirma ser aquele folguedo muito antigo no Cariri cearense e que, ao tempo de sua escrita, permanecia nos sítios e subúrbios cratenses. Partindo da premissa de que aquela manifestação se originou no estado de Minas Gerais, o folclorista cratense afirma que ela teria chegado no sul cearense possivelmente pelo estado da Bahia e por intermédio do ciclo do gado. Com relação aos seus aspectos etnográficos, Figueiredo Filho a descreve como basicamente constituída por cânticos e dança, sem que haja acompanhamento de qualquer instrumento. É praticado apenas por homens, afirma ele. "Em tempos mais recuados" os praticantes do Maneiro-Pau vinculavam-se ao que o folclorista chama de esporte dos jogadores de cacête: "Eram caboclos, ou cabras como antigamente os chamavam, dos engenhos caririenses, da bagaceira, peritos manejadores de cacête, como arma defensiva e ofensiva". No final de sua explanação, Figueiredo Filho verifica que aquela luta de cacetes teria sido extinta do panorama caririense por conta do progresso "e por ocasião das mudanças nas relações de trabalho em que o cabra de engenho já não exercia mais a função de guarda-costas de seu patrão". Essa é uma referência às mudanças sociais e econômicas vivenciadas no ambiente dos engenhos de rapadura no Cariri principalmente a partir das mudanças nas relações de trabalho trazidas pela modernidade. Na continuação, Figueiredo Filho fala sobre a ocorrência daquele Folguedo na zona rural do Crato: "É nas noites enluaradas que o morador do sítio gosta de jogar o maneiro-pau. Caboclos, cuja designação abrange não só os descendentes dos aborígenes, mas os pobres em geral, quer sejam brancos, pretos ou mestiços, reúnem-se aos magotes. São dez, quinze, vinte ou mais, predominando rapazes e meninotes e todos da mesma zona rural". Em fila indiana, os componentes ficam todos munidos do seu próprio porrete. Eles se utilizam de indumentárias (camisa de meia listrada, calças comuns e alpercatas) quando participam de festas públicas. Figueiredo Filho explica ainda que há sempre no grupo um tirador de versos "que faz o solo, improvisando ou com produção de outrem, sabida de cor". O já conhecido coro "maneiro, pau, maneiro pau" entremeia os versos e corresponde às pancadas de um cacête no outro. Os porretes são batidos uns nos outros e também no chão. Ver: FIGUEIREDO FILHO, J. de. **O folclore do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 69.

³⁰⁵ FIGUEIREDO FILHO, J. de. **O folclore do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 68 – 70.

³⁰⁶ F FIGUEIREDO FILHO, J. de. **O folclore do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 72.

originalidade necessária: "A outra denominação '*mineiro pau*' seria utilizada apenas por pessoas letradas e em referência a uma possível origem mineira daquela manifestação. Maneiro pau traduz melhor a preocupação em regionalizar aquele folguedo.

Como colocado há pouco, o Maneiro - Pau, a Banda Cabaçal cratense, J. de Figueiredo Filho e *O Folclore no Cariri* aparecem na *Revista Brasileira de Folclore* de janeiro/abril de 1970. No início de sua descrição, o teatrólogo paraibano associa a observação daquele folguedo com a dimensão dinâmica do folclore, questão defendida por Edison Carneiro: "O Folguedo a que assisti em outras ocasiões e a julgar pelo depoimento do folclorista local, Prof. J. Figueiredo Filho, dança de homens, despida de qualquer entrecho dramático e até de acompanhamento musical, evoluiu para o desenvolvimento de uma <trama> que *justifica* a luta (ou lutas de cacête simbolizada)"³⁰⁷. De uma luta, o Maneiro - Pau vai sendo classificado enquanto uma manifestação dramática.

O texto de Pimentel nos esclarece a respeito de elementos importantes das preocupações presentes no texto do folclorista cratense. A busca pelas origens africanas, bem como a preocupação em demonstrar o sentido teatral desse folguedo, são aspectos que foram trabalhados pelo intelectual cratense e que parecem se fazer visíveis como resposta aos próprios centros de interesse dos principais nomes do movimento folclórico brasileiro. Na continuidade de sua escrita, Pimentel se volta novamente para a obra *O Folclore no Cariri* e para as observações realizadas no campo ao lado de Figueiredo Filho, quando esteve no Crato. O folclorista paraibano faz menção ainda à participação desse grupo em certo Festival de Folclore ocorrido em Fortaleza. É possível que o festival a que ele se refira fizesse parte da programação do V Congresso Brasileiro de Folclore, ocorrido no ano de 1963 na capital cearense. Uma questão importante que nos surgiu também é que esse "encontro" entre Pimentel e Figueiredo Filho na cidade do Crato parece demonstrar a certa ressonância que o nome do segundo (e sua obra) atingiram dentro dos estudos folclóricos.

³⁰⁷ PIMENEL, Altimar. Maneiro Pau: Uma dança dramática. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 26, jan./abr. 1970, p. 39. Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (Arquivo pessoal).

No entanto, foi no texto *Geografia do Folclore Popular*³⁰⁸, de 1971, escrito por Rossini Tavares de Lima, em que encontramos o Maneiro - Pau sendo representado enquanto legítimo folgado popular cearense. Pela data do texto, é provável que o folclorista paulista tenha entrado em contato tanto com a obra de Figueiredo Filho quanto com o texto de Pimentel. No entanto, torna-se necessário notar que apenas o Maneiro-Pau foi escolhido para configurar em um escrito que se propunha mapear as ocorrências desses elementos culturais em todo o território nacional. O outro elemento que eleito como pertencente ao estado do Ceará é o Bumba – Meu - boi que, na descrição de Figueiredo Filho, teria ficado apenas nas suas lembranças infantis.

Como já colocado em outro momento, no texto da *Revista Brasileira de Folclore* há pouco apresentado, chama atenção a relação de proximidade entre os grupos cratenses do Maneiro - Pau e da Banda Cabaçal: “Convém chamar a atenção aqui para o fato de o grupo do maneiro pau ligado ao grupo do Cabaçal, dos Irmãos Anicete”³⁰⁹. Inclusive os dois grupos são residentes na mesma localidade. Neste sentido, ao observamos as fotografias tiradas sobre a visita daquele folclorista ao Crato, iremos perceber os dois grupos realizando a apresentação juntos e demonstrando muita intimidade entre si.

É interessante notar que a Banda Cabaçal cratense, possivelmente a mesma que em tantos outros momentos foi tratada como um grupo anônimo, e que durante o V Congresso Brasileiro de Folclore recebera o nome de Zabumba do Cariri, agora recebia a denominação pela qual ficará mais conhecida nacionalmente: Irmãos Aniceto.

E neste ponto lembro que o grupo do Cabaçal apresenta uma dança essencialmente dramática, mnemônica, espetacular, prendendo admiravelmente a atenção dos espectadores, levando-os a um entusiasmo incontido, pela diversidade de <peças> apresentadas, intimamente ligadas à vida comunal.³¹⁰

A respeito do Milindô, outro elemento cultural presente nos boletins bibliográficos e noticiosos da Comissão Nacional de Folclore entre os anos de 1957

³⁰⁸ Esse texto está no número seis da coleção "Cadernos de Folclore" (Acervo da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

³⁰⁹ PIMENEL, Altamar. Maneiro Pau: Uma dança dramática. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 26, jan./abr. 1970, p. 39. Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (Arquivo pessoal).

³¹⁰ Idem.

e 1958, este não teve em *O Folclore no Cariri* um capítulo específico. Na verdade, sua ocorrência é registrada em um capítulo cujo título é *Outros motivos folclóricos*³¹¹. Esse espaço periférico, sem protagonismos, onde tal elemento cultural é "misturado" a outras manifestações aparentemente menos importantes, parece estar relacionado ao quase desaparecimento daquele folguedo³¹². Ao contrário das Bandas Cabaçais e do Maneiro – Pau, que pareciam muito vivas naquele momento. Vivas, porém, “enquadradas” em determinada construção discursiva. No boletim de outubro de 1966 essa vivacidade é acionada³¹³.

No entanto, um elemento importante nesse trecho, e que incide sob as questões que vemos trabalhando até agora, diz respeito ao Milindô ter suas origens entre os romeiros do Padre Cícero: "É motivo importado diretamente de Alagoas, em tempos recentes. O intermediário foi o romeiro do padre Cícero Romão Batista"³¹⁴.

³¹¹ Nesse capítulo, além de falar do já comentado aqui Milindô, Figueiredo Filho também discute outros grupos cratenses, como, por exemplo, o "veadinho", que, de acordo com o autor, difere do primeiro "porque um dos participantes fica no meio da roda, até tirar outro que o substitua. Dançam pegado na mão um do outro e também sem acompanhamento de instrumento". Figueiredo Filho acredita que tal dança seja uma cópia de determinados folguedos infantis e que seus passos sejam os mesmos do baião. O Siriri é outro folguedo apresentado pelo autor nesse capítulo: "No Siriri fica também uma pessoa dentro da roda. Os pares, porém, em dado momento libertam-se da roda e dão volteio, sem a quebra do círculo. O figurante do meio é chamado pelo canto a fim de indicar seu substituto e tomar-lhe o lugar na roda". Ele afirma ser aquela uma brincadeira de criança adaptada ao universo dos adultos de ambos os sexos. Câmara Cascudo é retomado novamente como o autor que registrou aquela prática em seu *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Ao contrário da ocorrência do Siriri em outros lugares, Figueiredo Filho afirma que no Crato "[...] não é dançado com o acompanhamento e entre os adultos conserva-se tão inocente como se fôsse brincadeira infantil, mesmo que haja a participação dos dois sexos". Outro elemento cultural trabalhado nesse capítulo são os penitentes, que Figueiredo Filho faz questão de afirmar que no momento daquela escrita não mais existiam na cidade de Crato, "cabeça pensante da região". No final da apresentação desses vários motivos folclóricos, afirma o folclorista cratense: "Tudo isso tende a desaparecer, pois, está na memória de pouca gente já bem velhinha e que não encontra continuadores, o que não sucede com outros motivos, descritos no começo dessa monografia" O que justifica esses grupos não ganharem capítulos específicos em sua obra. Eles não estão mais "vivos". FILHO, J. de. **O folclore do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 108.

³¹² Como já comentando nesse capítulo, estamos nos reportando às referências sobre o Milindô encontradas nos boletins da Comissão Nacional de Folclore de fevereiro e abril de 1957, bem como de março de 1958. Essas referências já foram aqui comentadas.

³¹³ FIGUEIREDO FILHO (J. de) – É bem vivo o folclore nos pés-de-serra e subúrbios do Crato. "Brasil açucareiro, Rio, 36/72 (2): 66 – 72 agosto 1968. VASCONCELLOS (Francisco de) – O reisado de S. José do Pau Seco – Crato, Ceará. "Itaytera", Crato, 12: 121-137, 1968. **Nota bibliográfica n. 226**. Out. 1966. Pasta 1966/ Boletins 218 – 229 [12]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

³¹⁴ Na continuação desse trecho, Figueiredo Filho afirma que Joana Matias, sua principal informante sobre aquele folguedo, junto com algumas de suas companheiras, teriam aprendido aquela dança "de família alagoana que trabalhava em aviamento de farinha, na serra do Araripe, como, igualmente, outras danças: O Veadinho, O Siriri e a Rosa. Isso teria acontecido no ano de 1912, quando, pelo que entendemos, esses romeiros teriam descido a serra e "espalhado" aqueles folguedos no território cratense. FIGUEIREDO FILHO, J. de. **O folclore do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 104.

Fazendo uma comparação entre esse texto e o que foi publicado nos arquivos da Comissão Nacional de Folclore em 3 de dezembro de 1957, nesse segundo é possível perceber que as origens daquele folguedo são questionadas logo nas suas primeiras frases: "Será de origem local ou veio das plagas alagoanas?" E é negada posteriormente qualquer relação com determinada origem romeira. "[...] Isso demonstra que se tal função nos chegou das Alagoas, foi muito antes da corrente imigratória vinda para Juazeiro do Norte, atraída pelo Pe. Cícero Romão Batista", o que inevitavelmente nos leva a relacionar a ausência de capítulo específico sobre esse folguedo com a sua relação ancestral romeira.

Torna-se necessário lembramos que o texto sobre o Milindô é o único a que tivemos contato na documentação da Comissão Nacional de Folclore. Parece também ser o único enviado integralmente por Figueiredo Filho para aquela comissão. Fazendo um comparativo entre a narrativa encontrada no livro e as percebidas nesses documentos, é possível concluir que, ao contrário do texto enviado para a Comissão Nacional de Folclore, mais objetivo e científico, em *O Folclore no Cariri* o apelo ao lúdico e ao imaginário infantil estão mais presentes. No livro a descrição do Milindô parece muito mais um relato de memória do que um estudo científico propriamente dito.

Como há pouco colocado, a valorização da relação entre suas memórias e as brincadeiras populares se costura com outro aspecto importante em nossa análise: a negação da cidade de Juazeiro do Norte.

E tudo o que importamos da terra baiana, de Sergipe, Alagoas e Pernambuco, e que ficou na tradição do povo, chegou-nos antes da imigração provocada pelo p. Cícero Romão Batista, em Juazeiro do Norte. Só agora é que essa contribuição dos romeiros está sendo, pouco a pouco, absorvida pelo meio³¹⁵

No entanto, quando retomamos o já apresentado número de janeiro/abril da *Revista Brasileira de Folclore* em que se relatava o I Festival Folclórico do Ceará, encontramos uma "enxurrada" de referências a grupos culturais tais como Bandas Cabaçais, Maneiro - Pau, Coco, Reisados, Congada³¹⁶. Da mesma forma, no número seguinte dessa revista, a despeito de falar sobre a fundação do Centro de Defesa do Folclore Caririense, Juazeiro do Norte é narrada como "um dos

³¹⁵ FIGUEIREDO FILHO, José de. O folclore do Cariri. Imprensa Universitária do Cariri, 1960, p. 18.

³¹⁶ REVISTA Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro, v. 6, n. 14, jan/abr, 1966, p. 94 – 95. Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (Arquivo pessoal).

municípios mais ricos em folguedos folclóricos".³¹⁷ Quase todas essas manifestações fizeram parte do repertório de *O Folclore no Cariri*, só que nenhuma delas foi associada à cidade de Juazeiro do Norte em sua narrativa.

Como já viemos trabalhando desde início, o título *O Folclore no Cariri* já demonstra a amplitude desse processo de exclusão. Fala-se em "Cariri", mas só a cidade do Crato aqui aparece. Raramente outro município é mencionado. Esse título "regionalizador" tantas vezes ensaiado nos textos que esse folclorista enviava para os boletins da Comissão Nacional de Folclore, tantas vezes propagado em jornais e revistas nas quais ele escrevia periodicamente, ganha organização, objetividade, "enquadramento" nessa proposta de síntese. Atravessando tal regionalização folclórica, nos veio a necessidade de construir uma associação com a proposta apresentada por Edison Carneiro em seu texto *O Folclore do Cotidiano*,³¹⁸ no qual o folclorista baiano, tratando de questões relativas à necessidade de uma cientificização maior do campo folclórico, cita justamente o estudo da região do Cariri cearense para problematizar como a identificação espacial teria influência na análise da ocorrência dos folguedos populares.

Voltando ao início da obra, Figueiredo Filho explica como se deu o processo de eleição de que manifestações iriam ou não estar presentes ali: "Também não descreverei minuciosamente todos os motivos existentes na região, pois muitos dêles têm caráter nacional e até internacional, já estando subjacente debatidos em livros, revistas e jornais"³¹⁹. No entanto, ele não explica quais seriam os grupos que teria excluído por sua ocorrência não ser tão regionalizada como deveria.

No decorrer de *O Folclore no Cariri*, o conjunto de enunciados presentes nos boletins a que tivemos contato ganham expressividade e são costurados entre si. Neste sentido, *A riqueza de motivos folclóricos do Cariri* é o título do seu primeiro capítulo, que já nas páginas iniciais fortalece o repertório apresentado nas páginas da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro³²⁰: "[...] o folclore dêste pedaço

³¹⁷ REVISTA Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro, v. 6, n. 14, jan/abr, 1966, p. 213. Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (Arquivo pessoal).

³¹⁸ CARNEIRO (Edison), - *O Folclore do Cotidiano*, em "Diário de Notícias, Rio, de 18/12/60 (Doc. 461, de 14/3/61, da CNFL. **Nota bibliográfica n. 160.** Abr. 1961. Pasta 1961/Boletins 1958 – 1969 [10] Serie **Boletins bibliográficos.** Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

³¹⁹ FIGUEIREDO FILHO, José de. *O folclore do Cariri*. Imprensa Universitária do Cariri, 1960

³²⁰ A respeito da preocupação em dar visibilidade ao folclore caririense podemos é possível citar a referência ao texto de Figueiredo Filho publicado no boletim bibliográfico de fevereiro de 1968 cujo título é: "Folclore caririense em plena evidência". O referido texto foi publicado inicialmente no jornal cearense "O Estado", em 19 de janeiro de 1968. Ver: FOLCLORE caririense em plena evidência. "O

importante da terra cearense continua bem vivo"³²¹. Da mesma forma, as imagens e os silêncios sobre Juazeiro do Norte foram também reproduzidas. Um aspecto importante a se considerar é que os enunciados aqui apresentados são posteriores à publicação desta obra, o que nos faz imaginar que eles serviam tanto para divulgar a territorialidade sul cearense como a própria produção de Figueiredo Filho para o movimento folclórico brasileiro.

A partir das questões postas é possível interpretar que essa obra é, ao mesmo tempo, o “resultado” de um empreendimento surgido e gerido em âmbito nacional e parte de um projeto de identidade, germinado no Cariri cearense e amparado no processo de delimitação de um recorte geográfico-simbólico daquela parte do sul cearense com relação ao restante do estado.

Precisamos também corrigir certos enganos, filhos da falta de contacto com a vida caririense, cometidos por ilustres e eméritos conhecedores do folclore. Conhecem, em profundidade, o assunto não só no Brasil, como em todos os continentes e, às vezes, desconhecem folguedos regionais do interior, afastados da zona litorânea. De quem a culpa? Inteiramente nossa, que fechamos a sete chaves o tesouro escondido não o disseminando, através de seus estudiosos.³²²

No entanto, desde 1953 Figueiredo Filho caminhou a contrapelo do que é posto nesse fragmento. Seu trabalho, iniciado quando das festividades de aniversário da cidade do Crato e da criação do Instituto Cultural do Cariri, se atravessava a partir de então pelas suas investidas em torno da participação no roteiro do movimento folclórico brasileiro, tem, como já colocado inúmeras vezes, em *O Folclore no Cariri* um espaço de confirmação. Do início ao fim dessa obra Figueiredo Filho se volta ao ano de 1953 enquanto “marco” da efervescência dos estudos culturais em que “o folclore caririense apareceu, com tôda a sua pujança”.³²³ Como já colocado anteriormente, este também seria o ano em que os primeiros textos de Figueiredo Filho foram referenciados nos boletins da Comissão Nacional de Folclore.

Diante das questões postas até aqui, torna-se necessário concluir que a importância que o movimento folclórico brasileiro teve para a escrita de Figueiredo

Estado”, Fortaleza, 19 Jan. 1968. **Nota bibliográfica n. 242.** Fev. 1968. Pasta 1968. Boletins 242 – 252 [2]. Serie **Boletins bibliográficos.** Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

³²¹ FIGUEIREDO FILHO, José de. O folclore do Cariri. Imprensa Universitária do Cariri, 1960, p. 09.

³²² Idem, p. 20

³²³ Idem, s/n

Filho reside prioritariamente no aparato institucional e de circulação de ideias e ações que este movimento possibilitou. Sem a constituição das comissões estaduais de folclore, a promoção dos periódicos congressos de folclore, bem como o incentivo às pesquisas e sua divulgação nos boletins bibliográficos e noticiosos e posteriormente na *Revista Brasileira de Folclore*, acreditamos que essa obra teria sua importância prejudicada. É só lembrarmos, como discutido no capítulo anterior, que nas vésperas do golpe de 1964, Edison Carneiro chega a ensaiar uma visita àquela região se comprometendo a incentivar uma publicação conjunta entre a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e o Instituto Cultural do Cariri - ICC. O que, por questões já discutidas, acabou não acontecendo.

As vinculações entre essa obra e as ações do movimento folclórico brasileiro podem ser percebidas também quando foi possível observar que uma das questões básicas implementadas pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro foi a progressiva aproximação com as universidades e conseqüente incentivo à publicação de obras cuja temática folclórica teria espaço significativo nesse processo. Ainda que indiretamente, J. de Figueiredo Filho e *O Folclore no Cariri* aparecem por entre as cenas desse progressivo diálogo institucional.

Observando a documentação da Comissão Nacional de Folclore, não foi possível perceber se houve certa circulação dessa obra em contexto nacional. Encontramos apenas a referência genérica na *Revista Brasileira de Folclore* de 1963 sobre sua divulgação no V Congresso Brasileiro de Folclore. Da mesma forma, infelizmente não conseguimos ter acesso ao número da *Revista Itaytera* do ano de publicação desta obra e nos números anteriores, não há nada específico sobre a fabricação, mesmo Figueiredo Filho fazendo parte da Comissão organizadora de tal revista aquele período.

Assim como no primeiro fragmento aqui apresentado em que o Cariri cearense é colocado como centro do folclore nordestino³²⁴, acreditamos que na obra de Figueiredo Filho esse lugar é inúmeras vezes requisitado, ainda que se minimize tal anúncio: "O Cariri é fonte inesgotável de estudos. Seu folclore é dos mais ricos do Nordeste e continua ainda palpitante, na tradição popular"³²⁵. É o que afirma

³²⁴ VASCONCELLOS, Francisco de. Cariri o grande centro de folclore do nordeste. Itaytera, Crato 11: 71-84, 1967. **Nota bibliográfica n. 239**. Nov. 1967. Pasta 1967. Boletins 230 – 241 [5]. Serie **Boletins bibliográficos**. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais (Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

³²⁵ FIGUEIREDO FILHO, José de. O folclore do Cariri. Imprensa Universitária do Cariri, 1962, p. 109.

ele na conclusão de *O Folclore no Cariri* e é também o que suas ações no campo folclórico tentaram de inúmeras formas demonstrar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos diferentes caminhos atravessados durante esse longo trabalho, tornou-se forçoso elaborar alguns parâmetros conclusivos. A maior parte deles decorrem da análise detalhada do nosso corpo documental, bem como do diálogo com as inúmeras referências que foram permitindo ir mais adiante nas questões teórico-metodológicas. No entanto, e como era de se esperar, há aqui muito mais pontos de interrogação e reticências, do que propriamente exclamações e pontos finais.

De modo geral, e tendo como parâmetro todo o processo até aqui analisado, torna-se possível concluir que a trajetória do Cariri cearense dentro do movimento folclórico brasileiro se estabeleceu a partir da constituição de três principais contextos: primeiramente o da organização das redes intelectuais representada pela formação das Comissões Nacional e Cearense de Folclore; em segundo plano, o contexto da promoção de festivais folclóricos que contribuiriam para chamar a atenção de intelectuais do estado, bem como do público em geral para a ações daquele movimento; e o terceiro e último momento que pode ser representado pela organização dos boletins bibliográficos e noticiosos da Comissão Nacional de Folclore trouxe a preocupação desses intelectuais em fortalecer, por intermédio da escrita, uma rede de interlocutores espalhados por todo Brasil. Assim como problematizado no decorrer de nossa narrativa, nesses três principais contextos o folclore vai aparecendo como elemento importante de constituição de determinada regionalidade cultural para o Cariri cearense.

A utilização do termo cartografia para o título de nosso trabalho se fez por ocasião de nossa maior preocupação estar assentada em pensar no modo como os espaços relatados aqui foram se “desenhando” territorialmente. E, para tanto, utilizamos um vasto cabedal de traçados possíveis. Já o uso do termo “arquitetura” se fez interessante por ocasião de percebermos as hierarquias, os movimentos e a materialização (principalmente pela escrita) que esse processo conseguiu produzir. Neste sentido, estivemos motivados aqui por compreender como a ação sobre o folclore ao mesmo tempo em que experimenta desenhar a cartografia regional, verticaliza suas construções, produzindo diferenças.

Do ponto de vista metodológico, a multiplicidade do corpo documental ao qual nos debruçamos se apresentou como um grande desafio. Neste sentido, tornou-se

necessário dar certa organicidade ao “caos” com o qual nos deparamos para então encontrar determinados cenários dignos de análise. Essa ação “organizacional” e seletiva acabou nos colocando diante do grande risco de, nessa necessária divisão, perder a complexidade do todo. Qualquer fragmento documental aqui apresentado evoca outro silenciado. Esse fragmento representa mal o universo de relações e ações a que a sua constituição se vincula. Diante disso, o nosso maior e mais difícil desafio foi lidar com a necessidade de exclusão, de seleção. Há nesse exaustivo trabalho sempre uma peça por ser encaixada, há sempre uma peça que aumenta a sensação de incerteza e de incompletude. A sensação de que o trabalho não foi concluído.

A busca pelo entendimento da construção de tais espaços foi a condição de produção desse arsenal documental. Como já colocado em nossa introdução, durante os seis meses de pesquisa realizada no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) nós tivemos acesso a um acervo cuja organização nos custou muito trabalho. Entre boletins, correspondências, atas de reuniões, matérias de jornais, artigos, folhetos explicativos e outros aparatos fomos tentando estabelecer as conexões possíveis e a partir daí pensar de que maneira o Cariri cearense (ou mais especificamente sua determinada construção), por intermédio de seus porta-vozes, foi se atravessando em meio a esse conjunto caótico de enunciados. Sem a formação das comissões estaduais, o estímulo aos congressos, bem como a divulgação da produção escrita por intermédio dos boletins bibliográficos e noticiosos, seria praticamente impossível a mínima organização desse espaço de construção intelectual.

A respeito do campo das ausências, há muitas páginas dessa história que não puderam ser contadas aqui. Uma delas diz respeito aos empreendimentos no âmbito folclórico organizados diretamente pelo Instituto Cultural do Cariri - ICC, como, por exemplo, seus festivais folclóricos, bem como a fundação por intermédio desse instituto do Museu do Crato, onde a temática da cultura popular teria um lugar privilegiado. Dentro da nossa proposta de análise infelizmente tornou-se difícil explorar tais elementos, ainda que estes sejam parte importante da construção desse tal “Cariri Folclórico”.

Outro aspecto que desde início da pesquisa nos chamou bastante atenção, mas que não foi possível encontrar registros suficientes para explorar, diz respeito à elaboração (ou proposta) de um “mapa folclórico do Ceará” que, de acordo com um

documento publicado em 1999 pelo Instituto do Ceará, teria no Cariri cearense sua área prioritária de investigação. Esse mapa, assim que estivesse concluído, faria parte de um *Atlas Folclórico Brasileiro*. Neste sentido, no início da década de 1960 temos registro das primeiras negociações entre a Universidade do Ceará a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro em torno da realização de um inventário do Folclore estadual, porém, as diversas conjecturas políticas que foram desgastando o movimento folclórico brasileiro, possivelmente redefiniram muitas regras desse projeto conjunto, sobre o qual não nos foi possível encontrar registros suficientes. Entendemos que, de certa forma, esse projeto teve sua continuidade com a atuação décadas depois do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e sua preocupação com o mapeamento do Patrimônio Imaterial da região. Um dos mais ambiciosos e importantes projetos nesse sentido ganhou o nome de "Projeto Cariri". Participei dele durante o período da graduação.

No entanto, e assim como viemos argumentando, antes das primeiras políticas públicas serem implementadas efetivamente no Cariri cearense, foi o Instituto Cultural do Cariri - ICC por intermédio de J. de Figueiredo Filho que produziu um trabalho significativo de mapeamento dessas ocorrências folclóricas, ainda que privilegiando apenas as cratenses. Torna-se necessário admitir também que a hegemonia do folclorista cratense em relação aos outros personagens da região que eventualmente apareceram nessa trama, nos incomodou bastante. E esse protagonismo esteve aqui presente de modo a que não conseguimos estabelecer uma separação muito clara entre o ICC e a figura de seu mais importante personagem.

Dando continuidade ao campo das ausências, foi possível perceber de inúmeras maneiras que as representações sobre Juazeiro do Norte se fizeram de modo a (re)produzir estereótipos. Tal negação (ocorrida em vários momentos) é a negação da possibilidade do Crato dividir ou mesmo perder o posto de "capital do Cariri", já que sob vários aspectos essa cidade vinha sendo menosprezada pelo crescimento da vizinha. Restava então à sua intelectualidade construir modos de exclusão. Como já colocado inúmeras vezes, no discurso folclórico do ICC, Crato é Cariri. Com as políticas públicas culturais iniciadas décadas depois, esse cenário foi transformado totalmente. Será modificado em relação às proliferações de novos interesses, novos objetos, novas produções discursivas.

Tratando efetivamente sobre ausências, os outros municípios dessa região foram completamente silenciados na documentação consultada. Nem mesmo podemos dizer, assim como sobre Juazeiro do Norte, que eles são estereotipados. Praticamente não encontramos nenhuma menção a eles entre a documentação das Comissões Nacional e Cearense de Folclore e entre os textos do ICC também esse esquecimento se faz visível. Neste sentido, nos causou muita estranheza e incômodo, por exemplo, cidades como Barbalha não serem referenciadas na documentação analisada. Décadas depois essa cidade aparece, por ocasião das festividades a Santo Antônio, ao lado de Juazeiro do Norte na condição de símbolos do Patrimônio Imaterial não apenas da região, mas também do Brasil.

Mesmo com todas as narrativas aqui demonstradas, ficamos com a nítida sensação de que o Cariri cearense não aparece tão fortemente no contexto da nossa análise como esperávamos no início. Essa sensação pode ter vínculo com os ecos dos discursos contemporâneos de patrimonialização dessa região que proliferam sua construção enquanto um celeiro cultural e nos fizeram esperar bem mais desses discursos ancestrais. Ao observarmos a motivação de tal regionalidade dentro do movimento folclórico brasileiro, é possível perceber que mesmo que o trabalho dos folcloristas tenha sido fundamental para sua consolidação, foi apenas com a emergência de diversas políticas públicas posteriores que efetivamente encontraremos uma "cartografização" mais ampliada (e complexa) dessa região. No entanto, os vínculos e as dívidas entre o segundo e o primeiro momento são indiscutíveis. E foram elas as principais motivadoras de nosso interesse de pesquisa.

De modo geral e ainda pensando no processo conclusivo, podemos afirmar que todos os caminhos trilhados até aqui se fizeram pela busca de entender de que maneira a "entrada" do Cariri cearense no movimento folclórico brasileiro lhe permitiu um novo fôlego, uma alternativa para se fazer território diferenciado. A busca pela apropriação dos signos desse campo, e de todo um repertório a ele relacionado, ajuda-nos a compreender a configuração das diferentes arquiteturas e cartografias que aqui nos propusemos a analisar.

A escolha da década de 1960 como o limiar final de nossa análise se faz por alguns motivos. O primeiro diz respeito à própria decadência do movimento folclórico brasileiro, que mesmo estabelecendo acordos com os primeiros governos militares, vai perceber suas ações e objetivos serem progressivamente esvaziados ao tempo

em que as políticas públicas em nível federal e estadual vão se organizando aos poucos e assumindo alguns de seus mais fortes compromissos.³²⁶

No contexto local, observaremos dois movimentos: o primeiro relacionado com a saída de cena de Figueiredo Filho em decorrência de sua própria debilidade física. O intelectual cratense permaneceu à frente do Instituto Cultural do Cariri apenas até 1973. Um ano depois falece. Em contrapartida, Juazeiro do Norte e seu artesanato entram em progressiva visibilidade dentro de um projeto maior em que a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro - CDFB é apenas uns dos personagens envolvidos. O Cariri – cultural (dentro do discurso nacional) começará a ter então novos ingredientes.

Sobre o papel de J. de Figueiredo Filho dentro do processo que analisamos, principalmente a partir dos contextos observados durante nosso último capítulo, é possível concluir que o lugar conquistado pelo cratense dentro de todo esse panorama é nitidamente periférico. Assim denominamos porque seu esforço aparentemente não rendeu para ele e para a região que representava o tão almejado prestígio. Há relampejos de suas ações dentro do contexto nacional do movimento folclórico brasileiro, mas o verdadeiro palco em que seu esforço obteve os resultados devidos é o contexto regional. Esse protagonismo pode ser visualizado por meio da publicação de sua mais importante obra na área: *O Folclore no Cariri*, de 1962.

Diante de todas as ausências colocadas, há uma que se apresenta como a mais difícil de conviver. Homens e mulheres anônimos, do campo e da cidade foram coadjuvantes em nossos três capítulos. Neste sentido, eles só apareceram praticamente por intermédio da grafia/fotografia e das ações de seus tradutores, de seus mediadores. Esse certo “esquecimento”, ainda que necessário, provocou muitos prejuízos à riqueza da análise pretendida por nós aqui. Ainda que a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro - CDFB tenha trazido muitos avanços no sentido de uma representação mais etnográfica das experiências desses sujeitos, os folcloristas (incluindo Figueiredo Filho) falam, por intermédio dos documentos aqui analisados, muito mais de si do que propriamente desses outros homens e mulheres anônimos. Foi justamente a constituição desse campo intelectual o fio norteador de toda a construção de nossa problemática de pesquisa.

³²⁶ Ver MICELI, Sérgio. “O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70)” In: Estado e Cultura no Brasil. São Pulo, Difel, 1984. p. 65.

Retomando as questões colocadas inicialmente e diante do nosso dever conclusivo, compreendemos que a formação das Comissões Nacional e Cearense de Folclore, componente básico do nosso primeiro capítulo, o fomento aos festivais folclóricos, painel por onde nosso segundo capítulo se atravessou e finalmente a escrita, genericamente apresentada a partir principalmente dos boletins bibliográficos e noticiosos da comissão nacional de folclore e da obra *O Folclore no Cariri*, foram os espaços privilegiados por onde tentamos encontrar esse (in)certo “Cariri cultural”. A busca por reconstituir sua anatomia e sua fisiologia foi sendo traduzida a partir de peças já conhecidas e pela descoberta de outras novas e surpreendentes engrenagens. No entanto, há muita coisa ainda por ser escrita sobre esse tema.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Antônio Carlos Souza de. **Ciência, Educação e Sociedade**: o caso do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e da Fundação Brasileira de Ensino de Ciências (FUNBEC). 2008. (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

ABRANTES, Antônio Carlos Souza de; AZEVEDO, Nara. O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e a institucionalização da ciência no Brasil, 1946, 1966. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 5, n. 2, p. 469-489, maio – ago, 2010.

ABREU, Joana Cavalcanti de. **Um patrimônio de tradições**: o folclore na produção intelectual de Cecília Meireles e Luís da Câmara Cascudo. Dez. 2011. Disponível em: <<http://historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/meireles/umpatrimonio.pdf>>. Acesso em 15 de abril de 2013.

ABREU, Martha. **Império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: Fortaleza – Crato (1859). Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

_____. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: Crato – Rio de Janeiro (1859-1960). Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007.

AGUALUSA, José Eduardo. **O Vendedor de Passados**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006.

AGUIAR, Antônio Sergio Pontes. Juvenal Galeno: Romântico e Folclorista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional de História, 2011.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **História: a arte de inventar o passado**. São Paulo: EDUSC, 2007

_____. **A feira dos mitos**: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste – 1920 – 1950). São Paulo: Intermeios, 2013.

_____. **O morto vestido para um ato inaugural**: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. **Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós**: representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855-1864).

2010. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências de Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ALVES, Elder Patrick Maia. O Movimento Folclórico Brasileiro: Guerras Intelectuais e Militância Cultural entre os anos 50 e 60. **Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, edição dupla, n. 12, jan./dez., 2013, p. 131-152.

AMADO, Janaina. Região, Sertão, Nação. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vo. 8, n. 15, 1995, p. 145 -51.

ANDRADE, Mário de. Danças Dramáticas no Brasil. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959.

_____. O Turista Aprendiz. Estabelecimento de Texto, Introdução e Notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.

ARANTES, Antônio Augusto. O que é Cultura Popular? São Paulo: Brasiliense, 1992.

ARANHA, Patrícia. **O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira**. Terra Brasillis (Nova Série) Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica. 3/2014 [Online (Disponível em: <file:///C:/Users/Dami%C3%A3o/Downloads/terrabilis-971.pdf> Acesso em: 15 de junho de 2014]

ASSUMPÇÃO, Pablo. **Irmãos Aniceto**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. (Coleção Terra Barbara)

ALMEIDA, Renato. O IBECC e os estudos de Folclore no Brasil. Rio de Janeiro, 1964.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec; Brasília, EdUnb, 1999.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 11. ed. São Paulo: Difel, 2003.

BARBOSA, Walter. O Padre Cícero no folclore do Cariri. Maceió: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Alagoas, 1968.

BARROS, José D'Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. In: Textos de História – Revista da Pós-graduação em História da UnB. Vol. 11, n. 1/2, 2003.

BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BEZERRA, Cícera Patrícia Alcântara. **Outras Histórias: Memórias e narrativas da Irmandade da Cruz – Barbalha/CE**. 2010. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

BLOMBERG, Carla. **Histórias da Música no Brasil e Musicologia**: uma Leitura Preliminar. Projeto História n. 43. Dezembro de 2011.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o Poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

BOLOGRINI, Dalva Soares. Museu de Folclore Rossini Tavares – Catalogação dos Acervos. **Revista Museu: cultura levada a sério** (on line) 2008. (VER: <http://revistamuseu.com/naestrada/naestrada.asp?id=15097>) .

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da Memória. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIER, Pierre. **Pierre Bourdieu avec Löïc Wacquant**: réponses. Paris: Seuil, 1992..

_____. **As regras da arte**. São Paulo: Schwarcz, 2002.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é folclore**. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção primeiros passos; 60)

BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. A Escrita da História. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. Hibridismo cultural. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003.

_____. O que história cultural? Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. **Cartas e Escrita**. 2000. 147 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

CANCILINI, Néstor Garcia. As Culturas Populares no Capitalismo. Trad. Carlos Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Culturas Híbridas. Tradução de Heloisa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa, 2 ed., São Paulo. EDUSP, 1998.

CARLINI, Álvaro. **Cante lá que gravam cá: Mário de Andrade e a Missão de Pesquisas Folclóricas em 1938.** 1994. ? f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

CARVALHO, Gilmar de. Mestres da cultura popular no Cariri. **Revista Continente Multicultural**, Recife, v. 3, n. 27, p. 86, mar. 2003.

CARVALHO, Gilmar de. **Artes da tradição: mestres do povo.** Fortaleza: Expressão Gráfica/Laboratório de Estudos da Oralidade UFC/UECE, 2005.

CASCUDO, Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro.** São Paulo: Global, 2012.

_____. O Cariri: seu descobrimento-povoação-costumes. 1950.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil.** Brasília: UNESCO; Educarte, 2008.

CATENACCI, Vivian. **Cultura Popular: entre a tradição e a transformação.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Entendendo o Folclore.** mar. 2002. (Acesso em: http://www.ivt-rj.net/museus_patri/antariores/folclore/artigo.htm) 3221 94 22.

_____. **Cultura Popular e sensibilidade romântica: as danças dramáticas de Mário de Andrade.** **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, fev. 2004.

_____. (Org.). **Reconhecimentos: antropologia, folclore e cultura popular.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.

_____. Estado del Arte del Patrimonio Cultural Immaterial-Brasil. In: **Estado del Arte del Patrimonio Cultural Immaterial.** Centro Regional para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Immaterial de América Latina – CRESPIAL. Cusco: jun. 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. A Operação Historiográfica. In: **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. **A Cultura no Plural.** Campinas, SP: Papyrus, 2005.

CHAGAS, Mário. Há uma gota de sangue em cada museu: A ótica Museológica de Mário de Andrade. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 13. U L H T Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

_____. **Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico.** In: **Estudos Históricos**, vol. 8, n. 16. Rio de Janeiro: FVG, 1995.

_____. Textos, impressões, leituras. In HUNT, Lynn. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Edu. UFRGS, 1991.

CORTEZ, Antônia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”**: Crato (1889 - 1960). 2000. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

COTTA, Luiza Cristina Villaméa. **Adhemar de Barros (1901 – 1969)**: A origem do “Rouba, mas faz”. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CHOAY, Françoise. A Alegria do Patrimônio. São Paulo: Estação da Liberdade/Editora UNESP, 2001.

CUNHA, Paulo Anchieta Florentino da. **O Movimento Folclórico Brasileiro e seus desdobramentos na Paraíba**: uma aproximação a partir da trajetória de Hugo Moura (1960 a 1978). 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

DELBEM, Danielle Conte. Folclore, Identidade e Cultura. **UNAR**, Araras, SP, v.1, n. 1, p. 19-25, 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DELOUCHE, Ângela. Folguedos infantis. **Revista Itaytera**, Crato, v. 12, n. 12, p. 201-202, 1966. Boletim bibliográfico nº 226. Out. 1966. Boletins 218 – 229 [12]. Fundo Comissões de Folclore – Nacional e Estaduais. Acervo digital da biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP.

DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a Diferença**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

DIAS, Carlos Rafael. **Da flor da terra aos Guerreiros Cariri**: Representações e Identidades do Cariri Cearense (1855 – 1980). 2014. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

DIEHL, Astor. Cultura historiográfica: memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002.

FERNANDES, Florestan. *O Folclore em Questão*. 2 ed., São Paulo: Hucitec, 1989.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (O Brasil republicano; v. 3).

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Comissão Fluminense de Folclore: reflexão intelectual e projetos políticos no Estado do Rio de Janeiro, na década de 1950. *Anais do XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa*, 2003. (acesso em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.616.pdf>)

FIGUEIREDO FILHO, José de. *O folclore do Cariri*. Imprensa Universitária do Cariri, 1960.

_____. *Folgedos infantis caririenses*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1966.

_____. “Bandas Cabaçais do Cariri” In: SERAINE, Florival: *Antologia do Folclore cearense*. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1968.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Da Modernização à Participação: a Política Federal de preservação nos anos 70 e 80*. In: *Revista do IPHAN*, n. 24, IPHAN: Rio de Janeiro, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2008.

GARCIA, Tânia da Costa. *A folclorização do popular: uma operação de resistência à mundialização da cultura, no Brasil dos anos 50*. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 7-22, jan. – jun, 2010

GARDNER, George. **Viagens pelo Brasil**: Principalmente nas províncias do Norte e nos Distritos do Ouro e do Diamante durante os anos de 1836-1841. Tradutor: Albertino Pinheiro, vol. 223, 1ª Edição, ano: 1942.

GASPAR, Lúcia; BARBOSA, Virgínia (Org.). **Fundação Joaquim Nabuco 60 anos**: Fontes para a sua história, 1949-2009. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/geral/Fundaj_60_ANOS_15_julho_2009.pdf>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GICO, Vânia de Vasconcelos. **Interpretações do Brasil na correspondência de Câmara Cascudo e Mario de Andrade**. maio 2009. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1678%3Ainterpretacoes-do-brasil-na-correspondencia-de-camara-cascudo-e-mario-de-andrade&catid=58&Itemid=414>. Acesso em: 05 de novembro de 2014.

_____. Câmara Cascudo e Mário de Andrade: Uma Sedução Epistolar. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, v. 30, n. 30, p. 110 - 127, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. História Noturna: decifrando o Sabá. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. Nenhuma Ilha é uma Ilha, São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. **Revista de História**, USP, São Paulo, n. 148, p. 26, 2003.

_____. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 13, 2006.

_____. “Fronteira e Alteridade”, “Generalizar” e “As histórias como representação”. In _____. O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. pp. 111-141; 227-271; 313-367.

HOBSBAWN, ERIC; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IONTA, Marilda Aparecida. **As Cores da Amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mario de Andrade**. 2004. 315 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEJEUNE, Philippe, Le Pacte autobiographique. apud ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 4, n. 7, p. 66-81, 1991.

LOFEGO, Silvio Luiz. A construção da memória na publicidade do IV Centenário da cidade de São Paulo. **Revista Patrimônio e Memória** - UNESP – FCLAs – CEDAP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 25-44, 2006.

MACAMBIRA, Débora Dias. **Impressões do tempo**: os Almanques no Ceará (1870-1908). 2010. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Tecendo memórias**: Gustavo Barroso e as escritas de si; Anais das Jornadas de 2007.

MARTINS, Marcelo Adriano. **Dois trajetórias, um modernismo musical?** Mário de Andrade e Renato Almeida. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MELO, Rosilene Alves de. **Arcanos do verso**: trajetórias da literatura de cordel. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

MENDES, Eluziane Gonzaga. **História da formação do pensamento geográfico cearense**: Entre o Saber, o conhecimento científico e a docência (1887-1947). Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.

_____. A Geografia Cearense e a Formação dos primeiros licenciados: Relato sobre a faculdade católica do Ceará (1947-1957). **GeoUECE**, (on – line), v. 2, n. 1, p. 80 - 91, jan./jun. 2013.

MENEZES, Rizodalvo. Lendas e história de uma época: Padre Cícero, retrato do fanatismo sertanejo. **A Tarde**, Salvador, 2 cad. p. 9, 5 set. 1964.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. O processo de ‘construção institucional’ na área cultural federal (anos 70). In: MICELI, Sérgio (Org.) Estado e cultura no Brasil. São Paulo: Difel, p. 53 – 84. 198a.

_____. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. In: _____(Org.) Estado e cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984b. p. 97 – 112.

MOURA, Irene Barbosa de. **A cidade e a festa**: Brecheret e o IV Centenário de São Paulo. 2010. 176 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

NASCIMENTO, Ana Carolina Carvalho de Almeida. Os arquivos de Edison Carneiro e a produção da sua memória. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DIVERSIDADES E (DES)IGUALDADES, 11., 2011, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2011.

NEDEL, Letícia Borges. Entre a beleza do morto e os excessos dos vivos: folclore e tradicionalismo no Brasil meridional. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 193-215, 2001.

_____. Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948 – 1965). Tese de doutorado. Brasília, UnB, 2005.

NETO, Isac Ferreira do Vale. **Batalhas da Memória**: a escrita militante de Rodolfo Teófilo. 2006. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação e História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. A Antologia do folclore cearense e a construção de representações sobre o Ceará. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS DA HISTÓRIA: VER-SENTIR, 6., 2012, Teresina. **Anais...** Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2012.

_____. **Em busca do Ceará**: a conveniência da cultura popular na configuração da cultura cearense (1948 – 1983). 2015. 296 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Cultura Popular: Românticos e Folcloristas**. São Paulo: Olho D'água, s/d.

_____. **Cultura Popular: românticos e folcloristas**. São Paulo: PUC, 1985.

PADUA, Vilani Maria de. **Mário de Andrade e a estética do bumba-meu-boi**. 2010. 318 f. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Programa de Pós-graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PINHEIRO Irineu. **Efemérides do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

PINHEIRO, Raquel. **As histórias da Comissão Científica de Exploração (1856) na correspondência de Guilherme Schuch de Capanema**. 2002. 216 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto e Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3 - 15, 1989.

PORTO, Ana Carolina Costa. **O jornalismo e o saber local**: Análise da construção do conceito de cultura na revista *Continente Multicultural*. Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, 2005. 74 folhas. (Monografia)

RABELO, Sylvio. *Os artesãos do Padre Cícero*. Ministério da Educação e Cultura/ Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1967.

REIS, Cláudia Vendramini. **Pavilhão das culturas brasileiras**: O uso social do acervo Rossini Tavares de Lima. 2014. 57 f. Monografia (Especialização em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos) – Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

REIS, Estevão Amaro dos. **O Festival do Folclore de Olímpia, São Paulo**: uma festa imodesta. 2002. 140 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

REIS JUNIOR. Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense**: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX. 2014. 302 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

NEVES, Larissa de Oliveira. Os folguedos brasileiros e a formação da nacionalidade. **Cadernos Letra e Ato**, (on line), v. 3, n.?, p. 35 - 43, jul. 2013.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC –SP, São Paulo, São Paulo, 1981.

RIBEIRO, Cristina Betioli. Folclore e nacionalidade na Literatura Brasileira do século XIX. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, jan., p. 143-158, 2006.

_____. **O norte**: Um lugar para a nacionalidade. 2003. 215 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. **O Intelectual “feiticeiro”**: Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil. 2011. 221 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os Institutos Históricos e Geográficos: “Guardiões da História oficial” In: O Espetáculo das raças. Instituições e Questão Racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

SEMEÃO E SILVA, Jane D. Revista “Itaytera”, natureza e cariri cearense: a (re)invenção de uma identidade (1955 – 1980). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional de História, 2011.

_____. Os intelectuais do Instituto Cultural do Cariri e a sua atuação na (re)invenção do Cariri cearense (1953 – 1970). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA, VERDADE E ÉTICA, 12., 2014, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação Nacional de História do Rio Grande do Sul, 2015.

SEMEÃO, Jane; GOMES, Assis Daniel. Folclore: patrimônio e memória identitária caririense (1953-1980). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DO CEARÁ, 13., 2012, Sobral. **Anais...** Sobral: 2012, v. 1, p. 1-12.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, maio/jun./jul./ago. 2002.

_____. Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 77-105, jan./abr. 2005.

SILVA, Mônica Martins da. **A Escrita do folclore em Goiás: uma história de intelectuais e instituições (1940 -1980)**. 2008. 279 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, 2008.

_____. Folclore e Patrimônio Imaterial: Caminhos cruzados na construção de uma cultura “popular” brasileira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional de História, 2011.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. **A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através de meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o Golpe de 1964**. 2011. 319 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2011.

SOARES, Ana Lorym. **Revista Brasileira de Folclore: intelectuais, folclore e políticas culturais (1961 – 1976)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Associação Nacional de História, 2009.

_____. **Comissão Cearense de Folclore: folclore, identidade e políticas culturais no Ceará entre as décadas 1950 e 1970**. 2012. Monografia, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

_____. Folcloristas na repartição: folclore e políticas culturais no Ceará (1950-1970). **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 1, n. 5, p. 37-57, 2012.

SOUZA, Monsenhor Silvano de. Aspectos folclóricos dos Inhamuns. **Revista Itaytera**, Crato, v. 11, p.145-148, 1967.

TAMASO, Isabela. O moimento folclórico brasileiro: uma rítmica de conquistas e fracassos. s/d

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Folclore, antropologia e história social. In: THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TRAVASSOS, Elizabeth. Mário e o Folclore. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 30, 2002.

VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato**: Memória, escrita da história e representações da cidade. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão**: O movimento folclórico brasileiro (1947 – 1964). Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

APÊNDICE A – DOCUMENTAÇÃO

1. Acervo do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP)

1. 1 Relação das correspondências epistolares trocadas entre a CCF e a CNFL:

Nº	Remetente	Cidade	Destinatário	Cidade	Data
01	Renato Almeida	Rio de Janeiro	Henriqueta Galeno	Fortaleza	31/04/1948
02	Henriqueta Galeno	Fortaleza	Renato Almeida	Rio de Janeiro	07/05/1948
03	Florival Seraine	Fortaleza	Renato Almeida	Rio de Janeiro	15/06/1948
04	Renato Almeida	Rio de Janeiro	Florival Seraine	Fortaleza	17/06/1948
05	Renato Almeida	Rio de Janeiro	Henriqueta Galeno	Fortaleza	09/08/1948
06	Florival Seraine	Fortaleza	Renato Almeida	Rio de Janeiro	24/08/1948
07	Florival Seraine	Fortaleza	Renato Almeida	Rio de Janeiro	27/11/1948
08	Renato Almeida	Rio de Janeiro	Henriqueta Galeno	Fortaleza	04/03/1949
09	Renato Almeida	Rio de Janeiro	Henriqueta Galeno	Fortaleza	09/07/1949
10	Renato Almeida	Rio de Janeiro	Rafaello Corso	Nápoles-Itália	28/03/1950
11	Renato Almeida	Rio de Janeiro	Luís Chaves	Lisboa-Port.	28/3/1950
12	Renato Almeida	Rio de Janeiro	Gastão de Bettencourt	Lisboa	28/03/1950
13	Renato Almeida	Rio de Janeiro	Henriqueta Galeno	Fortaleza	28/03/1950
14	Florival Seraine	(Não identificado)	Renato Almeida	Rio de Janeiro	28/03/1950
15	Renato Almeida	Rio de Janeiro	Florival Seraine	Fortaleza	08/02/1951
16	Florival Seraine	Fortaleza	Renato Almeida	Rio de Janeiro	05/03/1951
17	Henriqueta Galeno	Fortaleza	Renato Almeida	Rio de Janeiro	01/04/1954
18	Henriqueta Galeno	Fortaleza	Renato Almeida	Rio de Janeiro	01/04/1954
19	José de Figueiredo Filho	Crato	Henriqueta Galeno	Fortaleza	20/03/1954
20	Renato Almeida	Rio de Janeiro	Florival Seraine	Fortaleza	07/04/1954
21	Henriqueta Galeno	Rio de Janeiro	Renato Almeida	Fortaleza	18/04/1954

22 José de Crato Renato Rio de Janeiro 12/11/1957
 Figueiredo Filho Almeida

1.2 Boletins bibliográficos e noticiosos da Comissão Nacional de Folclore:

Nota bibliográfica n. 60	Dez. 1952
Nota bibliográfica n. 67	Jul. 1953
Nota bibliográfica n. 70	Out. 1953
Nota bibliográfica n. 123	Mar. 1958
Nota Bibliográfica n. 150	Jun. 1960
Nota bibliográfica n. 160	Abr. 1961
Nota bibliográfica n. 167	Nov. 1961
Nota bibliográfica n. 189/190	Set-out 1963
Nova bibliográfica n.191	Nov. 1963
Nota bibliográfica n. 194	Fev. 1964
Nota bibliográfica n. 201	Set. 1964
Nota bibliográfica n. 224	Ago. 1966
Nota bibliográfica n. 225	Set. 1966
Nota bibliográfica n. 226	Out. 1966
Nota bibliográfica n. 228	Dez. 1966
Nota bibliográfica n. 246/247	Julho/Agosto de 1968
Nota bibliográfica n. 239	Nov.1967
Nota bibliográfica n. 259.	Set. 1969
Nota bibliográfica n. 261	Nov. 1969

2. FONTES

2.1 Jornais:

2.1.1 Diário de Pernambuco:

- 15 de setembro de 1953
- 04 de maio de 1954
- 23 de maio de 1954

2.1.2 O Povo:

- 23 de Julho de 1963

2.1.3 A Gazeta:

- **03 de agosto de 1963**

2.2 Revistas:

2.2.1 Revista Itaytera:

- N° 1 1955
- N° 3 1957
- N° 4 1958
- N^a 5 1959
- N ° 7 1961

2.2.2 Revista Brasileira de Folclore:

- N° 06 Maio/ago. 1963
- N° 07 Set/dez. 1963.
- N° 14 jan./abr. 1966.
- N° 15 Maio/agosto. 1966
- N° 19 Set./dez.1967N° 26 jan./abr. 1970

2.2.3 Revista Continente Multicultural;

- N° 27/ Março de 2003

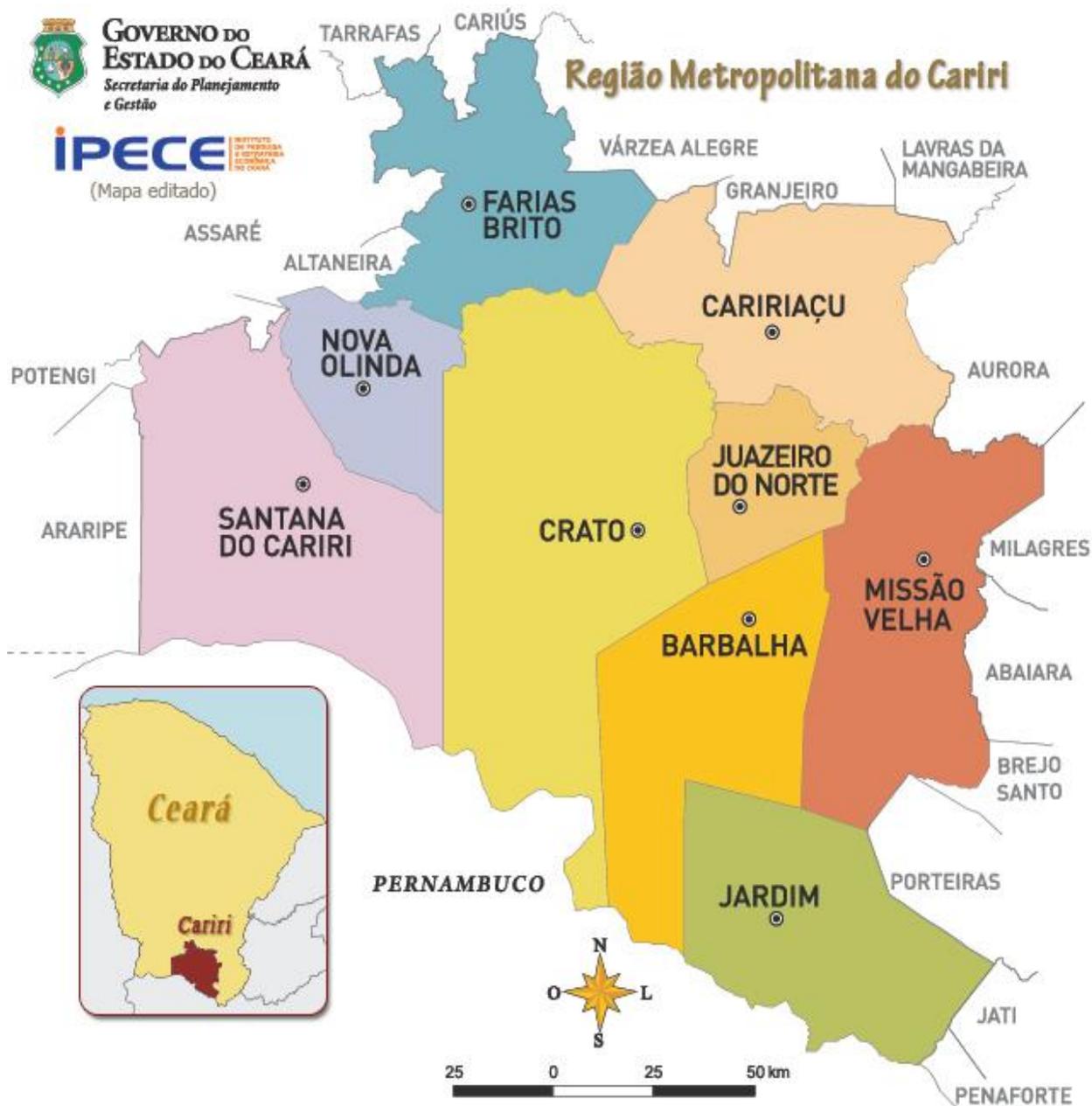
2.3 Manuscritos

- Ata de reunião de 24 de abril de 1954 (ICC)

APÊNDICE B – SITES CONSULTADOS

Blog Oficial da EMEIF Florival Alves Seraine:
<http://florivalalves.blogspot.com.br/2011/05/quem-e-florival-alves-seraine.html>
Casa de Juvenal Galeno: <http://www.casadejuvenalgaleno.com.br/>
Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular: <http://www.cnfcp.gov.br/>
Ceará turístico: <http://www.ceara-turismo.com/mapas/cariri.htm>
Diário do Nordeste: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/suplementos/cariri-regional/feira-promove-cultura-da-regiao-1.1061209>.
Eduardo Campos: <http://www.eduardocampos.jor.br>
Fundação Joaquim Nabuco: <http://www.fundaj.gov.br>
Instituto do Ceará: <https://www.institutodoceara.org.br/>
IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/>
História e Cultura: <http://historiaecultura.pro.br>
Revista Museu: <http://www.revistamuseu.com.br>
Revista Continente: <https://www.revistacontinente.com.br/>
Porta da História do Ceará: <http://www.ceara.pro.br>

ANEXO A – Mapa da Região Metropolitana do Cariri cearense (Fonte: <http://www.ceara-turismo.com/mapas/cariri.htm>)



ANEXO B - Capa do livro *O Folclore no Cariri* (O FOLCLORE no Cariri, 1962).



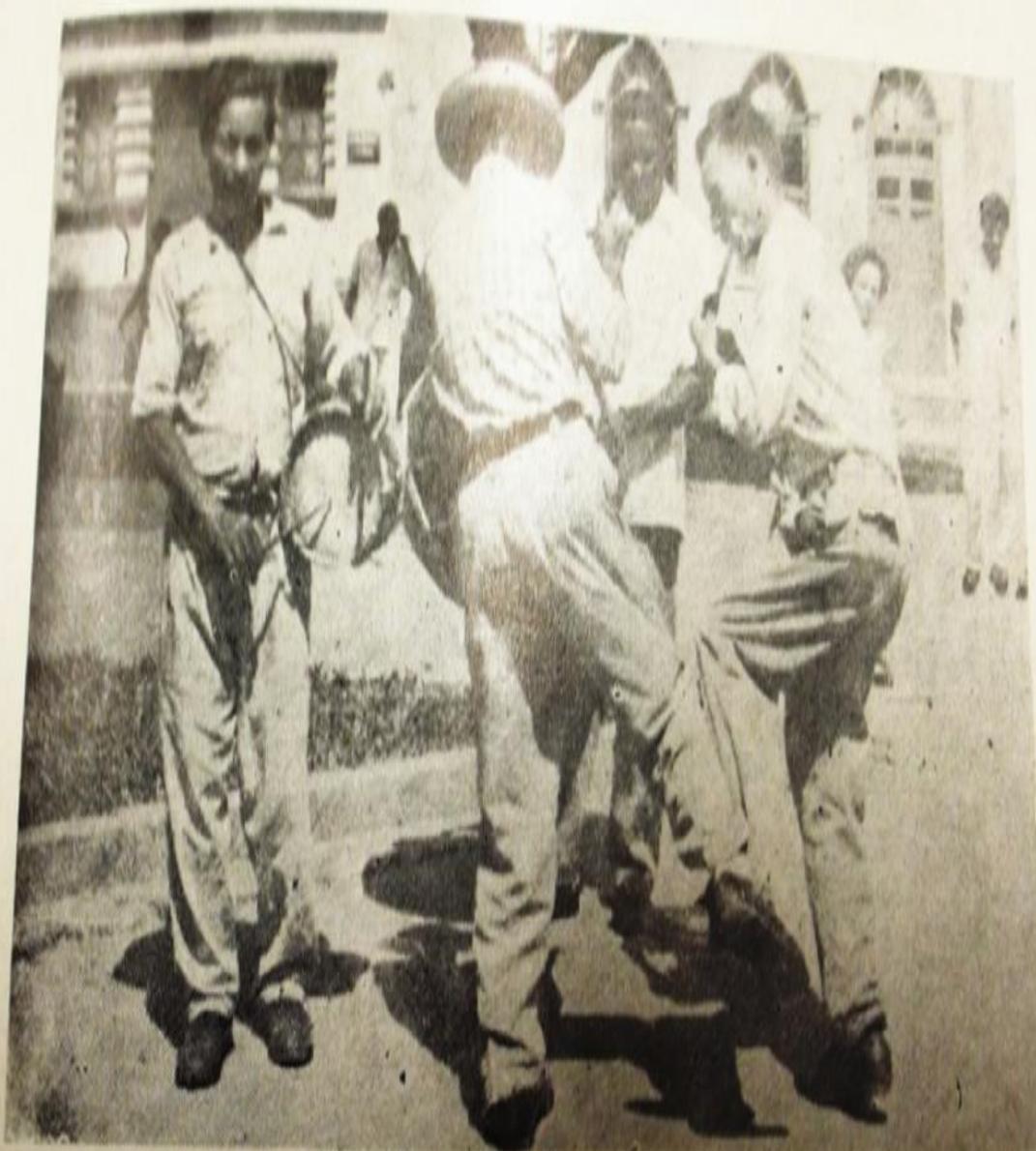
ANEXO C - Desenho representando um tocador de caixa de uma Banda Cabaçal (O FOLCLORE no Cariri, 1962).



ANEXO D - Desenho representando um tocador de pífaro de uma Banda Cabaçal (O FOLCLORE no Cariri, 1962)



ANEXO E - Fotografia de pifeiros dançando o Baião (O FOLCLORE no Cariri, 1962).



Pifeiros com pés entrelaçados dançam um baião caracteristicamente cearense

ANEXO F - Fotografia de homens dançando o Coco-Gavião (O FOLCLORE no Cariri,1962).



ANEXO G – Fotografia dos homens dançando Maneiro Pau ((O FOLCLORE no Cariri, 1962).



ANEXO H – Fotografias de Renato Almeida nos espaços destinados ao Ceará durante a Exposição folclórica do Congresso Internacional de Folclore. (VILHENA, Rodolfo. Projeto e Missão, 1997)



ANEXO I - Na imagem o reitor da Universidade do Ceará, Antônio Martins Filho, inaugura o V Congresso Brasileiro de Folclore. Ver: REVISTA Brasileira de Folclore, 1963.



ANEXO J - Edison Carneiro apresenta na cidade de Fortaleza a exposição do Clube dos Amigos do Folclore. Ver: REVISTA Brasileira de Folclore, 1963.



ANEXO L - Apresentação do Zabumba do Cariri. No enunciado do texto está escrito "Exibição do zambumba do Crato na Biblioteca Nacional, na inauguração da Exposição de Arte Popular do Cariri". Ver: REVISTA Brasileira de Folclore, 1963.



ANEXO M - O grupo Zabumba do Cariri aparece em uma de suas coreografias. O texto referente a esta foto afirma "dança do sapo cururu" Ver: REVISTA Brasileira de Folclore, 1963.



ANEXO N - Apresentação do Maneiro-Pau no Crato durante a visita do pesquisador Francisco Pimentel. (REVISTA brasileira de Folclore, 1970).



ANEXO O - Apresentação conjunta do Maneiro-Pau e da Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto no Crato durante a visita pesquisador Francisco Pimentel. (REVISTA brasileira de Folclore, 1970).



ANEXO P - Apresentação do Maneiro-Pau durante a visita do pesquisador Francisco Pimentel ao Crato. (REVISTA Brasileira de Folclore, 1970).



A/NEXO Q - Apresentação conjunta do Maneiro-Pau e da Banda dos Irmãos Aniceto no Crato durante a visita do pesquisador Francisco Pimentel. (REVISTA Brasileira de Folclore, 1970).

